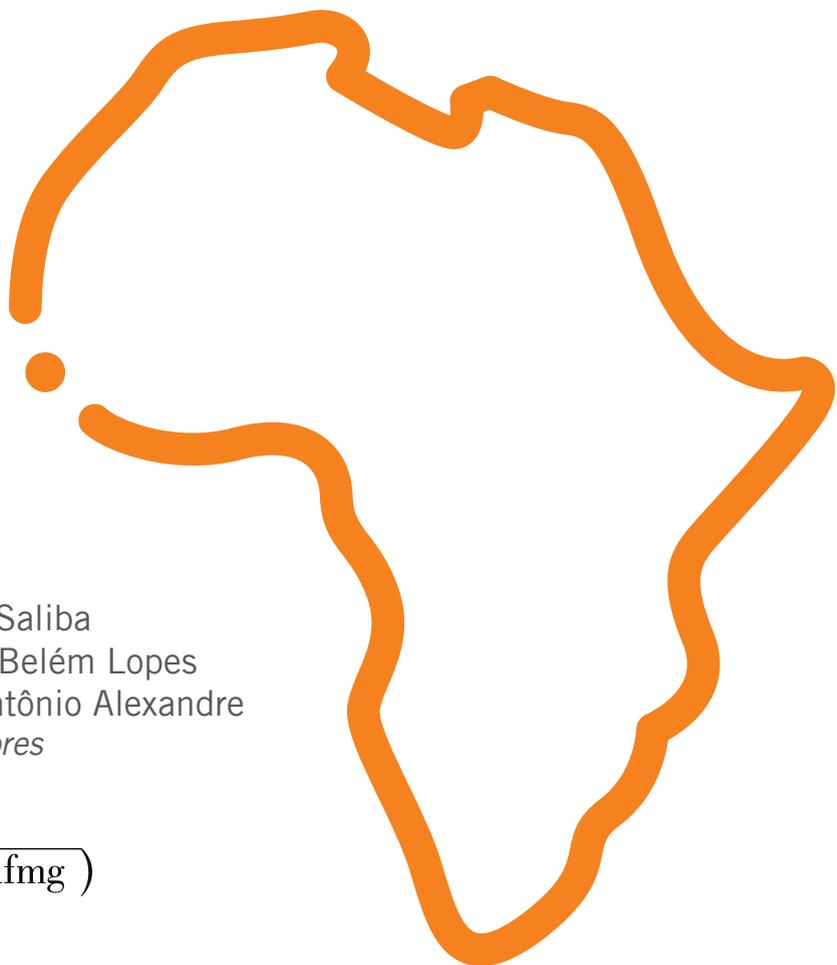


COLEÇÃO DESAFIOS GLOBAIS

Volume 1 | África



Aziz Tuffi Saliba
Dawisson Belém Lopes
Marcos Antônio Alexandre
Organizadores

(EDITORAufmg)



COLEÇÃO DESAFIOS GLOBAIS

Volume 1 | África

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
REITORA Sandra Regina Goulart Almeida
VICE-REITOR Alessandro Fernandes Moreira

EDITORA UFMG
DIRETOR Flavio de Lemos Carsalade
VICE-DIRETORA Camila Figueiredo

Flavio de Lemos Carsalade (PRESIDENTE)
Ana Carina Utsch Terra
Antônio de Pinho Marques Júnior
Antônio Luiz Pinho Ribeiro
Camila Figueiredo
Carla Viana Coscarelli
Cássio Eduardo Viana Hissa
César Geraldo Guimarães
Eduardo da Motta e Albuquerque
Élder Antônio Sousa e Paiva
Helena Lopes da Silva
João André Alves Lança
João Antônio de Paula
José Luiz Borges Horta
Lira Córdova
Maria Alice de Lima Gomes Nogueira
Maria de Fátima Cardoso Gomes
Renato Alves Ribeiro Neto
Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi
Rodrigo Patto Sá Motta
Sergio Alcides Pereira do Amaral
Sônia Micussi Simões

COLEÇÃO DESAFIOS GLOBAIS

Volume 1 | África

Aziz Tuffi Saliba
Dawisson Belém Lopes
Marcos Antônio Alexandre
Organizadores

(EDITORAufmg)

© 2021, Os organizadores

© 2021, Editora UFMG

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

África / Aziz Tuffi Saliba, Dawisson Belém Lopes, Marcos Antônio Alexandre, organizadores. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 2021.

326p. : il. (Desafios globais; 1)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5858-020-1

ISBN digital: 978-65-5858-007-2

1. África – Condições sociais. 2. África – Condições econômicas. 3. Meio ambiente – África. 4. África – História. I. Saliba, Aziz Tuffi. II. Lopes, Dawisson E. Belém. III. Alexandre, Marcos Antônio. IV. Série.

CDD: 960

CDU: 96

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza – Bibliotecária
- CRB-6/1390

COORDENAÇÃO EDITORIAL Jerônimo Coelho

DIREITOS AUTORAIS Anne Caroline Silva

ASSISTÊNCIA EDITORIAL Eliane Sousa

ORGANIZAÇÃO DE MANUSCRITOS Thatiana Marques dos Santos, Luciana Fiúza de Souza, Théo Soares de Carvalho e Débora Evelyn da Conceição

PREPARAÇÃO DE TEXTOS Anderson Freitas

PROJETO GRÁFICO Giovanni Barbosa

FORMATAÇÃO E MONTAGEM DE CAPA Giovanni Barbosa

PRODUÇÃO GRÁFICA Warren Marilac

EDITORA UFMG

Av. Antônio Carlos, 6.627 – CAD II/Bloco III

Campus Pampulha – 31270-901 – Belo Horizonte/MG

Tel: + 55 31 3409-4650 – www.editoraufmg.com.br – editora@ufmg.br

SUMÁRIO

Prefácio	9
<i>Sandra Goulart Almeida</i>	
Introdução	13
<i>Dawisson Belém Lopes</i>	
<i>Marcos Antônio Alexandre</i>	
<i>Aziz Tuffi Saliba</i>	
1. Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no ensino de Geografia em Angola	27
<i>Augusto José Fazenda</i>	
2. Modernização de canais de varejo em países em desenvolvimento: impacto socioeconômico e ambiental	59
<i>Samson Ajayi</i>	
3. A questão da segurança alimentar na África	73
<i>Maria Auxiliadora Figueiredo</i>	

4. O ensino da língua portuguesa em escolas públicas de Moçambique: desafios à luz da noção de educação transmídia 111

Geane Carvalho Alzamora

Jane Alexandre Mutsuque

5. Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: possibilidades da formação de professores/as a partir da Cooperação Sul-Sul 137

Nilma Lino Gomes

Kátia Regis

6. A leitura em português em países africanos: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe 167

Francisca Izabel Pereira Maciel

Aracy Alves Martins

7. A dimensão internacional da corrupção e os desafios da governança africana 195

Pedro Andrade Matos

8. Tunísia desde 2011: o longo e complexo caminho rumo a uma sociedade pluralista e democrática 219

Amine Ait-Chaalal

9. O regionalismo no Sul Global: experiências comparadas entre o Mercosul e a Ecowas 239

Haroldo Ramanzini Junior

Bruno Theodoro Luciano

10. Continuidade, descontinuidade, invenção, reinvenção da estética africana ou memória e mudança cultural: perspectivas glocal e da diáspora	263
<i>Felix Kaputu</i>	
<i>Fidèle Mwepu Kalenga</i>	
11. Cânticos oficiais e populares do futebol de Angola e Moçambique	287
<i>Elcio Loureiro Cornelsen</i>	
<i>Gustavo Cerqueira Guimarães</i>	
Sobre os autores	321

PREFÁCIO

A compreensão dos tempos presentes tem demandado de cada um e de cada uma de nós um enorme esforço. O mundo ora impõe desafios inéditos, numa escala efetivamente global, em toda a sua densidade e premência. Para dar conta de tudo, não há fórmula melhor do que a cooperação acadêmica e científica internacional. Afinal, não há reflexão individual que supere a coletiva.

A Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da Universidade Federal de Minas Gerais, em parceria com a Editora da UFMG, organizou a Coleção Desafios Globais, a qual pretende debater, por meio de seus seis tomos e mais de duas mil páginas, as diferentes macrorregiões do planeta atualmente contempladas pelos Centros de Estudos Regionais da UFMG, ligados à DRI – África, América do Norte, América Latina, Ásia-Pacífico, Europa e Índico.

A proposta editorial da Coleção consiste, fundamentalmente, em fazer discussão adensada e plural de alguns dos principais problemas contemporâneos enfrentados pela humanidade, valendo-se da *expertise* instalada, por intermédio dos inovadores Centros de Estudos Regionais, tanto na UFMG quanto em suas mais de 450 instituições parceiras em 60 países ao redor do mundo. As contribuições autorais estão organizadas em seis áreas temáticas, quais sejam: (I) Sustentabilidade, (II) Saúde e

Bem-Estar, (III) Direitos Humanos, (IV) Novas Tecnologias e Fronteiras da Ciência, (V) Instituições, Governança e Regulação, (VI) Educação, Cultura e Arte.

Cada livro da Coleção volta-se para uma geografia específica e cobre tentativamente os domínios elencados. O alcance praticamente universal e a comparabilidade entre os tópicos abordados estarão assegurados pelo conjunto dos seis volumes. Outra preocupação editorial foi o contexto: os estudos de caso, as comparações entre as análises apresentadas e as leituras sistêmicas ancoram-se, invariavelmente, nas suas respectivas regiões de pertencimento. Não há capítulo que deixe de explorar as conexões entre assuntos e lugares.

Ao todo, mais de 130 autores, provenientes de mais de 30 nações, em todos os quadrantes da Terra, emprestaram seus conhecimentos e perícia técnica para a confecção desta obra coletiva. A panóplia de matérias vai de gestão de resíduos sólidos e segurança alimentar na África até a situação dos direitos humanos e os rápidos avanços tecnológicos no Índico, passando pela crise da saúde pública nas Américas, por sustentabilidade ambiental e liberdade de imprensa na Ásia-Pacífico, e pela xenofobia e a ascensão da extrema direita na Europa.

Trata-se de um farto banquete intelectual para acadêmicos e tomadores de decisão. O perfil variado dos colaboradores da Coleção permite ver, lado a lado, professores, pesquisadores, gestores públicos e privados, políticos de carreira e ativistas sociais de múltiplas orientações. Temas de elevado apelo, cuja relevância não pode ser subestimada, foram incluídos nesta coletânea. Chamam-me a atenção, em particular, os capítulos sobre educação e cultura, no Brasil e no mundo – campo temático a que estou fortemente vinculada, seja por compromisso profissional e senso de dever, seja por afeto e interesse de pesquisa.

O mais importante a notar, para além do que já foi expresso, é o papel de liderança reiteradamente desempenhado pela

UFMG, ao trazer uma arguta e aprofundada abordagem, sob um viés comparado, em momento especialmente duro no cenário internacional. A Universidade não se furtou, uma vez mais, a cumprir sua responsabilidade social. Numa encruzilhada histórica decisiva, em que somos acometidos por ameaças existenciais e instados a pensar e agir rapidamente, a comunidade da UFMG esteve à altura das expectativas nela depositadas, assumindo para si, com prontidão, a missão de mostrar o caminho à frente. O corpo de escritos que conforma a Coleção Desafios Globais é a instanciamento desse esforço para compreender o vasto mundo que nos rodeia e sua inerente complexidade. O resultado admirável pode ser conferido nas páginas que se seguem.

Registre-se, por fim, que a obra acadêmica reflete, com acurácia, a força dos milhares de estudantes, professores, pesquisadores, servidores técnico-administrativos em educação e colaboradores que integram os quadros da UFMG, bem como de nossos parceiros e parceiras, brasileiros e estrangeiros, em Minas Gerais, no Brasil, nas Américas, em todo o mundo, que não estão formalmente atrelados à UFMG.

Somos gratos a todos e todas que contribuíram de forma célebre e articulada para a concretização deste projeto, que se reveste de especial importância como espaço de pensamento crítico sobre os muitos e multifários desafios globais, em um contexto tão incerto e adverso.

Sandra Goulart Almeida
Reitora da UFMG

INTRODUÇÃO

*Dawisson Belém Lopes
Marcos Antônio Alexandre
Aziz Tuffi Saliba*

A África são muitas – e qualquer tentativa de compreendê-la está fadada à incompletude. A diversidade é demasiada. Idem para a complexidade. A modéstia, portanto, é boa conselheira para o empreendimento editorial que se segue. Não podemos prover, nesta coletânea, senão um esboço singelo do panorama africano. Tentaremos dar conta, telegraficamente, dessa incrível combinação de lugares e de desafios. Mesmo sabendo que, ao cabo, muito ficará para trás.

Tipicamente, a literatura agrupa, para fins de didatismo, o continente ancestral em África do Norte, Ocidental, Oriental, Central e do Sul.¹ Entre os países do Norte, Argélia, Egito, Líbia, Mauritânia, Marrocos, República Sarauí e Tunísia; na costa Ocidental, Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo; na costa Oriental, Comoros, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Maurício, Ruanda, Seicheles, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda; ao Centro, Burundi, Camarões, Chade, Togo, Congo, Guiné

¹ A União Africana também emprega essa tipologia.

Equatorial, Gabão, República Centro-Africana e São Tomé e Príncipe; ao Sul, África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. Uma variância de dar vertigem.

Se, por um lado, o continente preferido de arqueólogos e antropólogos, também relegado a segundo plano, com muita frequência, por homens da economia e da política internacionais. A anedota dos livros de história serve para ilustrar o ponto: quando presidente dos Estados Unidos, George Walker Bush, o filho, apenas houvera pisado o território da África uma vez em sua vida, numa viagem à pequena Gâmbia, a mando de seu pai, antes de eleger-se para a Casa Branca em 2000. Àquela época, Stephen Smith, do diário francês *Le Monde*, já denunciava que os conflitos africanos custavam a vida de milhões de cidadãos. A aviltante marca de mortos chegava a 3 milhões na República Democrática do Congo, mais de 300 mil em Burundi, 200 mil em Serra Leoa, a mesma quantidade na Libéria. Para não mencionar focos de tensão como o Norte de Uganda, Angola, Somália e Sudão. Em uma comparação rápida, o jornalista mostrava a profundidade do fosso de cobertura midiática: os mortos civis durante a II Guerra do Iraque, liderada por Bush Jr., não chegavam a 5 mil, a despeito de todo o barulho que se fazia (SMITH, 2003).²

África contemporânea e suas relações internacionais

A desastrosa intervenção na Somália, em 1993, traumatizou os formuladores de política externa, particularmente os defensores de maiores funções para a comunidade internacional e o concerto multilateral. O fantasma somali reaparece todas as vezes em que se contempla uma ação militar em território africano. O caos

² O número atualizado de mortos na II Guerra do Golfo é de aproximadamente 200 mil, segundo relatório da Universidade Brown, divulgado em 2018. Para mais, ver: 'GUERRA ao terror'..., 2018.

continuado que se abateu sobre a mãe África, em praticamente cada palmo de terra, acabou levando os países – e alguns atores em particular – a rever as rotas de ação.

O “jovem continente” – como é repetidamente chamado, por concentrar 40% de sua população abaixo da linha dos 15 anos de idade – encontra-se às voltas com uma miríade de males. AIDS, malária, cólera, subnutrição crônica e outras doenças sobrecarregam rotineiramente os sistemas de saúde pública; pobreza extrema, desigualdade, corrupção, baixos índices de industrialização e de urbanização, subdesenvolvimento e mazelas afins conformam um cenário economicamente insatisfatório; déficits de educação, democracia e segurança resultam em descontrole e má governança. Para o sociólogo espanhol Manuel Castells, a África seria uma espacialidade desconectada da rede global, desplugada da tomada (CASTELLS, 1999). Já Samir Amin, economista egípcio, destinava-lhe o epíteto “quarto mundo”, numa referência à ordenação de potências da Guerra Fria e ao mundo que emergiu com a queda do Muro de Berlim (IRELE; JEYIFO, 2010, p. 69). De um ou de outro jeito, o continente perdido, uma nova Atlântida das relações internacionais.

As visões pessimistas acima esboçadas contrastam com a brisa da mudança e dos avanços em agendas cruciais. O fim do *apartheid* na África do Sul, já nos anos de 1990, é marco hodierno, com desdobramentos benfazejos para todas as sub-regiões do continente (ALDEN; LE PERE, 2003). A figura de Nelson Mandela, presidente premiado com o Nobel da Paz, segue a inspirar os democratas de todos os quadrantes, com o seu exemplo de paciência e reconciliação. A recriação da Organização da Unidade Africana, original de 1963, rebatizada de União Africana no século XXI, dá continuidade ao pan-africanismo solidário de Kwame Nkrumah por outros meios, traçando planos ambiciosos – vide a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD), de 2001. A Copa do Mundo de Futebol, em 2010, colocou a África no

mapa dos megaeventos globais, atizando o desejo de investidores e turistas. As placas tectônicas moviam-se.

Nessa época, aliás, Pretória tornou-se ícone da emergência africana. Desde 2010, como é sabido, a África do Sul passou a integrar o outrora promissor grupamento de grandes Estados do Sul Global – BRICS –, ombreando-se a Brasil, Rússia, Índia e China. Acrescente-se o ingresso do país no G-20, grupo das 20 maiores economias do planeta, reinventado no rescaldo da grave crise financeira de 2008-2009. Ainda que houvesse artificialidade nos arranjos, decorrente de heterogeneidade e falta de coordenação interna, aos olhos do mundo a nação democrática situada mais ao Sul do continente africano parecia credenciada a absorver novas responsabilidades e incumbir-se da representação regional de seus coirmãos nos fóruns globais. A miragem da potência desfez-se no curso de uma década, tal como uma duna no deserto do Saara. No plano regional, a concorrência com outros atores pela hegemonia africana – Nigéria, Egito, Gana, República Democrática do Congo, Quênia – só fez aumentar. As placas continuaram a mover-se (THIES; NIEMAN, 2017).

Falava-se, em editoriais de influentes veículos de comunicação europeus e americanos, em uma nova onda de colonialismo em direção à África. Dominique de Villepin, ex-chefe do Quai d’Orsay francês, afirmava há alguns anos:

Ao abrir as portas para um mundo novo, a queda do Muro de Berlim não se fez acompanhar pela pacificação esperada. [...] Cabe a nós fazermos da África a vanguarda de uma política que defenda os princípios de uma nova ordem mundial, marcada pelo respeito ao direito e pela primazia do diálogo (VILLEPIN *apud* SMITH, 2003, grifo nosso).

O tom civilizatório era o mesmo de sempre. Mas, no que diz respeito às atitudes, há agora uma diferença substancial: China e Índia, responsáveis por 12 e 6% das exportações locais,

respectivamente, não deixarão de exercer papéis na nova era. Seus investimentos maciços não dão margem a dúvida.

A recalcitrante atitude da Casa Branca parece apontar para outro horizonte. Costumam dizer os especialistas que a política externa dos Estados Unidos é cíclica. Talvez até seja. A história é a mais fiel das testemunhas. O curioso é que, aos arroubos de unilateralismo, sempre se faziam acompanhar as ações militares. No entanto, o raciocínio não se aplica perfeitamente ao quadro africano. Se existem pretensões de Washington para além da ajuda humanitária ao continente – uma renovada “diplomacia do dólar”, mais sutil, menos intensa –, as justificativas para tentar intervir politicamente na região, hoje, passam não apenas por uma doutrina de contenção à China, senão também pela incansável missão autoinfligida de caça às bruxas terroristas, o que gera cooperação institucional em vários níveis, do Cairo a Abuja, sob a égide da securitização e do militarismo.

A Renascença Africana: perspectivas para o futuro

O desenvolvimento econômico é palavra de ordem para as lideranças africanas de todas as filiações partidárias e localizações geográficas. Nada mobiliza mais. Diz-se inclusive que, se o século XXI é asiático, o próximo será africano. Trata-se de uma boa aposta, e há fundamentos objetivos para tal. Em larga medida, os 55 Estados soberanos que compõem o mosaico africano ainda pouco comerciam entre si. Os mercados consumidores subsaarianos são pequenos, com populações que não chegam a 10 milhões de pessoas em mais de 20 países. A reversão do quadro reclamaria maior integração entre eles, de modo a haver ganhos de escala. Com uma população economicamente ativa combinada de 1,1 bilhão de pessoas em 2034, a África deverá criar empregos em massa e, para tal, facilitar o tráfego de seus

trabalhadores, gerando dinamismo e disseminação de conhecimentos (NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL, 2017).

Obstáculos de monta permanecem, entretanto. Na média, um cidadão africano precisa de visto para ingressar em 41 dos 55 países do próprio continente. Isso diminui a mobilidade legalizada através das fronteiras, impactando negativamente a atividade econômica, num mundo marcado pelos fluxos e pela automação crescente. A pobreza persiste como problema fundamental na África: apesar dos progressos reportados no marco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), hoje há, em números absolutos, mais pessoas pobres – tecnicamente falando – do que havia nos anos de 1990, em função do crescimento demográfico. A projeção do Banco Mundial é que, em 2050, mais de 2 bilhões de seres humanos habitem terras africanas. Além disso, o grau de informalidade econômica ainda é desproporcionalmente alto, alcançando cerca de 40% do PIB.

Muitas das preocupações dos tomadores de decisão na região, hoje, giram ao redor de: a) suprimento energético confiável, b) desenvolvimento de infraestruturas físicas, c) agregação de valor às cadeias locais de produção, d) integração dos meios rural e urbano no interior dos países, e) inserção das mulheres nos mercados profissionais, f) melhoria dos quadros regulatórios para atividades econômicas, g) desenvolvimento do pequeno comércio, h) maior integração intrarregional e incremento do fluxo de pessoas e mercadorias, i) observância de medidas sanitárias e fitossanitárias mais rigorosas, j) avanço da economia digital e h) projeção externa de uma África coesa e fortalecida. Esses objetivos, em associação com a sempiterna ideia do pan-africanismo, constam do documento *Agenda 2063: a África que queremos*, adotado pelos chefes de Estado e de governo presentes à 24ª Assembleia Geral da União Africana, em janeiro de 2015 (VICKERS, 2017).

A Agenda 2063 tornou-se, para todos os efeitos, síntese do esforço renascentista africano. Em conexão com os objetivos econômicos, bastante bem expressos no documento, também figuram princípios como a boa governança, o respeito aos direitos humanos, o império da lei e a democracia. Ainda que haja ameaças a direitos civis e políticos em tempos correntes, a disseminação desses ideais na África do século XXI parece digna de comemoração. Um papel deve ser reconhecido ao ganhês Kofi Annan, secretário-geral das Nações Unidas por dois mandatos (1997-2006), e seu evangelismo em favor da Carta da ONU. Annan propôs a interpretação, depois transformada em doutrina, de que a democracia, embora não prevista textualmente como requisito para um país tornar-se membro da Organização que ele liderava, consistia em um direito humano. A hábil operação hermenêutica frutificou em vários países.

As dificuldades que se oferecem para a concretização do plano de metas da Agenda 2063 não são desprezíveis. Além dos óbices mais evidentes, há os invisíveis a olho nu. Um deles é a percepção de que a União Africana e os valores que a embalam são “ocidentais” e, portanto, exógenos e atentatórios às tradições dos povos da região, dando brecha para um retorno simbólico – e, por que não?, até físico – do velho imperialismo. Em pesquisa realizada entre 2014 e 2015, o Afrobarômetro, organização que conduz pesquisas de opinião ao redor do planeta, promoveu cerca de 54 mil entrevistas em 36 países africanos e constatou, ao cabo, que o apoio à integração intrarregional era muito pequeno. Quando confrontados com a díade soberania/integração, a maioria dos cidadãos enfatizou o papel da soberania territorial e rejeitou, por exemplo, que alguma organização estrangeira pudesse ser incumbida de supervisionar eleições e violações de direitos humanos no território do seu país. Em 15 dos 36 países, os entrevistados sequer consideraram a mobilidade de pessoas e mercadorias como algo inerentemente bom.

Quem disse que o “renascimento” seria fácil? Nunca é. Ainda assim, as engrenagens da mudança estão operando em África. Propostas de mulheres e homens visionários envolvem redes de trens de alta velocidade, conectando todas as capitais africanas; a criação de uma universidade virtual pan-africana, acelerando a formação de capital humano local; a implementação do passaporte africano, permitindo a livre circulação de pessoas pelas fronteiras do continente; o fim de todas as guerras e o desarmamento amplo; e o desenvolvimento de um programa espacial comum africano, primeiro do gênero em todo o mundo. Visto desse ângulo, o futuro é uma bela e luminosa promessa.

Localizando e especificando alguns desafios globais em África

Mitigação de impacto ambiental é tema comum a todos os povos do mundo, mas a preocupação materializa-se distintamente em cada latitude. No continente africano, a produção e a deficiente gestão de resíduos sólidos urbanos situam-se entre as questões a pressionar autoridades governamentais, dado que, nos países subdesenvolvidos, o problema é agravado pela escassez de tecnologia e recursos financeiros. Há externalidades negativas, tais como a proliferação de vetores e roedores transmissores de enfermidades, a contaminação do ar pela queima de resíduos, a emissão de gases que resultam da putrefação da matéria orgânica, a deterioração da paisagem, a contaminação e a degradação dos solos e das águas pelos lixiviados, que pedem consideração nos termos da saúde pública.³

Há uma conexão óbvia entre a exploração ambiental e o desenvolvimento econômico, a qual comparece, dentre outras frentes, nos planos para alavancagem do comércio varejista africano. O surgimento de novos canais para as vendas não pode descurar

³ Ver o Capítulo 1 desta coletânea.

o debate sobre o meio, sob pena de afastar os próprios investidores estrangeiros. A modernização traz custos, para o que convém tomar medidas concretas e, sem negar os desafios, incorporá-los ao cálculo estratégico. Em todos os sentidos, a educação ambiental constitui uma ferramenta de trabalho teórico-prático para compreender os modelos de desenvolvimento do mundo que nos rodeia e a sua relação com a saúde e o bem-estar da população – em África e alhures.⁴

Ainda no bojo da educação, como estimular o interesse de crianças e adolescentes em adquirir e produzir conhecimento em condições culturais, sociais, políticas e econômicas variadas? Ensinar qual língua? Ler e produzir qual literatura? Como favorecer o desenvolvimento de intercâmbios culturais e interações sociais em escolas públicas, com base em experiências locais? Como formar docentes capazes de compreender os processos de hegemonia cultural que se lhes impõem?

Um dos caminhos para estimular o engajamento social com as narrativas da educação, assim como para estabelecer relações entre estudantes em ambientes escolares variados, é a chamada educação transmídia.⁵ Outra via é dialogar com as pesquisas que tematizam os lugares das línguas nativas e da língua do colonizador na alfabetização de jovens e adultos.⁶ Também há que descolonizar currículos, de notada inspiração europeia, e trazer à tona a discussão sobre formas alternativas de produzir conhecimento, sobretudo por meio da Cooperação Sul-Sul.⁷ Os experimentos pedagógicos no âmbito da lusofonia vêm avançando ao cotejar as realidades de lugares tão distantes e diversos quanto Brasil, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Cabo Verde e Moçambique, atentando para as prefigurações políticas e

⁴ Ver o Capítulo 2 desta coletânea.

⁵ Ver o Capítulo 4 desta coletânea.

⁶ Ver o Capítulo 6 desta coletânea.

⁷ Ver o Capítulo 5 desta coletânea.

históricas, as privações tecnológicas e os limites infraestruturais de cada ambiência.

Como se projeta, por volta de 2050, um em cada cinco seres humanos do planeta será africano. Desde o ano de 2000, pelo menos metade dos países do mundo com o maior índice anual de crescimento demográfico se encontra na África. Por volta de 2030, mais de 40% de todos os africanos ocuparão os estratos médio e superior das sociedades nacionais. À mesma época, prevê-se que o consumo na África atinja 2,5 trilhões de dólares norte-americanos (mais do que o dobro de hoje em dia). Ora: segurança alimentar, para uma população que cresce rapidamente, é prioridade. É preciso garantir esse suprimento de carboidratos e proteínas, imaginando desde já os gargalos que sobrevirão.⁸ De lamentar-se, evidentemente, é o renitente foco nos aspectos militares da projeção do continente africano, em prejuízo de outras frentes – como combate à pobreza e às migrações descontroladas, melhoramento da governança democrática e luta anticorrupção.

O tema institucional, sobretudo na África subsaariana, merece reflexão apurada. Reputa-se à região a fama de ser uma das mais corruptas do mundo, embora tal rótulo esteja insuficientemente embasado em empiria. Trata-se de percepção generalizada, diante da carência estrutural e de outros déficits crônicos em diversas esferas sociais. A corrupção em África apresenta, alegadamente, duas tendências: a primeira é uma ênfase nas variáveis domésticas para explicar a corrupção nos países, obliterando a dimensão internacional do fenômeno; a segunda é a associação da corrupção à cultura, esvaziando o debate e seu enfrentamento político. Reposicionar a temática, trazendo a discussão para o domínio da governança e mobilizando o olhar comparativo, robustecerá e restituirá senso de proporção às análises. Convém voltar aos dados oficiais e relatórios de organizações que compõem a sólida

⁸ Ver o Capítulo 3 desta coletânea.

arquitetura de governança regional e global anticorrupção para dar passos mais firmes nessa seara, evitando-se as conclusões prontas que a lente preconceituosa dá a ver.⁹

Outra dureza que perpassa a dimensão institucional é o câmbio de regime político. Ao Norte da África, desencadeou-se uma das mais importantes revoluções democráticas dos últimos tempos, dita Primavera dos Povos Árabes, cujos efeitos se fizeram sentir para bastante além do entorno territorial imediato. A Tunísia contemporânea constitui laboratório de evoluções e aventuras, revoltas e mutações, transformações e bloqueios, fracassos e sucessos desde o ano da graça de 2011. O país foi atravessado por uma torrente de demandas políticas, econômicas, sociais e culturais. Com a derrubada do regime de Zine El Abidine Ben Ali, no poder há 23 anos, em 14 de janeiro de 2011, Túnis assistiu à eleição de três presidentes por meios democráticos; e também conheceu, às vezes com grandes dificuldades, uma sucessão de governos resultantes de eleições legislativas pluralistas. A nação a um só tempo africana e árabe tem, portanto, múltiplas características que a tornam um estudo de caso relevante das metamorfoses da última década.¹⁰

Na África, o objetivo de lidar regionalmente com a prevenção e gestão de conflitos e a busca de aumentar a estabilidade regional e as conexões comerciais e de infraestrutura entre os países permeiam as ações de diferentes organizações – vide a União Africana e a SADC, Southern African Development Community. O regionalismo é também uma instância para gerenciar crises democráticas, turbulências políticas e questões econômicas, a fim de aumentar a confiança e a estabilidade na relação entre os Estados. Na costa Ocidental, um dos projetos mais importantes de regionalização africana – a Ecowas, Economic Community of West African States – vem gerando frutos promissores, a

⁹ Ver o Capítulo 7 desta coletânea.

¹⁰ Ver o Capítulo 8 desta coletânea.

despeito dos obstáculos de monta. Trata-se, provavelmente, da organização regional mais resiliente e ativa entre todas as sub-regiões do continente africano, atuando em negociações e acordos comerciais como bloco, tendo como um de seus membros fundadores a Nigéria, hoje a maior economia do continente. A análise empírica do regionalismo no Sul Global e seus efeitos nas dimensões de comércio e de proteção da democracia parece-nos imprescindível para o estado da arte, uma vez que a literatura sobre o tema acusa falta de conhecimento acumulado para além do caso europeu.¹¹

A diáspora africana, usualmente abordada em sua angulação trágica, também recebe, nesta obra coletiva, olhar artístico. Não que sejam elementos absolutamente dissociados – tragédia e arte. Muito pelo contrário. A questão da estética, da memória e das mudanças na África são levantadas sob uma variedade de perspectivas. Estudiosos europeus alegaram, por longa data, que a África não podia produzir estética, material ou imaterial, para compartilhar com o mundo, pois seu passado era vazio, destituído de facticidade histórica. Infelizmente, tais argumentos disseminaram-se e influenciaram a narrativa canônica, induzindo à colonização “justificada”, à escravidão e à violência multidimensional. Impôs-se a modernidade ao Sul, especialmente à África.¹²

A despeito dessas práticas de dominação, contribuições de pensadores do nosso tempo, como o congolês Valentin-Yves Mudimbe e o camaronês Achille Mbembe, alcançaram alturas espetaculares, conjugando descobertas de arqueólogos, historiadores, historiadores de arte, antropólogos, linguistas, culturalistas, musicólogos e filósofos em estudos interdisciplinares nascidos em África, ou baseando-se em saberes locais. Ora: a África sempre foi continente culturalmente vibrante e rico – mesmo que a colonização e a escravidão a tenham prejudicado de várias

¹¹ Ver o Capítulo 9 desta coletânea.

¹² Ver o Capítulo 10 desta coletânea.

maneiras. É sinal conspícuo de ignorância profunda ir na direção argumentativa oposta. Qualquer observação desinteressada poderá confirmá-lo. Tomem-se os hinos e cânticos de futebol em Moçambique e Angola, ex-colônias portuguesas na África. São manifestações culturais populares poderosas e dotadas de beleza que, inegavelmente, embebidas estão nos processos coloniais e civilizacionais aos moldes ocidentais.¹³

Dar vazão a novos olhares sobre o continente ancestral, sob uma multiplicidade de sensibilidades, a partir de enquadramentos plurais – eis a razão de ser da coleção Desafios Globais. É preciso buscar conhecer tais realidades planetárias e, na medida das possibilidades, tentar dar-lhes sentido. Se esta introdução for exitosa em suscitar no leitor curiosidade e desejo de ir um pouco além, palmilhando os 11 excelentes capítulos que compõem o livro, terá sido um começo.

Referências

ALDEN, C.; LE PERE, G. *South Africa's Post-Apartheid Foreign Policy: From Reconciliation to Revival?* Oxford: Oxford University Press, 2003.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

‘GUERRA ao terror’ dos EUA matou cerca de 500 mil pessoas, segundo estudo. *O globo*, 8 nov. 2018 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/guerra-ao-terror-dos-eua-matou-cerca-de-500-mil-pessoas-segundo-estudo-23221541>. Acesso em: 26 maio 2020.

IRELE, F. A.; JEYIFO, B. (ed.). *The Oxford Encyclopedia of African Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. *Le monde en 2035 vu par la CIA: le paradoxe du progrès*. Paris: Éditions J'ai Lu, 2017.

SMITH, S. Continente perdido. *Folha de S. Paulo*, 10 jul. 2003. (Originalmente publicado no diário *Le Monde*).

¹³ Ver o Capítulo 11 desta coletânea.

THIES, C.; NIEMAN, M. D. *Rising Powers and Foreign Policy Revisionism: Understanding BRICS Identity and Behavior Through Time*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2017.

VICKERS, B. *A Handbook on Regional Integration in Africa: Towards Agenda 2063*. London: Commonwealth Secretariat, 2017.

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM ANGOLA

Augusto José Fazenda

Introdução

A investigação educativa é essencialmente interdisciplinar, pela complexa natureza do seu objeto de estudo e a necessidade do enfoque holístico na existência de momentos em que predomina a análise filosófica, psicológica, sociológica e pedagógica das múltiplas interconexões que formam a unidade totalizadora da realidade. Para abarcar de forma integral o saber especializado com outros problemas da educação, existem tendências pedagógicas integradoras.

Na atualidade, os problemas associados à produção e deficiente gestão de resíduos sólidos urbanos se situam entre as grandes preocupações da humanidade, situação que se agrava nos países subdesenvolvidos pela escassez da tecnologia e dos recursos financeiros. Entre os problemas relacionados com a inadequada gestão de resíduos sólidos urbanos, pode-se mencionar

a proliferação de vetores e roedores transmissores de enfermidades, a contaminação do ar pela queima de resíduos e pela emissão de gases que resultam da putrefação da matéria orgânica, a deterioração da paisagem e a contaminação e degradação dos solos e das águas pelos lixiviados.

A educação ambiental constitui uma ferramenta de trabalho teórico-prático e contribui para compreender os modelos de desenvolvimento científico-técnico e tecnológico do mundo que nos rodeia e a relação desses modelos com a saúde e o bem-estar da população.

O presente estudo tem como objetivo descrever a situação atual da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no ensino de Geografia em Angola. Para tal se teve em conta as conferências internacionais sobre a educação ambiental e o desenvolvimento humano, a legislação ambiental vigente em Angola e a abordagem da educação ambiental no curso de Licenciatura em Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia. A contextualização do estudo foi feita na cidade do Sumbe, com a amostra de docentes e estudantes do Instituto Superior de Ciências de Educação do Cuanza Sul.

Gestão de resíduos sólidos urbanos e educação ambiental: processos para a saúde

A exploração e utilização dos recursos naturais, o uso intensivo da energia fóssil, o uso da água, ar e solo para a deposição de resíduos sólidos, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, constituem a principal causa da degradação ambiental. Os problemas ambientais relacionados com a gestão de resíduos sólidos são antigos e se incrementaram com a evolução da ciência e da tecnologia, exceto nos países desenvolvidos onde a participação comunitária e o cumprimento da legislação de fato acontecem.

Os resíduos sólidos são um fenômeno social e um dos grandes problemas das sociedades contemporâneas, com largo espectro psicossocial, socioeconômico, tecnológico, político e jurídico. A saúde e a segurança das pessoas têm sido, desde muito tempo, as maiores preocupações relacionadas com a gestão de resíduos sólidos, às quais se juntam, na atualidade, três fatores, que são a conservação dos recursos naturais, os riscos associados aos sistemas tecnológicos de resíduos sólidos e a necessidade de comportamentos de todos os implicados.

A saúde das pessoas é deficiente, na maior parte do mundo, devido às enfermidades provocadas por vetores e roedores que se proliferam nas comunidades com a inadequada gestão de resíduos sólidos urbanos. As principais enfermidades que resultam daí e colocam a humanidade em risco são a cólera, febre tifoide, hepatite A, diarreia aguda, tuberculose, malária, conjuntivite bacteriana aguda, helmintíase intestinal, encefalite japonesa e febre-amarela (OMS, 2004; BRASIL, 2004; INSTITUTO TRATA BRASIL, 2012). Essa situação é crítica em Angola, devido às debilidades do sistema de orientação da população para identificar os fatores de risco e assumir estilos de vida saudável.

As investigações explicam que, até a Idade Média, na Europa não havia serviços de gestão de resíduos sólidos e realçam que somente nas cidades e vilas de Roma existiam elementos de sistemas de saneamento básico, o abastecimento da água nas ruas de cidades como Pompeia e esgotos para a coleta e eliminação de águas residuais das zonas povoadas. As condições precárias de insalubridade nos aglomerados populacionais eram generalizadas em toda a Europa e a Ásia durante toda a Idade Média, o que periodicamente provocava enfermidades catastróficas como a peste de Justiniano (541-542) e a peste negra (1347-1351), que matou muitas dezenas de milhares de pessoas e alterou radicalmente a sociedade (CORDERO, 2012).

A Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos contribui de forma individual e coletiva para que as pessoas possam compreender e implementar ações para a promoção da saúde, promoção essa definida como “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de vida e saúde”¹ (OMS, 1986), com vista ao desenvolvimento sustentável, que é “o desenvolvimento baseado na gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também as suas necessidades.” (ANGOLA, 1998).

Camacho e Ariosa (2000) declaram que a “gestão ambiental é um conjunto de ações dirigidas à administração, ao uso e manejo dos recursos e à conservação, preservação, melhoria e monitoramento do meio ambiente, na base de uma coordenada informação com a participação comunitária”. Com esse objetivo, a Organização Mundial de Saúde orientou que os Estados devem trabalhar com as instituições educativas e do setor de saúde para que atendam, a partir de suas políticas, os problemas de saúde que afetam a população e desenvolvam estratégias e iniciativas que permitam a melhoria da qualidade de vida das pessoas (OMS, 1997).

Em Angola, assume-se que a “gestão ambiental é o manejo e a utilização racional e sustentável dos componentes ambientais, incluindo o seu reuso, reciclagem, proteção e conservação” (ANGOLA, 1998). Nessa definição realçam-se os conceitos que devem ser desenvolvidos na Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no processo educativo.

Russo (2003) declara que resíduos sólidos são todos os materiais que, por não fazerem falta para o seu detentor, este queira deles se desfazer, embora tenham capacidade de valorização. Caro e Solano (2005), Ramirez, Chávez e Reyes (2006), Mora e Berbeo (2010) e Mazzeo (2012) compartilham da ideia de que resíduos

¹ As traduções de citações de obras de língua estrangeira neste capítulo são minhas.

são os restos de atividades humanas considerados inúteis, indesejáveis ou desprezáveis por aqueles que os produzem, mas que podem ter utilidade para outras pessoas, ou podem estar contido num recipiente susceptível de valoração, ou então receber tratamento ou deposição final.

Nesse sentido, Mora e Berbeo (2010) destacam que “os resíduos sólidos são susceptíveis de ser utilizados de forma externa ou interna”, aspectos que revelam a importância da reutilização e da reciclagem, para as quais contribui a Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos ao capacitar as pessoas no conhecimento dos tipos de resíduos sólidos e nas habilidades necessárias para o seu manejo.

Em Angola o Decreto Presidencial nº 190/12 de 24 de agosto de 2012 declara que

resíduos são substâncias ou objetos que o detentor se desprende ou tem a obrigação legal de se desprender, que contêm características de risco por serem inflamáveis, explosivas, corrosivas, tóxicas, infecciosas ou radioativas ou por apresentar qualquer outra característica que constitua perigo para a vida ou saúde das pessoas e para o ambiente (ANGOLA, 2012a).

Nessa definição se agregam as principais características dos resíduos sólidos e se enfatiza a obrigatoriedade legal de se desfazer deles pelas consequências que podem ter para a saúde e o meio ambiente.

Otero del Peral (1992) entende que a gestão de resíduos sólidos urbanos é um

conjunto de operações encaminhadas a dar, aos resíduos produzidos numa zona, o destino global mais adequado, desde o ponto de vista ambiental e especialmente na vertente sanitária, de acordo com suas características, volume, procedência, custo de tratamento, possibilidades

de recuperação e de comercialização e diretrizes administrativas neste campo e compreende as fases de pré-coleta, coleta, transporte e tratamento dos mesmos.

Martinho e Gonçalves (2000) afirmam que a gestão de resíduos sólidos urbanos se desenvolveu na Europa Ocidental, a partir do início do século XX, compreendendo as operações de coleta, transporte, armazenamento, tratamento, valorização e eliminação de resíduos, o monitoramento das respectivas instalações, assim como o planejamento dessas operações; além disso, contribuiu para as descobertas científicas na saúde pública e originou uma pressão da opinião pública que obrigou os governantes a assumir medidas com vista ao bem-estar coletivo. Essa afirmação permite compreender que a gestão de resíduos sólidos urbanos deve ser tratada como processo de diferentes procedimentos e operações com caráter transformador, integrador, sinérgico e holístico, tendo em conta a qualidade do ambiente e a saúde das pessoas.

Para Wehenpohl e Hernández (2002), a gestão de resíduos sólidos é um “processo mais complexo pelo que se alcança uma diminuição dos resíduos que chegam a sua deposição final de maneira menos perigosa para o ambiente”. Para tal é necessária a educação ambiental que promove a redução, a reutilização e a coleta seletiva de resíduos sólidos para a reciclagem e a compostagem como formas de contribuição na preservação dos recursos naturais, na qualidade do ambiente e da saúde.

Em Angola se considera que

gestão de resíduos sólidos são todos os procedimentos viáveis com vista a assegurar uma gestão ambientalmente segura, sustentável e racional de resíduos, tendo em conta a necessidade de redução, reciclagem e reutilização, incluindo a segregação, coleta, transporte, armazenamento, tratamento e eliminação de resíduos, assim como a posterior

proteção dos locais de eliminação, de forma que se proteja a saúde humana e o meio ambiente contra os efeitos nocivos que possam advir dos mesmos (ANGOLA, 2012a).

Essa definição explica a relação entre a gestão de resíduos sólidos com a proteção do meio ambiente e da saúde e, ao mesmo tempo, estabelece a necessidade da educação ambiental para a redução, reutilização e coleta seletiva para a reciclagem e compostagem como procedimentos que contribuem para uma adequada gestão de resíduos sólidos.

Segala, Opressa e Palalane (2008), em Moçambique, realizaram um estudo com o objetivo de apresentar a situação da gestão de resíduos sólidos, elaborar recomendações para melhorar os serviços de limpeza urbana dentro de uma perspectiva sustentável e identificar as boas práticas que possam servir de exemplo para a reutilização dos modelos atuais ou de modelos alternativos de gestão. Nesse estudo tomaram como referência a redução dos resíduos, o incremento da reutilização e a reciclagem, a universalização da prestação dos serviços e a deposição ambientalmente correta.

Nas constatações efetuadas destacaram a falta de programas de capacitação continuada para todos os níveis de profissionais vinculados com a limpeza urbana; a insuficiente participação comunitária com os esforços comunais para manter limpos os locais de residência ou de trabalho; e o baixo ou nenhum estímulo para envolver o setor privado nas ações de melhoria da gestão de resíduos sólidos. Recomendaram, ainda, que os municípios devem desenvolver programas de educação cívica no sentido de responsabilizar os seus habitantes com a limpeza das cidades (SEGALA; OPRESSA; PALALANE, 2008).

Bernardo (2008) afirma que nos países africanos, em geral, a coleta de resíduos tem um caráter seletivo e, portanto, de exclusão. A administração municipal, quando não possui meios para

prestar o serviço a toda a população, concede prioridade aos setores comerciais, às unidades de saúde e à população de maior poder aquisitivo. Logo, os serviços prestados não alcançam, em geral, as comunidades periféricas ou marginais. O mesmo autor destaca que “a falta de recursos financeiros e infraestruturas da maioria dos países africanos para a gestão de resíduos sólidos faz com que o serviço de limpeza pública seja tratado pelos governos municipais com medidas paliativas”; ao mesmo tempo, a ausência de ações e a negligência dos governos locais contribuem para agravar a situação (BERNARDO, 2008). Essa situação acontece na maior parte do território angolano; nas comunidades rurais e periurbanas ela contribui para o surgimento de enfermidades infecciosas e parasitárias que sobrecarregam o Estado em relação aos recursos para minimizar a mortalidade de crianças, jovens e mulheres grávidas.

No Relatório Final da Conferência de Tbilisi (1977), a educação ambiental foi definida como um processo de “reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente” (RECOMENDAÇÕES..., 1977). O referido documento declara que a educação ambiental possibilita uma ação racional capaz de responder às necessidades atuais, o que significa que o processo deve estar relacionado com o contexto em que se realiza e atender os seus problemas.

McPherson (2004) destaca o caráter ético da educação ambiental ao considerar que é um “processo educativo permanente para despertar a necessidade de universalizar a ética humana e induzir os indivíduos a adotar atitudes e comportamentos que asseguram a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da humanidade”. E Martínez (2004) esclarece que a educação ambiental é um “processo para a melhoria das condições de vida da população e das relações entre o homem, sua cultura e o meio biofísico” e reconhece a localidade como

recurso educativo, aspectos importantes no presente estudo. A proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da humanidade constitui uma das metas do processo educativo.

González (2006) declara que a educação ambiental deve habilitar os estudantes para o planejamento das suas experiências de aprendizagem, a tomada de decisões e a aceitação das suas consequências; desenvolver a sensibilidade ambiental, o conhecimento e as habilidades para resolver os problemas ambientais de sua comunidade; preparar os estudantes para descobrir os sintomas e as causas dos problemas ambientais; utilizar diversos ambientes de aprendizagem com um enfoque educacional amplo para ensinar e aprender com o ambiente e desde o ambiente, com ênfase nas atividades práticas.

Para Agostinho (2014) a educação ambiental é um “processo educativo permanente e contextualizado para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e comportamentos em relação com o meio ambiente que asseguram a formação integral dos sujeitos e do desenvolvimento sustentável”. Essa é a meta final da educação ambiental para o que se necessita de um indivíduo capaz, que pensa e atua em correspondência com as possibilidades e limites do meio ambiente.

As definições apresentadas permitiram inferir que a educação ambiental é um processo educativo contínuo, permanente, dinâmico, participativo, sistêmico, sistemático e integral composto por um conjunto de fases sucessivas com um sistema de ações interligadas de forma dinâmica para a transformação da conduta das pessoas; desenvolve as habilidades de sensibilizar a população sobre os problemas ambientais para defrontar os problemas da relação Sociedade-Natureza, analisar a relação de interdependência e diversidade no meio ambiente, promover a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, orientar os processos econômicos, sociais e culturais para o desenvolvimento sustentável; e desenvolve os valores éticos fundamentais, que

são a responsabilidade individual, coletiva e global perante os problemas ambientais e o respeito a todas as formas de vida.

A educação ambiental se caracteriza pela utilização da natureza como recurso educativo com enfoque holístico, prepara os estudantes na busca de soluções para os problemas ambientais, contribui para a transformação social e a melhoria de vida das pessoas.

Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no processo educativo em Angola

A presente investigação propõe que o professor, além das habilidades profissionais pedagógicas, desenvolva conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos ambientais para reconhecer e propor soluções para os problemas ambientais atuais através da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

McPherson (2004) expressa que “o professor deve ser formado com consciência ambiental para que transmita conhecimentos e desenvolva habilidades e atitudes de reconhecimento e solução de problemas ambientais atuais existentes na escola e na localidade em que se encontra a comunidade”, e Aguilera (2009) reconhece que

a formação pedagógica se desenvolve através da integração de atividades acadêmicas, laborais e de investigação com a participação de diversas organizações educativas para responder à exigência social a partir da relação Sociedade-Natureza, da qual emerge a necessidade da educação ambiental.

A formação profissional pedagógica deve promover a compreensão da necessidade de trabalhar com os estudantes na identificação e busca de soluções para os problemas ambientais

locais, como declarado na Agenda 21 Global, que orientou “pensar global e agir local”. A Agenda 21 Global, no seu capítulo 36, dedicado à educação ambiental, definiu como áreas prioritárias, entre outras, a reorientação da educação ambiental na direção do desenvolvimento sustentável; a ampliação da conscientização pública, através de ações destinadas às comunidades urbanas e rurais com a finalidade de sensibilizá-las sobre os problemas ambientais e de desenvolvimento; o incentivo à formação e capacitação de recursos humanos para atuarem na conservação do meio ambiente e como agentes de desenvolvimento sustentável.

Existem vários modos de atuação do profissional pedagógico, como o modo de atuação interdisciplinar (VELÁZQUEZ, 2005) e o de atuação profissional integradora (HERNÁNDEZ, 2012). No presente estudo se propõe aperfeiçoar a formação profissional pedagógica com a orientação do modo de atuação ambientalista, que se entende pela manifestação do domínio teórico e metodológico dos conteúdos ambientais, domínio esse que revela o desenvolvimento das habilidades e práticas docentes na educação ambiental para a gestão de resíduos sólidos (FAZENDA, 2016).

Em Angola, até 1975, a orientação ao cidadão sobre a responsabilidade coletiva e individual para que compreenda a necessidade de cumprir a política ambiental ligada à conservação da natureza do país foi a “proibição, exceto licença especial, do lançamento ou despejo, nas zonas de jurisdição da autoridade marítima, de quaisquer águas residuais e substâncias residuais, bem como quaisquer outros resíduos que de alguma maneira possam poluir águas, margens ou praias”, conforme citado no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos – PESGRU (ANGOLA, 2012a). Essa exigência que se registrou, pela primeira vez, no ano de 1973, foi parte das orientações do governo português que, naquela época, exercia poder sobre Angola como sua província ultramarina, e a sua elaboração e aplicação resultou da

pressão internacional sobre a gestão e educação ambiental dos anos de 1970, sobretudo na Europa.

Em nível internacional, a Conferência de Tbilisi (1977), de Moscovo (1987) e a Eco-92 influenciaram no reconhecimento dos problemas ambientais, mas Angola teve pouca participação em adotar as orientações que pudessem contribuir na Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos porque a economia do país se encontrava débil, e a guerra que teve lugar no país impediu a abordagem das questões ambientais. A legislação foi, em geral, sem regulamentos, e se pode inferir que o Sistema de Educação, naquela época, não se pronunciou a favor da integração da educação ambiental no processo educativo.

Para cumprir as orientações das Nações Unidas relativas à educação ambiental e ao desenvolvimento humano, Angola, depois da independência que se alcançou em 11 de novembro de 1975, instituiu a Semana do Ambiente, que se celebra todos os anos, de 26 a 31 de janeiro, a partir do ano de 1976. Porém, durante várias décadas, a abordagem da educação ambiental não se concretizou devido à situação de guerra que se viveu no país.

O curso de Licenciatura em Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia, iniciou no ano letivo de 1982/1983 na província da Huíla, daí se expandiu para Huambo, Benguela, Cabinda e Uíge. O curso foi composto por disciplinas com potencialidades para a educação ambiental, tais como a Geografia Física Geral, constituída pela Climatologia (estudo da atmosfera), Geomorfologia (estudo da paisagem), Biogeografia (estudo da flora e fauna), Hidrogeografia (estudo da água) e Pedologia (estudo dos solos); Geografia Física dos Continentes, que estuda as paisagens regionais de África, América, Europa, Ásia, Austrália e Oceania; Geografia Económica e Social, que compreende a Geografia Urbana (resíduos sólidos urbanos), Agrária (resíduos agrários), industrial (resíduos industriais), Comércio e Transportes (resíduos sólidos urbanos e monóxido de carbono).

Entre as debilidades do referido curso, observou-se que os programas das disciplinas do currículo não apresentavam a fundamentação, o sistema de habilidades e atitudes, a metodologia e o sistema de avaliação; os objetivos não expressavam com clareza o que se pretendia alcançar, e a bibliografia recomendada foi insuficiente. Além disso, não havia um modelo de profissional que se pretendia formar, os programas que se desenvolviam não apresentavam objetivos relacionados com a educação ambiental, e na prática não se encontraram evidências do que se fazia para que os estudantes compreendessem a importância da educação ambiental e contribuíssem para a sua implementação.

A análise dos programas permitiu inferir que, embora as potencialidades das disciplinas pudessem contribuir para o desenvolvimento da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, no currículo não existiam orientações para a sua implementação. O contexto de guerra e de retardamento econômico que se viveu no país não permitiu a produção excessiva de resíduos sólidos urbanos, por isso, não se constituíram em problema ambiental que exigisse o seu tratamento no processo educativo.

Em 1987 a Comissão Permanente da Assembleia Popular, com vista à promoção da saúde da população, aprovou o Regulamento Sanitário (ANGOLA, 1987), que se expressa na Lei nº 5/87, de 23 de fevereiro de 1987, que revogou a legislação anterior denominada Portaria nº 6.392/48, de 9 de agosto de 1948, do Regulamento Geral de Sanidade Urbana e da Polícia Sanitária e Mortuária da Colônia de Angola, no contexto de província de Portugal. A Lei nº 5/87 constitui um marco importante para compreender os esforços de Angola na proteção do ambiente e promoção da saúde das pessoas. Quanto a seus objetivos, a lei se refere, por exemplo, ao saneamento ambiental, em particular dos aglomerados humanos, recintos públicos e das habitações; à aplicação de medidas tendentes à proteção e higiene nos locais de trabalho; à

aplicação de medidas profiláticas e de controle das enfermidades transmissíveis, especialmente as de caráter epidêmico; e à higiene dos alimentos e água de consumo.

Com a paz que se alcançou no dia 31 de maio de 1991 mediante o acordo de cessar-fogo assinado em Bicesse, no ano de 1993 se realizou o primeiro simpósio sobre o ambiente, entretanto, naquele momento não houve argumentos suficientes para introduzir ações de educação ambiental no processo educativo angolano.

Diante da pressão internacional da década de 1990 para a educação ambiental e gestão ambiental, Angola publicou a Lei nº 5/98, que definiu os conceitos e princípios básicos para a preservação do ambiente, promoção da qualidade de vida e do uso racional dos recursos naturais. A lei mencionada reconheceu que

a degradação do ambiente é um dos mais graves problemas que resulta da atividade humana no seu afã para promover o desenvolvimento econômico [...] [e] a educação ambiental favorece a proteção do meio ambiente através do aumento progressivo dos conhecimentos da população sobre os fenômenos ecológicos, sociais e econômicos que regem a sociedade humana e deve ser organizada de forma permanente no sistema formal de ensino e no sistema de comunicação social (ANGOLA, 1998).

A implementação da Lei nº 13/01 – Lei Base do Sistema de Educação (ANGOLA, 2001) – foi retardada devido à falta da criação de regulamentos para os Subsistemas de Educação e ao atraso da consolidação da paz, que se alcançou em 4 de abril de 2002. A partir de 2004 iniciou-se o processo de Reforma Educativa em Angola e surgiram regulamentos para a aplicação da Lei nº 13/01 e da Lei nº 5/98.

Na Lei nº 13/01, um dos objetivos para a educação em Angola consiste em “promover o desenvolvimento da consciência individual e coletiva em geral e da jovem geração em particular, para

a proteção do ambiente e a conseqüente melhoria da qualidade de vida”. A referida lei expressou os objetivos do ensino superior, no artigo 36º, alínea b): “realizar a formação no vínculo com a investigação científica orientada para a solução dos problemas detectados em cada momento do desenvolvimento do país, e inseri-la no processo de desenvolvimento da ciência e da tecnologia” (ANGOLA, 2001), o que exige a elevação da qualidade dos profissionais pedagógicos.

A consolidação da paz e as reformas econômicas contribuíram na transição da economia de orientação socialista para a economia de mercado, o que favoreceu o desenvolvimento do consumismo e a excessiva produção de resíduos sólidos urbanos, o consumo incontrolado dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, exigindo da sociedade angolana ações a curto, médio e longo prazo para a conscientização das comunidades a fim de minimizar os problemas ambientais daí resultantes.

A Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo – Lei nº 3/04 –, aprovada e publicada no ano de 2004, orientou que “o uso do espaço territorial deve preservar o ambiente, a qualidade e organização dos espaços rurais e urbanos e tudo o que se relaciona com ele” (ANGOLA, 2004a). O cumprimento desta orientação influenciou o ensino universitário, que incorporou no currículo de Licenciatura em Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia, as disciplinas de Ordenamento do Território, Sistema de Informação Geográfica, Prática de Campo Integral, Gestão e Avaliação de Impacto Ambiental, que permitem a abordagem dos problemas ambientais no processo educativo. A incorporação dessas disciplinas no currículo, para identificar os espaços onde se realizam as atividades industriais e os impactos que resultam dessas atividades, contribuiu para a compreensão da necessidade da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, embora naquele momento não

estavam determinados os conteúdos ambientais que devem ser desenvolvidos no processo educativo.

No mesmo ano de 2004, foi aprovado o Decreto nº 51/04, sobre Avaliação de Impacto Ambiental, que estabeleceu os princípios e normas gerais que se aplicam nas atividades industriais de qualquer natureza, realizadas no território nacional; a prevenção de riscos e inconvenientes que resultam da atividade dos estabelecimentos industriais; a salvaguarda da saúde pública e dos trabalhadores; a segurança das pessoas e bens; a higiene e segurança dos locais de trabalho; a qualidade dos bens industriais nacionais; e a necessidade de uma adequada gestão ambiental (ANGOLA, 2004b).

A Lei de Terras – Lei nº 9/04 –, aprovada e publicada no ano de 2004, no artigo 16º, ponto 1, estabeleceu que “a ocupação, o uso e a fruição das terras estão sujeitos às normas sobre proteção do ambiente”, e orientou a “proteção das paisagens e das espécies da flora e da fauna, preservação do equilíbrio ecológico e [o] direito dos cidadãos a um ambiente sadio e não poluído” (ANGOLA, 2004c). Essa lei reforçou a necessidade de trabalhar para o equilíbrio ecológico, e o cumprimento das suas diretrizes se refletiu no tratamento dos problemas ambientais, sobretudo daqueles que se criam nos centros urbanos, surgindo a necessidade de minimizar os impactos negativos da inadequada gestão de resíduos sólidos urbanos.

No ano de 2006 foi aprovada e publicada a Lei das Associações de Defesa do Ambiente – Lei nº 3/06 de 18 de janeiro de 2006 –, que regula o direito de participação e intervenção dessas associações na gestão ambiental para a “defesa do ambiente e áreas conexas, do uso racional e sustentável dos recursos naturais e da proteção dos direitos de qualidade de vida” (ANGOLA, 2006). Essa lei deu lugar ao movimento da sociedade civil e à criação das organizações não governamentais que desenvolveram a

educação ambiental não formal, sem a integração do conteúdo ambiental no Sistema de Educação de Angola.

A favor da gestão de resíduos sólidos urbanos, a Universidade Agostinho Neto, no ano de 2008, implementou o curso de Engenharia do Ambiente, que contribuiu para a compreensão dos problemas ambientais em Angola. Na gestão de resíduos sólidos urbanos, a redução, a reutilização e a reciclagem são os elementos fundamentais na hierarquia e resultam da educação ambiental, que sensibiliza os estudantes no processo educativo para a gestão ambiental.

A Constituição da República de Angola, aprovada no ano de 2010, no artigo 39º orienta como tarefas fundamentais do Estado a criação progressiva das condições necessárias para a efetivação dos direitos econômicos, sociais e culturais dos cidadãos, a promoção do bem-estar, a solidariedade social, a elevação da qualidade de vida do povo angolano, sobretudo dos grupos populacionais mais desfavorecidos, e a promoção do desenvolvimento harmônico e sustentável em todo território nacional.

A referida Constituição estabelece que o Estado protege o meio ambiente e os recursos naturais do país e reconhece a sua relação com o desenvolvimento econômico e social sustentável para tornar racional a vida humana e assegurar a sobrevivência, o bem-estar e a segurança das gerações atuais e futuras. Para tal a Constituição orienta que os órgãos competentes devem aplicar a política estabelecida, e o cidadão deve contribuir para a proteção da água e da atmosfera, a conservação dos solos, da flora, da fauna e de todo rico potencial da natureza (ANGOLA, 2010), conteúdos que se enquadram na Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

Apesar das insuficiências que prevalecem no processo educativo, as orientações mencionadas na Constituição da República permitiram reconhecer as potencialidades da educação ambiental para a proteção dos recursos naturais. No ano de 2012, foi

aprovado o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU), em que se reconheceu a necessidade de garantir a conscientização da população para beneficiar a correta gestão de resíduos sólidos e se recomendou a introdução progressiva de programas de capacitação comunitária sobre os métodos de separação e tratamento de resíduos, abordagem que facilita a introdução da coleta seletiva, reciclagem e compostagem (ANGOLA, 2012a).

Levando-se em conta a existência de grandes volumes de resíduos urbanos produzidos e geridos de forma inadequada, criou-se um suporte legal suficiente que, na atualidade, favorece a Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no processo educativo em Angola. O Regulamento sobre a Gestão de Resíduos (ANGOLA, 2012b) estabelece as regras gerais relativas à produção, depósito, tratamento, coleta, armazenamento e transporte de qualquer resíduo, exceto os de natureza radioativa ou sujeitos à regulamentação específica, de maneira a prevenir ou minimizar os impactos negativos sobre a saúde das pessoas e o ambiente, com vista ao estabelecimento de regras para a redução, reutilização, reciclagem, valorização e eliminação de resíduos, conteúdos que devem ser integrados no processo educativo para a promoção da saúde e bem-estar da população.

Para responder à exigência da legislação angolana, a qual definiu que a Educação “é um processo planificado e sistematizado de ensino e aprendizagem, que visa preparar de forma integral o indivíduo para as exigências da vida individual e coletiva”, conforme as orientações da Lei nº 17/16 (ANGOLA, 2016), assumidas pelas instituições do ensino superior em Angola, o modelo profissional de Licenciatura em Ciências de Educação estabeleceu que o professor de Geografia tem como perfil de saída a docência de Geografia e Educação Ambiental no ensino primário, secundário e técnico profissional e a investigação dos problemas socioeconômicos.

Para a introdução da educação ambiental no processo educativo, em Angola, foram realizados estudos entre os quais se destacam Zerquera (2006), Fazenda (2010, 2016), Couceiro da Fonseca (2013) e Agostinho (2014). Zerquera (2006) incluiu os conteúdos ambientais no processo educativo da Reforma Curricular do ensino primário e secundário, aspectos que constituem importantes antecedentes da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no processo educativo.

Fazenda (2010) elaborou a Proposta do Plano Estratégico para Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos do Município do Sumbe, destacou a necessidade da educação ambiental e a participação comunitária como processos que contribuem para uma atuação ambiental consciente. Para tal referiu a importância de articular as três modalidades da educação ambiental reconhecidas no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, que são a via formal, não formal e informal. O mesmo autor elaborou um Modelo de Educação Ambiental para a Gestão de Resíduos Sólidos na carreira de Licenciatura em Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia, que ajuda a melhorar a relação das instituições do ensino superior com os seus arredores a partir da integração de conteúdos ambientais na formação dos professores (FAZENDA, 2016).

As bases para uma estratégia de educação ambiental na Universidade Katyavala Bwila foram lançadas por Couceiro da Fonseca (2013), ao afirmar que, “em Angola, as universidades aparecem, salvo raras exceções, apartadas das práticas ambientalistas e da teoria necessária para compreender a sua incidência nesta temática”. Couceiro da Fonseca (2013) destacou que atualmente a universidade angolana não implementa estratégias educativas que permitam a gestão controlada e a minimização de resíduos – especialmente os tóxicos e os perigosos –, bem como a economia de água e o controle de águas residuais. Além disso,

não se fomentam modos de transporte sustentável e tampouco se aplicam critérios ambientais nas contratações de serviços ou produtos; não se projeta um modelo de desenvolvimento sustentável nas localidades onde se encontram as instituições universitárias. Esta situação prevalece no contexto angolano, o que exige uma nova forma de atuação das instituições do ensino superior.

A estratégia pedagógica – desenvolvida na Escola Superior Pedagógica do Bié – para a formação ambientalista dos estudantes de Licenciatura em Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia, para enfrentar, de forma geral, os problemas ambientais, identificou as principais insuficiências no desenvolvimento da educação ambiental dos estudantes de Geografia (AGOSTINHO, 2014). Entre essas insuficiências, foram assinalados o deficiente conhecimento na identificação dos problemas ambientais, o que dificulta a visão holística e sistêmica do ambiente; o limitado tratamento da educação ambiental como tema teórico e metodológico na formação dos professores; as debilidades na execução de atividades docentes para a educação ambiental a partir do modelo profissional do professor; e o predomínio de métodos expositivos em detrimento dos práticos demonstrativos relacionados com a dinâmica do meio ambiente.

O presente estudo reconhece que no processo educativo prevalece as debilidades acima mencionadas e, além disso, constata-se a inexistência do modelo teórico contextual para o planejamento e execução de atividades teóricas e metodológicas de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de forma sistêmica, sistemática e contextualizada, a fim de que contribuam na promoção do modo de atuação ambientalista consciente no desenvolvimento integral do cidadão.

A análise do conceito Educação Ambiental, Resíduos Sólidos e Gestão de Resíduos Sólidos permitiu inferir que a

Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos é um processo educativo contínuo, permanente, dinâmico, participativo, sistêmico, sistemático, integral e contextual para sensibilizar a população acerca da gestão ambientalmente segura, sustentável e racional de resíduos sólidos que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas (FAZENDA, 2016).

Nesse processo, exige-se das pessoas a responsabilidade de coleta, transporte, armazenamento, tratamento, valoração e eliminação de resíduos sólidos, e se formam as habilidades para a gestão de resíduos sólidos de acordo com as suas características, volume, procedência, custo de tratamento, possibilidades de recuperação e comercialização, diretrizes administrativas que requerem o conhecimento dos tipos de resíduos sólidos, formas de geração e armazenamento.

A Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos utiliza os resíduos sólidos como recurso educativo, com enfoque holístico, para a transformação social. É uma dimensão da educação integral, prepara os educandos para a busca de soluções aos problemas ambientais e se realiza por via formal, não formal e informal, propiciando a orientação da gestão de resíduos sólidos para a saúde e para o desenvolvimento sustentável.

Educação ambiental e gestão de resíduos sólidos urbanos: estudo de caso no Sumbe

Na investigação se assume o conceito de contextualização sendo

um processo de desenvolvimento do profissional que permite estar nas situações concretas de relevância e atualidade das disciplinas na sociedade, que se usa como marco motivador e conduto temático para

a introdução, desenvolvimento e avaliação dos conteúdos com a finalidade de aprendizagem (ADDINE, 2004).

A contextualização permite revelar os vínculos do método científico com o conteúdo da ciência e reproduzir os conteúdos acerca de um objeto mediante a atividade teórica e sua integração com a prática.

O Sumbe produz elevada quantidade de resíduos sólidos urbanos devido ao elevado crescimento demográfico; às debilidades na reutilização e no sistema de coleta e tratamento desses resíduos; ao subaproveitamento destes para a reciclagem e a compostagem; e à fraca educação ambiental como via para conscientizar a população e capacitá-la na busca de soluções para os problemas ambientais associados à inadequada gestão de resíduos sólidos urbanos. A caracterização desses resíduos no Sumbe foi uma tarefa inédita e de grande complexidade devido às dificuldades impostas pela incipiente organização e pela ausência de infraestruturas nessa área (FAZENDA, 2010; FAZENDA; MANUEL; AGUILERA, 2015; FAZENDA; RUSSO, 2016; SECUNDUA; FAZENDA, 2019). O estudo de caso observou a preparação dos docentes e a situação atual dos estudantes em Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

Preparação dos docentes na Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

Na Universidade Katyavala Bwila, o Instituto Superior de Ciências de Educação do Cuanza Sul, no Sumbe, não possui um plano de superação profissional. A inexistência desse documento dificultou o processo de coleta de informações do trabalho metodológico e a implementação de ações na preparação docente para incorporar a Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no processo educativo.

A preparação individual do docente se realiza de forma espontânea, o que se constatou pela ausência dos conteúdos relacionados com o tema de educação ambiental nos planos individuais dos professores. De 15 docentes, 4 (26,6%) mostraram que incluem o tema no planejamento do processo educativo. Quanto aos demais, não se verificou essa abordagem, o que se considerou insuficiente para um impacto positivo na formação dos professores. O trabalho metodológico dos docentes, como parte da preparação individual, não evidencia resultados satisfatórios, não expressa a educação ambiental como eixo transversal do processo educativo nos expedientes das disciplinas.

Os docentes reconheceram a educação ambiental como ferramenta na gestão ambiental, mas como não se especializaram em ciências pedagógicas apresentam dificuldades na incorporação desse tema no processo educativo. Cinco docentes, que correspondem a 33,3% do total, declararam que na sua formação profissional foi incluída a gestão de resíduos sólidos; a dificuldade está na introdução do conteúdo como parte da educação ambiental, pois eles não têm a cultura do trabalho metodológico na preparação docente. Os docentes demonstraram conhecimento acerca da inadequada gestão de resíduos sólidos urbanos na localidade, o que constitui uma força para a introdução da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no processo educativo.

As investigações realizadas revelaram que os docentes não aprofundam os temas relacionados com a Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, embora nas disciplinas de Gestão e Avaliação de Impacto Ambiental, Demografia, Ordenamento do Território, Prática de Campo Integral, Geografia Econômica e Social, pela sua natureza, seja visível a abordagem da educação ambiental no processo educativo, o que não acontece nas outras disciplinas do currículo, em que os docentes se

esforçam para introduzi-la, mas não possuem a informação nem as ferramentas necessárias para a sua implementação.

O currículo da formação profissional do professor de Geografia apresenta a exigência social para formar um professor que manifeste o modo de atuação ambientalista que contribua para o desenvolvimento sustentável com as bases de educação ambiental para atuar no ensino primário, secundário e técnico profissional, mas o modelo do profissional não expressa os objetivos e habilidades direcionados para essa finalidade.

A análise dos programas das disciplinas que se desenvolvem no currículo revelou que são insuficientes as diretrizes teóricas e metodológicas para implementar a Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na Licenciatura em Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia. As principais insuficiências são as seguintes:

- Limitada contextualização dos conteúdos de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos nos programas das disciplinas do plano de estudo da especialidade de Ensino de Geografia;
- Ausência de orientações teóricas e metodológicas da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos nos programas das disciplinas para a sua implementação no processo educativo;
- Insuficiente incorporação dos conteúdos de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na Prática Pedagógica e na Prática de Campo Integral;
- Fraca exigência da Direção da Instituição para que o Departamento de Ciências da Natureza elabore o seu plano de trabalho metodológico e contribua para a integração do conteúdo de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no processo educativo.

A inexistência do documento que explica como realizar o trabalho metodológico em relação ao coletivo de docentes dificulta a definição das potencialidades e do conteúdo de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos nos seus correspondentes níveis de sistematicidade e profundidade na Licenciatura de Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia.

Situação atual dos estudantes em relação à Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos

O diagnóstico foi realizado numa amostra de 30 estudantes do 4º ano de Licenciatura em Ciências de Educação, especialidade Ensino de Geografia. As questões analisadas de Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos influenciam negativamente no processo de formação dos professores de Geografia, pois 22 estudantes (73,3% do total) declararam que têm noções da gestão de resíduos sólidos urbanos (redução, reutilização, reciclagem e deposição final), mas na Prática de Campo Integral não demonstram conhecimento, habilidades e atitudes ambientais para o desenvolvimento desses conteúdos no processo educativo.

Os resultados obtidos a partir do questionário aplicado aos estudantes permitiram inferir a necessidade da Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na Licenciatura em Ciências de Educação, para que o futuro professor seja capaz de desenvolver o modo de atuação ambientalista na sua atividade como docente e investigador. As disciplinas de Gestão e Avaliação de Impacto Ambiental, Demografia, Ordenamento do Território, Prática de Campo Integral, Geografia Econômica e Social contribuem para o desenvolvimento das noções da gestão de resíduos sólidos urbanos, mas prevalece a insuficiência do aproveitamento das suas potencialidades no processo educativo.

A redução, a reutilização, a coleta seletiva para a reciclagem e a compostagem de resíduos sólidos urbanos são conteúdos ambientais da gestão de resíduos sólidos urbanos, cuja relação com o processo educativo exige que a partir da didática se desenvolva a Educação Ambiental para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.

Referências

ADDINE, F. *Didáctica: teoría y práctica*. Havana, Cuba: Editorial Pueblo y Educación, 2004.

AGOSTINHO, G. *Estrategia pedagógica para la educación ambiental de estudiantes de la carrera Geografía en la Escuela Superior Pedagógica de Bié*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Universidade de Ciências Pedagógicas “Enrique José Varona”, Havana, Cuba, 2014.

AGUILERA, A. *La educación ambiental de los profesionales en formación de la carrera licenciatura en Educación Especialidad Mecánica*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Instituto Superior Pedagógico “José de la Luz y Caballero”, Holguín, Cuba, 2009.

ANGOLA. Comissão Permanente da Assembleia do Povo. Lei nº 5/87, de 23 de fevereiro de 1987. Dispõe sobre o Regulamento Sanitário da República Popular de Angola. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 16, 23 fev. 1987.

ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei de Bases do Ambiente. Lei nº 5/98, de 19 de junho de 1998. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 27, 19 jun. 1998. Disponível em: http://www.utip.gov.ao/wp-content/uploads/2015/12/Lei_5.98-Lei_Bases_Ambiente1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei de Bases do Sistema de Educação, Lei nº 13/01, de 31 de dezembro de 2001. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 65, Luanda, 31 dez. 2001. Disponível em: https://www.unicef.org/angola/media/1381/file/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf. Acesso em: 13 jun. 2020.

ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo. Lei nº 3/04, de 25 de junho de 2004. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 51, 25 jun. 2004a. Disponível em: <http://www.gkcc.ao/attachments/article/397/Lei%20n.%C2%BA%203%2004,%20de%2025%20de%20Junho.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ANGOLA. Conselho de Ministros. Decreto nº 51/04, de 23 de julho de 2004. Dispõe sobre a Avaliação de Impacto Ambiental. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 59, 23 jul. 2004b. Disponível em: http://www.saflii.org/ao/legis/num_act/saadiada448.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei de Terras. Lei nº 9/04, de 9 de novembro de 2004. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 90, 9 nov. 2004c. Disponível em: <https://cld.pt/dl/download/8f196ef9-626e-43fd-9631-c1d238efad83/ABAIESAI3%C2%AAed/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI%20TERRAS%20ANGOLA%20-%20Lei%20n.%C2%BA%209-04%2C%20de%209%20Novembro.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei das Associações de Defesa do Ambiente. Lei nº 3/06, de 18 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a intervenção e participação das associações de defesa do ambiente na gestão ambiental. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 8, 18 jan. 2006. Disponível em: www.minamb.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=685. Acesso em: 13 jun. 2020

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. 2010. Disponível em: http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=409390. Acesso em: 30 abr. 2020.

ANGOLA. Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU). Decreto Presidencial nº 196/12, de 30 de agosto de 2012. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 168, 30 ago. 2012a.

ANGOLA. Regulamento sobre a Gestão de Resíduos. Decreto Presidencial nº 190/12, de 24 de agosto de 2012. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 164, 24 ago. 2012b.

ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Lei nº 17/16, de 7 de outubro de 2016. *Diário da República*, Luanda, 1ª série, n. 170, 7 out. 2016. Disponível em: <http://www.parlamento.ao/documents/91849/136379/LEI+N.%C2%BA+17-16%2C+LEI+DE+BAS-ES+DO+SISTEMA+DE+EDUCA%C3%87%C3%83O+E+ENSINO.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BERNARDO, J. *Uma proposta metodológica para a gestão de resíduos sólidos na África*. Recife, PE: [edição do autor], 2008. Disponível em: <http://www.didinho.org/Arquivo/UMAPROPOSTAMETODOLOGICAPARAAGESTAO-ODERESIDUOSSOLIDOSURBANOSNAAFRICA.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. *Manual de saneamento básico*. 3. ed. rev. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2004. Disponível em: <https://>

bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_saneamento_3ed_rev_p1.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

CAMACHO, A.; ARIOSIA, L. *Diccionario de términos ambientales*. Havana, Cuba: Publicaciones Acuario / Centro Félix Varela, 2000. Disponível em: https://www.hogaresjuvenilescampesinos.org/gallery/diccionario_ambiental.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

CARO, C.; SOLANO, D. *Manual para la gestión de residuos sólidos en la institución educativa*. Lima, Peru: Consejo Nacional del Ambiente, Índice Publicidad S.A.C., 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279914764_Manual_para_la_Gestion_de_Residuos_Solidos_en_la_Institucion_Educativa/link/559dca0e08aec720018285b2/download. Acesso em: 16 jun. 2020.

CORDERO, M. Consideraciones teóricas-históricas del saneamiento ambiental en las comunidades. In: CORDERO, M. *Propuesta de intervención comunitaria encaminada a potenciar el saneamiento ambiental en las comunidades*. [S. l.]: Centro Universitario Municipal Bahía Honda, 2012. cap. 1.4, p. 21-24. Disponível em: http://www.eumed.net/libros-gratis/2012b/1203/consideraciones_teorico_historicas.html. Acesso em: 30 abr. 2020.

COUCEIRO DA FONSECA, O. *Bases filosóficas de la educación ambiental en la Universidad Katyavala Bwila*. Tese (Doutorado em Ciências Filosóficas) – Universidade de Havana, Havana, Cuba, 2013.

FAZENDA, A. *Estudo da situação atual dos RSU do município Sumbe e sua gestão integrada*. Dissertação (Mestrado em Engenharia do Ambiente) – Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola, 2010.

FAZENDA, A. *Educación ambiental para gestión de residuos sólidos urbanos en la carrera licenciatura en Ciencias de la Educación, opción Geografía*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Universidade de Holguín, Holguín, Cuba, 2016.

FAZENDA, A.; MANUEL, A.; AGUILERA, L. Capacitación en educación ambiental para la gestión de residuos sólidos del Hospital General del Kuanza Sul. *Humanidades Médicas*, v. 15, n. 2, p. 241-261, 2015. Disponível em: <http://www.humanidadesmedicas.sld.cu/index.php/hm/article/view/686/487><http://scielo.sld.cu/pdf/hmc/v15n2/hmc03215.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

FAZENDA, A.; RUSSO, M. Caracterización de residuos sólidos urbanos en Sumbe: herramienta para gestión de residuos. *Ciencias Holguín*, Holguín,

v. 22, n. 4, p. 1-15, oct./dic. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=181548029002>. Acesso em: 30 abr. 2020.

GONZÁLEZ, G. *La educación ambiental para integrar los contenidos de los objetivos formativos generales del preuniversitario*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Instituto Superior de Ciências Pedagógicas “José de la Luz y Caballero”, Holguín, Cuba, 2006.

HERNÁNDEZ, A. *La excursión integradora en el proceso de formación del profesional de la carrera Licenciatura en educación, especialidad Biología-Geografía*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Instituto Superior de Ciências Pedagógicas “José de la Luz y Caballero”, Holguín, Cuba, 2012.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Manual do saneamento básico*. [S. l.]: Instituto Trata Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa16/manual-imprensa.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MARTÍNEZ, M. *La educación ambiental para el desarrollo del trabajo comunitario en las instituciones educativas*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Instituto Superior de Ciências Pedagógicas “José de la Luz y Caballero”, Holguín, Cuba, 2004.

MARTINHO, M.; GONÇALVES, M. *Gestão de resíduos sólidos*. Lisboa: Universidade Aberta, 2000.

MAZZEO, N. *Manual para la sensibilización comunitaria y educación ambiental: gestión integral de residuos sólidos*. San Martín, Argentina: Instituto Nacional de Tecnología, 2012. Disponível em: http://www.probiomasa.gov.ar/_pdf/Manual_EA_GIRSU.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

MCPHERSON, M. *La dimensión ambiental en la formación inicial de docentes en Cuba: una estrategia metodológica para su incorporación*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Instituto Central de Ciências Pedagógicas, Havana, Cuba, 2004.

MORA, C.; BERBEO, M. *Manual de gestión integral de residuos*. [S. l.]: Instituto Nacional de Salud – República da Colômbia, 2010.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Carta de Otawa*. Otawa, Canadá: OMS, 1986. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2013/Carta-de-ottawa-para-la-apromocion-de-la-salud-1986-SP.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Declaração de Jacarta sobre a promoção da saúde no século XXI*. Jacarta, Indonésia: OMS, 1997. Disponível em:

<https://www.dgs.pt/paginas-de-sistema/saude-de-a-a-z/declaracao-de-jakarta.aspx>. Acesso em: 30 abr. 2020.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Relación del agua, el saneamiento y la higiene con la salud*. [S. l.]: OMS, 2004. Disponível em: http://www.who.int/water_sanitation_health/WSHFact-Spanish.pdf?ua=1. Acesso em: 30 abr. 2020.

OTERO DEL PERAL, L. *Residuos sólidos urbanos*. Madrid, Espanha: Centro de Publicaciones – Ministerio de Obras Públicas y Transportes, 1992.

RAMIREZ, R.; CHÁVEZ, A.; REYES, K. *Una propuesta para la gestión de los residuos sólidos*. México: Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2006.

RECOMENDAÇÕES de Tbilisi. Algumas recomendações da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental aos países membros. Tbilisi, Geórgia, 1977. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/destaques/item/8065-recomenda%C3%A7%C3%B5es-de-tbilisi>. Acesso em: 30 abr. 2020.

RUSSO, M. *Tratamento de resíduos sólidos*. Coimbra, Portugal: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: http://www1.ci.uc.pt/mhidro/edicoes_antigas/Tratamentos_Residuos_Solidos.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

SECUNDUA, M.; FAZENDA, A. Education for Health in Communities Weak Basic Sanitation in Sumbe. *Journal of Human Resource Management*, v. 7, n. 1, p. 11-17, Mar. 2019. Disponível em: <http://www.sciencepublishinggroup.com/journal/paperinfo?journalid=176&doi=10.11648/j.jhrm.20190701.12>. Acesso em: 30 abr. 2020.

SEGALA, K.; OPRESSA, I.; PALALANE, J. *Urbanização e desenvolvimento municipal em Moçambique*. Capítulo: Gestão de resíduos sólidos. Relatório Técnico Final. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2008. Disponível em: https://limpezapublica.com.br/textos/gestao_de_residuos_solidos_em_mocambique.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

VELÁZQUEZ, R. *El perfeccionamiento del modo de actuación interdisciplinario en docentes del área de Ciencias Naturales de la enseñanza preuniversitaria*. Tese (Doutorado em Ciências Pedagógicas) – Instituto Superior de Ciências Pedagógicas “José de la Luz y Caballero”, Holguín, Cuba, 2005.

WEHENPOHL, G.; HERNÁNDEZ, C. *Guía en elaboración de planes maestros para la gestión integral de los residuos sólidos municipales (PMGIRSM)*. [S. l.]: Gobierno del Estado de México, 2002. Disponível em: <https://www.oaxaca>

gob.mx/semaedeso/wp-content/uploads/sites/59/2016/02/Gu%C3%A-Da_PMPGIRSU.pdf. Acesso em: 16 jun. 2020.

ZERQUERA, J. *Introdução da educação ambiental no sistema de ensino não universitário na República de Angola no processo da Reforma Curricular*. Luanda, Angola: Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação – Ministério da Educação, 2006.

2. MODERNIZAÇÃO DE CANAIS DE VAREJO EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: impacto socioeconômico e ambiental

Samson Ajayi

Introdução

O desenvolvimento de Canais de Varejos Modernos (CVMs) nos países em desenvolvimento nos últimos tempos atraiu diferentes críticas acadêmicas. Enquanto alguns se concentram na evolução dos canais de marketing (WATSON *et al.*, 2015), outros se concentram em considerações de pesquisa intercultural (DOUGLAS; CRAIG, 1983). Estudiosos como Altenburg *et al.* (2016) também avaliaram o tema sob uma perspectiva de política de desenvolvimento. Há crescente volume de literatura sobre o assunto, uma vez que os países em desenvolvimento consomem cada vez mais bens e serviços de países desenvolvidos e também daqueles em desenvolvimento, particularmente em relação aos canais de varejo e oportunidades de exportação.

A evolução das tendências modernas, como supermercados, hipermercados e lojas de varejo emanou dos países ocidentais e, gradualmente, se espalhou para a Europa e outras partes do mundo. A taxa de desenvolvimento desses CVMs nos países em desenvolvimento não tem sido tão alta quando comparada à dos países desenvolvidos devido aos custos e aos desafios estruturais. No entanto, nas últimas duas décadas, o desenvolvimento nos países da África Austral tem aumentado principalmente devido à expansão das cadeias de supermercados sul-africanos, ao aumento do investimento estrangeiro direto (IED) das cadeias de varejo estabelecidas nos EUA e na Europa Ocidental, ao crescimento da urbanização e a outros indicadores macroeconômicos positivos (NAIR, 2015; TSCHIRLEY, 2010; HUMPHREY, 2007). Nos últimos tempos, além da África do Sul, uma expansão massiva do varejo moderno também foi observada no Egito, Marrocos, Argélia, Quênia, Nigéria e Gana (REARDON; TIMMER; BERDEGUÉ, 2004). Esses países atraíram com sucesso lojas de varejo globais como Shopprite, Games, Walmart, Carrefour, Tesco, Inditex e H&M. Essas expansões se devem ao aumento do nível de renda média, à forte taxa de penetração dessas empresas multinacionais, ao aumento do desenvolvimento da economia, à preferência do consumidor e ao aumento da construção de shopping centers (NAIR, 2015).

Revisão da literatura

Com um ambiente de negócios em constante evolução, os sistemas de canais se adaptam rapidamente para permanecerem relevantes e acompanharem as necessidades dos negócios. Agora, está ocorrendo uma mudança de uma abordagem centrada na empresa, em que tradicionalmente se vendem produtos desenvolvidos para clientes, para uma abordagem centrada no cliente, em que a centralidade e o envolvimento do cliente são o foco

(DELOITTE CHINA, 2017). A dinâmica no cenário dos canais está sempre mudando. De fato, as suposições anteriores feitas por Holton (1953), de quatro décadas atrás, de que os países em desenvolvimento prestam pouca atenção à tecnologia se mostraram erradas, como aponta o desenvolvimento de diferentes canais e o aumento da pesquisa.

Neslin *et al.* (2006, p. 96) referem-se a um canal como “um ponto de contato com o cliente, ou um meio através do qual a empresa e o cliente interagem”. O canal pode ocorrer em lojas físicas, em catálogos, on-line, em dispositivos móveis e em outros pontos de contato, como mídias sociais e boca a boca. (LIU; LOBSCHAT; VERHOEF, 2018). A modernização do varejo, conforme pronunciada por Tschirley (2010), caracteriza-se pela taxa de crescimento dos CVMs, e até que ponto os pequenos comerciantes serão excluídos das redes de fornecedores preferenciais.

Estudos anteriores de Boselie, Henson e Weatherspoon (2003) enfocaram supermercados e hipermercados como uma importante fonte de demanda e rota para o mercado. Apesar de vários estudos que mostraram a universalidade dos supermercados nos países em desenvolvimento, estão longe de ser o representante do canal de varejo para distribuição de alimentos (por exemplo, CONNERS; SAMLI; KAYNAK, 1985; GOLDMAN, 1974; GOLDMAN, 1981; GUERIN, 1964; KAYNAK, 1985; YAVAS; KAYNAK; BORAK, 1981). Descobriu-se que essas lojas estão cada vez mais voltadas para consumidores de baixa renda, seja pela abertura de novas lojas ou pela aquisição das já existentes nesse segmento (NAIR, 2015).

Com o advento das compras on-line, que constitui forte ameaça e concorrência às lojas físicas, varejistas com diferentes gamas de produtos recrutam uma variedade maior de produtos on-line do que off-line devido aos custos reduzidos de busca. Uma grande variedade on-line também permite estoque reduzido e menos restrições de espaço do que na configuração off-line.

Os canais de varejo multicanal e não-lojas estão se tornando mais desenfreados nos países em desenvolvimento quando comparados aos mercados desenvolvidos. Esses canais são caracterizados por compras on-line, telecompras, serviços de mensagens curtas, mensagens no aplicativo, mídias sociais, e-mail, notificações push ou pull e vendas de catálogos. Eles visam incentivar rapidamente respostas específicas do consumidor no curto prazo.

As formas de CVMs mencionadas acima não podem ser totalmente estudadas neste trabalho. Em um sentido mais amplo, esta pesquisa aborda o real impacto do aumento de nossos canais modernos na economia, avaliando o efeito sobre o emprego, renda, produção local, economia informal, pequenos produtores, quiosques e vendedores informais.

Objetivo da pesquisa e hipótese

O objetivo principal deste estudo é avaliar os efeitos da modernização do varejo em questões socioeconômicas e ambientais nos países em desenvolvimento, estudando os efeitos indiretos com relação à exclusão de vendedores informais, lojas de varejo e pequenos produtores. Um objetivo secundário é explorar as implicações no nível de geração de emprego e nível de renda desses países. Este estudo também pretende descobrir lacunas de pesquisa e oportunidades para estudos futuros relativos aos CVMs nos países em desenvolvimento.

Nossa hipótese é de que o valor agregado dos CVMs não pode ser subestimado, considerando o impacto de longo prazo que eles têm na economia. Esses CVMs também criam uma concorrência saudável e agregam mais valor aos clientes que têm mais opções para escolher. Os seguintes efeitos foram identificados como pertinentes a este estudo:

Resultados e discussão

Efeito de exclusão

O efeito de exclusão nos canais de varejo tem sido amplamente pesquisado em diferentes contextos, incluindo a satisfação do consumidor (KWON; HA; IM, 2016; EROGLU; MACHLEIT; BARR, 2005; SONG; NOONE, 2017), as intenções de patrocínio (MEHTA; SHARMA; SWAMI, 2013; PAN; SIEMENS, 2011; KIM; RUNYAN, 2011), as respostas comportamentais (HUI; BATESON, 1991; PAN; SIEMENS, 2011) e a avaliação da qualidade do produto e reputação da loja (MEHTA, 2013; PARK; ZHANG, 2019). O foco aqui é considerar o efeito de exclusão de dois ângulos:

- Efeito em pequenos produtores
- Efeito sobre os varejistas locais

Efeito em pequenos produtores

Muitos CVMs em seus primeiros anos de operação costumam importar uma grande parte de seus suprimentos de sua base ou de outros países onde já operam. Para a África subsaariana, na fase inicial de operações em um novo país, mais de 80% dos produtos vendidos nos CVMs são importados do país de origem do varejista.

Com menos de 1% dos CVMs pertencentes a donos locais, a maioria são marcas estrangeiras que possuem fortes economias de escala, preferindo importar seus produtos. O impacto resultante disso é que a produção e os produtores locais tendem a ficar frustrados, pois não terão igualdade de condições para obter suprimentos locais e obter o apoio necessário para prosperar. Os governos de alguns países em desenvolvimento (por exemplo

Índia, Nigéria) observaram essa tendência e colocaram taxas de importação em alguns itens essenciais (como roupas, materiais têxteis etc.), no entanto, isso por si só não é uma medida suficiente. O impacto da produção local na economia não pode ser exagerado, pois incentiva a economia informal a crescer e competir. O princípio da economia global se move fundamentada na argumentação de uma economia autossustentável. No entanto, com os CVMs emergindo fortemente, a realização dessa ambição não está no futuro próximo.

Efeito sobre os varejistas locais

Os varejistas locais não conseguem competir com sucesso com as marcas locais e estrangeiras de CVMs. Há casos em que os mercados locais existentes são destruídos para construir CVMs, como no caso do mercado de Gueule-Tapée no Senegal em 2018. Um mercado local que abrigava centenas de revendedores locais e foi supostamente destruído para construir um complexo comercial, que também seria ocupado pela gigante francesa de supermercados Auchan. Este é apenas um caso na África subsaariana; uma observação atenta revelará novas descobertas.

A pergunta pertinente aqui é: Quantos CVMs atuam localmente e quão rápido eles substituem as importações de produtos locais em todas as gamas de produtos?

De fato, a disponibilidade dos produtores locais para atender aos padrões de qualidade, quantidade mínima de pedido, confiabilidade e preços esperados pela cadeia de varejo deve ser considerada. No entanto, quanto maior a diferença de competitividade entre os fornecedores estabelecidos dos varejistas e os candidatos locais, maior a probabilidade de que os varejistas importem mercadorias e acabem excluindo os varejistas locais. É razoável supor que grandes cadeias que exijam níveis mínimos

muito altos de suprimentos e cadeias que exigem padrões sofisticados são menos propensas a adquirir localmente.

Como observado por Tschirley (2007), os varejistas de pequena escala são de fato amplamente excluídos das decisões de *sourcing* dos CVMs, apenas uma fração de seus pedidos são de origem local. Além disso, os CVMs preferem cooperar com unidades maiores, pois é mais fácil lidar com um número limitado de parceiros confiáveis do que com um grande número de pequenos fornecedores, especialmente quando estes são menos bem organizados e, portanto, menos confiáveis. Consequentemente, muitos fornecedores de pequena escala são excluídos das cadeias de suprimentos quando o varejo se concentra nas grandes cadeias de lojas. Barrientos *et al.* (2016) descobriram que as barreiras à entrada de agricultores são mais elevadas no caso de redes de varejo de propriedade estrangeira. No entanto, à medida que os varejistas regionais e nacionais se expandem, criam oportunidades para pequenos produtores que não conseguem atender aos padrões dos supermercados internacionais.

Geração de emprego

O advento dos CVMs cria novas oportunidades de emprego, pois eles exigirão mão de obra qualificada para gerenciar máquinas especializadas no balcão, responder aos clientes nas lojas, dar suporte a solicitações de reclamações, limpeza, verificação, segurança etc. Segundo Barrientos, Gereffi e Rossi (2011), os empregos de baixa qualificação mais demandados criam novas oportunidades de emprego para as mulheres, o que afeta positivamente a igualdade de gênero.

No entanto, com o aumento da concorrência, a maioria dos pontos de venda tradicionais perde sua força de trabalho devido à baixa produtividade, o que leva ao desemprego. Isso implica uma redução líquida de empregos no negócio de varejo.

Efeito no consumidor

O efeito positivo no consumidor contempla atendimento qualificado, mais variedades, confiabilidade, política de devolução padrão, produto e segurança de ponta etc. Essas são partes dos recursos que atraem muitos usuários finais, especialmente aqueles de nível de renda média que frequentemente solicitam produtos importados que são muito caros e menos demandados ou de marcas incomuns. Curiosamente, projeta-se que a classe de renda média nos países em desenvolvimento cresça até 30% até 2030, portanto, é essencial considerar que a maioria da classe consumidora não patrocina os CVMs.

Como já identificado, a preferência por consumidores de baixa renda é a experiência de compra oferecida por varejistas tradicionais de alimentos localizados na vizinhança imediata que oferecem produtos lacerados, pacotes de baixo preço e sacolas únicas. Esses estabelecimentos são, portanto, mais adequados às demandas dos consumidores pobres. Também foi constatado que os CVMs não são ideais para certos produtos industriais e mecânicos. Alguns equipamentos, como as máquinas industriais de HVAC (acrônimo em inglês para maquinário de aquecimento, ventilação e ar-condicionado), são adquiridos preferencialmente em canais tradicionais de varejo. Isso talvez seja óbvio, considerando que os clientes preferem ter a flexibilidade de desembalar as ferramentas, tocar e testá-las antes da compra, o que pode não ser possível em CVMs.

Impacto ambiental

O aumento nos CVMs também vem com uma expectativa maior de transporte, emissões de carbono e impacto de resíduos. Embora esse comércio ainda não esteja na escala do mundo ocidental, a necessidade de medidas mais rigorosas para controlar os resíduos ambientais vem atraindo muita atenção nos últimos tempos. Os resíduos em suas diversas formas também têm sido

relacionados à expansão dos supermercados. Os varejistas do Reino Unido, por exemplo, desperdiçam 4,1 milhões de toneladas de alimentos e bebidas anualmente jogando fora produtos com danos leves ou chegando perto da data de validade. Interessante avaliar ainda mais os impactos ambientais indiretos que advêm da integração das fazendas nas cadeias de suprimento dos supermercados. Novos processos de produção geralmente também implicam o aumento dos insumos de fertilizantes, pesticidas, energia e água, o que pode gerar maiores riscos ambientais e resultar em maiores custos de produção. Um estudo de caso sobre as cadeias de agregação de valor de tomate na Índia mostra que nenhum dos varejistas modernos – internacionais e domésticos – em seu grupo amostral impôs padrões de fertilizantes ou pesticidas; em vez disso, seus padrões focavam apenas no tamanho do tomate (maior) e cor (mais vermelho) (ALTENBURG *et al.*, 2016). Isso leva os agricultores a competir para produzir tomates maiores e mais vermelhos, sem considerar o impacto ecológico do aumento do uso de produtos químicos. Muitos varejistas desses canais têm consciência das políticas ambientais e de como se adaptar fortemente a diferentes padrões internacionais por meio de cadeias de suprimentos mais eficientes. No entanto, ainda são necessárias discussões regulares com os fornecedores para gerenciar o nível de estoque, melhores materiais de embalagem etc. A causa e o efeito precisam ser examinados criticamente, especialmente nos países em foco. Outros efeitos no transporte e na emissão de carbono também precisam ser sondados em profundidade, dissecados para fornecer uma imagem real da solução.

Conclusões

A evolução dos canais de varejo no desenvolvimento da economia exige a atenção dos estudiosos para criar um certo nível de transparência para os investidores estrangeiros e aumentar o

conhecimento. Também é importante enfatizar que a crescente literatura sobre a “revolução dos supermercados” não é, por si só, exaustiva, pois muitos aspectos precisam ser avaliados mais detalhadamente.

Portanto, este estudo não será a palavra final sobre o assunto, pois ainda é necessário realizar pesquisas qualitativas e quantitativas para validar o resultado esperado. O presente estudo também não pretende desencorajar o avanço nos CVMs de forma alguma. Ao contrário, ele enfatiza a importância dos desenvolvimentos que os CVMs trazem para os países em desenvolvimento. No entanto, para ter canais de varejo sustentáveis em diferentes países, os efeitos resultantes precisam ser analisados adequadamente e as soluções sugeridas devem ser propostas às autoridades governamentais, assegurando medidas proativas em favor da economia.

Prevê-se que os canais tradicionais ainda desempenhem um papel substancial nos canais de varejo emergentes nos países em desenvolvimento. Considera-se isso levando em conta os desafios estruturais do continente africano, o fato de que apenas uma fração da população do continente pertence ao nível de renda média e o fato de que a maioria dos consumidores faz suas compras pelos canais tradicionais (TSCHIRLEY, 2010).

Referências

ALTENBURG, T. *et al.* *Making Retail Modernization in Developing Countries Inclusive: A Development Policy Perspective*. Bonn, Alemanha: German Development Institute / Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE), 2016. Disponível em: https://www.die-gdi.de/uploads/media/DP_2.2016.pdf. Acesso em: 26 abr. 2020.

BARRIENTOS, S. *et al.* Shifting Regional Dynamics of Global Value Chains: Implications for Economic and Social Upgrading in African Horticulture. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 48, n. 7, p. 1266-1283, July 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0308518X15614416>. Acesso em: 26 abr. 2020.

BARRIENTOS, S.; GEREFFI, G.; ROSSI, A. Economic and Social Upgrading in Global Production Networks: A New Paradigm for a Changing World. *International Labour Review*, v. 150, n. 3/4, p. 319-340, 2011.

BOSELIE, D.; HENSON, S.; WEATHERSPOON, D. Supermarket Procurement Practices in Developing Countries: Redefining the Roles of the Public and Private Sectors. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 85, n. 5, p. 1155-1161, 2003.

CONNERS, S. B.; SAMLI, A. C.; KAYNAK, E. Transfer Food Retailing Technology into Less Developed Countries. In: SAMLI, A. C. (ed.). *Transfer of Technology*. Westport, EUA: Quorum Books, 1985. p. 27-44.

DELOITTE CHINA. *Transformation of Traditional Retailer in the Era of New Retail*. [S. l.]: Deloitte China, 2017. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/cn/Documents/cip/deloitte-cn-cip-omni-channel-retail-white-paper-en-171107.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

DOUGLAS, S. P.; CRAIG, C. S. *International Marketing Research*. Englewood Cliffs, EUA: Prentice-Hall, 1983.

EROGLU, S. A.; MACHLEIT, K.; BARR, T. F. Perceived Retail Crowding and Shopping Satisfaction: The Role of Shopping Values. *Journal of Business Research*, v. 58, n. 8, p. 1146-1153, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2004.01.005>. Acesso em: 26 abr. 2020.

GOLDMAN, A. Growth of Large Food Stores in Developing Countries. *Journal of Retailing*, v. 50, p. 139-169, 1974.

GOLDMAN, A. The Transfer of Technology into the Less Developed Countries: The Supermarket Case. *Journal of Retailing*, v. 57, n. 2, p. 5-29, 1981.

GUERIN, J. R. Limitations of Supermarkets in Spain. *Journal of Marketing*, v. 28, p. 2-26, Oct. 1964.

HOLTON, R. H. Marketing Structure and Economic Development. *Quarterly Journal of Economics*, v. 67, p. 344-361, Aug. 1953.

HUI, M. K.; BATESON, J. E. Perceived Control and the effects of Crowding and Consumer Choice on the Service Experience. *Journal of Consumer Research*, v. 18, n. 2, p. 174-184, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/209250>. Acesso em: 27 abr. 2020.

HUMPHREY, J. The Supermarket Revolution in Developing Countries: Tidal Wave or Tough Competitive Struggle? *Journal of Economic Geography*, v. 7, p. 433-450, 2007.

KAYNAK, E. Global Spread of Supermarkets: Some Experiences from Turkey. In: KAYNAK, E. (ed.). *Global Perspectives in Marketing*. New York: Praeger Publishers, 1985. p. 77-94.

KIM, J.-H.; RUNYAN, R. Where Did All the Benches Go? The Effects of Mall Kiosks on Perceived Retail Crowding. *International Journal of Retail & Distribution Management*, v. 39, n. 2, p. 130-143, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09590551111109085>. Acesso em: 27 abr. 2020.

KWON, H.; HA, S.; IM, H. The Impact of Perceived Similarity to Other Customers on Shopping Mall Satisfaction. *Journal of Retailing and Consumer Services*, v. 28, n. 1, p. 304-309, 2016.

LIU, H.; LOBSCHAT, L.; VERHOEF, P. C. Multichannel Retailing: A Review and Research Agenda. *Foundations and Trends® in Marketing*, v. 12, p. 1-79, Jan. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/329791137>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MEHTA, R. Understanding Perceived Retail Crowding: A Critical Review and Research Agenda. *Journal of Retailing and Consumer Services*, v. 20, n. 6, p. 642-649, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2013.06.002>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MEHTA, R.; SHARMA, N. K.; SWAMI, S. The Impact of Perceived Crowding on Consumers' Store Patronage Intentions: Role of Optimal Stimulation Level and Shopping Motivation. *Journal of Marketing Management*, v. 29, n. 7/8, p. 812-835, 2013.

NAIR, R. D. The Implications of the Growth of Supermarket Chains in Southern Africa on Competitive. In: ANNUAL CONFERENCE ON COMPETITION LAW, ECONOMICS AND POLICY, 9., South Africa, 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/29040707>. Acesso em: 27 abr. 2020.

NESLIN, S. A. *et al.* Challenges and Opportunities in Multichannel Customer Management. *Journal of Service Research*, v. 9, n. 2, p. 95-112, 2006.

PAN, Y.; SIEMENS, J. C. The Differential Effects of Retail Density: An Investigation of Goods versus Service Settings. *Journal of Business Research*, v. 64, n. 2, p. 105-112, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2010.02.011>. Acesso em: 27 abr. 2020.

PARK, S.; ZHANG, S. A Pilot Study of Circulation Layout Based on Perceived Retail Crowding. *Journal of Retailing and Consumer Services*, v. 49, p. 305-315, 2019.

REARDON, T.; TIMMER, C. P.; BERDEGUÉ, J. The Rapid Rise of Supermarkets in Developing Countries: Induced Organizational, Institutional, and Technological Change in Agrifood Systems. *Electronic Journal of Agricultural and Development Economics*, v. 1, n. 2, p. 168-183, 2004. Disponível em: <http://www.fao.org/tempref/docrep/fao/007/ae226e/ae226e00.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SAMIEE, S. Retailing and Channel Considerations in Developing Countries: A Review and Research Propositions. *Journal of Business Research*, v. 27, n. 2, p. 103-130, 1993.

SAMLI, A. C.; KAYNAK, E. Marketing Practices in Less Developed Countries. *Journal of Business Research*, v. 2, n. 1, p. 5-18, 1984.

SONG, M.; NOONE, B. M. The Moderating Effect of Perceived Spatial Crowding on the Relationship between Perceived Service Encounter Pace and Customer Satisfaction. *International Journal of Hospitality Management*, v. 65, p. 37-46, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2017.06.005>. Acesso em: 27 abr. 2020.

TSCHIRLEY, D. Opportunities and Constraints to Increased Fresh Produce Trade in East and Southern Africa. In: VIDEO CONFERENCE UNDER AAACP-FUNDED SERIES OF HIGH VALUE AGRICULTURE SEMINARS, 4., 14 Sept. 2010. *Anais [...]*. [S. l.]: Global Horticulture Initiative, 2010. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.186.450&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

TSCHIRLEY, D. *Supermarkets and Beyond: Literature Review on Farmer to Market Linkages in Sub-Saharan Africa and Asia*. [S. l.]: World Ag Info Project, 2007. Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/handle/1813/66577>. Acesso em: 27 abr. 2020.

WATSON, G. F. *et al.* The Evolution of Marketing Channels: Trends and Research Directions. *Journal of Retailing*, v. 91, n. 4, p. 546-568, 2015.

YAVAS, U.; KAYNAK, E.; BORAK, E. Retail Institutions in Developing Countries: Determinants of Supermarket Patronage in Istanbul, Turkey. *Journal of Business Research*, v. 9, n. 4, p. 367-379, Dec. 1981.

3. A QUESTÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA ÁFRICA

Maria Auxiliadora Figueiredo

Antecedentes

A partir de 2035, o número de jovens na África que atingirão a idade do trabalho excederá o do resto do mundo e assim continuará pelo restante do século. Por volta de 2050, um em cada cinco seres humanos será africano. [...] Desde o ano de 2000, pelo menos metade dos países do mundo com o maior índice anual de crescimento se encontra na África. Por volta de 2030, estima-se que 43% de todos os africanos classificar-se-ão entre as classes média e superior. À mesma época, prevê-se que o consumo na África atinja 2,5 trilhões de dólares norte-americanos (mais do que o dobro do 1,1 trilhão de 2015) e totalizem 6,7 trilhões de dólares, combinadas as despesas de consumo e negócios

Booker e Rickman (2019)¹

Com os dados acima, os cientistas políticos Ari Rickman e Salih Booker, do Centro de Políticas Internacionais (EUA), iniciaram um artigo publicado pelo *The Washington Post*, em 6 de junho

¹ São minhas as traduções de citação de obras de língua estrangeira feitas neste capítulo.

de 2018, intitulado *O futuro é africano – e os Estados Unidos não estão preparados*. Seu objetivo era lamentar o aumento das despesas militares de Washington na África para o combate ao terrorismo em detrimento da cooperação em questões consideradas de maior relevo para os Estados Unidos e que teriam a ver com o desenvolvimento social e econômico dos países africanos, como a pobreza ou a corrupção. Ao salientar que os desafios apresentados pelas rápidas mudanças na África não estão circunscritos àquele continente, os autores enumeraram: o persistentemente alto número de pessoas na pobreza, o subdesenvolvimento da infraestrutura, os conflitos correntes e os continuados problemas de governança democrática, que se combinam para tornar a África a maior fonte de emigrantes do mundo.

No texto, a ausência de menção ao combate à fome entre as questões a serem enfrentadas com vistas ao progresso da África repousa aparentemente na dificuldade sentida por especialistas e historiadores, até hoje, em separar as noções de fome e pobreza. Essa dificuldade encontra-se, por sua vez, na raiz da complexidade para a conceituação da segurança alimentar verificada através dos tempos entre as diferentes teorias econômicas e, em especial, no âmbito dos organismos internacionais.

A preocupação com a segurança alimentar entre os seres humanos deve ter surgido juntamente com sua faculdade de decidir quanto à conveniência de aprovisionar alimentos para épocas de escassez. Entre as comunidades das nações, destaca-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e, conseqüentemente, a da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization – FAO). Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, convocou, em 1943, a primeira conferência mundial sobre agricultura e alimentação, com o objetivo de assegurar um “suprimento abundante dos tipos adequados de comida para toda a humanidade” (SHAW, 2007).

Realizada em Hot Springs, Virginia, EUA, a Cúpula teve o intuito, também, de considerar a “liberdade da necessidade” (SHAW, 2007) no campo da alimentação e agricultura a partir do discurso do próprio presidente Roosevelt de 6 de janeiro de 1941, sobre o ingresso na guerra. Naquele ano, o presidente estadunidense havia identificado “quatro liberdades essenciais: a liberdade da fala, da religião, da necessidade e do medo” (SHAW, 2007). Ao final da conferência, os Estados participantes reconheceram que “a liberdade da fome significa a existência de um suprimento de alimentos seguro, adequado e suficiente para todos os homens” (SHAW, 2007).

Foi decidida, durante a Conferência de Hot Springs, a formação de uma comissão para estudar a criação de um organismo dedicado exclusivamente às questões da alimentação e da agricultura, bem como a convocação de nova cúpula mundial para decidir sobre os resultados dos estudos que estariam sendo realizados. A reunião de Quebec de 1945, que considerou os aspectos substantivos e logísticos da constituição da futura organização, culminou com o estabelecimento da FAO.

À época, predominava a percepção de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento da produção agrícola, crescimento esse que se verificou de fato graças às novas tecnologias – como sementes híbridas, fertilizantes, agrotóxicos, mecanização, irrigação e outras – introduzidas na agricultura durante a chamada “Revolução Verde”. O incremento da produção de alimentos no pós-guerra acarretou a formação de excedentes que afetavam os preços dos alimentos e os rendimentos dos agricultores. Países produtores passaram a subsidiar a produção agrícola e a utilizar programas de ajuda alimentar no exterior como forma de proteção à agricultura doméstica, mas também com objetivos políticos. A preocupação com a persistência da fome e desnutrição em diversas partes do mundo e com os superávits nacionais dos países produtores implicou o

estabelecimento, em 1961, do Programa Mundial de Alimentos (PMA), que é o braço das Nações Unidas para ajuda humanitária em alimentos.

O crescimento vertiginoso da produção agrícola nas décadas de 1950 e 1960 não logrou, porém, evitar a crise alimentar do início dos anos de 1970, responsável por nova onda de apreensão mundial com a segurança alimentar. O primeiro alerta foi dado pelo então diretor da FAO, Addeke Boerma, em fevereiro de 1973. Em setembro do mesmo ano, reunidos em Argel, os chefes de Estado dos Países Não Alinhados demandaram uma conferência conjunta da FAO e da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development – UNCTAD), em nível ministerial, para formular um programa de cooperação internacional destinado a superar a crescente escassez de alimentos e produtos de base e a manter seus preços. No mesmo mês, Henry Kissinger, então secretário de Estado da Administração Nixon, propôs, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, a organização em 1974 de uma conferência mundial sob os auspícios da ONU, para resolver as questões da fome e desnutrição (SHAW, 2007).

Na *Declaração universal sobre a erradicação da fome e da subnutrição* assinada ao final da Conferência Mundial da Alimentação, em Roma, em 1974, os Estados-membros das Nações Unidas proclamaram, em primeiro lugar, a erradicação da fome e da subnutrição como um direito de todos os seres humanos nos seguintes termos:

Cada homem, mulher e criança tem o direito inalienável de liberar-se da fome e subnutrição a fim de desenvolver plenamente e manter suas faculdades físicas e mentais. A sociedade possui hoje recursos suficientes, capacidade organizacional, e tecnologia e, portanto, a competência para alcançar este objetivo (NAÇÕES UNIDAS, 1974).

Foram adotadas vinte resoluções substantivas, entre as quais a criação de um sistema internacional de reserva de grãos, que acabou por não se concretizar na ocasião, nem tampouco mais tarde. Não havia concordância quanto ao tamanho das reservas, nem sobre os níveis de preço que deveriam indicar quando as reservas deveriam ser acumuladas ou rebaixadas, nem tampouco sobre as orientações específicas para a concessão de financiamentos para os países pobres construírem suas capacidades de armazenamento e reservas nacionais. Ademais, não havia a necessidade de instituir um sistema internacional de reserva de grãos, quando países produtores dispunham de excedentes domésticos para utilização no exterior com fins políticos e/ou no âmbito do PMA.

A conferência de 1974 foi precedida pela realização do Fórum de Roma, que contou com a presença de acadêmicos, economistas, cientistas, políticos e líderes empresariais de 15 países. Reunidos nos primeiros dois dias de novembro de 1974, seus participantes adotaram e apresentaram à Conferência das Nações Unidas documento segundo o qual a principal esperança para o suprimento sustentável e confiável de alimentos para os povos do mundo em desenvolvimento consistia na “máxima promoção de sua própria capacidade de produzir alimentos” (SHAW, 2007).

No oitavo encontro do Conselho Mundial de Alimentos, em 1982, os países do então denominado Terceiro Mundo apresentaram proposta no sentido de armazenar 12 milhões de toneladas de grãos para uso dos países pobres quando os preços subissem demasiadamente. Os Estados Unidos, Canadá e Austrália expressaram reservas ao plano. Segundo o *New York Times*, os representantes da Administração Reagan explicitaram que o plano contrariava a lei da oferta e da procura (US OPPOSES..., 1982).

Para Lucy Jarosz (2011), em seu livro sobre a fome e o neoliberalismo no discurso internacional, a força das multinacionais de grãos e as estratégias da Administração Reagan de

desenvolvimento liderado pelo mercado suplantaram os esforços dos países pobres no sentido de armazenar alimentos com vistas à segurança alimentar. Aprofundou-se, assim, a vulnerabilidade de nações como a Nigéria, por exemplo, que era autossuficiente em alimentos nos anos de 1960, mas passou a acrescentar o pão de farinha de trigo em sua alimentação durante os anos do *boom* do petróleo – em importações que cresciam em média 20% ao ano. Esse aumento das importações coincidiu com a queda do consumo dos alimentos básicos da comida local, como o feijão, o inhame e a mandioca, e conseqüente encolhimento da agricultura doméstica. Em decorrência da contração da economia do petróleo nos anos de 1980, pioraram, para os países em desenvolvimento, os termos de troca, ao mesmo tempo que as importações de grãos absorviam parcela cada vez maior da renda nacional. Já em 1983 quase um quarto da receita da Nigéria era absorvido por importações de trigo como resultado do abandono da autossuficiência local.

A oficialização da lei da oferta e da procura nas relações internacionais no tocante a produtos alimentares pode ser datada de 1981, quando o Banco Mundial publicou o documento *Desenvolvimento acelerado na África subsaariana: um plano de ação*, conhecido como o Relatório Berg em função de seu autor, Elliot Berg. Foi elaborado em resposta a uma demanda de 1979 dos governadores africanos do banco por um documento de análise dos problemas de desenvolvimento enfrentados por seus países. O relatório é historicamente importante por ter marcado uma mudança radical nas políticas econômicas dos países africanos em direção à liberalização econômica.

Foi também o Banco Mundial que instituiu, em 1986, com a publicação *Pobreza e fome: questões e opções para a segurança alimentar em países em desenvolvimento*, a noção de que a causa da fome é a pobreza, como se observa já no preâmbulo:

Problemas de segurança alimentar não resultam necessariamente de suprimentos inadequados de alimentos, como amplamente se acredita, mas da ausência de poder aquisitivo por parte de nações e lares. O crescimento econômico deverá prover a maior parte dos lares de recursos bastantes para adquirir alimentos suficientes. O apoio ao crescimento econômico com distribuição equitativa de renda é, portanto, nossa primeira prioridade e deve continuar a ser a meta principal da política econômica (BANCO MUNDIAL, 1986).

Enquanto se confundiam e se mesclavam os conceitos de pobreza e fome, a segurança alimentar foi sendo dissociada da necessidade de autossuficiência. Segue a explicitação, fornecida em quadro do mesmo documento do Banco Mundial, sobre a desconexão entre esses dois últimos princípios:²

A autossuficiência nacional em alimentos comerciáveis é eficiente apenas quando o país possui vantagem comparativa na produção do alimento. Além disso, a segurança alimentar é obtida somente quando todos os lares têm capacidade de adquirir aquele bem. Assim sendo, não há necessariamente um vínculo entre a autossuficiência e a segurança alimentar (BANCO MUNDIAL, 1986).

Por ocasião da Cúpula Mundial de Alimentação (World Food Summit – WFS) da FAO de 1996, a questão da segurança alimentar é tratada no âmbito global, sem que a palavra *self-sufficiency* (autossuficiência) aparecesse em seus textos principais. A pobreza foi identificada como a principal causa da insegurança alimentar e sua eliminação foi considerada como essencialmente crítica para a obtenção de alimentos. Dada a insuficiência da noção de pobreza para o tratamento da questão da fome, outros complicadores foram igualmente relacionados como importantes fatores

² Título do quadro: “É a autossuficiência essencial para a segurança alimentar?”

da insegurança alimentar: os conflitos, o terrorismo, a corrupção e a degradação do meio ambiente.

A *Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial* emitida pela Cúpula de 1996 evidenciou a frustração dos participantes com a falta de resultados das políticas adotadas nas duas décadas anteriores e com o contínuo agravamento da situação da fome no mundo, mas não apresentou estratégias alternativas. A novidade do evento consistiu na elaboração do *Plano de ação da Conferência Mundial de Alimentação*, com o objetivo específico de “reduzir à metade o número de pessoas com desnutrição no ano de 2015” por meio do aumento da produção de alimentos básicos, da criação de um “sistema de comércio mundial” e do desenvolvimento de programas de cooperação internacional (FAO, 1996).

Entre os desacordos que precederam a WFS, o direito à alimentação, por exemplo, não pôde ser acatado como fundamental pelos Estados Unidos. No entender de Washington, tratava-se de aspiração a ser alcançada progressivamente, que não determinava qualquer obrigação internacional, nem diminuía as responsabilidades dos governos nacionais perante seus cidadãos. Os Estados Unidos manifestaram entender e aceitar a provisão de que o direito de todos à obtenção de alimentos seguros e nutritivos é componente integral do direito a uma qualidade de vida adequada à saúde e ao bem-estar, semelhante às oportunidades de prover-se de roupa, moradia, cuidados médicos e serviços sociais adequados (SHAW, 2007).

Na direção oposta avançaram as resoluções adotadas pelo Fórum da Segurança Alimentar realizado em Roma no mesmo período, que contou com a participação de 1.200 organizações não governamentais de 80 países. No sexto parágrafo de sua declaração final, intitulado “Lucros para poucos ou alimentos para todos. Soberania e segurança alimentar para eliminar a globalização da fome”, os participantes estabeleceram que “a legislação

internacional deve garantir o direito à alimentação ao assegurar que a soberania tenha primazia sobre políticas macroeconômicas e de liberalização do comércio” (DECLARAÇÃO..., 1996).

Ora, o conceito de soberania alimentar, adotado pela ONG mexicana Vía Campesina no final do século passado,³ havia entrado em pauta após a Primeira Guerra Mundial, com um viés estritamente militar e de defesa nacional, vinculado à capacidade de os países produzirem e manterem estoques estratégicos. Pressupõe-se que segurança alimentar não reside apenas na capacidade de os países armazenarem alimentos para épocas de escassez e/ou de instabilidades de preços, mas também na possibilidade de acesso da população a alimentos em quantidade, qualidade e regularidade suficientes para uma vida digna. Dado o progresso da produção agrícola e da pecuária em nível global, setores da academia e organizações civis passaram a insistir também em que a fome não decorria de produção alimentar insuficiente, mas, sobretudo, da marginalização econômica de determinadas populações em nível nacional (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2017)

Cinco anos mais tarde, na segunda Cúpula Mundial de Alimentação de 2002 (WFS+5), como em nada se havia atenuado o contexto da fome e da desnutrição do mundo – e, ao contrário, a insegurança alimentar havia aumentado exponencialmente –, o mesmo propósito foi reeditado, com o anúncio de que se intensificaria o plano de ação anterior. Para os participantes da Cúpula, o malogro parecia residir na falta de difusão e de força na aplicação do Plano de Ação e não na implementação de uma estratégia equivocada. Destaca-se também que, nos documentos produzidos na Cúpula de 2002, fatores adicionais – como a

³ Segue a definição da Vía Campesina para o conceito: “Soberania alimentar é o direito de uma nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos dos seus povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossos próprios alimentos em nosso próprio território de maneira autônoma.” (VÍA CAMPESINA, 1996).

saúde, a educação, o saneamento básico e o acesso à água potável – foram integrados como dimensões constituintes da segurança alimentar, mas também na lógica de garantir a oferta de serviços a serem comprados e o acesso, também pago, à água potável.

O Fórum das ONGs de 2002 lamentou e rejeitou a declaração oficial da nova Cúpula por entender que, ao invés de analisar e corrigir os obstáculos que tornaram impossível qualquer progresso na eliminação da fome nos cinco anos anteriores, a WFS+5 havia delineado um plano de ação que persistia “nos mesmos remédios malfadados, com receitas destruidoras que tornarão a situação ainda pior”. Ao insistir em que, para haver avanço, seria necessário reverter as tendências políticas então correntes – colocando a prioridade não em considerações de mercado, mas no direito à alimentação e na capacidade dos povos e comunidades de produzirem seus próprios alimentos –, o Fórum demandou a realização de uma convenção com o objetivo de integrar os princípios da soberania alimentar no direito internacional (SHAW, 2007).

Até hoje, o direito à alimentação não precede, nas relações internacionais, às orientações das instituições de Bretton Woods,⁴ nem muito menos, como se procurará indicar na segunda parte deste capítulo, às disposições dos acordos multilaterais e bilaterais de livre comércio. Os conceitos de autossuficiência e soberania alimentar desapareceram das deliberações dos organismos internacionais. Diferenças significativas perseveraram quanto às interpretações das causas da fome, bem como no que tange às soluções aventadas e implementadas para sua erradicação. Contudo, bem mais que a pobreza, os conflitos, o terrorismo, a corrupção, os desastres naturais ou as mudanças climáticas, essas questões de terminologia – ou o imbróglcio das definições – revelaram-se

⁴ O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram as principais instituições criadas em decorrência das decisões da Conferência (monetária e financeira) realizada em 1944 em Bretton Woods, New Hampshire, EUA.

determinantes para o agravamento da fome na África, pois eram efetivamente instruídas por políticas de ordem econômica.

Os reflexos do imbróglia na África

Os países pobres são importadores líquidos de produtos alimentares. Não são autossuficientes. Isso significa que se encontram vulneráveis às crises econômicas mundiais ou nacionais, aos mercados monetários, à volatilidade das taxas de câmbio, ocorrências que têm efeitos diretos sobre os preços dos alimentos. Por outro lado, nos países em desenvolvimento, as pessoas gastam a maior parte de seus vencimentos em nutrição. Mais de 50% dos salários são dedicados à alimentação, ao passo que, nos países avançados, esta razão é da ordem de 10 a 15%. Reforçar a independência alimentar, através da valorização da agricultura local, é uma questão crucial.

Elver (2020)

Em entrevista ao jornal francês *Les Echos* de 21 de fevereiro de 2020, a professora Hilal Elver, a quem se deve a aclaração acima, Relatora Especial junto ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e encarregada do Direito à Alimentação, tratou dos obstáculos ao combate à fome em países pobres, considerando que a importância do setor agrícola e da segurança alimentar se tornou assunto candente da política mundial após a crise de 2008.

A par dos desafios mencionados pelo entrevistador – como as mudanças climáticas, os conflitos e as depressões e desacelerações econômicas –, Elver anunciou boas novas, como a valorização da alimentação local, o consumo sazonal, a proliferação dos mercados agrícolas, a importância da produção biológica, a menor utilização de pesticidas e a promoção dos pequenos produtores agrícolas, em especial da agricultura familiar.

Candente, a questão da segurança alimentar sempre o foi quando das crises alimentares do mundo. A convulsão de 2008 foi diferente porque escancarou a vulnerabilidade cada vez mais acentuada dos países pobres importadores de alimentos. Implicou a análise das variadas causas para o excessivo aumento dos preços dos produtos alimentares, cujas conclusões serviram para desmistificar a presumida congruência entre a doutrina do livre comércio e a erradicação da fome.

As políticas econômicas das primeiras décadas após as independências na África tinham forte viés em favor da indústria como fonte de crescimento, bem como em prol dos governos como principais atores econômicos. A agricultura era vista como fonte de recursos para apoiar a industrialização e seu objetivo primário consistia em gerar receitas tributárias para financiar o nascente setor industrial. Por meio de organizações e empresas estatais, os governos controlavam o comércio dos produtos agrícolas, as exportações, as compras e a distribuição dos insumos como sementes, fertilizantes, pesticidas. Também determinavam os preços dos cultivos individuais, e os produtores agrícolas eram sujeitos a pesados impostos e constrangimentos regulatórios que contribuíam, julgava-se, para o fraco desempenho e a estagnação do setor agrícola.

A partir dos anos de 1980, os países africanos passaram a adotar as recomendações das instituições de Bretton Woods, como as orientações do Relatório Berg, que motivaram a racionalização dos serviços públicos e sua substituição pelo setor privado. A busca pela eficiência em custos determinou a opção pela promoção de culturas comerciais para exportação, em detrimento da manutenção da agricultura de subsistência e familiar. Destacava-se ainda o entendimento de que, ao relaxar a regulamentação e aumentar o papel do setor privado no suprimento de insumos e na comercialização de alimentos, os governos estariam tornando mais eficientes os mercados locais de alimentos.

Com base nessa orientação, o Banco Mundial ampliou substancialmente os créditos para programas visando ao aumento da produtividade agrícola e à facilitação do acesso a serviços sociais, como saúde e educação em áreas rurais. Para apoiar os agricultores mais pobres, o Banco Mundial também incluiu em seu portfólio projetos para financiar a extensão rural, comércio, provisão de crédito, irrigação em pequena escala, além de outros serviços, como fornecimento de água potável, construção de estradas rurais, educação e atendimento à saúde.

Para alguns especialistas, tais iniciativas foram malsucedidas dado o alto custo da elaboração, administração e implementação dos programas. O foco no corte das despesas – para reduzir os déficits fiscais, vencer a inflação e tornar as economias mais competitivas – dificultou a realização de investimentos em tecnologias melhoradas, infraestrutura e instituições de mercado. A remoção ou redução dos subsídios para a aquisição de matérias-primas, bens de capital e outros acarretou a alta dos preços de insumos e equipamentos, prejudicando a segurança alimentar das famílias de baixa renda (CONWAY; BADIANE; GLATZEL, 2019).

Entre outros exemplos, Anuradha Mittal (2009), em seu estudo⁵ sobre políticas de segurança alimentar, cita o caso de Gana, cujos governos promoviam a autossuficiência desde a década de 1960 até a de 1980 por meio de créditos e subsídios de importação para os agricultores. Sob pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), foram extintas a corporação de distribuição de alimentos e a agência de sementes, que as disseminava entre os produtores. Os 13,6% dos empréstimos bancários que eram destinados ao setor agrícola em 1993 reduziram-se a menos de 1% em 2004, ao mesmo tempo que as tarifas de importação de produtos agrícolas foram limitadas a 20%, no máximo. Em decorrência, as importações de arroz, por exemplo,

⁵ Documento de pesquisa para discussões do Grupo Intergovernamental encarregado de assuntos monetários internacionais e desenvolvimento (G-24) da UNCTAD.

aumentaram 70% em cinco anos: de 250 mil toneladas em 1998 para 415 mil em 2003. O arroz produzido localmente passou a representar apenas 29% do mercado em 2003. As perdas do período foram relatadas por 60% dos produtores, com o consequente desemprego de trabalhadores em toda a cadeia de valor: agricultura, comércio, transportes etc. O aumento para 25% das tarifas de importação decretado pelo governo em 2003 durou somente quatro dias, pois teve que ser removido por instruções do FMI. Gana se encontrava, em 2003, entre os dez maiores importadores de arroz dos Estados Unidos, que concedeu a seus produtores de arroz, no mesmo ano, subsídios da ordem de US\$1,3 bilhão.

Ainda no caso de Gana, Mittal (2009) menciona a avicultura, em seu auge no país no final dos anos de 1980, mas em forte declínio após a redução das tarifas. A importação de frangos da Europa cresceu 144% entre 1993 e 2003, período em que a União Europeia subsidiava seus produtores com cerca de 43 bilhões anuais. Em 2002, 15 exportadores europeus comercializaram no exterior 9 milhões de toneladas de carne de frango. Apenas para a África Ocidental, suas exportações de carne congelada de frango se multiplicaram por oito entre 1996 e 2002. A parcela do mercado doméstico abastecida pelos produtores ganenses mingou de 95% em 1992 para 11% em 2001. Em 2003, o Parlamento de Gana votou o aumento das tarifas de importação de carne de frango para 40%, mas a medida não pôde efetivar-se por objeção do FMI.

Às políticas de ajuste estrutural, como eram denominadas as recomendações preconizadas pelas instituições de Bretton Woods, mas dentro do mesmo espírito, seguiram-se as determinações de liberalização do comércio impostas pela entrada em vigor, em 1995, do Acordo sobre Agricultura (Agreement on Agriculture – AoA) da Organização Mundial do Comércio (OMC), à época ainda sob a égide do Acordo Geral de Tarifas e Comércio. O Acordo estabeleceu as regras que governam o

comércio internacional de produtos agrícolas proíbe o uso de barreiras não tarifárias e coloca taxas e impostos de importação num cronograma de redução escalada. Programas domésticos de apoio à agricultura são categorizados como aceitáveis ou não, com escalas de diminuição, e os subsídios à agricultura, embora efetivamente legalizados pelo Acordo, também dispõem de previsões para sua limitação ou eventual eliminação. Enquanto reflete a agenda comum dos países produtores, que pressionam pela máxima liberalização, o AoA contém importantes isenções para despesas com subsídios, que são contrárias ao sentido da liberalização.

Os países exportadores nunca deixaram de subvencionar a produção de alimentos. Muito pelo contrário, dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) demonstram que os Estados Unidos concederam US\$138,7 bilhões em subsídios em 2015. No mesmo ano, a União Europeia gastou US\$82,8 bilhões⁶ (OLIVEIRA, 2020). Enquanto os subsídios rebaixam o valor de mercado dos produtos agrícolas dos países ricos (à semelhança das práticas de *dumping*), os agricultores dos países em desenvolvimento se veem às voltas com problemas estruturais como infraestruturas deficientes, financiamentos insuficientes, tecnologias atrasadas, para não falar dos custos, cada vez mais altos, dos insumos importados de que dependem, como fertilizantes, pesticidas, petróleo ou sementes híbridas.

Após duas décadas de implantação dos programas de ajustes estruturais, a fome afligia centenas de milhares de pessoas no mundo, a maior parte no continente africano. Dados da FAO indicavam que cerca de 1,02 bilhão de pessoas se encontravam subnutridas. Esse número vinha crescendo à média de 4 milhões por ano desde a segunda metade dos anos de 1990, tornando inatingível o compromisso da Cúpula de 1996 de reduzir à metade

⁶ O trecho citado tem a seguinte continuação: “Para efeito comparativo, o Brasil atualmente concede US\$3,6 bilhões de subsídios agrícolas por ano.”

o número de famintos no mundo até 2015. Preocupações com a falta de progresso nos países em desenvolvimento implicaram a realização de inúmeras reuniões internacionais nos anos de 1990, nas quais foram estabelecidas várias metas para a promoção do desenvolvimento humano, compiladas no ano de 2000 como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs. A erradicação da pobreza e da fome era o primeiro deles.⁷

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) de 2015,⁸ por sua vez, tratam-se de uma atualização dos ODMs, o

⁷ Eram os seguintes os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

⁸ São os seguintes os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres,

que de certa maneira comprova a pouca eficácia das medidas tomadas com base nos Objetivos do Milênio. Os ODSs destinam-se a servir como uma chamada de ação universal contra a miséria e a fome e em favor da proteção do planeta, para garantir que todos os povos desfrutem de paz e prosperidade até o ano de 2030. Os 17 objetivos da chamada “Agenda 2030” partem do pressuposto de que o desenvolvimento deverá equilibrar as sustentabilidades social, econômica e ambiental e foram desenhados para trazer diversos zeros ao mundo, como pobreza zero, fome zero, AIDS zero e zero discriminação contra mulheres e meninas.

A eliminação da pobreza – “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” – permanece como o primeiro objetivo. Por sua vez, a meta de erradicar a fome – “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” – conforma o segundo ODS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável formalizaram, assim, em 2015, nos organismos das Nações Unidas, o princípio de que a fome não decorre apenas da pobreza. Constatou-se serem múltiplos os fatores que a desencadeiam, os quais requerem soluções diferenciadas.

A evolução do tratamento da fome nos organismos das Nações Unidas processou-se paralelamente a mudanças no continente africano, onde os líderes e especialistas sentiram a necessidade de assenhorear-se da questão do desenvolvimento econômico e social e de conceber uma estratégia própria para reverter o mal-estar do débil crescimento. A primeira tentativa, ainda no século passado, consistiu na elaboração do *Plano de Ação de Lagos para o Desenvolvimento Econômico da África (Lagos Plan of Action for the Economic Development of Africa, 1980-2000 – LPA)* e não

gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

teve precedentes, por significar, pela primeira vez, um esforço puramente africano de transformação do sistema econômico do continente. Longe de constituir uma agenda de ação, o LPA desapareceu ante o vigor dos programas de ajuste estrutural (CONWAY; BADIANE; GLATZEL, 2019).

O final do *apartheid* suscitou otimismo na África, cabendo a Thabo Mbeki, que sucedeu a Nelson Mandela na presidência da África do Sul, desenhar a “Renascença Africana”, que compreendia os seguintes elementos-chaves:

- a recuperação do continente africano;
- o estabelecimento de democracias políticas no continente;
- a necessidade de romper as relações neocoloniais entre a África e os poderes econômicos mundiais;
- a mobilização do povo da África para tomar seu destino em suas próprias mãos e assim prevenir o continente de tornar-se espaço para alcance de objetivos geopolíticos e estratégicos de países poderosos;
- o rápido desenvolvimento de um crescimento econômico dirigido pelo povo e centrado no povo, com o objetivo de atender às necessidades básicas do povo (CONWAY; BADIANE; GLATZEL, 2019).

Os presidentes Olusegun Obasanjo, da Nigéria, e Abdelaziz Bouteflika, da Argélia, se uniram mais tarde a Mbeki para desenvolver a *Parceria do milênio para o programa de recuperação da África (Millenium Partnership for African Recovery Program – MAP)*. Logo após sua eleição, o presidente Abdoulaye Wade, do Senegal, lançou seu *Plano OMEGA para a África*. A Renascença Africana forneceu a moldura dos princípios, o MAP definiu os parâmetros para uma parceria global e o Plano OMEGA estabeleceu as modalidades de implementação. Juntos, esses documentos estratégicos compilaram os setores prioritários do desenvolvimento como infraestrutura, saúde, educação e agricultura, além de paz, segurança e governança. O MAP e o Plano OMEGA foram mesclados em um único documento, que mais tarde se

transformaria na base da *Nova parceria para o desenvolvimento da África* (*New Partnership for Africa's Development* – NEPAD), adotada em 2001 pela Organização da Unidade Africana (OUA) e, em 2002, pela União Africana (UA), sucessora da OUA.

A NEPAD surgiu, assim, como uma rejeição da narrativa da África à mercê de iniciativas internacionais, com o propósito de colocar o continente na liderança das políticas de transformação estrutural. Estabeleceu a agenda de desenvolvimento de toda a África com áreas prioritárias claras e modalidades de implementação, em que a execução dos projetos é avaliada por um comitê no nível de chefes de Estado e a ação no campo, coordenada por um secretariado técnico. A NEPAD advoga, para a cooperação entre a África e a comunidade internacional, uma nova parceria na qual os países africanos decidem suas prioridades e a cuja agenda os organismos internacionais e países doadores devem alinhar sua assistência técnica e financeira (CONWAY; BADIANE; GLATZEL, 2019).

Os valores fundamentais da Nova Parceria não deixam de enfatizar tampouco a inclusão e a participação de ampla gama de grupos interessados na definição e implementação de políticas e programas. Esses grupos compreendem, entre outros, o setor privado, as associações de agricultores e as organizações da sociedade civil.

Hoje a NEPAD se define como a Agência de Desenvolvimento da União Africana (African Union Development Agency of the African Union – AUDA-NEPAD), que coordena e executa projetos prioritários de desenvolvimento regional e continental com o objetivo de promover a integração regional em direção à Agenda 2063, que constitui, por sua vez, a visão e o plano de ação do continente.⁹

Concebida em 2013, ano do 50º aniversário da constituição da OUA, a *Agenda 2063: a África que queremos*¹⁰ foi adotada em 2015

⁹ Maiores informações em: AUDA-NEPAD, 2019.

¹⁰ Pode ser encontrada a versão popular em português da *Agenda 2063: a África que queremos* em: COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA, 2015.

e seus fundamentos se encontram na *Declaração solene do 50º aniversário* assinada pelos chefes de Estado da União Africana na ocasião da comemoração. Suas disposições resultaram de um processo de consultas ao setor civil, que também levou em conta as iniciativas continentais anteriores – como o LPA e a NEPAD –, as experiências havidas, boas práticas, tendências globais e possíveis cenários futuros de desenvolvimento.¹¹

Para o setor agrícola, a estratégia da NEPAD foi integrada à Agenda 2063 e se vê articulada no âmbito do Programa Abrangente para o Desenvolvimento da Agricultura na África (Comprehensive Africa Agriculture Development Program – CAADP), que consolida a moldura continental para um crescimento centrado na agricultura. Lançado em 2003, o CAADP se tornou o carro-chefe da NEPAD na área de desenvolvimento agrícola. Sob o CAADP, os líderes africanos se comprometem a duas metas: atingir um crescimento anual de 6% da produção agrícola e, em busca desse objetivo, alocar à agricultura 10% das despesas públicas anuais (AFRICAN UNION, 2003).

Após 10 anos de implementação, os chefes de Estado africanos adotaram, em 2014, a *Declaração de Malabo sobre crescimento agrícola acelerado e transformação para prosperidade compartilhada e melhora da qualidade de vida* (AFRICAN UNION, 2014), pela qual se comprometeram a terminar com a fome e a subnutrição infantil no continente até o ano de 2025. Esse instrumento reafirmou os valores fundamentais e princípios de inclusão e responsabilização mútua quanto às ações e a resultados, respectivamente, bem como quanto a seus objetivos originais de crescimento agrícola anual e parcela de 10% da despesa nacional destinada à agricultura nacional (AFRICAN UNION, 2014).

As revisões bianuais da implementação, pelos países africanos, dos compromissos constantes da Declaração de Malabo

¹¹ Maiores informações sobre a Agenda 2063 e, inclusive, o *Primeiro relatório continental da implementação da Agenda*, datado de fevereiro de 2020, consultar: AFRICAN UNION, [201-].

servem para verificar quão perto ou longe os Estados-membros da UA se encontram de alcançar a meta de erradicação da fome no continente até o ano de 2025. O progresso é mensurado por meio de um exercício pan-africano de coleta de dados levado a cabo pelo Departamento de Economia Rural e Agricultura (DREA) da UA, pela AUDA-NEPAD e pelas Comunidades Econômicas Regionais (Regional Economic Communities – RECs),¹² em colaboração com parceiros técnicos e de desenvolvimento. Para aferir os avanços havidos nos sete compromissos de Malabo são utilizados 47 indicadores de avaliação, dos quais se extrai a média executada, a ser comparada com a prevista para o período. A primeira revisão, referente ao ciclo concluído em 2017, demandava que os países houvessem alcançado o ponto de referência de desempenho de 3,94 nas médias dos indicadores. Na ocasião, 20 países estavam em dia com suas obrigações.

O *Segundo relatório de revisão bienal da Declaração de Malabo*, atinente ao ciclo encerrado em 2019, foi apresentado em Adis Abeba em fevereiro de 2020, durante a realização da 33ª Cúpula da União Africana. O ponto de referência desta revisão já era 6,66, mas apenas quatro países lograram atingi-lo: Ruanda (7,24), Marrocos (6,96), Máli (6,82) e Gana (6,67). A média geral foi da ordem de 4,03, inferior, portanto, à estimada para o ciclo. No que

¹² São as seguintes as Comunidades Econômicas Regionais da África:

- União do Magrebe Árabe – Arab Maghreb Union (UMA);
- Mercado Comum da África Ocidental e Austral – Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA);
- Comunidade dos Estados do Sahel e do Saara – Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD);
- Comunidade da África Oriental – East African Community (EAC);
- Comunidade Econômica dos Estados da África Central – Economic Community of Central African States (ECCAS);
- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – Economic Community of West African States (ECOWAS);
- Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento – Intergovernmental Authority on Development (IGAD);
- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – Southern African Development Community (SADC).

tange ao quinto compromisso, de impulsionar o comércio intra-africano em produtos agrícolas de base, por exemplo, 29 países ostentaram bom desempenho. Mas apenas quatro cumpriram a promessa de destinar 10% de suas receitas orçamentárias à agricultura (Burkina Faso, Burundi, Málí e Maurítânia).

O relatório ressalta, contudo, que, dos 49 Estados-membros que reportaram seus avanços na implementação das metas de Malabo, 36 países apresentaram significativa melhora em suas marcas em relação ao apurado na primeira revisão. Ou seja, houve progresso, mensurável, nos últimos anos (AFRICAN UNION, 2020).

Para o professor Carlos Lopes, o êxito da transformação do setor agrícola se tem revelado escorregadio ainda como herança da pouca relevância historicamente concedida pelos governos africanos à agricultura e, particularmente, aos pequenos produtores rurais, que contribuem com cerca de 80% da produção agrícola do continente. O setor agrícola como um todo responde por 65% dos empregos e 75% do comércio doméstico do continente. Lopes não tem dúvidas quanto à necessidade de tornar o setor agrícola um dos motores, se não o principal, do crescimento econômico do continente (LOPES, 2019).

Carlos Lopes foi escolhido, em 2019, como o economista do ano da África pela revista *Financial Afrik*, e o jornal espanhol *El País* colocou-o na lista das 10 personalidades de maior prestígio no continente. Como professor da Escola Mandela de Administração Pública da Universidade da Cidade do Cabo e professor visitante de outras instituições de ensino superior, exerce influência nos rumos da África. No livro publicado em português em 2020, *África em transformação: desenvolvimento econômico na era da dúvida*, faz uma análise rigorosa das iniciativas já tomadas ou a serem executadas com vistas ao desenvolvimento econômico e social da África. Utiliza-se de ampla bibliografia e abundantes dados estatísticos para preconizar soluções que

buscam aproveitar ao máximo o que já se encontra disponível, como é o caso da agricultura tradicional nos países do continente.

Verifica-se, portanto, que, como resposta aos fracassos dos programas de ajuste estrutural, os governantes africanos – em conjunto com acadêmicos, especialistas, empresários e representantes do setor civil – passaram a criar mecanismos específicos conducentes ao desenvolvimento econômico e social. Quanto à segurança alimentar, deliberaram e decidiram quanto ao seguimento e à avaliação a serem feitos de suas ações no âmbito da Declaração de Malabo. A vontade política demonstrada por grande parte dos governantes tende a servir de exemplo para os demais, bem como a sensibilizar os organismos multilaterais e doadores quanto à importância de buscar-se o desenvolvimento do setor agrícola dos países importadores. Na próxima parte, será abordada a crescente conscientização africana e mundial da necessidade de enfrentar-se a questão da erradicação da fome a partir da transformação estrutural do setor agrícola, bem como algumas das razões que justificam o atual otimismo com relação à África.

O cenário atual

Mais comércio poderá trazer muitas vantagens. Demasiados países africanos encontram-se presos a relações comerciais de caráter colonial, exportando matéria-prima e importando produtos manufaturados. A área de livre comércio deverá encorajar tanto a especialização quanto a exportação de produtos com maior valor agregado. [...] Mais comércio poderá também ajudar o continente a reverter a perniciosa desindustrialização. Uma área de livre comércio que funcione adequadamente poderá reparar essa situação ao trazer ímpeto aos esforços de atração de investimentos com vistas a um mercado de 1,2 bilhão de consumidores.

Free... (2019)

O trecho acima do editorial do *Financial Times* de 4 de novembro de 2019, intitulado “A área de livre comércio é a melhor chance para refazer a África”, resume a opinião corrente do mundo ocidental sobre o Acordo Continental de Livre Comércio Africano (African Continental Free Trade Agreement – AfCFTA) de 21 de março de 2018, assinado por ocasião da Cúpula Extraordinária da União Africana em Kigali, Ruanda, e posto em vigor em maio de 2019 entre os 24 países que depositaram seu instrumento de ratificação. Até o momento, o Acordo foi ratificado por 29 países e assinado por 54 dos 55 Estados-membros da União Africana. Falta apenas a adesão da Eritreia.

O mercado previsto para a união dos 55 países é, de fato, de 1,2 bilhão de habitantes, que compreendem uma crescente classe média e um produto interno bruto combinado superior a US\$3,4 trilhões. Estimativas da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (United Nations Economic Commission for Africa – UNECA) indicam que o potencial de crescimento do comércio intra-africano será da ordem de 52,3% como resultado da eliminação dos impostos de importação e o dobro disso, quando as barreiras não tarifárias forem igualmente reduzidas (TRALAC, 2020).

O AfCFTA se propõe a criar um mercado continental para bens e serviços mediante a consecução de livre movimento de empresários e investimentos, pavimentando assim o caminho para o estabelecimento da União Aduaneira. Também pretende expandir o mercado continental buscando melhor harmonização e coordenação da liberação e facilitação do comércio entre as agrupações regionais (RECs) e através da África em geral. Espera-se que o Acordo venha a aperfeiçoar a competitividade da indústria local através da ampliação de oportunidades para a

produção em maior escala, acesso facilitado ao mercado continental e melhor realocação de recursos.¹³

O AfCFTA foi muito bem recebido pelos meios de comunicação tanto do continente quanto da comunidade internacional. Os desafios, contudo, não deixaram de ser citados, até porque são demasiados e concretos. O editorial acima citado do *Financial Times*, por exemplo, aponta a implementação efetiva como o maior deles. A seu ver, a União Africana tem uma história de pronunciamentos grandiosos, porém de fraco seguimento.

Em diversos artigos, o *Deutsche Welle* enumera os desafios para a integração continental. Entre eles: rodovias e linhas ferroviárias em mau estado; áreas atingidas pela violência; rígidos controles fronteiriços; corrupção desenfreada; conflitos bélicos; rotas aéreas ainda controladas por países colonizadores (forçando voos com escala na Europa); penúria de recursos para investimentos em infraestrutura e falta de confiança mútua entre países (DEUTSCHE WELLE, 2019).

¹³ Seguem-se os objetivos gerais do AfCFTA:

1. Criar um mercado único para produtos e serviços, facilitado pelo movimento das pessoas a fim de aprofundar a integração econômica do continente africano, de acordo com a visão pan-africana de uma “África integrada, próspera e pacífica”, consagrada na Agenda 2063;
2. Criar um mercado liberalizado para produtos e serviços através de sucessivas rodadas de negociações;
3. Estabelecer os fundamentos para o estabelecimento de uma União Tarifária Continental num próximo estágio;
4. Promover e alcançar o desenvolvimento econômico-social sustentável e inclusivo, a igualdade entre os gêneros e a transformação estrutural dos Estados-membros;
5. Aprimorar a competitividade das economias dos Estados-membros nos mercados continental e global;
6. Promover o desenvolvimento industrial através da diversificação, bem como o desenvolvimento das cadeias de valores regionais, da agricultura e da segurança alimentar; e
7. Resolver os desafios das associações múltiplas e sobrepostas de modo que acelere os processos de integração regional e continental (AFRICAN UNION, 2018).

Em entrevista à agência de notícias *Bloomberg*, em 28 de fevereiro de 2020, o professor Carlos Lopes explicou que o impacto do AfCFTA deverá levar ainda uns três anos para tornar-se evidente. Lopes foi um dos idealizadores do Acordo, quando ainda se encontrava na posição de secretário executivo da UNECA e emprestava apoio técnico à União Africana (NAIDOO; NHAMIRE, 2020).

O Acordo prevê que os Estados-membros concordem com a eliminação ou a diminuição de impostos em 90% de seus produtos. Espera-se que os países decidam individualmente sobre cada tarifa assim que finalizarem a análise das concessões tarifárias, das regras de origem e dos protocolos sobre serviços. Lopes acredita que a anuência quanto aos cronogramas demorará um ano, a menos que os grupos regionais harmonizem suas ofertas. A segunda fase, sobre comércio de serviços, e a terceira, sobre comércio por internet (*e-commerce*), deverão ser ainda mais complexas.

No que diz respeito especificamente à agricultura, em seu último livro, acima citado, Lopes ressaltou que os países africanos precisam eliminar os obstáculos que atrapalham seu crescimento no setor agrícola, quais sejam: infraestrutura pobre, financiamento insuficiente, herança de enfoques políticos equivocados e incentivos, no exterior, que prejudicam o potencial africano.

A preocupação com a escassez de financiamentos, sobretudo para pequenos produtores rurais, constitui, por sua vez, o *leitmotiv* dos pronunciamentos do presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, Gilbert Houngbo. Em alocução por ocasião do lançamento do relatório *O estado da segurança alimentar e nutricional do mundo (The State of Food Security and Nutrition in the World)* (FAO *et al.*, 2019), lamentou, por exemplo, que a assistência internacional ao desenvolvimento (Official Development Assistance – ODA) só alcance cerca de 10,5 bilhões de dólares norte-americanos ao ano, quando se estimam

necessidades de investimentos da ordem de 115 bilhões anuais para se atingir a meta da Fome Zero até o ano de 2030. Se as contribuições de doadores internacionais e instituições multilaterais atingem apenas essa fração, cabe, a seu ver, aos próprios africanos, procurar aportes vultosos dos governos de seus países, mas também das fundações e do setor privado (HOUNGBO, 2019a).

Nomeado presidente do FIDA em fevereiro 2017, o togolês Gilbert Fossoun HOUNGBO fez carreira na ONU, mais especificamente no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo sido designado diretor-geral do PNUD para a África antes de sua designação como primeiro-ministro do Togo pelo então presidente Fauré Gnassingbé. Para ele, “alcançar a fome zero (até 2030) e, sem dúvida, todos os demais objetivos do desenvolvimento sustentável, vai depender da transformação dos sistemas alimentares, entre os quais o dos pequenos agricultores se encontra em primeiríssimo lugar” (HOUNGBO, 2019b).

Para o Papa Francisco (2019),

a contribuição do FIDA é essencial para a consecução dos dois primeiros objetivos do desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a luta contra a fome e a promoção da soberania alimentar. E nenhum deles será possível sem o desenvolvimento rural, um desenvolvimento de que se fala há longo tempo, mas ainda não chegou a ser gozado.

Na mesma oportunidade em 2019, perante os governadores do FIDA, continuou afirmando: “É paradoxal que uma grande parte dos 820 milhões de pessoas que sofrem fome e subnutrição no mundo viva em áreas rurais e – isto é paradoxal – que tais pessoas estejam engajadas precisamente na produção e no cultivo de alimentos.” (PAPA FRANCISCO, 2019).

A preocupação com a falta de vontade política dos líderes governamentais que retardam o progresso continental na

implementação das metas de Malabo transparece, por sua vez, em declarações da própria União Africana. Em *Tweet* recente, após a Cúpula de chefes de Estado de 2020, a embaixadora angolana Josefa Sacko, comissária para a Economia Rural e Agricultura da UA, postou: “A África precisa aumentar sua ambição para resolver a questão da desnutrição. Hoje, 256 milhões de africanos ou 20% de sua população estão subnutridos.” (SACKO, 2020).

Em relação a financiamentos a empreendimentos comerciais, o presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (African Development Bank – AfDB), professor doutor Akinwumi A. Adesina, tem-se distinguido por priorizar investimentos nos setores agrícola e de agronegócios, até porque tem formação em economia agrícola pela famosa Universidade de Ifé e foi ministro da Agricultura da Nigéria. Cuida, porém, do desenvolvimento global da África e, nesse sentido mais amplo, tem-se demonstrado entusiasmado com os sinais de êxito do continente. Em discurso pronunciado em março de 2020, quando foi agraciado com o título de “Pessoa Líder do Ano na África”, estimou que a África vai muito bem e esclareceu:

- Em 2019, 17 países cresceram entre 3 e 5% e outros 20, acima ou igual a 5%.

- O investimento direto estrangeiro (IED) mostrou melhora significativa: um aumento de 11%. Na Ásia, cresceu 4%. Globalmente, o IED diminuiu 11%, e, para os países desenvolvidos, o declínio foi da ordem de 23%.

- Cerca de 90% das empresas que realizaram IEDs têm seu escritório central na África. Mas 58% daquelas com sede no exterior esperam um crescimento de receita nos próximos cinco anos que deverá permitir sua expansão para outros países africanos.

- O incremento dos negócios e das despesas com consumo na África deverá atingir 5,6 trilhões de dólares norte-americanos nos próximos cinco anos.

- Apenas em alimentos e agricultura, estima-se alcançar a cifra de 1 trilhão de dólares nos próximos 10 anos (ADESINA, 2020).

Na oportunidade, realçou que “a África do século XXI está aberta ao comércio, tanto assim que investidores experientes sabem que é preciso estar na África para fazer negócios” (ADESINA, 2020). Recordou que o 2º Fórum de Investimentos da África em Joanesburgo, em 2019, contara com a presença de 2.200 delegados. Durante o fórum, em 72 horas, havia sido possível assegurar investimentos da ordem de 40,1 bilhões de dólares. E, para demonstrar o favoritismo com que a África tem sido considerada pela comunidade internacional, ressaltou que, no mês anterior ao recebimento do título, “estivera em Londres para a Cúpula Reino Unido-África e, antes disso, participara das Cúpulas China-África, Japão-África, Índia-África, Coreia do Sul-África, Rússia-África, Estados Unidos-África e muitas outras” (ADESINA, 2020).

As negociações e debates dessas reuniões bilaterais, sempre promovidas pelos países doadores, têm servido, para os africanos, para a progressiva conscientização da comunidade internacional quanto à necessidade de se buscar condições de comércio menos injustas para os países pobres. Para citar apenas um exemplo, o comunicado emitido por ocasião da última reunião do Fórum Global para a Alimentação e Agricultura (Global Forum for Food and Agriculture – GFFA), em Berlim em janeiro de 2020, sob o lema “Alimentos para todos! Comércio para uma nutrição segura, diversificada e sustentável”, reconhece que os países membros da OMC têm níveis de desenvolvimento e necessidades diferentes, as quais precisam ser levadas em consideração pela OMC por meio da concessão de um tratamento especial e diferenciado (GFFA, 2020).

No documento de 10 páginas, a palavra *self-sufficiency* (autossuficiência) não foi inserida, mas a questão da *food security*

(segurança alimentar) foi abordada nove vezes, em constante relação com a melhora do bem-estar e dos rendimentos dos agricultores. A necessidade de prestar assistência aos pequenos produtores, para facilitar-lhes o acesso aos mercados, foi objeto de seis menções, juntamente com sua identificação ora com a agricultura familiar, ora com a questão das mulheres, que predominam no meio rural africano. O adjetivo *inclusivo* aparece oito vezes, qualificando as iniciativas recomendadas para a promoção do desenvolvimento econômico, do comércio propriamente dito e da necessidade de integração dos pequenos produtores às cadeias de valores locais, regionais e global. O apoio à inserção dos pequenos agricultores e das mulheres ao mercado é visto como essencial para a planificação de estratégias *domésticas* de desenvolvimento rural.

O grifo acima tem o objetivo de demonstrar que o tratamento da segurança alimentar deve passar obrigatoriamente pelas políticas nacionais dos diferentes países membros. Em outros termos, os países em desenvolvimento precisam dispor do direito de reduzir suas tarifas quando apropriado. Isto é: quando os preços das importações aumentam, é necessário manter a segurança alimentar e a sobrevivência do setor agrícola local. Da mesma forma, devem poder aumentar as taxas de importação para proteger a produção local ou obter receitas para investimentos na agricultura. Em resumo, precisam assegurar flexibilidade na imposição de tarifas para garantir, ao mesmo tempo, que os produtos locais sejam competitivos, os meios de vida e renda dos agricultores, mantidos e a segurança alimentar, garantida.

Indo nessa direção, os 77 ministros que emitiram o comunicado do GFFA comprometeram-se a “fornecer, no âmbito da estrutura da OMC, um tratamento especial e diferenciado, quando apropriado, aos países em desenvolvimento e, em particular, aos países menos desenvolvidos, a fim de que possam

produzir o suficiente para as necessidades especiais” (GFFA, 2020). Referiam-se à 12^a Conferência Ministerial a ser realizada em Nur-Sultan, Kazaquistão, em junho de 2020, para a qual manifestaram a intenção de “trabalhar de forma construtiva a fim de obter um resultado positivo” (GFFA, 2020).

Não será fácil alcançar um equilíbrio justo entre agricultura, segurança alimentar e comércio numa instituição que prima por buscar a intensificação do comércio. A OMC conta com 162 membros, muitos dos quais não compareceram à citada reunião do GFFA. Entre eles, grandes exportadores de alimentos, como os Estados Unidos ou a França, que ainda não parecem dispostos a aceitar entraves ao comércio internacional. Em compensação, há membros na OMC que poderão apoiar as demandas dos países africanos até com intensa convicção. Para o Brasil, por exemplo, é “claríssimo e incontornável” que qualquer agenda de reforma, “para ter êxito, precisa necessariamente incluir o tema dos subsídios agrícolas” (ARAÚJO, 2020). O grupo liderado pela Indonésia, por sua vez, que conta com mais de 40 países, vem pressionando a OMC pela limitação da abertura ao mercado de produtos agrícolas através da concessão de maior flexibilidade na imposição de tarifas pelos países importadores, em consideração a critérios como autossuficiência alimentar, segurança da subsistência e desenvolvimento rural.

Neste breve relato sobre a evolução da questão da segurança alimentar, procurou-se indicar que a África tem condições e conhecimento suficientes para erradicar o infortúnio da fome. Os países do continente ainda não se liberaram totalmente de condicionantes impostos por doadores e organismos multilaterais, nem do poderio de empresas multinacionais, nem mesmo da cultura e práticas dos antigos regimes coloniais, mas a noção do empoderamento africano de seu próprio destino se vem fortalecendo nas decisões da União Africana, bem como nas deliberações dos organismos internacionais globais.

Apesar das controvérsias quanto às causas do flagelo, chegou-se à conclusão de que a erradicação da fome passa forçosamente pela transformação estrutural da agricultura dos países em desenvolvimento e, em especial, do setor de pequenos produtores de subsistência – os mais expostos a mudanças climáticas, conflitos, desacelerações econômicas, instabilidades de preços ou imposições do comércio internacional.

Trata-se, portanto, de eliminar as vulnerabilidades por meio da proteção, integração e modernização dos setores rurais tradicionais. O FIDA, por exemplo, desenvolve, nos setores rurais mais remotos do mundo, projetos cujos desenhos são compartilhados com as comunidades locais e centrados nas pessoas (*community-driven, people-centered*), sem deixar de levar em conta que agricultura é, antes de tudo, um negócio que deve gerar retornos (IFAD, [201-]). A iniciativa do AfDB, *Alimente a África: estratégia para a transformação agrícola*, financia projetos que buscam aumentar a resiliência dos agricultores, respeitando, em seu planejamento, a inclusão obrigatória dos elementos de autosuficiência e de agregação de valor aos produtos (AfDB, 2016).

O pensamento africano sobre o passado, o cenário atual e o futuro do continente revela plena consciência dos obstáculos que retardam seu desenvolvimento econômico e social, como o demonstrou o presidente da Comissão da União Africana, Moussa Faki Mahamat, ao dirigir-se aos chefes de Estado dos países membros em março de 2018, quando da assinatura do AfCFTA. Algumas de suas palavras foram escolhidas para encerrar o presente exercício por bem resumir o entendimento africano tanto dos desafios à sua frente quanto da necessidade de decidida vontade política para poder enfrentá-los e efetivar a transformação estrutural do continente. A exortação a seguir do presidente Mahamat diz respeito à implementação do AfCFTA, mas se adequa perfeitamente à consecução da segurança alimentar na África:

[...] viemos aqui convencidos de que a integração não é uma opção, mas um imperativo [...] O AfCFTA é a concretização de uma visão pan-africana delineada, 40 anos atrás, pelo Plano de Ação de Lagos, em 1980 [...] Para a África, após décadas de independência, marcadas por persistente subdesenvolvimento e um espaço marginal no sistema internacional, os termos do debate são colocados de forma maniqueísta: Unir ou Perecer, como disse uma vez Kwame Nkrumah [...] A integração econômica responde, assim, não apenas às aspirações nascidas do pan-africanismo, mas também a uma imposição prática ligada à viabilidade econômica do Continente. Fora da África, nossos esforços são vistos com uma mistura de admiração e ceticismo [...] Esta Cúpula deve, portanto, marcar um rompimento. Deve fortalecer a confiança de nossos povos em sua União e em sua capacidade de realizar seus ideais. Deve confundir aqueles que, fora da África, continuam a pensar, com condescendência mal dissimulada, que nossas decisões nunca se materializarão (AFRICAN UNION, 2018).

Referências

AfDB – African Development Bank. *Feed Africa: Strategy for Agricultural Transformation*. [S. l.]: AfDB, 2016. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Feed_Africa_Strategy_for_Agricultural_Transformation_in_Africa_2016-2025.pdf. Acesso em: 14 maio 2020.

ADESINA, A. [Discurso pronunciado por ocasião de sua investidura como Pessoa Líder do Ano na África]. Joanesburgo, 01 mar. 2020. Disponível em: https://allafrica.com/stories/202003010043.html?utm_campaign=allafrica%3Aeditor&utm_medium=social&utm_source=twitter&utm_content=promote%3Aans%3Aabtgit. Acesso em: 13 maio 2020.

AFRICAN UNION. *New Partnership for Africa's Development – NEPAD*. Adis Abeba, Etiópia: African Union, 2001. Disponível em: <https://nepad.org/publication/new-partnership-africas-development>. Acesso em: 12 maio 2020.

AFRICAN UNION. *Comprehensive Africa Agriculture Development Program – CAADP*. Maputo, Moçambique: 2003. Disponível em: <https://www.nepad.org>.

org/programme/comprehensive-africa-agriculture-development-programme-caadp. Acesso em: 12 maio 2020.

AFRICAN UNION. *Malabo Declaration on Accelerated Agricultural Growth and Transformation for Shared Prosperity and Improved Livelihoods*. Malabo, Guiné Equatorial: African Union, 2014. Disponível em: https://www.au.int/web/sites/default/files/documents/31247-doc-malabo_declaration_2014_11_26.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

AFRICAN UNION. AU Member Countries Create History by Massively Signing the AfCFTA Agreement in Kigali. [Nota à imprensa, contendo excertos do discurso do Presidente da Comissão da União Africana]. *Press Releases* (site da African Union), Kigali, Ruanda, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://au.int/en/pressreleases/20180321/au-member-countries-create-history-massively-signing-afcfta-agreement-kigali>. Acesso em: 14 maio 2020.

AFRICAN UNION. *Agreement Establishing the African Continental Free Trade Area*. Kigali: African Union, 2018.

AFRICAN UNION. Department of Rural Economic and Agriculture – DREA. *Second Biennial Review Report of the African Union Commission on the Implementation of the Malabo Declaration of Accelerated Agricultural Growth and Transformation for Shared Prosperity and Improved Livelihoods*. Adis Abeba, Etiópia: African Union, 2020. Disponível em: <https://au.int/en/documents/20200212/second-biennial-review-report-african-union-commission-implementation-malabo>. Acesso em: 12 maio 2020.

AFRICAN UNION. [Site oficial]. [201-]. Disponível em: <https://au.int/en/agenda2063>. Acesso em: 12 maio 2020.

ARAÚJO, E. *Intervenção na reunião ministerial informal da OMC*. Davos, Suíça, 25 jan. 2020. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/20015-intervencao-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-ernesto-araujo-na-reuniao-ministerial-informal-da-omc-davos-25-de-janeiro-de-2019>. Acesso em: 14 maio 2020.

AUDA-NEPAD – African Union Development Agency – New Partnership for Africa’s Development. [Site oficial]. 2019. Disponível em: <https://nepad.org>. Acesso em: 12 maio 2020.

BANCO MUNDIAL. *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action*. Washington, D.C.: The World Bank, 1981. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/702471468768312009/pdf/multi-page.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

BANCO MUNDIAL. *Poverty and Hunger: Issues and Options for Food Security in Developing Countries*. Washington, D.C.: The World Bank, 1986. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/166331467990005748/Poverty-and-hunger-issues-and-options-for-food-security-in-developing-countries>. Acesso em: 14 maio 2020.

BOOKER, S.; RICKMAN, A. The Future Is African – and the United States Is Not Prepared. *The Washington Post*, Washington, D.C., 06 June 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/democracy-post/wp/2018/06/09/the-future-is-african-and-the-united-states-is-not-prepared/>. Acesso em: 14 maio 2020.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA. *Agenda 2063: a África que queremos*. Adis Abeba, Etiópia: Comissão da União Africana, 2015. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

CONWAY, G.; BADIANE, O.; GLATZEL, K. *Food for All in Africa: Sustainable Intensification for African Farmers*. Ithaca, Nova York: Cornell University Press, 2019.

DECLARAÇÃO final do Fórum sobre Segurança Alimentar das ONGs. Roma, 1996. Disponível em: <https://www.iatp.org/news/profit-for-few-or-food-for-all>. Acesso em: 2 jul. 2020.

DEUTSCHE WELLE. African Leaders Launch Landmark 55-Nation Trade Zone. *News* (Deutsche Welle), Bonn, Alemanha, 7 July 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/en/african-leaders-launch-landmark-55-nation-trade-zone/a-49503393>. Acesso em: 12 maio 2020.

ELVER, H. *Un mouvement global pour l'alimentation locale a commencé*. [entrevista]. *Les Echos*, Paris, 21 févr. 2020. Disponível em: <https://www.lesechos.fr/thema/articles/un-mouvement-global-en-faveur-de-l'alimentation-locale-a-commence-1173642>. Acesso em: 14 maio 2020.

FAO – Food and Agriculture Organization. *Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e Plano de acção da Cimeira Mundial da Alimentação*. Roma, 13 nov. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 14 maio 2020.

FAO – Food and Agriculture Organization *et al.* *The State of Food Security and Nutrition in the World*. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

FREE Trade Area Is Best Chance to Remake Africa. *Financial Times*, Londres, 4 Nov. 2019. Disponível em <https://www.ft.com/content/d8dc07d8-fcaf-11e9-a354-36acbbb0d9b6>. Acesso em: 12 maio 2020.

GFFA – Global Forum for Food and Agriculture. *Communiqué 2020: Food for All! Trade for Secure, Diverse and Sustainable Nutrition*. Berlim, 18 Jan. 2020. Disponível em: <https://www.gffa-berlin.de/wp-content/uploads/2020/02/GFFA-Communique-2020-EN.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

HOUNGBO, G. F. Opening Statement by Gilbert F. Hounbo President International Fund for Agricultural Development (IFAD) at the Publication of the 2019 report on The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI). *News* (site do IFAD), Roma, Itália, 15 July 2019a. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/latest/news-detail/asset/41222344>. Acesso em: 13 maio 2020.

HOUNGBO, G. F. Accelerating Progress on SDG 2 to Achieve All the SDGs. [Observações por ocasião da 46ª Sessão Plenária do Comitê sobre Segurança Alimentar da FAO]. *Speeches* (site do IFAD), Roma, Itália, 14 Oct. 2019b. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/web/latest/speech/asset/41382285>. Acesso em: 13 maio 2020.

IFAD – International Fund for Agricultural Development. *Our approach*. [201-]. Disponível em: <https://www.ifad.org/en/approach>. Acesso em: 14 maio 2020.

JAROSZ, L. Defining World Hunger: Scale and Neoliberal Ideology in International Food Discourse. *Food Culture and Society: An International Journal of Multidisciplinary Research*, v. 14, n. 1, Mar. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233557133_Defining_World_Hunger_Scale_and_Neoliberal_Ideology_in_International_Food_Security_Policy_Discourse. Acesso em: 14 maio 2020.

LOPES, C. *Africa in Transformation: Economic Development in the Age of Doubt*. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2019.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. *Caderno ‘Segurança alimentar’*. [S. l.]: [edição dos autores], 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/caderno-2018seguranca-alimentar2019>. Acesso em: 11 maio 2020.

MITTAL, A. Rethinking Food Security Policies. *UNCTAD Research Paper (G-24 Discussion Paper Series)*, Genebra, n. 56, June 2009. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/666714>. Acesso em: 14 maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *Universal Declaration on the Eradication of Hunger and Malnutrition*. 1974. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/EradicationOfHungerAndMalnutrition.aspx>. Acesso em: 14 maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODMs*. 2000. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 3 jul. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODSs*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 14 maio 2020.

NAIDOO, P.; NHAMIRE, B. Africa May Only See Impact of New Free-Trade Deal After 3 Years. *International Trade News* (site de Bloomberg Law), 28 Feb. 2020. Disponível em: <https://news.bloomberglaw.com/international-trade/africa-may-only-see-impact-of-new-free-trade-deal-after-3-years>. Acesso em: 13 maio 2020.

OLIVEIRA, E. Brasil tenta impor revisão de subsídios agrícolas na OMC. *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 fev. 2020.

PAPA FRANCISCO. [Discurso por ocasião da abertura da 42ª sessão do Conselho de Governadores do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola]. Roma, Itália, 14 fev. 2019. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/en/events/event.dir.html/content/vaticanevents/en/2019/2/14/fao.html>. Acesso em: 13 maio 2020.

SACKO, J. Africa Should Increase Its #Ambition to Address the Prevalence of #Undernourishment [...]. *Tweet* (rede social), 24 fev. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/JosefaSacko/status/1231929143367000064?s=03>. Acesso em: 13 maio 2020.

SHAW, D. J. *World Food Security: A History since 1945*. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

TRALAC – Trade Law Center. [Site oficial]. 2020. Disponível em: <https://www.tralac.org/resources/our-resources/6730-continental-free-trade-area-cfta.html>. Acesso em: 12 maio 2020.

US OPPOSES the Grain Plan. *The New York Times*, 24 June 1982. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1982/06/24/business/us-opposes-grain-plan.html?searchResultPosition=1>. Acesso em: 11 maio 2020.

VÍA CAMPESINA. *Soberanía alimentaria, un futuro sin hambre*. [folheto]. Dic. 1996. [divulgado pela Vía Campesina por ocasião da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996]. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article38>. Acesso em: 14 maio 2020.

4. O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ESCOLAS PÚBLICAS DE MOÇAMBIQUE:

desafios à luz da noção de educação transmídia

*Geane Carvalho Alzamora
Jane Alexandre Mutsuque*

Introdução

O ensino regular da língua portuguesa no cotidiano escolar de países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é condição necessária ao desenvolvimento da lusofonia, movimento multicultural de povos que falam o português como língua materna (Portugal e Brasil) ou oficial (Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). A lusofonia abrange também o que se convencionou chamar de “diáspora lusa”, ou seja, comunidades ou regiões que têm o português como língua de uso, ainda que minimamente, tais como: Macau, Goa, Diu, Damão, Malaca e Galiza (BRITO, 2013).

De acordo com Martins (2015), lusofonia é o movimento multicultural dos povos que falam português, constituindo uma realidade híbrida, miscigenada e em permanente construção. A constituição de uma comunidade lusófona geocultural, transnacional e transcontinental relaciona-se, segundo Martins (2015), aos sentidos das narrativas literárias, das narrativas midiáticas e das narrativas de histórias de vida que emanam de cada região. Desse modo, a lusofonia delinea rede de traços identitários que coexistem em países falantes da língua portuguesa, sem, contudo, negligenciar as variedades linguísticas locais e as especificidades culturais de cada região. Essa perspectiva dialoga com a noção de educação transmídia, que constitui nossa abordagem e será posteriormente apresentada.

A língua portuguesa é um dos processos de mediação prioritários na rede tecida pelos experimentos que realizamos em educação transmídia porque permite o intercâmbio cultural e a interação social entre múltiplos contextos escolares. De acordo com Bastos (2015), a língua portuguesa é indissociável do imaginário lusófono. “Assim, somos todos lusófonos com identidades particulares, reforçando a presença da unidade na diversidade” (BASTOS, 2015, p. 277).

A experiência local com o idioma português em cada país ou região da comunidade lusófona expande suas tonalidades linguísticas, ao mesmo tempo que assegura sua amplitude transnacional e intercultural. Pelo menos três aspectos são cruciais na configuração contemporânea do espaço simbólico da lusofonia: a) ensino regular da língua portuguesa; b) consumo midiático em língua portuguesa; c) dinâmicas comunicacionais que se estabelecem em torno das variadas narrativas produzidas em língua portuguesa. Trata-se, em nosso entendimento, de um processo eminentemente comunicacional, além de linguístico, cultural, social, político e econômico.

Neste capítulo abordaremos as peculiaridades comunicacionais do uso social da língua portuguesa em escolas públicas de países lusófonos a partir da seguinte indagação: como estimular o interesse de crianças e adolescentes em adquirir e produzir conhecimento em idioma português, em condições culturais, sociais, políticas e econômicas variadas? Em que medida tal proposta pode favorecer o desenvolvimento de intercâmbios culturais e interações sociais em escolas públicas de países lusófonos, com base em experiências locais?

Consideramos que a noção de educação transmídia, conforme será discutida adiante, é apta para estimular o engajamento social com as narrativas propostas, assim como para estabelecer relações entre estudantes em ambientes escolares variados. Tais relações ocorrem, nessa abordagem, por meio do intercâmbio de experiências baseadas nos hábitos de consumo midiáticos e nos modos de interação com os dispositivos midiáticos da contemporaneidade (SCOLARI, 2016). Para Lopes (2018), o termo *relação* é de fundamental importância no contexto da lusofonia porque “a noção de relação é feita de todas as diferenças à nossa volta e no mundo” (LOPES, 2018, p. 30).

Os estudos aqui relatados buscam relacionar experiências variadas com a língua portuguesa em contexto escolar por meio de múltiplas interações com as narrativas transmídias propostas no âmbito de projeto de pesquisa, ensino e extensão em planejamento comunicacional em educação transmídia para escolas públicas de países de língua portuguesa. O projeto¹, que se desenvolve desde 2017 na Universidade Federal de Minas Gerais (Registro SIEX/UFMG 403678) em parcerias institucionais locais e internacionais, já desenvolveu propostas para escolas públicas de Dili (Timor Leste), Belo Horizonte (Brasil) e Maputo (Moçambique).

¹ Outras informações sobre o projeto em: EDUCAÇÃO TRANSMÍDIA, 2019.

O foco primordial são escolas públicas localizadas em comunidades de baixa renda, normalmente marcadas por acesso limitado às tecnologias digitais, o que exige pensar a dinâmica transmídia em configurações midiáticas nem sempre convencionais. Em países e regiões nos quais a diversidade linguística é mais densa, como é o caso de Moçambique e Timor Leste, a língua portuguesa nem sempre apresenta predominância cultural, ainda que seja idioma oficial. Por causa disso, as estratégias comunicacionais em educação transmídia que adotamos levam em conta os hábitos culturais e de consumo midiático das crianças e adolescentes que participam do projeto, assim como seus modos preferenciais de interação social.

Em sua vertente de pesquisa, o projeto produz conhecimento teórico e metodológico sobre o tema em regime de cooperação internacional,² assim como abriga pesquisas individuais em níveis de pós-doutorado, doutorado, mestrado e iniciação científica. Em sua vertente de ensino, oferta disciplinas sobre o tema em níveis de graduação e especialização, além de seminários, oficinas e minicursos voltados para a capacitação profissional nessa área. Em sua vertente de extensão, desenvolve, executa e avalia planejamentos de comunicação em educação transmídia para escolas públicas de países de língua portuguesa.

Neste capítulo trataremos especificamente do caso de Moçambique, onde desenvolvemos experimentos metodológicos em educação transmídia para escolas públicas de Maputo (2018/2019) e Beira (2020/2021).³ Os experimentos em educação transmídia para escolas públicas de Moçambique têm foco no

² Projeto de cooperação internacional “Transmedia Communication Methods and Strategies: Education for Sustainability”, entre UFMG/Brasil (sob coordenação de Geane Carvalho Alzamora) e Jönköping University/Suécia (sob coordenação de Renira Rampazzo Gambarato) – 2019-2021.

³ A proposta para escola pública de Beira é realizada no âmbito da pesquisa de doutorado de Jane Alexandre Mutsuque (PPGCOM/UFMG – Bolsa Capes PEC-PG), sob orientação de Geane Carvalho Alzamora.

contexto local com envergadura global, uma vez que impactam na rede lusófona em educação transmídia que tecemos gradativamente neste projeto. As especificidades desses experimentos referem-se às singularidades políticas, sociais e culturais do ensino da língua portuguesa em um país que não usa esse idioma majoritariamente em situações cotidianas, não apresenta índices elevados de escolaridade e se caracteriza por enorme variedade linguística, cultural e social.

O ensino da língua portuguesa em Moçambique

Contexto histórico

O ensino da língua portuguesa em Moçambique está vinculado ao processo histórico de fixação e expansão do colonialismo no continente africano e à trajetória da educação em Moçambique. Há pelo menos três grandes etapas nesse processo. A primeira, denominada “educação colonial” (ARAKAKI, 2006), refere-se ao período que se estende do final do século XVI até meados dos anos de 1970. De acordo com Arakaki (2006), nesse longo período colonial a presença da língua portuguesa em Moçambique esteve predominantemente relacionada às atividades mercantis, enquanto as línguas bantu – línguas autóctones faladas na região Centro-Sul da África – eram utilizadas na maior parte das situações cotidianas pela população local.

A educação formal em Moçambique, que coincide com a introdução e a expansão do ensino da língua portuguesa no país, só ocorreu a partir do final do século XIX. De acordo com Arakaki (2006), em 1890 Portugal estabeleceu a formação de escolas nas províncias ultramarinas (colônias africanas). Segundo António (2016), o ensino da língua portuguesa era então realizado pelas escolas públicas e pelas missões católicas. Nas escolas informais, em especial escolas católicas e escolas de ofício

predominantes nas zonas rurais, as aulas eram ministradas em línguas bantu por nativos, em sua maioria bilíngues, preparados pelas missões católicas.

A promulgação do Ato Colonial de 1930, que propunha “civilizar e nacionalizar os indígenas das colônias [africanas] por meio da língua portuguesa e transformação dos costumes selvagens” (Decreto nº 17.153, de 6 de julho de 1929, Portaria nº 1.114, citado por ARAKAKI, 2006, p. 63), impulsionou o ensino da língua portuguesa em Moçambique. O objetivo era que o indígena soubesse “ler, escrever e contar” (TORGAL; PIMENTA; SOUSA, 2008, p. 50).

A partir da independência de Moçambique, em 1975, e a consequente instituição da língua portuguesa como língua oficial e língua de ensino, iniciou-se uma segunda etapa do ensino da língua portuguesa. O país tinha então 10 milhões de habitantes, dos quais 93% eram analfabetos (PATEL, 2006; ZIMBICO; COSSA, 2018). No período pós-colonial, o ensino da língua portuguesa atrelou-se ao fundamento da unidade nacional. “Em princípio, o discurso fundador de Moçambique pós-colonial considera a premência do português como meio de integração dos cidadãos no sistema nacional e como facilitador do desenvolvimento das instituições políticas e sociais.” (PONSO, 2016, p. 71).

Entretanto, a guerra civil, entre 1976 e 1992, dificultou a comunicação e o acesso à escola. Para buscar reverter esse quadro, em 1978 foi introduzida a primeira Campanha Nacional de Alfabetização. De acordo com Mário (2002), essa campanha pretendia conferir habilidades básicas de leitura, escrita e cálculo, além de incutir no cidadão consciência emancipada da dominação mental colonial, assim como reforçar os valores do patriotismo e de liberdade. A medida trouxe bons resultados, reduzindo em 20% o índice do analfabetismo em 10 anos (PONSO, 2016).

Em 1983, observou-se salto qualitativo no processo educacional em Moçambique, com a aprovação da Lei nº 4/83 do Sistema

Nacional de Educação (SNE), que definiu os princípios fundamentais da Educação em Moçambique. Entre outros objetivos, o SNE de 1983 propôs, na alínea g, artigo 4º: “através do ensino, a utilização da língua portuguesa para a consolidação da unidade nacional” (MOÇAMBIQUE, 1983, p. 23). Este dispositivo reforçou a importância da língua portuguesa no ensino e destacou sua relevância estratégica para manutenção da harmonia social em Moçambique.

Considera-se que a terceira etapa do ensino da língua portuguesa em Moçambique tem o seu marco inicial com a publicação da Lei nº 6/92, de 6 de maio de 1992, do SNE. Essa lei introduziu o ensino à distância como uma forma “complementar do ensino regular [e] também [como] uma modalidade alternativa de ensino escolar” (MOÇAMBIQUE, 1992, p. 12). A lei oficializou também o ensino privado. Com isso, ampliou-se o espaço de cooperação e parcerias entre o Estado e variadas organizações comunitárias, ONG’s internacionais, empresas privadas e estatais.

Mais recentemente foi promulgada a Lei nº 18/2018, de 28 de dezembro de 2018, do SNE, que torna obrigatória e gratuita a escolaridade até a 9ª classe. A lei inclui, como um de seus objetivos, a alínea l, do artigo 4º: “desenvolver o conhecimento da língua portuguesa como língua oficial e meio de acesso ao conhecimento científico e técnico, bem como de comunicação entre os moçambicanos com o mundo” (MOÇAMBIQUE, 2018).

Historicamente, portanto, a língua portuguesa é uma língua de prestígio em Moçambique, mas também é língua de colonização e de dominação. “As marcas com que se construiu esse estatuto de dominância, de legitimidade, de prestígio – e ao mesmo tempo de opressão – constroem lugares na memória linguística na população.” (PONSO, 2016, p. 74). É no âmbito dessa contradição linguística, que é também política, cultural e social, que desenvolvemos experimentos em educação transmídia em escolas públicas de Moçambique.

Desafios

Toda a educação formal em Moçambique é feita em português, com amparo da Constituição da República de Moçambique (2004), instrumento que não dá semelhante relevância às diversas línguas bantu moçambicanas faladas pela maioria da população (TIMBANE, 2011). Esta incongruência abrange também o panorama midiático em Moçambique.

Com base em estudo realizado por Ngunja em 2011, Joanguete (2016) afirma que a audiência que lê e fala português em Moçambique situa-se na ordem dos 10%. Segundo ele, toda a imprensa escrita usa a língua portuguesa, o que “constitui fator limitante de acesso à informação para a esmagadora maioria da população” (JOANGUETE, 2016, p. 129). Na Televisão Pública de Moçambique (TVM), segundo o mesmo autor, as línguas nacionais ocupam apenas o espaço noticioso de trinta minutos, relativo às delegações provinciais, cabendo ao idioma português todo o resto da programação televisiva. As demais cadeias televisivas de Moçambique também privilegiam a transmissão de seus conteúdos em língua portuguesa.

Em relação às emissoras de rádio, Joanguete (2016, p. 131) afirma que, “dos 500 órgãos de comunicação social licenciados em Moçambique, apenas 80 deles (16%), na sua maioria as rádios comunitárias, se expressam em línguas nacionais e as restantes usam a língua portuguesa na sua comunicação com a sociedade”. O consumo da internet, que se situa em 6,6% da população, segundo o Censo Populacional 2017 (INE, 2019), também é feito majoritariamente em português.

O Censo 2017 aponta que 41,9% da população moçambicana com idade igual ou superior a cinco anos não tem conhecimento algum da língua portuguesa e apenas 37,7% da população moçambicana afirma saber falar português. A diversidade linguística em Moçambique é enorme. Segundo o mesmo censo, além das línguas de matriz asiática (gujarate, memane, hindu, urdo e

o árabe), faladas majoritariamente por comunidades asiáticas radicadas na zona costeira de Moçambique, coabitam outras dezenas de línguas nacionais do grupo bantu, sendo as mais faladas: emakhuwa (26,1%), xichangana (8,6%), cinyanja (8,1%), cisena (7,1%), lomwé (7,1%), echu-wabu (4,7%), cindau (3,7%) e citswa (3,7%). As demais línguas do grupo bantu, de pequena expressão, somam 11,8% dos falantes (INE, 2019).

Apesar de tamanha diversidade linguística, nas escolas públicas e privadas de Moçambique todas as aulas são ofertadas em português. Para enfrentar esse problema, busca-se implantar um currículo de ensino bilíngue, abarcando línguas moçambicanas e a língua portuguesa. O projeto, lançado em 2004, volta-se prioritariamente para crianças de zonas rurais (PONSO, 2016).

O *Relatório anual* (2017) da UNESCO Moçambique reporta um panorama extremamente complexo relativo às competências básicas de leitura e escrita em língua portuguesa por parte dos alunos que frequentam o ensino básico. A avaliação da aprendizagem realizada pelo governo em 2016 aponta que apenas 4,9% dos alunos da terceira classe adquiriram competências básicas de leitura e escrita em português.

O Plano Estratégico da Educação – PPE 2012-2016 (prorrogado até 2019) afirma que, “na vertente da qualidade de ensino, constitui preocupação o facto de parte significativa de crianças atingir o fim do primeiro ciclo do ensino primário sem que tenham desenvolvido as competências de leitura e escrita, plasmadas no currículo” (MINED, 2012, p. 1). A Estratégia de Expansão do Ensino Bilíngue 2020-2029 aponta para a necessidade de “melhorar o desempenho dos alunos do ensino bilíngue, sobretudo a partir da fase de transição da L1 para L2 como meio de ensino, isto é, fazer com que estes alunos aprendam a falar, ler e escrever na língua portuguesa” (MINED, 2019, p. 7).

No ensino secundário, o cenário não é diferente. Em termos percentuais, a taxa de reprovação e desistência é de 32,1%,

segundo a Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009-2015 (CONSELHO DE MINISTROS, 2009). No turno noturno, a taxa média de reprovação e desistência é de 57%. O PEE 2012-2016 chama a atenção à necessidade de “privilegiar a universalização do Ensino Primário [...], com enfoque na aprendizagem e desenvolvimento de competências básicas de leitura, escrita e numérica” (MINED, 2012, p. 5). Para Miguel Buendía (2009, p. 267),

o ensino da leitura e da escrita é um dos maiores desafios que o sistema educativo e a sociedade moçambicana enfrentam, uma vez que o alcance de outras competências que habilitem, tanto os adultos como as crianças, a ser cidadãos com reais possibilidades de aceder ao conhecimento, continuar aprendendo ao longo da sua vida e participar activa e conscientemente na sociedade, depende da aprendizagem efectiva da escrita e leitura.

Os dados do Censo 2017 dão conta que 38,6% das crianças com idade escolar dos 6 aos 17 anos de idade estão fora da escola. Este cenário agrava-se entre crianças de 6 anos (73% estão fora da escola) e 7 anos (65,6% também). O número de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais é de 39%. Nota-se, porém, decréscimo de 11,4%, comparativamente aos últimos 10 anos. Os dados do Censo 2017 apontam ainda que a zona rural, com 66,6% da população moçambicana, registra maior índice de analfabetismo: 50,7%, contra 18,8% da zona urbana (INE, 2019).

Educação transmídia

Os dados relativos ao processo histórico de ensino e aprendizagem da língua portuguesa em Moçambique revelam uma complexa realidade linguístico-cultural, na qual o idioma português, ainda que pouco falado pela população em geral, ocupa lugar de destaque como língua oficial do país, idioma prioritário de

instrução escolar e de acesso às informações transmitidas pelos meios de comunicação.

Nesse contexto, a noção de educação transmídia é particularmente interessante porque pode favorecer a integração entre narrativas midiáticas, narrativas literárias e narrativas de histórias de vida (MARTINS, 2015) por meio de diferentes recursos de linguagem e intensa participação social. Com base em estratégias comunicacionais que enfatizam as variadas experiências de crianças e adolescentes, assim como seus hábitos culturais e de consumo midiático, a abordagem da educação transmídia estimula a construção coletiva de narrativas geolocalizadas, com impacto dentro e fora da escola. Tais narrativas podem alcançar sentidos transnacionais e transcontinentais ao estabelecerem diálogos interculturais com outras narrativas semelhantes, configurando uma rede transmídia geograficamente dispersa e em contínua expansão criativa pela ação coletiva.

O termo *transmídia* descreve como as narrativas midiáticas contemporâneas se propagam na interseção dos meios de comunicação, embora cada configuração textual apresente autonomia semiótica e seja continuamente expansível pela ação integrada de produtores e consumidores. O conceito foi inicialmente formulado como “intertextualidade transmidiática” por Marsha Kinder (1991) em referência a produtos midiáticos afins, como filmes, brinquedos, produção de fãs etc. Henry Jenkins (2003), principal expoente da pesquisa internacional sobre dinâmica transmídia, utilizou o termo pela primeira vez em 2003 para designar a narrativa midiaticamente distribuída, na qual cada meio contribui com o todo de modo autônomo, porém complementar (ALZAMORA *et al.*, 2019).

Jenkins (2009) propõe sete princípios da narrativa transmídia: expansão/profundidade; continuidade/multiplicidade; imersão/extração; construção de mundos; serialidade; subjetividade; realização. Em 2010, Jenkins revisou esses princípios

no âmbito do que ele denominou *Transmedia Education*, corrente voltada para pensar como professores, em qualquer matéria escolar e em todos os níveis de ensino, podem se basear nos princípios da narrativa transmídia para aprimorar a forma como fomentam a aprendizagem de seus alunos.

A noção de educação transmídia inscreve-se em universo semântico que comporta termos afins, como *educomunicação* e *alfabetização transmídia* (TÁRCIA, 2018). De acordo com Soares (2000), educomunicação se refere ao uso da comunicação como elemento de educação, ou seja, a comunicação é vista como um componente do processo educacional, ainda que comunicação e educação articulem discursos distintos. Para Soares (2000), a abordagem da educomunicação opera de modo processual, midiático, transdisciplinar e interdiscursivo.

De acordo com Scolari (2018), a alfabetização transmídia busca lidar com as práticas e processos comunicacionais que emergem da ecologia midiática do século XXI. Scolari (2018) considera que a vida social de crianças e adolescentes é atualmente construída em torno das tecnologias digitais. Estas, segundo ele, configuram novas práticas sociais que frequentemente são muito diferentes dos protocolos educacionais das escolas, razão pela qual ele acredita ser necessário investir nos processos comunicacionais correlatos à alfabetização transmídia: narrativa transmídia, culturas participativas e estratégias informais de aprendizagem.

A perspectiva de educação transmídia que reivindicamos inscreve-se na trajetória histórica da educomunicação, abrange as especificidades contemporâneas da ecologia midiática sobre a qual se debruça a alfabetização transmídia, marcadamente digital, mas também integra qualquer forma de expressão, digital ou analógica, que possa estabelecer interações sociais e promover intercâmbios culturais, em escala global, baseados em experiências geolocalizadas. Em nossa visão, mídia é “uma ambiência de

natureza flexível e dispersa, circunstancialmente capturável em uma forma empírica que envolve o desvelamento de dinâmicas sincrônicas e diacrônicas de configurações comunicacionais” (ALZAMORA; ZILLER; D’ANDREA, 2018, p. 78). Por esse prisma, a dinâmica transmídia não se restringe às narrativas multiplataformas delineadas por indústrias de mídia, pois inclui também configurações midiáticas alternativas e circunstanciais. Entendemos que cada situação comunicativa pode articular diferentes aspectos textuais, materiais, discursivos e culturais, o que pressupõe variadas configurações midiáticas.

O prefixo *trans* circunscreve o processo comunicacional nesse cenário midiático heterogêneo. Van Bauwel e Carpentier (2010) consideram que o prefixo *trans* oscila entre continuidade e descontinuidade, com maior ênfase no processo de mudança, na coexistência simultânea do que é e do que foi transgredido e em suas fluidas fusões. Esse entendimento requer abertura para linguagens e formatos nem sempre convencionais.

Para Alzamora e Tárzia (2012), quando associado à mídia, o prefixo *trans* aponta para modos específicos de interação e linguagem em múltiplos contextos midiáticos, resultando em formatos transgressivos e originais. Assim, a perspectiva transmídia pressupõe não apenas a complementação midiática – embora essa característica tipicamente intermídia seja relevante no processo –, mas principalmente o deslocamento de características tradicionalmente relacionadas a cada ambiente de mídia. Tal perspectiva coaduna com o entendimento de que a pesquisa sobre dinâmica transmídia ultrapassa as manifestações clássicas de narrativas e de mídias (SCOLARI, 2013).

O prefixo *trans* que reivindicamos em nossa abordagem de educação transmídia evoca também a ideia de transculturalidade. Na visão de Lopes (2018), a postura transcultural conecta pessoas de línguas e culturas variadas, colocando-as em reciprocidade para melhorar as vivências de cada um e de todos. Por causa disso,

ele considera a transculturalidade aspecto essencial no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa em Moçambique.

Lopes (2018) ressalta que a transculturalidade assegura a aquisição de conhecimentos e habilidades relativos à própria cultura (intraculturalidade) e permite funcionar na cultura de outros indivíduos (interculturalidade). Ele diferencia transculturalidade de multiculturalidade, argumentando que “a postura multicultural faz relacionar uma cultura com outra ou outras diferentes, enquanto [...] a postura transcultural se amplia através de duas ou mais culturas” (LOPES, 2018, p. 25). Para enfrentar o problema da hegemonia da língua portuguesa em Moçambique e sua difícil coabitação com as línguas nativas, Lopes (2018) sugere uma postura transdisciplinar, que, segundo ele, é também transcultural e translinguística. Em sua visão, “não há nem haverá real lusofonia sem partilha, sem reciprocidade, sem interpenetração dos falares e das culturas dos falantes e escreventes das várias línguas que milhões de cidadãos da CPLP utilizam nativa e não-nativamente” (LOPES, 2018, p. 36).

Os experimentos em educação transmídia que desenvolvemos em Moçambique pretendem contribuir com esse cenário ao enfatizar a diversidade cultural e as especificidades sociais de cada contexto escolar, conforme desafios captados em cada diagnóstico realizado. Em nossa abordagem, evocamos também a noção de ativismo transmídia para potencializar processos coletivos de geração de consciência e engajamento com causas voltadas para a transformação social (ALZAMORA; TÁRCIA, 2018). De acordo com Srivastava (2009), ativismo transmídia designa como as plataformas de mídia são coletivamente utilizadas com o intuito de expandir narrativas locais para gerar transformação social. Jenkins (2016) considera que a integração entre a cultura da participação e as questões políticas da contemporaneidade resulta na emergência de uma política participativa afeita aos

princípios da narrativa transmídia, os quais ele também relaciona com educação transmídia.

Em nosso entendimento, um planejamento comunicacional em educação transmídia pode se valer de aspectos de transculturalidade e de ativismo transmídia para promover ações integradas em escolas públicas de países de língua portuguesa com o propósito de aprimorar condições de ensino e aprendizagem em perspectiva transnacional e transcultural, assegurando as especificidades culturais de cada comunidade escolar. Para isso, as narrativas propostas devem levar em conta as experiências dos estudantes dentro e fora de sala de aula, assim como as especificidades sociais e culturais das comunidades nas quais as escolas se inserem.

Nessa proposta, o idioma português atua como processo linguístico mediador que favorece o desenvolvimento de dinâmicas comunicacionais transculturais, transnacionais e transmidiáticas. É desejável o intercâmbio de informações baseadas em experiências locais entre os participantes do projeto – o que caracterizamos como expansão criativa da narrativa transmídia – conforme o engajamento gerado em cada contexto escolar. Desse modo, o projeto adquire matizes específicos em cada região ou país, ainda que seja globalmente delineado por etapas metodológicas comuns: diagnóstico, planejamento, desenvolvimento de produtos, execução de ações planejadas e avaliação dos resultados alcançados.

A especificidade de cada plano de ação começa com o diagnóstico. Para a identificação do problema norteador do plano de ação (fase de diagnóstico), adotam-se os seguintes procedimentos: entrevista em profundidade com professores e diretores da escola; grupo focal com estudantes da escola selecionada para aferir seus hábitos culturais e de consumo midiático; relatórios acerca do contexto sociopolítico-econômico-cultural da

comunidade na qual a escola se insere. Com base nessas informações, propõe-se a narrativa delimitadora da proposta e suas possibilidades locais de distribuição multiplataforma. Na fase de execução, estabelecem-se coletivamente as possibilidades de expansão criativa da narrativa pela comunidade escolar e inicia-se o processo de avaliação, que consiste em entrevistas e questionários aplicados na escola. A rede de interação entre os planos de trabalhos executados é uma segunda fase ainda não implementada, que vai derivar das expansões criativas realizadas em cada escola participante do projeto.

Experimento metodológico em educação transmídia: Maputo

Em 2018 iniciou-se parceria entre Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil e Escola Superior de Jornalismo/Moçambique em torno do plano de trabalho “Parceria UFMG/Brasil e ESJ/Moçambique para desenvolvimento de planejamento comunicacional em Educação Transmídia” (Registro SIEX/UFMG 4031196), sob coordenação das professoras Geane Alzamora (UFMG/Brasil), Lorena Tárzia (Uni-BH/Brasil) e do professor Eulálio Mabuie (ESJ/Moçambique).⁴

O diagnóstico realizado no âmbito deste projeto pela equipe da ESJ/Moçambique na Escola Primária 25 de Junho, de Maputo, com estudantes de 10 a 13 anos, apontou dificuldades em

⁴ Integram também esta equipe os professores da Escola Superior de Jornalismo (Moçambique), Isaías Carlos Fuel e Ines Zandamela, e a então doutoranda em Comunicação Social Luciana Andrade (PPGCOM/UFMG, Brasil), além de estudantes de Comunicação Social da ESJ e da UFMG. A partir de 2019, Luciana Andrade passou a integrar a coordenação do projeto no Brasil, junto com Geane Alzamora e Lorena Tárzia. Os produtos planejados foram desenvolvidos pela empresa brasileira Jamboo Transmídia, sob coordenação de Ana Carolina Almeida Souza (doutoranda no PPGCOM/UFMG). Estratégias de gamificação foram planejadas em parceria com o grupo de pesquisa (CNPq) Redigir, coordenado pela professora dra. Carla Coscarelli (FALE/UFMG).

leitura e produção de textos em idioma português. Para enfrentar o problema, foi proposta a narrativa transmídia “O guardião da imaginação”, que visava promover engajamento e assegurar adesão entre os estudantes às proposições derivadas da narrativa, as quais envolviam leitura e produção de textos em português. A narrativa girava em torno de um lápis mágico, que seria utilizado para registrar todas as histórias existentes no mundo. Entretanto, esse lápis estaria perdendo sua preciosa carga, a imaginação, porque as crianças já não se interessavam mais pelos livros. A proposta, elaborada por estudantes de Comunicação Social da UFMG, foi aprimorada pelo escritor brasileiro de literatura infantil Leonardo Cunha, colaborador deste projeto.

As ações propostas em torno dessa narrativa envolviam: jogo de tabuleiro, com o propósito de estimular a adesão e o engajamento ao projeto; vídeos para canal do YouTube e para um canal de televisão local (Televisão de Moçambique – TVM), com o propósito de ampliar o escopo do projeto para além da sala de aula; programas para rádio local (Rádio Indico), com atuação prevista das crianças da escola pública como repórteres mirins cobrindo a execução da proposta, a partir de treinamento feito pela rádio; oficina de produção de textos, oferecida pelo escritor brasileiro Leonardo Cunha às crianças participantes do projeto; Clube da Imaginação, referente a espaço lúdico na escola destinado à produção continuada de textos relacionados a este projeto; e gincana, envolvendo toda a escola.⁵ A proposta priorizou os processos de mediação advindos da língua portuguesa, da literatura, da gamificação e de espaço para continuidade criativa do projeto.

A segunda fase do planejamento, iniciada em agosto de 2018, envolveu uma visita técnica a Maputo, realizada por uma das coordenadoras do projeto no Brasil, Lorena Tárzia, com o intuito de estreitar os laços acadêmicos com os colegas da Escola Superior de Jornalismo e conhecer os parceiros locais, incluindo uma

⁵ O planejamento comunicacional pode ser consultado em: LABCON, 2018.

visita à Escola Primária 25 de Junho. Com base em informações colhidas nessa visita técnica, aprimorou-se o planejamento comunicacional e iniciou-se a etapa de produção.⁶

Em setembro de 2019, representantes da equipe brasileira, sob supervisão de Lorena Tárzia,⁷ foram a Maputo para implementar a execução do planejamento proposto para a Escola Primária 25 de Junho e iniciar a primeira etapa de avaliação do experimento metodológico. Durante a execução da proposta, o escritor brasileiro Leonardo Cunha ofertou a Oficina de Criação de Textos aos estudantes da Escola Primária 25 de Junho na sede da Fundação Fernando Leite Couto, uma das parceiras locais do projeto. Parte dessa produção textual deve ser organizada em um livro que pode vir a ser utilizado em um próximo plano de ação em outra escola lusófona. Espera-se, com isso, estimular a leitura e a produção de textos a partir da própria produção textual dos estudantes envolvidos neste projeto, assim como fomentar mecanismos de interação social e intercâmbio cultural no projeto. Antes da etapa de execução, porém, a Fundação Fernando Leite Couto ministrou oficina de produção de textos para os professores da Escola Primária 25 de Junho, no âmbito da parceria estabelecida em torno deste projeto.

A proposta de avaliação é qualitativa e se baseou em entrevistas e aplicação de formulários entre estudantes participantes, professores e diretores da escola pública. Os resultados, em fase

⁶ Realizada em parceria com o grupo de pesquisa Redigir (FALE/UFMG), coordenado pela professora dra. Carla Coscarelli, e com a empresa Jambo Transmídia, sob supervisão de Ana Carolina Almeida Prado.

⁷ A equipe brasileira que implementou o projeto em Maputo, entre 11 e 20 de setembro de 2019, foi composta por: Lorena Tárzia (co-coordenadora do projeto e responsável por esta missão de trabalho), Leonardo Cunha (colaborador – escritor e responsável por oficina de produção de textos), Rangel Marinho de Carvalho (colaborador – especialista em Transmídia e responsável pela animação das atividades na escola), Marcelo Junior Ferreira Gomes e Mariana Santana Reis (colaboradores – estudantes de Comunicação Social Uni-BH), Valéria Ayres (colaboradora – responsável pelo suporte técnico) e Alessandra Giovanna (fotógrafa voluntária).

de compilação, apontam para elevado grau de interesse no projeto. Entre os estudantes participantes, detectou-se forte engajamento com as atividades propostas durante a fase de execução do projeto e desejo de participar da continuidade do projeto, como embaixadores mirins. A fase de expansão criativa do projeto está em implementação, portanto não há dados de avaliação relativos a essa fase.

Uma proposta para Beira

Ainda que tenha alcançado bons resultados nas etapas avaliadas e tenha contado com a participação institucional de moçambicanos, o planejamento comunicacional em educação transmídia elaborado para a Escola Primária 25 de Junho, de Maputo, foi produzido no Brasil e, conseqüentemente, traz as marcas de uma visão estrangeira sobre como solucionar os problemas locais detectados no diagnóstico. Diante disso, uma pergunta se impõe: de que modo e em que medida a proposta teórico-metodológica que delinea o plano de ação para a escola pública de Maputo poderia ser aprimorada em outra escola moçambicana com problemas semelhantes, a partir de olhar prioritariamente moçambicano?

O desafio proposto encontra-se em curso por meio da pesquisa de doutorado de Jane Alexandre Mutsuque (Bolsa Capes PEC-PG), em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG (Brasil), sob orientação de Geane Carvalho Alzamora, entre 2019 e 2022. A pesquisa busca, a partir da temática educação transmídia, promover condições de engajamento, via comunicação, que possam contribuir para aprimorar o conhecimento, no âmbito da educação.

A cidade de Beira, província de Sofala, foi escolhida para o experimento metodológico por ser a terceira maior cidade de Moçambique, segundo o Censo 2017 (INE, 2019). Como as zonas urbanas concentram a maior parte dos falantes de português em

Moçambique, a escolha se justifica por seguir padrão semelhante ao experimento metodológico realizado em Maputo, capital do país e sede da maioria dos meios de comunicação de Moçambique. Desse modo, será possível estabelecer parâmetros comparativos entre os dois experimentos metodológicos, buscando aferir o que deve ser aprimorado posteriormente. Beira situa-se na região Central do país e serve de ligação entre regiões do Sul, onde se localiza Maputo, e do Norte do país. Essa situação geográfica é particularmente interessante porque oferece possibilidades de interação com variadas experiências culturais do país.

A visão do pesquisador moçambicano Jane Alexandre Mutsuque, ancorada em sua experiência docente como professor universitário na área de comunicação social e anteriormente como professor de língua portuguesa para o ensino médio em Moçambique, assegura a especificidade necessária ao aprimoramento da proposta. Garante também avaliação mais precisa acerca de quais processos comunicacionais são mais adequados para incorporar a diversidade cultural moçambicana em práticas sociais voltadas para estimular o aprimoramento do uso cotidiano do idioma português.

O trabalho de campo será realizado em duas fases. A primeira refere-se à observação sistemática de um experimento metodológico em educação transmídia em desenvolvimento no Brasil. A segunda fase será desenvolvida em Moçambique, na cidade de Beira, com recurso ao método de pesquisa-ação. A escolha do grupo etário deve referir-se a ciclo de ensino herdeiro de altas taxas de improficiência de leitura e de escrita no país. A pretensão é observar a implementação da proposta metodológica no Brasil para, a partir de uma avaliação crítica, à luz dos dados empíricos coletados em Moçambique, propor uma variação metodológica adaptada ao contexto empírico em estudo.

Com base nessa proposta, terá início a segunda e mais relevante etapa do projeto, relacionada à rede transmídia de

intercâmbio cultural e interação social entre os participantes do projeto, por meio das expansões criativas realizadas em cada plano de ação. As especificidades desse processo comunicacional e as reverberações possíveis em leitura e produção de textos entre crianças e adolescentes de países lusófonos são aspectos cruciais da investigação e só poderão ser avaliadas em cronograma ampliado de ações, porque esse tipo de resultados não é imediato, mas cumulativo.

Considerações finais

O processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa em países lusófonos incorpora aspectos comunicacionais, culturais e sociais, dentre outros. Esses aspectos são especialmente importantes em países nos quais o português não é língua prioritária nas situações cotidianas, ainda que seja a língua oficial. É o caso de Moçambique, onde o idioma português é pouco falado pela população, mas é língua oficial do país, idioma prioritário de instrução escolar e de acesso às informações transmitidas pelos meios de comunicação.

Segundo dados do Censo 2017, como já mencionado, 41,9% da população moçambicana com idade igual ou superior a cinco anos não tem conhecimento algum da língua portuguesa. Esses dados confirmam o diagnóstico realizado em uma escola pública de Maputo, capital de Moçambique, no âmbito de projeto de pesquisa, ensino e extensão em planejamento comunicacional em educação transmídia para escolas públicas de países de língua portuguesa. Detectou-se dificuldade de leitura e produção de textos em idioma português entre crianças de 10 a 13 anos nessa escola.

O experimento metodológico realizado buscou estimular o interesse dessas crianças em leitura e produção de textos em português por meio de estratégias comunicacionais que envolveram

a produção coletiva de uma narrativa dispersa midiaticamente e continuamente expansível pela ação coletiva. A proposta é tecer, gradativamente, uma rede de iniciativas semelhantes em perspectiva transmídia, transcultural e transcontinental.

Os resultados, em fase de compilação, apontam para forte engajamento dos estudantes com as estratégias comunicacionais propostas e desejo de participar da continuidade do projeto em sua fase de expansão criativa, ainda em implementação. À luz desses resultados e a partir de um olhar intercultural estabelecido por pesquisador moçambicano em investigação doutoral no Brasil (PPGCOM/UFMG), investe-se na proposição de experimento metodológico aprimorado em Beira, terceira maior cidade de Moçambique.

Referências

ALZAMORA, G.; TÁRCIA, L. Convergence and Transmedia: Semantic Galaxies and Emerging Narratives in Journalism. *Brazilian Journalism Research*, v. 8, n. 1, p. 22-34, 2012.

ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; D'ANDREA, C. Mídia e dispositivo: uma aproximação. In: LEAL, B.; CARVALHO, C. A.; ALZAMORA, G. (org.). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2018. p. 59-82.

ALZAMORA, G.; TÁRCIA, L. Diálogos entre transativismo, comunicação de interesse público e educomunicação. In: BRAIGHI, A.; LESSA, C.; CÂMARA, T. (org.). *Interfaces do midiativismo: do conceito à prática*. Belo Horizonte: Editora CEFET, 2018. p. 245-257.

ALZAMORA, G. *et al.* Percursos teórico-metodológicos em dinâmica transmídia: jornalismo, educação, ativismo e entretenimento. In: MARTINS, B. G. *et al.* (org.). *Experiências metodológicas em textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: Relicário, 2019. p. 115-140.

ANTÓNIO, D. A língua portuguesa em Moçambique e as práticas de subjetivação: acontecimento, materialidade e memória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA – NOVAS EPISTEMOLOGIAS E NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS, 5., 2016, Jataí, GO. *Caderno de resumos* [...]. Jataí: UFG, 2016. p. 6.

ARAKAKI, N. A. *O ensino de língua portuguesa em Moçambique no período colonial, de 1940 a 1960: uma visão historiográfica*. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BASTOS, N. B. Políticas linguísticas no âmbito da lusofonia. In: MARTINS, M. L. (org.). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Famacão, Portugal: Húmus, 2015. p. 263-278.

BAUWEL, S. V.; CARPENTIER, N. The Politics of the Prefix: From “Post” to “Trans” (and Back)? In: BAUWEL, S. V.; CARPENTIER, N. (ed.). *Trans-Reality Television: The Transgression of Reality, Genre, Politics, and Audience*. London, England: Lexington, 2010. p. 297-315.

BRITO, R. P. Sobre lusofonia. *Verbum: Cadernos de Pós-Graduação*, n. 5, p. 4-15, 2013.

BUENDÍA, M. Os desafios da leitura. In: BRITO, L. et al. (org.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo, Moçambique: IESE, 2009.

CONSELHO DE MINISTROS. República de Moçambique. *Estratégia do ensino secundário geral 2009-2015*. Aprovada na XXI Sessão Ordinária do Conselho de Ministros em 2009.

EDUCAÇÃO TRANSMÍDIA. [Site oficial]. 2019. Disponível em: <https://www.educacaotransmidia.com/>. Acesso em: 30 maio 2020.

INE – Instituto Nacional de Estatística. IV Recenseamento geral da população e habitação 2017 – resultados definitivos. Maputo, Moçambique: INE, 2019.

JENKINS, H. Transmedia Storytelling. *MIT Technology Review*, 15 Jan. 2003. Disponível em: <https://www.technologyreview.com/s/401760/transmedia-storytelling/>. Acesso em: 21 abr. 2018.

JENKINS, H. et al. *Confronting the Challenges of Participatory Culture: Media Education for the 21st Century*. Chicago: The MacArthur Foundation, 2009.

JENKINS, H. Transmedia Education: The 7 Principles Revisited. *Henry Jenkins* (blog), 21 June 2010. Disponível em: http://henryjenkins.org/2010/06/transmedia_education_the_7_pri.html. Acesso em: 12 fev. 2017.

JENKINS, H. Youth Voice, Media, and Political Engagement. Introducing the Core Concepts. In: JENKINS, H. et al. *By Any Media Necessary: The New Youth Activism*. New York: New York University Press, 2016. p. 1-60.

JOANGUETE, C. *Imprensa moçambicana: do papel ao digital – teorias, histórias e digitalização*. Maputo, Moçambique: CEC Editores, 2016.

KINDER, M. *Playing with Power in Movies, Television, and Video Games: From Muppet Babies to Teenage Mutant Ninja Turtles*. Berkeley, EUA: University of California Press, 1991.

LABCON – Laboratório de Conexões Intermediáticas. *Educação transmídia: planejamento comunicacional para escola pública de Maputo (Moçambique)*. 18 jun. 2018. Disponível em: <http://labcon.fafich.ufmg.br/planejamento-de-campanha-educacional-transmidiatica-maputo-mocambique/>. Acesso em: 5 maio 2020.

LOPES, A. J. Globalização, diversidade cultural e lusofonias: circulação trans-espacial da fala portuguesa e sua relação com outras falas. *Comunicação e Sociedade*, v. 34, p. 23-40, 2018.

MÁRIO, M. *A experiência moçambicana de alfabetização e educação de adultos*. Comunicação apresentada na Conferência Internacional “Adult Basic and Literacy Education in the SADC Region”, Universidade de Natal, Pietermaritzburg, RSA, dez. 2002.

MARTINS, M. L. Apresentação: lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In: MARTINS, M. L. (org.). *Lusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Famalicão, Portugal: Húmus, 2015. p. 7-24.

MINED – Ministério da Educação – República de Moçambique. *Plano Estratégico da Educação – PEE 2012-2016*. [S. l.]: Mined, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2pm1OKu>. Acesso em: 5 maio 2020.

MINED – Ministério da Educação – República de Moçambique. *Estratégia de expansão do ensino bilingue, 2020-2029*. [S. l.]: Mined, 2019. Disponível em: <http://www.mined.gov.mz/DN/DINEP/Pages/Estrat%c3%a9gia-de-Expans%c3%a3o-do-Ensino-Bilingue.aspx>. Acesso em: 5 maio 2020.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 4/83, de 23 de março de 1983. Dispõe sobre Sistema Nacional de Educação. *Boletim da República*, 23 mar. 1983.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 6/92, de 6 de maio de 1992. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Educação. *Boletim da República*, 6 maio 1992.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. Maputo, Moçambique, 19 nov. 2004. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Media/Files/Constituicao-da-Republica-PDF>. Acesso em: 5 maio 2020.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 18/18, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Educação. *Boletim da República*, 28 dez. 2018.

PATEL, S. A. *Olhares sobre a educação bilíngue e seus professores em uma região de Moçambique*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2006.

PONSO, L. C. O estatuto do português e das línguas bantu moçambicanas antes, durante e depois da luta pela Independência da Nação em 1975. *Linguagem: Estudos e Pesquisas*, Catalão, GO, v. 20, n. 2, p. 57-86, jul./dez. 2016.

SCOLARI, C. *Narrativas transmedia: cuando todos los medios cuentan*. Barcelona: Deusto, 2013.

SCOLARI, C. Alfabetismo transmedia: estrategias de aprendizaje informal y competencias mediáticas en la nueva ecología de la comunicación. *Telos*, Madrid, n. 103, p. 1-9, feb./mayo 2016.

SCOLARI, C. Transmedia Literacy – Rethinking Media Literacy in the New Media Ecology. In: FREEMAN, M.; GAMBARATO, R. R. (ed.). *The Routledge Companion to Transmedia Studies*. New York: Routledge, 2018. p. 323-331.

SOARES, I. O. Educomunicação: um campo de mediações. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n. 19, p. 12-24, set./dez. 2000.

SRIVASTAVA, L. *Transmedia Activism: Telling Your Story Across Media Platforms to Create Effective Social Change*. 2009. Disponível em: <http://henryjenkins.org/blog/2016/01/telling-stories-lina-srivastava-talks-about-transmedia-activism-part-one.html>. Acesso em: 19 jun. 2020.

TÁRCIA, L. Transmedia Education: Changing the Learning Landscape. In: FREEMAN, M.; GAMBARATO, R. R. (ed.). *The Routledge Companion to Transmedia Studies*. New York: Routledge, 2018. p. 314 -322.

TIMBANE, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português falado em Moçambique. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 54, n. 2, p. 289-306, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/cel.v54i2.8636607>. Acesso em: 5 maio 2020.

TORGAL, L. R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: IU, 2008.

UNESCO MOÇAMBIQUE. *Relatório anual 2017*. Maputo, Moçambique: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/32TQdAJ>. Acesso em: 6 maio 2020.

ZIMBICO, O. J.; COSTA, J. I. N. O projeto do Ensino Primário para Todos em Moçambique: 1975 a 1990. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 12, n. 3, p. 912-928, set./dez. 2018.

5. LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS:

possibilidades da formação
de professores/as a partir da
Cooperação Sul-Sul

Nilma Lino Gomes

Kátia Regis

Embora seja importante que a população negra ingresse nas IES, isso não é suficiente. Tampouco basta abrir espaços institucionais para que acadêmicos e intelectuais negros sejam representados e ouvidos. É necessário abalar as fundações racistas, eurocêntricas e patriarcais que limitam e questionam nossa presença nesses espaços. Combater o racismo, o eurocentrismo e o colonialismo a partir de nossa atividade acadêmica é um caminho inevitável para a construção de justiça social para nossos povos [...].¹

Anny Ocoró Loango, 2019, p. 66

¹ As traduções de citações em língua estrangeira são nossas.

Introdução

A Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO), iniciativa pioneira no Brasil, foi implantada em 2015 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É uma proposta de formação interdisciplinar de professores/as na área das Ciências Humanas. Conforme a Resolução nº 1.657 – Consepe/UFMA, de 24 de outubro de 2017 –, o curso tem como objetivo formar profissionais para a docência nos anos finais do ensino fundamental na área das Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), no ensino médio na área de História e para a atuação nas secretarias municipais e estaduais de educação para a implementação da Lei nº 10.639/2003,² que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Esse curso de graduação realiza a formação inicial de professores/as a partir do compromisso de que o processo formativo ocorra de maneira dialogada, participativa e democrática; que seja realizada em interação com as instituições educacionais da educação básica, com os movimentos sociais, particularmente, com o movimento negro³ e com o intercâmbio com Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras e com diferentes universidades do continente africano, em toda a sua diversidade.

Na LIESAFRO ocorre permanentemente a problematização acerca do racismo estrutural⁴ na sociedade brasileira e como ele está presente nas práticas educativas, bem como o questionamento acerca da invisibilização de outras formas de pensar e de viver para além da lógica eurocentrada dos currículos hegemônicos.

² A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei nº 9.394/96 (LDB), anteriormente modificada pela Lei nº 10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

³ A respeito dos saberes construídos pelo movimento negro nas lutas por emancipação, consultar Gomes (2017).

⁴ Sobre o racismo estrutural, consultar Almeida (2018).

García (2018, p. 59) destaca que quando o eurocentrismo emerge como eixo hegemônico político-ideológico o faz “com base no desprezo pelos outros povos do mundo. [...] Essa filosofia do desprezo se tornou ‘eurocentrismo’ e a partir daí passou para o ‘universalismo’. Assim, o eurocêntrico ‘clássico’ surge como resultado do geo-euro-narcisismo.” Conforme Castiano (2013, p. 46), na área das ciências “a modernidade cria o epistemicídio de outras regiões do mundo diferentes da Europa”.

Compreendemos que é imprescindível oferecer um processo formativo que discuta criticamente acerca das implicações da colonialidade no que é selecionado para integrar os currículos escolares. De acordo com Quijano (2009, p. 73), a colonialidade é uma das formas constitutivas e específicas do padrão mundial do poder capitalista e “sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal”.

Desse modo, a descolonização dos currículos hegemônicos traz à tona a discussão acerca de outras formas de produzir conhecimento; sentir; viver e se relacionar. Essas reflexões implicam, necessariamente, a desnaturalização dos currículos eurocêntricos para integrar nas práticas curriculares, de forma estrutural, a riqueza da diversidade étnico-racial brasileira. Segundo Gomes (2012, p. 107):

Portanto, a descolonização do currículo implica conflito, confronto, negociações e produz algo novo. Ela se insere em outros processos de descolonização maiores e mais profundos, ou seja, do poder e do saber. Estamos diante de confrontos entre distintas experiências históricas, econômicas e visões de mundo. Nesse processo, a superação da perspectiva eurocêntrica de conhecimento e do mundo torna-se um desafio para a escola, os educadores e as educadoras, o currículo e a formação docente [...].

Neste capítulo pretendemos refletir em torno das possibilidades de formação de professores/as em uma perspectiva intercultural crítica e emancipatória e a partir da Cooperação Sul-Sul, o que enseja o tensionar da perspectiva eurocêntrica dos currículos. Para tanto, destacaremos ações da LIESAFRO desenvolvidas em trabalhos de campo em Cabo Verde e Moçambique,⁵ realizadas em articulação com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e com as universidades moçambicanas: Universidade de Maputo (UPM), Universidade Rovuma (UniRovuma) e com a Universidade Púnguè (UniPúnguè).

Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: formação de professores/as em uma perspectiva intercultural crítica e emancipatória

Interculturalidade e decolonialidade como projetos que caminham juntos. Construir a interculturalidade – assim entendida criticamente – exige transgredir, interromper e desmantelar a matriz colonial ainda presente e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver que se distanciam do capitalismo e de sua única razão. Da mesma forma, a decolonialidade não terá um grande impacto sem o projeto e o esforço de interculturalizar, articular seres, conhecimentos, formas e lógicas de vida em um projeto variado, múltiplo e multiplicador, que sustenta a possibilidade de não apenas coexistir, mas conviver (viver ‘com’) [...].

Catherine Walsh
(2012, p. 69)

⁵ A escolha de Cabo Verde, país da África Ocidental, e Moçambique, país da África Austral, para a realização desses trabalhos de campo ocorreu devido à possibilidade de fortalecimento das pesquisas já em andamento entre docentes da LIESAFRO e pesquisadores/as da Uni-CV e da UPM. Tais parcerias também têm possibilitado a integração de investigadores/as de outras regiões do Brasil, como, por exemplo, da UFMG.

Historicamente, as universidades privilegiaram o eurocentrismo como paradigma de formação e de pesquisa e qualificaram o conhecimento ancestral ou tradicional como folclórico, exótico, pré-científico ou como um obstáculo ao conhecimento (LOANGO, 2019). A autora ressalva que a lógica monocultural das universidades e suas formas de relacionamento com as populações indígena e afrodescendente e com o seu conhecimento constituem um dos maiores obstáculos à construção de sistemas educacionais interculturais: avançar rumo à descolonização e à diversidade epistêmica é essencial e não há interculturalidade possível sem que as epistemologias hegemônicas sejam confrontadas e sem que ocorra a incorporação do conhecimento de grupos subalternizados. Nessa mesma perspectiva, Meneses (2019) considera que

existe uma ignorância arrogante, que se assume como detentora do monopólio do conhecimento dominante, que é o único [que a] reconhece como critério de verdade. As verdades que não cabem nesta verdade monopolizadora não são reconhecidas, tal como não se reconhecem os saberes e as experiências dos povos e comunidades que as produzem. [...] O conhecimento colonial em que assenta o saber do Norte global procurou, sobretudo a partir do século XIX, consagrar o seu saber como único com carácter global (*sic*), assumindo uma posição de ignorância arrogante. É esta razão ignorante que (re)produz estereótipos raciais e insiste numa matriz hierarquicamente arrogante na interpretação da relação com a alteridade [...] (MENESES, 2019, p. 1-2).

Apesar dos significativos avanços no arcabouço legal brasileiro⁶ que trata do ensino da História e Cultura Africana e

⁶ A esse respeito destacamos: a Lei nº 10.639/2003; a Lei nº 11.645/2008; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004); o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012a) e a Lei nº 12.711/2012.

Afro-Brasileira e do acesso da população negra às universidades, são reveladores os resultados da investigação de Coelho e Coelho (2018), acerca da permanência do eurocentrismo nas IES. A autora e o autor analisaram dez projetos político-pedagógicos de licenciaturas em História em diferentes regiões do Brasil. Nestes, a Europa é o foco absoluto de atenção em disciplinas voltadas para a compreensão de processos que nela ocorreram, como é o caso de História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Do mesmo modo, é o epicentro dos eventos que regulam processos em outras partes do globo (o que é habitual em disciplinas voltadas os processos de colonização da América, bem como em disciplinas relativas à História da África, História Indígena, História da América ou do Brasil independentes e nas disciplinas de natureza teórico-metodológica).

São muitos os obstáculos para que os processos de formação de professores/as abordem com a consistência adequada a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.⁷ Como uma das respostas à obrigatoriedade do ensino da temática nas IES, a UFMA implantou o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, que objetiva realizar o processo formativo a partir de uma perspectiva intercultural crítica. Segundo Walsh (2010, p. 78):

Com essa perspectiva, não partimos do problema da diversidade ou da própria diferença, mas do problema estrutural-colonial-racial. Em outras palavras, o reconhecimento de que a diferença é construída dentro de uma estrutura e matriz colonial de poder racializado e hierarquizado, com brancos e “branqueados” no topo e povos indígenas e afrodescendentes nos degraus inferiores. A partir dessa posição, a interculturalidade é entendida como uma ferramenta, como um processo e projeto construído pelas pessoas [...] Ele sustenta e requer a

⁷ Acerca dos desafios para a implementação da Lei nº 10.639/2003, consultar Silva, Regis e Miranda (2018).

transformação de estruturas sociais, instituições e relações sociais, e a construção de condições de estar, ser, pensar, saber, aprender, sentir e viver de maneira diferente.

Para a autora (2010), a interculturalidade crítica deve ser percebida como um instrumento pedagógico, que questiona permanentemente a racialização, subalternização e inferiorização e seus padrões de poder; visibiliza diferentes maneiras de ser, viver e conhecer. Objetiva o desenvolvimento e a criação de entendimentos em que ocorre a articulação e o diálogo entre as diferenças – dentro de uma estrutura de legitimidade, dignidade, igualdade, equidade e respeito –, bem como incentiva a criação de “outras” maneiras de pensar, ser, aprender, ensinar, sonhar e viver além das fronteiras. Assim, interculturalidade crítica e decolonialidade são projetos, processos e lutas – políticas, sociais, epistêmicas e éticas – que se articulam conceitual e pedagogicamente, “incentivando uma força, iniciativa e agência ético-moral que questionam, transformam, abalam, rearmam e constroem. Essa força, iniciativa, agência e suas práticas lançam as bases do que chamo de pedagogia decolonial [...]” (WALSH, 2010, p. 92).

A partir desta perspectiva, os eixos interdisciplinares do curso; as Práticas de Ensino como Componente Curricular (PECCs) das disciplinas; o estágio obrigatório; o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); as Semanas Interdisciplinares em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros; os projetos de iniciação à docência (PIBID e Residência Pedagógica) e os projetos de pesquisa e de extensão procuram ser realizados de forma integrada e por intermédio de constante diálogo entre os/as docentes, os/as discentes e a técnico-administrativa do curso.

Um dos modos de suscitar a articulação entre as diferentes áreas de conhecimento do curso (História, Geografia, Filosofia e Sociologia) e, simultaneamente, estabelecer intercâmbio de conhecimentos com os/as profissionais da educação básica, com

os movimentos sociais do Maranhão e com diferentes universidades brasileiras e estrangeiras (conforme discutiremos na próxima sessão) ocorre por meio dos quatro eixos interdisciplinares do curso:

- 1º ano: Literatura Africana e da Diáspora;
- 2º ano: Cinema Africano e da Diáspora;
- 3º ano: Grandes Pensadores/as Africanos/as e da Diáspora;
- 4º ano: Políticas Antirracistas no Mundo.

Estes eixos temáticos articuladores servem de orientação à atuação de todos/as os/as docentes, que realizam reuniões de planejamento no início de cada ano letivo para elaborarem a relação das obras que serão utilizadas por todos/as eles/as com base em uma abordagem interdisciplinar, além das referências relacionadas nas ementas. Os eixos interdisciplinares devem ser cumpridos obrigatoriamente pelos/as estudantes e ocorrem anualmente de forma sequencial para que na integralização curricular todos/as os/as discentes possam ter a oportunidade de cursá-los. A articulação entre as diferentes áreas do conhecimento para o desenvolvimento desses eixos temáticos ocorre por intermédio da realização de eventos, exibição de filmes, saraus, exposições, apresentações artísticas, entre outras atividades planejadas coletivamente pelos corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo do curso. Os resultados desse trabalho interdisciplinar foram demonstrados nos seguintes eventos realizados pelo curso:

- Encontro Comemorativo dos 30 anos do NEAB/UFMA “Diálogos Diaspóricos: Diversidade e Identidade” – 13 a 16 de outubro de 2015, Maranhão/Brasil;
- Semana Interdisciplinar dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros – 13 a 17 de julho de 2015, Maranhão/Brasil;

- II Semana Interdisciplinar dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros “Literatura Africana e Afro-Brasileira” – 04 a 08 de abril de 2016, Maranhão/Brasil;
- III Semana Interdisciplinar dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros “Literatura Africana e Afro-Brasileira” – 15 a 19 de agosto de 2016, Maranhão/Brasil;
- IV Semana Interdisciplinar dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros “OcupAfro” – 6, 7 e 13 de dezembro de 2016, Maranhão/Brasil;
- V Semana Interdisciplinar dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros “África em Suas Múltiplas Linguagens” – 17 a 21 de julho de 2017, Maranhão/Brasil;
- VI Semana Interdisciplinar dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros “Mulheres Negras, Militância e Produção do Conhecimento” – 20 a 24 de novembro de 2017, Maranhão/Brasil;
- I Colóquio Internacional Políticas Antirracistas no Mundo – 26 a 29 de novembro de 2018, Praia/Cabo Verde;
- Seminário Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: Perspectivas Interculturais Emancipatórias, 06 a 08 de maio de 2019, Maputo/Moçambique;
- Curso de Formação Continuada “Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, 18 a 22 de novembro de 2019, Maranhão/Brasil;
- II Colóquio Internacional Políticas Antirracistas no Mundo/ VII Semana Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: Diálogos Brasil – Moçambique, 19 a 22 de novembro de 2019, Maranhão/Brasil.

Para visibilizar essas e as demais atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na LIESAFRO, bem como para se

constituir como um canal de diálogo interdisciplinar com investigadores/as da temática de diversas áreas do conhecimento, foi lançada, em 27 de março de 2018, a *Kwanissa*⁸ – *Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*. A publicação se coaduna com diversas outras ações empreendidas nas universidades como, por exemplo, por intermédio da atuação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), da *Revista da ABPN*, que demarcam a resistência à constante negação da possibilidade da produção de conhecimento a partir do pensamento africano e de sua diáspora.

Em suma, nas práticas curriculares da LIESAFRO há: o questionamento permanente dos sistemas político, econômico, cultural e social dominantes, que, ao longo do tempo, produziram/produzem diferentes formas de discriminação e de desigualdade; a constante e imprescindível indignação contra os processos de desumanização das maiorias no sistema neoliberal vigente; a denúncia de como a educação escolar hegemônica contribui para a permanência do racismo estrutural e de diferentes desigualdades; o anúncio de outras possibilidades de epistemologias emancipatórias que permitam diferentes modos de aprender/reaprender e de estar no mundo para a garantia de uma educação de qualidade social para todos/as; pois, conforme Santos (2019, p. 30):

Nisto reside, na minha opinião, a espinha dorsal de um projeto educacional emancipatório adequado para o presente. É um projeto que visa combater a banalização do sofrimento, por meio da produção de imagens desestabilizadoras do passado concebido, não como uma fatalidade, mas como um produto da iniciativa humana. Um passado imperdoável, justamente por ser o produto da iniciativa humana, que, tendo opções, poderia ter evitado o sofrimento causado aos grupos sociais e à própria natureza. Dessa maneira, o principal objetivo do

⁸ Kwanissa significa no idioma Sena de Beira (Moçambique) resista, aguento firme.

projeto educacional emancipatório consiste em recuperar a capacidade de espanto e de indignação e orientá-la para a conformação das subjetividades independentes e rebeldes.

Trabalhos de campo em Cabo Verde e Moçambique: possibilidades da formação de professores/as a partir da Cooperação Sul-Sul

[...] é indispensável se contrapor a processos de assimilação a pensamentos, comportamentos, projetos unicamente de raiz europeia. O diálogo entre culturas é o grande desafio da educação das relações étnico-raciais. Como estabelecer diálogo entre distintas visões de mundo? Como negociar mudanças? Como estabelecer metas e atingi-las, sem imposições? Que elos queremos criar? Que elos há que romper? Em se tratando de estabelecimentos de ensino, inclusive universitários, que pedagogias somos constringidos a criar?

Petronilha Beatriz Gonçalves Silva
(2018, p. 136)

Rincón (2018) destaca que a importância do pensamento a partir da perspectiva africana não significa a substituição do pensamento europeu clássico – pelo contrário, trata-se de desenvolver uma crítica às relações de poder instituídas por ele. Na ausência da perspectiva africana, as ciências sociais e humanas não apenas seriam incompletas, como também se tornariam um projeto acadêmico recolonizado (RINCÓN, 2018).

A partir desse entendimento, no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros consideramos fundamental o estabelecimento e a consolidação de diálogos críticos com pesquisadores/as africanos/as de universidades de diferentes países do continente africano para o estabelecimento de intercâmbios interinstitucionais que viabilizem

o desenvolvimento de investigações e ações conjuntas que ofereçam novos fundamentos epistemológicos para superar os desafios postos ao ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Esse diálogo crítico insere-se no debate pelo qual passam diversos países africanos acerca do eurocentrismo que, historicamente, também fundamentou seus currículos. Nessa discussão, os conhecimentos indígenas⁹ africanos são vistos como base para remodelar os diferentes sistemas de educação africanos e seus currículos, para a criação de uma identidade africana e para uma discussão mais elaborada sobre as diferenças e semelhanças da produção de conhecimento indígena e ocidental (SEEHAWER, 2018). Segundo o autor, Breidlid e Botha (2015 *apud* SEEHAWER, 2018, p. 94) descreveram os saberes indígenas como “uma força cultural contra-hegemônica à do colonialismo” e, portanto, “bem adequada para expor as premissas eurocêntricas inerentes aos ideais convencionais sobre produção de conhecimento e educação formal, em particular”.

A integração do conhecimento indígena nos currículos convencionais em países africanos é uma tarefa complexa, pois implica a reflexão sobre as bases ontológica, axiológica e epistemológica para a inclusão destes conhecimentos, já que “diferenças ontológicas ditam valores epistemológicos e padrões de validade diferentes” (NHALEVILO, 2013, p. 27). Mapara (2009) destaca que os sistemas de conhecimento indígena são mais que a mera demonstração de conhecimentos e crenças dos sistemas de conhecimento e dos que foram colonizados/as: é uma das maneiras de questionamento ao mito da superioridade ocidental. É uma das formas pelas quais os/as colonizados/as reivindicam a sua dignidade e humanidade que lhes foram usurpadas pelo colonialismo:

⁹ Conforme Nhalevilo (2018, p. 7), “conhecimento local é o termo usado em Moçambique, em muita literatura internacional designada por Sistema de Conhecimento Indígena (Indigenous Knowledge System-IKS) [...] Também é relevante referir que o termo indígena tem diferentes conotações em diferentes partes do mundo. Aqui uso o termo *indígenas* para referir aos nativos de um país, sejam eles no Brasil, no Canadá ou em Moçambique ou outro país qualquer.”

IKS são tentativas de esclarecer várias questões, entre as quais aquelas que se relacionam com história, educação, arquitetura, filosofia, linguagem e ciência, afirmando que os colonizados anteriormente foram mal compreendidos ou foram deliberadamente ignorados, porque, se eles e seus sistemas de conhecimentos fossem reconhecidos pelos colonizadores, não haveria justificativa para o colonialismo (MAPARA, 2009, p. 143).

É justamente para inserir-se nesse denso e tenso debate em torno das disputas do que é considerado valioso para ser ensinado, que se situam as intencionalidades de internacionalização da LIESAFRO em direção ao estabelecimento de parcerias com o continente africano, das quais destacaremos as realizadas em Cabo Verde e em Moçambique. Essa percepção impulsionou os diálogos para a concretização do 1º Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Secretaria Estadual de Educação do Maranhão (SEDUC-MA).

Ademais, o processo de internacionalização do curso é realizado no contexto da Década Internacional de Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento (2015-2024), proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que intenciona, dentre os seus objetivos, promover um maior conhecimento e respeito aos diversos patrimônios, culturas e contribuições de afrodescendentes e sua participação plena e igualitária em todos os âmbitos da sociedade.¹⁰

Trabalho de campo em Cabo Verde

O Termo de Cooperação Técnico-Científico estabelecido entre a UFMA, por meio da LIESAFRO, e a SEDUC-MA intencionou, dentre seus objetivos:

¹⁰ A esse respeito, consultar “Dossiê: Educação na Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024)” (GOMES; MIRANDA, 2018).

- Ampliar e consolidar o diálogo com o continente africano, em toda a sua diversidade, e, particularmente, com Cabo Verde;
- Propiciar a apreensão de novos fundamentos epistemológicos para que o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira seja realizado a partir de uma perspectiva intercultural crítica;
- Possibilitar aos/às participantes um intercâmbio de conhecimentos sobre a História e a Cultura Africana e da Diáspora de maneira interdisciplinar;
- Desenvolver atividades de ensino articuladas à pesquisa e à extensão;
- Contribuir para a elaboração e execução de projetos e ações educativas sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas instituições educacionais do Maranhão.

Esta parceria entre a UFMA e a SEDUC-MA viabilizou o trabalho de campo em Praia/Cabo Verde, entre os dias 21 de novembro e 7 de dezembro de 2018, de 50 integrantes (docentes, discentes, técnico-administrativa e bolsistas) dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, de 3 representantes da SEDUC-MA e de 1 representante da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e de Participação Popular (SEDIHPOP).¹¹

Durante a estadia em Cabo Verde foi realizado o I Colóquio Internacional Políticas Antirracistas no Mundo, organizado em parceria com a Universidade de Cabo Verde. O evento ocorreu entre os dias 26 e 29 de novembro de 2018 no campus Palmarejo da Uni-CV em Praia, capital de Cabo Verde. No evento ocorreram conferências, reuniões de grupos de pesquisa, intercâmbios com grupos de pesquisa, oficinas e apresentações de comunicações orais. Na ocasião, foram realizadas conferências que refletiram sobre os temas: políticas antirracistas em África e na diáspora;

¹¹ Para maiores informações sobre o trabalho de campo em Cabo Verde, consultar Regis e Neris (2019).

mulheres, poder e emancipação; ritmos e identidade; linguagem, negritude e conscientização; políticas de acesso ao território; desafios e potencialidades para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial no mundo.

A relevância da realização do I Colóquio Internacional Políticas Antirracistas no Mundo residiu em promover um espaço de discussão e de construção do conhecimento acerca da temática e contribuiu para oferecer subsídios para a implementação da Lei nº 10.639/03, em conformidade com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009, p. 39-40), que determina que as instituições de ensino superior devem, dentre outras questões:

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais nos cursos de graduação do Ensino Superior;
- b) Realizar ações acadêmicas, encontros, jornadas e seminários para promover relações étnico-raciais positivas para seus estudantes;
- c) Dedicar atenção aos cursos de licenciatura e formação de educadores/as, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei nº 11.645/08;
- d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações étnico-raciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e com a Lei nº 11.645/08;

- e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações étnico-raciais [...].

Além da participação no Colóquio Internacional Políticas Antirracistas no Mundo, durante a estadia em Cabo Verde foram realizadas as seguintes atividades:

- Trocas Culturais com a Associação Kobom (24 de novembro de 2018);
- Diálogos Institucionais (26 de novembro de 2018);
- Visitas guiadas: Fundação Amílcar Cabral, Museu Histórico Nacional e Biblioteca Nacional (30 de novembro de 2018), Presídio do Tarrafal (1º de dezembro de 2018), Forte de São Filipe e Cidade Velha (03 de dezembro de 2018);
- Roda de Conversa na Biblioteca Nha Balila (04 de dezembro de 2018);
- Reunião no Ministério da Educação de Cabo Verde (04 de dezembro de 2018).

A contrapartida da LIESAFRO ao financiamento do trabalho de campo em Cabo Verde pela SEDUC-MA foi a realização do Curso de Formação Continuada “Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, que foi ofertado para docentes da educação básica do estado do Maranhão entre os dias 18 e 22 de novembro de 2019 no Auditório Central do Centro Pedagógico Paulo Freire, do campus Cidade Universitária Dom Delgado da UFMA. No curso foram abordados os seguintes temas: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em uma perspectiva intercultural emancipatória; movimentos de independência na África; o movimento negro na formulação de políticas antirracistas; literatura e negritude; educação das relações étnico-raciais e africanidades; educação escolar quilombola; Geografia da África e políticas de promoção da igualdade racial.

Os resultados do impacto do trabalho de campo em Cabo Verde na formação inicial podem ser percebidos por intermédio de relatório e de respostas a um questionário, que foi respondido entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2018 por todos/as estudantes que integraram a comitiva. Dentre as questões, foi indagado: “Em que medida o trabalho de campo em Cabo Verde contribuirá para a sua atuação na docência sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”? Destacamos algumas respostas que denotam como o trabalho de campo em Cabo Verde contribuiu para a atuação na docência sobre o tema:

O trabalho em campo de Cabo Verde aumentou em qualidade e quantidade as contribuições para minha atuação na docência, não apenas para minha atuação enquanto professora em sala de aula, mas para a implementação das políticas de educação das relações étnico-raciais nos vários campos de atuação possíveis (A.H.).

Um dos pontos é na desmistificação da unidade étnica e cultural de África, outro é no tocante à história do arquipélago, bem como questões políticas e culturais e a intersecção com a nossa História (E.M.).

A vivência desse trabalho fez com que eu tivesse um novo olhar acerca do país e também acerca do continente, que me proporcionará levar ao contexto da sala de aula uma visão desmitificada do que seja o continente africano e seus países, aliando o que foi visto nas aulas e o que foi visto na prática (E.R.).

Vivenciar a realidade do país proporcionou poder falar de um país africano não só a partir das leituras que tenho feito no curso. Poderei falar da minha vivência no local e comparar essa vivência com as leituras que fiz a respeito do continente, especificamente do país Cabo Verde, e de suas influências no Brasil, assim como também das influências do Brasil em Cabo Verde (A.M.).

O trabalho de campo em Cabo Verde com certeza contribuirá para minha atuação na docência sobre a História e Cultura Africana e

Afro-Brasileira, isso se traduz na possibilidade de poder estar falando de África embasada na experiência de ter pisado no continente, o que para essa área da docência é uma forma enriquecida de estar desmistificando algumas compreensões acerca da História africana e, por conseguinte, da cultura afro-brasileira (C.P.).

O trabalho de campo em Cabo Verde foi extremamente enriquecedor para toda a equipe da LIESAFRO e superou as expectativas para o processo formativo dos/as estudantes ao possibilitar a apreensão da História e das relações sociais, políticas, econômicas e culturais a partir da vivência do cotidiano cabo-verdiano e por intermédio das atividades organizadas em parceria com a Uni-CV.

Trabalho de campo em Moçambique

Na continuidade da realização de processo formativo desenvolvido pela LIESAFRO, que pretende aproximar o curso de universidades de diferentes países do continente africano e das IES brasileiras, foi realizado por docentes, entre os dias 22 de abril e 20 de maio de 2019, trabalho de campo em Maputo/Moçambique¹² a partir da integração de ações de dois projetos de cooperação internacional financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA): o projeto de pesquisa intitulado “O ensino de História e Cultura Africana no Brasil e em Moçambique: formação de professores/as em uma perspectiva intercultural”, financiado pelo Edital FAPEMA nº 36/2017 e coordenado pela profa. dra. Kátia Regis, e a investigação “Corredores de Desenvolvimento no Brasil e em Moçambique: estudo acerca das transformações no mundo do trabalho e do acesso à terra a partir da instalação do corredor de Nacala (Moçambique) e Estrada de Ferro Carajás (Brasil)”, financiada pelo Edital FAPEMA nº 25/2017 e coordenada pelo prof. dr. Sávio José Dias Rodrigues. A

¹² Sobre o trabalho de campo em Moçambique, consultar Regis, Neris e Rodrigues (2020).

proposta de articulação de dois projetos de cooperação internacional desenvolvidos em Moçambique insere-se na perspectiva epistemológica da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros e de seu projeto de internacionalização no diálogo Sul-Sul. Segundo Santos e Meneses (2009):

O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as “pequenas Europas”, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados.

A equipe de pesquisadoras/es do trabalho de campo foi composta pela profa. dra. Kátia Regis, pelo prof. dr. Sávio Dias, pelo prof. dr. Carlos Benedito da Silva, pela profa. dra. Cidinalva Neris e pela profa. dra. Pollyanna Mendonça. A comitiva também contou com a presença da profa. dra. Nilma Lino Gomes (UFMG), ex-ministra da Igualdade Racial e relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012a), e da profa. dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (UFSCar), relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

Nos 28 dias de estadia em Moçambique, as duas equipes desenvolveram diversas atividades: reuniões técnicas entre pesquisadores/as moçambicanos/as e brasileiros/as; visitas em escolas; reuniões com integrantes do Instituto de Formação de Professores (IFP), do Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Educação (INDE), com o Observatório do Meio Rural (OMR); lançamentos de livros; rodas de conversa com a Associação de Escritores Moçambicanos e com diferentes movimentos de mulheres moçambicanas.

Também foi realizado o Seminário Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: Perspectivas Interculturais Emancipatórias, organizado por meio de parceria entre a UFMA e o Centro de Estudos Moçambicanos e de Etnociências (CEMEC) da Universidade Pedagógica de Maputo (UPM). Tal evento envolveu – além dos pesquisadores/as da LIESAFRO – representantes da UFMG, da UFSCar, da UPM, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e da Universidade Púnguè (UniPúnguè).

O evento teve grande participação de estudantes da UPM, o qual consolidou o diálogo entre a universidade moçambicana e a UFMA, a UFMG e a UFSCar para o intercâmbio de conhecimentos emancipatórios acerca dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Durante o seminário foram discutidos temas como interculturalidade e educação; Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: possibilidades de uma educação emancipatória; políticas curriculares para a promoção da diversidade.

As ações desenvolvidas superaram as expectativas e contribuíram para aprendizados, reflexões e diálogos com os movimentos sociais de Moçambique e com docentes da UPM, da UEM, da UniPúnguè e da Universidade Rovuma. Dessas interlocuções, emergiram propostas de parcerias inovadoras, que estão

contribuindo para ampliar e consolidar a internacionalização da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

A experiência consolidou, também, a parceria da UFMA com a UFMG, com a UPM, com a Unipúnguè, além de suscitar novas articulações com movimentos sociais moçambicanos e com outras universidades públicas de Moçambique, como a UniRovuma. O relato da profa. dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, integrante da comitiva, releva as potencialidades de ações nesse sentido:

Buscamos tecer uma rede de trocas. Fomos exitosos, neste já consistente contato, em não nos deixarmos absorver pelo dia a dia da vida universitária e manter a energia construída. Estamos no caminho de cultivo e, quem sabe, consolidação de *pan-africanismo na educação*, ao cultivar diálogo entre África e a sua Diáspora Brasileira, ao buscar compreender nossas histórias e culturas tão diversas, mas certamente não separadas. Ao buscar compreender as raízes profundas de nossas histórias e culturas, nós, brasileiras e brasileiros, buscamos fortalecer nossa *africanidade*, isto é, nosso pertencimento ao *Mundo Africano* (UFMA, 2019).

Compreendemos que este trabalho de campo possibilitou a consolidação da articulação com as universidades moçambicanas e a socialização das pesquisas e dos materiais bibliográficos e audiovisuais sobre a História e Cultura Africana e Moçambicana, que estão propiciando instigantes fundamentos para a realização de uma educação intercultural crítica. De acordo com Walsh (2012), essa perspectiva – enquanto prática política – engendra um percurso que não se limita às esferas políticas, sociais e culturais: também está relacionada com o conhecimento, com o ser e com a própria vida. Preocupa-se com a exclusão ontológica e epistêmico-cognitiva, negação e subalternização de grupos e sujeitos racializados; com as práticas – de desumanização e

subordinação do conhecimento – que privilegiam uns em detrimento dos outros, “naturalizando” a diferença e ocultando as desigualdades que são estruturadas e mantidas. Ademais, atenta para os sujeitos e conhecimentos de resistência, insurgência e oposição, aqueles que persistem apesar da desumanização e subordinação: é necessariamente um projeto decolonial.

Assinatura de acordos de cooperação entre a UFMA, a UFMG, a UPM e a UniRovuma

Para consolidar a articulação entre as universidades brasileiras e moçambicanas, entre os dias 19 e 22 de novembro de 2019 em São Luís/MA foi realizado pela LIESAFRO, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFMA) e pelo Núcleo Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (NIESAFRO/UFMA) o II Colóquio Internacional Políticas Antirracistas no Mundo (II CIPAM) / VII Semana Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (VII SEAFRO), que foram financiados pelo governo do estado do Maranhão, por meio da SEDUC-MA.

Os eventos contaram com a participação como conferencistas dos/as pesquisadores/as moçambicanos/as: vice-reitor prof. dr. José Paulino Castiano (UPM); prof. dr. Guilherme Basilio (UPM); profa. dra. Amélia Francisco Filipe da C. Lemos (UPM); reitor prof. dr. Mário Jorge Caetano Brito dos Santos (Universidade Rovuma) e profa. dra. Helena Armando Pequenino Muando (Universidade Rovuma).

No dia 19 de novembro de 2019, a UFMA assinou acordos de cooperação com a UFMG, com a UniRovuma e com a UPM, que contaram com a presença de seus/suas respectivos/as reitores/as e vice-reitor: reitor prof. dr. Natalino Salgado Filho; reitora profa. dra. Sandra Regina Goulart Almeida; reitor prof. dr. Mário Jorge Caetano Brito dos Santos; vice-reitor prof. dr. José Paulino

Castiano. A UFMG também assinou acordos de cooperação com a UPM e com a UniRovuma.

No mesmo dia, o excelentíssimo governador do estado do Maranhão, Flávio Dino, assinou Termo de Cooperação Técnico-Científica entre a LIESAFRO e a SEDUC-MA. Na cerimônia estavam presentes os/as integrantes da comitiva moçambicana; a reitora da UFMG profa. dra. Sandra Regina Goulart Almeida, a profa. dra. Nilma Lino Gomes (UFMG) e a profa. dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (UFSCar). Esse termo de cooperação financiará a realização de trabalho de campo em Moçambique de 45 integrantes do curso¹³ e de representantes de universidades brasileiras parceiras da graduação: profa. dra. Nilma Lino Gomes (UFMG); profa. dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (UFS-Car) e profa. dra. Wilma de Nazaré Baía Coelho (Universidade Federal do Pará – UFPA). Esse termo também possibilitará a formação de 500 professores/as da educação básica do estado do Maranhão em 2021, que será realizada pela equipe docente da LIESAFRO.

O reitor prof. dr. Mário Jorge Caetano Brito dos Santos (UniRovuma), o vice-reitor prof. dr. José Paulino Castiano (UPM), a profa. dra. Nilma Lino Gomes (UFMG), a profa. dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (UFSCar), a profa. dra. Wilma de Nazaré Baía Coelho (UFPA), o prof. dr. Guilherme Basilio (UPM), a profa. dra. Amélia Francisco Filipe da C. Lemos (UPM) e a profa. dra. Helena Armando Pequenino Muando (UniRovuma) também realizaram reunião com o reitor prof. dr. Natalino Salgado Filho (UFMA) para tratarem dos acordos de cooperação assinados.

Nesta mesma semana ocorreu o Curso de Formação Continuada “Educação para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, que

¹³ O trabalho de campo em Moçambique de 45 integrantes do curso estava previsto para ocorrer em outubro de 2020. Entretanto, em decorrência da pandemia de COVID-19, que assola o mundo em 2020, a viagem foi adiada.

foi oferecido para docentes da educação básica do estado do Maranhão e que contou com a participação de pesquisadores/as moçambicanos.

A importância da realização do II CIPAM / VII SEAFRO residiu em promover um espaço de construção do conhecimento sobre a temática e de discussão acerca da crítica contundente aos currículos hegemônicos, discussão essa que foi realizada por intermédio do debate de temas como: os desafios da universidade na Cooperação Sul-Sul; interculturalidade, diversidade e currículo; epistemologias para uma educação emancipatória; universidade e comunidade: diálogos necessários para a transformação social. De acordo com Ponce (2018):

Todo currículo implica um projeto de sociedade, de ser humano, de cultura. São perguntas que pautam propostas de currículos: que sociedade se deseja ter em futuro próximo e longínquo? Que pessoas são desejáveis na sociedade? Como formá-las? Com que valores éticos? Que conhecimentos são necessários para viver (dignamente) nesse mundo e para a construção de outro mundo possível?

Diferentes projetos de sociedade demandam diferentes formações [...] (PONCE, 2018, p. 794).

A realização desses eventos em São Luís/MA, em articulação com as universidades moçambicanas e brasileiras, está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 18), que têm como um dos princípios “a consciência política e histórica da diversidade”, que deve conduzir “ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira” (BRASIL, 2004, p. 18).

Considerações finais

A transformação do mundo necessita tanto do sonho quanto a indispensável autenticidade deste depende da lealdade de quem sonha às condições históricas, materiais, aos níveis de desenvolvimento tecnológico, científico do contexto do sonhador. Os sonhos são projetos pelos quais se luta. Sua realização não se verifica facilmente, sem obstáculos. Implica, pelo contrário, avanços, recuos, marchas às vezes demoradas. Implica luta.

*Paulo Freire
(2000b, p. 53-54)*

A implantação e a implementação do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros pela Universidade Federal do Maranhão é um dos resultados das reivindicações e das proposições do movimento negro; dos/as pesquisadores/as negros/as e daqueles/as comprometidos/as com a luta por justiça social e pela igualdade étnico-racial no Brasil e na diáspora para a garantia dos direitos da população negra, pois “nossos passos vêm de longe!”.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pela LIESAFRO apresentam-se como uma das possibilidades de construção de práticas curriculares em uma perspectiva intercultural crítica e emancipatória. Tais ações estão sendo possíveis em decorrência do compromisso dos/as docentes/as; dos/as discentes e da técnico-administrativa do curso; do apoio institucional da própria UFMA e dos intensos diálogos e parcerias estabelecidos com diferentes sujeitos e instituições: a articulação com o governo do estado do Maranhão, por meio da SEDUC-MA, para o estabelecimento de Termos de Cooperação Técnico-Científica e para a formação continuada de professores/as do estado; o intercâmbio com diferentes movimentos sociais, particularmente, com o movimento negro, assim como as parcerias com diferentes

universidades do Brasil e do exterior, dentre as quais destacamos neste capítulo os profícuos vínculos com as instituições brasileiras UFMG, UFPA e UFSCar, com a instituição cabo-verdiana Uni-CV e com as universidades moçambicanas UPM, UniRovuma e UniPúnguè.

Essas articulações estão sendo fundamentais para o permanente processo de reflexão das próprias práticas curriculares da LIESAFRO em direção à construção da justiça curricular.¹⁴ Tais parcerias interinstitucionais estão ampliando e aprofundando a discussão sobre outras possibilidades de epistemologias para além das eurocentradas, o que qualifica o debate coletivo no curso e na própria UFMA acerca: das diferentes formas com as quais a educação escolar hegemônica contribui para a permanência das desigualdades no país,¹⁵ no continente africano e em sua diáspora; do questionamento dos sistemas político, econômico, cultural e social dominantes que, ao longo do tempo, produzem diferentes formas de discriminação e assimetrias; dos processos estruturais de desumanização, de naturalização das desigualdades, de inferiorização e de subalternização em sociedades marcadas pelas violências física e simbólica, pelo racismo estrutural, pelo patriarcado e pelo neoliberalismo, em que a exploração e dominação estão presentes em todas as esferas da vida e que são acentuadas em governos conservadores.

Do mesmo modo, esses diálogos críticos oferecem novos e instigantes elementos acerca das possibilidades de (re)construção, resistência e transformação do instituído, o que ocorre na LIESAFRO por meio da constante denúncia do contexto desumanizante e, simultaneamente, da luta para a sua alteração, pois, conforme Paulo Freire (2000a, p. 81), a “mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio da sua superação. [...] mudar é difícil, mas é possível [...]”

¹⁴ Sobre a discussão a respeito da justiça curricular, consultar Ponce (2018).

¹⁵ A esse respeito, consultar IBGE (2019).

Referências

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. *Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2009.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola*. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2012a.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 30 ago. 2012b.

CASTIANO, J. *Os saberes locais na academia: condições e possibilidades da sua legitimação*. Maputo: Editora Educar; CEMEC; Universidade Pedagógica, 2013.

COELHO, W. N. B.; COELHO, M. C. As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03 – percursos de formação para o trato com a diferença? *Educação em Revista*, v. 34, p. 1-39, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e192224.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de População e

Indicadores Sociais, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

FREIRE, P. Alfabetização e miséria. In: FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000a. p. 77-86.

FREIRE, P. Segunda carta: do direito e do dever de mudar o mundo. In: FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000b. p. 53-63.

GARCÍA, J. C. Afroepistemología y pedagogía cimarrona. In: SEPTIEN, R. C. (ed.). *Afrodescendencias: voces en resistencia*. En homenaje al centenario de Nelson Mandela. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 59-70. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20180712070816/Afrodescendencias.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2020.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.

GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, N. L.; MIRANDA, S. A. Dossiê: Educação na Década Internacional dos Afrodescendentes (2015-2024). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, nov. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100650. Acesso em: 10 abr. 2020.

LOANGO, A. O. Emancipación y descolonización: tensiones, luchas y aprendizajes de los investigadores/as negros/as en la educación superior. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, BA, v. 15, n. 32, p. 53-68, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxis.v15i32.5043>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MAPARA, J. Indigenous Knowledge Systems in Zimbabwe: Juxtaposing Postcolonial Theory. *The Journal of Pan African Studies*, v. 3, n. 1, Sept. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228427362_Indigenous_Knowledge_Systems_in_Zimbabwe_Juxtaposing_Postcolonial_Theory. Acesso em: 13 set. 2019.

MENESES, M. P. Colonialismo, governação e a história: porque a ignorância arrogante recusa dialogar com o Sul Global – Alice Comenta. *Alice News*, 16 jul. 2019. <https://alicenews.ces.uc.pt/index.php?lang=1&id=25936>. Acesso em: 20 jul. 2019.

NHALEVILO, E. Z. A. Currículo local: uma oportunidade para emancipação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-34, abr. 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/6459>. Acesso em: 10 ago. 2019.

NHALEVILO, E. Z. A. Refletindo a história de integração do conhecimento local na escola: procurando caminhos de legitimação. *Kwanissa*, São Luís, n. 2, p. 5-20, jul./dez., 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/download/9746/5689>. Acesso em: jun. 2020.

PONCE, B. J. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 119-131. Disponível em: <http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/noticias/quijano-anibal%20colonialidade%20do%20poder%20e%20classificacao%20social.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

REGIS, K. E.; NERIS, C. S. C. Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: formação de professores/as em direção à construção da justiça curricular. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 990-1014, 2019. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/44137>. Acesso em: 10 mai. 2020.

REGIS, K. E.; NERIS, C. S. C.; RODRIGUES, S. J. D. O global e o local na construção de uma educação emancipatória para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira. *Práxis Educacional*, [s. l.], v. 16, n. 39, p. 91-114, abr. 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6361>. Acesso em: 6 jun. 2020.

RINCÓN, J. E. G. Interculturalidade e racismo no centro-periferia do circuito: contribuição crítica na perspectiva da negritude. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [s. l.], v. 10, n. 26, p. 27-56, out. 2018. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/636>. Acesso em: 16 ago. 2019.

SANTOS, B. S. Para una pedagogía del conflicto. In: SANTOS, B. S. *Educación para otro mundo posible*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Medellín; CEDALC, 2019. p. 27-53. Disponível em: <https://cpalsocial.org/documentos/793.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2020.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Introdução. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina SA, 2009. p. 9-19. Disponível em: <http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/noticias/quijano-anibal%20colonialidade%20do%20poder%20e%20classificacao%20social.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

SEEHAWER, M. South African Science Teachers' Strategies for Integrating Indigenous and Western Knowledges in Their Classes: Practical. *Lessons in Decolonisation Educational Research for Social Change (ERSC)*, v. 7, Special Issue, p. 91-110, June 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2221-40702018000200008. Acesso em: 12 set. 2019.

SILVA, P. V. B.; REGIS, K.; MIRANDA, S. Educação das relações étnico-raciais no Brasil 1994-2014: síntese das pesquisas. In: SILVA, P. V. B.; REGIS, K.; MIRANDA, S. (org.). *Educação e relações étnico-raciais: o estado da arte*. Curitiba: NEAB-UFPR, 2018. p. 651-669. Disponível em: https://www.membros.abpn.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=58. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, P. B. G. Educação das relações étnico-raciais nas instituições escolares. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 123-150, maio/jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/58097>. Acesso em: 14 mar. 2019.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão. *Resolução CONSEPE nº 1.657, de 24 de outubro de 2017*. Aprova a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, modalidade presencial, no campus São Luís. 2017.

UFMA – Universidade Federal do Maranhão. *Docentes dos Estudos Africanos finalizam trabalho de campo em Moçambique*. ASCOM/UFMA, 29 maio 2019. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=54240>. Acesso em: 5 out. 2019.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIANA, J.; TAPIA, L.; WALSH, C. *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2010. p. 75-96. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/tiagovargues/construyendo-la-interculturalidad-critica>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. *Visão Global*, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/3412>. Acesso em: 20 abr. 2020.

6. A LEITURA EM PORTUGUÊS EM PAÍSES AFRICANOS:

Cabo Verde, São Tomé e Príncipe

Francisca Izabel Pereira Maciel

Aracy Alves Martins

Com os pesquisadores da literatura africana apreendemos a importância da aplicação de diferentes análises e interpretações para embasar o aporte crítico: a interdisciplinaridade como método. Com o povo caboverdiano aprendemos que a morabeza, misto de simpatia e delicadeza nativas, é a metáfora tatuada no corpo de versos e vozes que o vento leste traz até a beira-mar, na rebentação dos poemas insulares.

*Rubens Vaz Cavalcante, Intercambista na Uni-CV
("A lira cabo-verdiana na viragem do milênio", 2017, p. 41,
primeiro e segundo grifos são nossos)*

Língua, literatura, arte: sujeitos e produções de África

A proposta deste capítulo é propiciar um diálogo com as pesquisas que tematizam sobre os lugar(es) das línguas nativas e da língua portuguesa em países africanos – ex-colônias de Portugal

– e nossas experiências em dois projetos como professoras formadoras de coordenadores de alfabetização de Jovens e Adultos em Cabo Verde – CV e São Tomé e Príncipe – STP (2006-2011) e como coordenadoras de Projetos de Mobilidade UFMG/Capes/AULP (2013-2017). As questões que foram emergindo para nós, a partir das primeiras missões de trabalho, eram também comuns aos nativos: “Ensinar (aprender) qual Língua? Ler e (produzir) qual Literatura?”

Buscar conhecer a cultura local e compreender os tempos, os espaços dos cabo-verdianos e santomenses foi um aprendizado para nós, professores e alunos participantes dos Projetos de Mobilidade UFMG/Capes/AULP, no período de 2013 a 2017. O que trazemos neste texto retrata um pouco dessas vivências e aprendizagens atuando como professoras, coordenadoras de projetos em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe e orientadoras de mestrandos e doutorandos de países africanos, incluindo Angola e Guiné-Bissau.

Cabo Verde é um país insular localizado num arquipélago formado por dez ilhas vulcânicas na região central do oceano Atlântico. Conhecemos três delas. As ilhas de Santiago, onde fica a capital, Praia, local onde ocorriam as formações dos coordenadores de alfabetizadores de EJA, a ilha do Fogo, local onde foi desenvolvida grande parte do Projeto de Mobilidade, e a Ilha de São Vicente, onde foi realizada a pesquisa de doutoramento de Pereira (2016).

São Tomé e Príncipe não é um arquipélago, mas, sim, duas pequenas ilhas. A maior, São Tomé, é a capital. “Duas cabeças de alfinete cravadas no meio do oceano Atlântico”, como bem descreveu a poeta santomense Alda do Espírito Santo, e destino de muitos caboverdianos durante os longos períodos de seca, cantado pela Cesária Évora, na música “Sodade”:

Quem mostra' bo
Ess caminho longe?
Quem mostra' bo
Ess caminho longe?
Ess caminho
Pa Sao Tomé.

As primeiras experiências partiram de um convite para trabalhar a formação de coordenadores de alfabetização. Nesse sentido, já estava posto o nosso lugar: alfabetizar na língua portuguesa. E qual não foi nossa surpresa, ao nos depararmos em salas de aula com professores e alunos falantes de suas línguas nativas, em perfeita interação entre professor e alunos, mediados pela língua local, entretanto, os textos, as lições escritas no quadro negro, estavam em outra língua: português de Portugal. As leituras das lições escritas no quadro, literalmente, copiadas individualmente nos cadernos, eram lidas, relidas várias vezes pelos alunos e corrigidas oralmente pelo professor, estratégia para memorizar a língua oficial.

Este cenário foi determinante para redefinir nossa atuação em África, amparada em nossos princípios freireanos de que a escuta, o diálogo e o conhecimento de mundo são fundamentais para o ensino da palavra escrita; assim, reorganizamos nossas ações e, principalmente, nosso olhar para os países que se desnudavam para nós.

Buscar conhecer a produção acadêmica de africanos e seus países foi uma necessidade para que pudéssemos conhecer a história do ponto de vista dos nativos. O mesmo foi feito sobre a produção literária e cultural, como os contos, a poesia, a música, as artes em geral. Afinal, se estávamos atuando em uma parceria entre o Brasil e os dois países onde Paulo Freire teve uma ação efetiva, no processo de alfabetização logo após a independência

de Portugal, nossa expectativa era de que pudéssemos ter uma relação dialogada e consensual sobre o aprendizado da língua portuguesa.

O acordo de Cooperação Técnica e Científica firmado entre os países africanos e o Brasil estava em vigência desde a década de 1980. E na área da Educação, as demandas dos dois Ministérios da Educação tiveram, a partir de 2001, foco na alfabetização de jovens e adultos, razão pela qual fomos convidadas para compor a Equipe de Língua Portuguesa, sob a coordenação geral no Brasil da ONG Alfabetização Solidária (AlfaSol). Este acordo teve vigência em Cabo Verde até o ano de 2006 e, no caso de São Tomé e Príncipe, até o ano de 2011.

Tanto em Cabo Verde quanto em São Tomé e Príncipe, procuramos sempre partir das demandas do país para organizarmos nossas missões. A experiência em Cabo Verde foi, posteriormente, retomada com a aprovação do Edital Capes/AULP de Mobilidade entre a UFMG e a Universidade de Cabo Verde, a partir de 2013.

Até o encerramento do acordo de Cooperação Técnica e Científica com São Tomé e Príncipe, em 2011, foram realizadas cinco missões de trabalho, sempre voltadas para a formação de técnicos e coordenadores de turmas de alfabetização de jovens e adultos. Em 2013, a aprovação do Edital Capes/AULP possibilitou-nos, de certo modo, dar continuidade às ações que vínhamos desenvolvendo, desde 2006, em STP.

Língua

As semelhanças entre Cabo Verde e São Tomé vêm desde o modelo administrativo do período colonial. E a influência da língua crioula cabo-verdiana em São Tomé ocorreu principalmente nos períodos de grande seca no arquipélago, levando milhares

de caboverdianos a emigrarem para STP, para trabalharem na produção de cacau.

Como discutir o processo de ensinar e aprender a ler e escrever a língua portuguesa em países que têm suas línguas maternas, suas histórias e culturas? Desde as nossas primeiras missões, esse questionamento estava posto para nós e os nativos. E logo sentimos *in loco* o esforço dos países africanos, ex-colônias de Portugal, no sentido de resgatar suas línguas maternas.

Em Cabo Verde, isso fica mais evidente, uma vez que está previsto em sua Constituição a paridade entre língua oficial (Português) e língua materna (Língua Cabo-verdiana). Assim, a Constituição da República de Cabo Verde – CRCV (2010) declara que “o Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em *paridade* com a língua portuguesa”, alegando que “todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las” (art. 9, n. 1 e seguintes, grifo nosso).

Nesse sentido, o professor universitário angolano, Silvestre Felipe Gomes, ex-mestrando do Programa de Pós-Graduação da FaE/UFMG e atual doutorando do mesmo Programa, busca dar continuidade à sua investigação, ampliando o escopo para além de Angola, incluindo outros dois países: encontrar em São Tomé e Príncipe e em Moçambique se há “adoção de políticas educativas inclusivas, capazes de construir um bilinguismo oficial e com uma utilidade prática e prestigiosa” das línguas locais (GOMES, 2014, p. 146).

Na coleta de dados em Moçambique, para sua pesquisa atual, em andamento, Gomes se depara com uma das falas de um professor, que afirma sobre a subordinação das línguas residentes às línguas europeias, no período colonial:

Durante esse período, a língua de instrução era a língua portuguesa, tanto mais que, no meu tempo de escola [...], ainda havia mesmo uma

expressão dita na escola que era proibido *falar landinho* na escola [...] era proibido *falar dialeto* [...] era proibido *falar língua de cão* (prof. DK, grifos nossos).

Assim como Gomes (2014), muitos estudiosos consideram que, apenas nos países africanos de colonização lusitana, a língua oficial e de instrução continua sendo única: a língua oficial portuguesa, embora vários desses países sejam multilíngues. Nos tempos atuais, as perguntas de Cá continuam, em se tratando de Políticas Linguísticas: “por que não alfabetizar as crianças também na língua do convívio, da socialização e da interação social do cotidiano, a partir de uma perspectiva plurilíngue?” (CÁ, 2015, p. 20 *apud* MARTINS; GOMES; CÁ, 2016).

É importante registrar que os cinco países africanos de Língua Portuguesa encontram-se em situação semelhante: todos apresentam línguas crioulas, entretanto, apesar das batalhas, diferentemente em cada um, para reconhecimento de suas línguas maternas, utilizam como oficial a língua da colonização: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (SEMEDO; MARTINS; GOMES, 2015).

Nesse sentido, o antropólogo da Universidade de Brasília, Wilson Trajano Filho, faz uma leitura desses rótulos, na atualidade.

Em antropologia, notadamente na antropologia africanista, tem prevalecido um modelo que concebe as sociedades africanas como *tribos*, isto é, como uma coletividade de pessoas integradas entre si em virtude de compartilharem uma língua, costumes, caráter, valores, identidade de grupo e uma história comuns. [...] Em larga medida, o modelo da tribo é um produto da ação classificatória do pensamento europeu, cuja origem pode ser encontrada nos processos históricos de construção nacional na Europa do século XIX, e que foi apropriado pelas Ciências Sociais como um modelo eficiente para realizar duas

operações classificatórias: (a) para demarcar a diferença entre os civilizados europeus e os “povos primitivos”, e (b) para estabelecer diferenças entre os diversos “povos primitivos” (TRAJANO FILHO, 2005, p. 67, grifo nosso).

É como se estivéssemos nos deparando com uma resposta para a pergunta levantada por Edson Borges, editor da revista *Estudos Afro-Asiáticos*: “Afinal, quais as formas que tal tensão, no passado, tomou entre nós?” (BORGES, 2005, p. 7).

Carlos Lopes, na conclusão de um texto deste século, da área de Economia do Desenvolvimento e Sociologia, discutindo questões atuais de globalização, afirma:

O mundo não vive um choque de civilizações. O mundo vive uma civilização humana diversa e plural. Entender este mundo requer uma abertura à diversidade e liberdade culturais [...] Mas, paradoxalmente, os seres humanos têm dificuldade em admitir que não existem identidades tão finamente definidas e classificadas. O desafio ético de hoje, esse passatempo dos filósofos, é admitir estas diferenças e considerá-las enriquecedoras (LOPES, 2005, p. 29).

Alda do Espírito Santo, poeta, ministra da Educação e Cultura, na pós-independência de São Tomé e Príncipe, literariamente, fala de *humanidade*:

Fui escrava... Escrava por ligação inerente a mim e aos filhos da minha cor... Possuo uma escravidão feita pela força dos acontecimentos, pela projecção da humanidade... Fui escrava. Escrava pela vontade dos homens, pela força dos acontecimentos e da tirania da época. Não tenho pejo da minha escravidão. – A escravatura de preconceitos, das ideologias dos homens, contraditórias com as leis da lógica e da razão é a mais hedionda das escravaturas!... (ESPÍRITO SANTO, 1948, p. 1 *apud* COSTA ALEGRE, 2008, p. 31).

“Tudo o que pode ser explicado num tom de *humanidade*, [...] como um conceito inventado implicitamente pela autora do *Solo Sagrado da Terra*” (COSTA ALEGRE, 2008, p. 32, grifos do autor):

Um homem que pensa e vive uma ideologia não é um escravo, embora a humanidade o considere escravizado. Ele ri-se dos outros e se coloca acima deles... Por isso, ser descendente de escravos pode tornar-se um título de glória e não uma marca irrisória e vexatória. O negro vive e sente como nenhum outro povo de outra raça. Não é inferior. É que não existem povos inferiores, mas sim *inferiorizados*. Existe em todo o homem personalidade de se guindar à altura do génio; portanto a ideia de povos inferiores fica relegada a segundo plano... Os negros não são inferiores. Eles são homens. (ESPÍRITO SANTO, 1948, p. 1 *apud* COSTA ALEGRE, 2008, p. 31, grifo nosso).

Nesse sentido, pelo ponto de vista da Educação, a professora Nilma Lino Gomes, doutora em Antropologia Social, ex-ministra das Relações Raciais no Brasil, afirma que “a inserção da diversidade nos currículos implica compreender as causas políticas, econômicas e sociais de fenômenos, como o do etnocentrismo, racismo, sexismo, homofobia e xenofobia”. Em cada um desses fenômenos, a diferença se instala, havendo uma tendência à superioridade de uns sujeitos sobre outros. “Falar em diversidade e diferença implica posicionar-se contra processos de colonização e dominação.” (GOMES, 2007, p. 25).

Quando o Ministério da Educação de Moçambique decidiu “usar as 16 línguas nacionais a partir de 2017, ao lado do português, para facilitar o ensino às crianças moçambicanas” (IILP, 2015), o professor David Langa, docente da Universidade Eduardo Mondlane, já vinha se dedicando a esse projeto, trabalhando com línguas maternas africanas na Universidade, pelo ponto de vista da etnolinguística. Citando Duranti (1997), o professor considera a cultura como uma prática:

O relativismo linguístico advoga que a partilha de padrões de conhecimentos está por detrás da *visão do mundo de um indivíduo* como também no *sentimento de pertença a uma comunidade de fala*. Assim, conhecer a cultura é conhecer a língua visto que a cultura e a língua [são] realidades mentais. Deste modo, o objectivo da etnolinguística é de construir uma gramática não da língua, mas da cultura (Duranti, 1997). Referindo-se à comunicação, Duranti (1997: 37), na definição do significado indexal do signo, afirma que “a comunicação não é apenas o uso de símbolos (de crenças, sentimentos, eventos). É também uma forma de indicar, pressupor ou trazer para o contexto presente as crenças, sentimentos, eventos”. Em poucas palavras, *a cultura é uma prática* (LANGA, 2009, p. 2, grifos nossos).

Samima Patel, investigadora, professora da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane, atuando nas áreas de Português e Metodologias de Educação Bilíngue, em pesquisa também realizada em Moçambique, anteriormente, posiciona-se sobre a educação bilíngue nesse país:

O discurso oficial e os documentos sobre as políticas do desenvolvimento curricular para o ensino primário parecem reconhecer a educação bilíngue assim como o professor de educação bilíngue, mas, do ponto de vista da efectivação de políticas de expansão, estes elementos não são tidos em conta. Por isso, o seu lugar no contexto educacional moçambicano é, ainda, incipiente, mas parece haver um espaço para o desenvolvimento gradual de programas de educação bilíngue (PATEL, 2006, p. 5).

De forma mais abrangente, pelo ponto de vista dos Letramentos Sociais, Street (2014), citando Grillo (1989), introduz:

Para evitar as armadilhas dessas extensões da noção de multiletramentos, tentei desenvolver a noção de *letramentos dominantes*, em

oposição a letramentos “marginalizados”, em analogia com alguns trabalhos da sociolinguística em torno da noção de língua dominante (GRILLO, 1989). Quando se fala de “padrão”, *fica parecendo que se trata naturalmente daquele que todos devem adquirir* (STREET, 2014, p. 148, grifos nossos).

E acrescenta, argumentando:

Quando se fala de *língua dominante*, levantam-se as perguntas: *como ela se tornou dominante? Como se reproduz? Como ela concorre com outras línguas, marginalizadas?* Um grande volume de pesquisa atual em etnografia do letramento começa a explorar as associações entre convenções culturais, práticas letradas, noções de si, pessoa e identidade e lutas pelo poder (STREET, 2014, p. 148-149, grifos nossos).

Street prossegue argumentando, finalmente, que “precisamos, assim, não só de modelos ‘culturais’ de letramento, mas de modelos ‘ideológicos’, no sentido de que em todos esses casos os usos e significados de letramento envolvem lutas em prol de identidades particulares contra outras identidades frequentemente *impostas*” (STREET, 2014, p. 149, grifo nosso).

O livro que temos e o livro que queremos

Apoiadas nos pesquisadores e estudiosos citados e, na perspectiva proposta por Street, em sintonia com os princípios freireanos, as ações desenvolvidas em Cabo Verde e STP foram de parcerias com a comunidade local, fosse ela acadêmica, das escolas primárias ou das comunidades locais: não ter ações impositivas, buscar coerência e adequação aos nossos propósitos e ao contexto sociocultural dos países, em hipótese alguma assumir postura que viesse nos configurar como neocolonizadoras.

Ao buscar essa coerência, todas as missões eram planejadas conjuntamente, primeiro ouvindo as demandas locais e, posteriormente, discutindo como viabilizá-las. Nessa construção

coletiva, foi iniciada, em 2007, a produção de manuais escolares santomenses, isto porque os materiais usados para alfabetizar os adultos santomenses eram manuais brasileiros: *Viver, aprender*. Interessante dizer que as autoras dessa coleção foram as principais coordenadoras dessa produção em STP, Cláudia Lemos Vóvio para Língua Portuguesa e Maria Amabile Mansutti para Matemática. Assim como nós, as autoras do livro usado na turma de alfabetização de jovens e adultos logo perceberam que aquele livro brasileiro não retratava a realidade santomense. E como retirar deles o primeiro e único livro de suas vidas? O país não dispõe de uma livraria e o livro era manuseado por todos em casa.

Assim como o livro de alfabetização de jovens e adultos, os manuais escolares usados nas escolas primárias de STP foram produzidos e editados por uma equipe portuguesa. Como já mencionado, o país não dispõe de uma livraria, por isso toda a produção é feita externamente. A análise desse material foi objeto de pesquisa de pós-doutoramento de Maciel, em 2016.

Vóvio relata sua indignação: “como aquele livro [referindo-se ao *Viver, aprender*] poderia ajudar aquelas pessoas a aprender a ler e a escrever em português, se tão distantes de suas realidades, seus saberes, seus valores e cultura?” (VÓVIO, 2012, p. 156).

Essas foram reflexões determinantes para pensar e produzir coletivamente o *livro que temos e o livro que queremos* (VÓVIO, 2012, p. 155). O processo de construção do manual foi longo e envolveu todas as duas equipes: brasileira e santomense. A produção desse livro demandou uma pesquisa de imersão nas comunidades litorânea, rural e urbana das duas ilhas. Conhecer a língua deles, as atividades cotidianas, os usos e funções da leitura e da escrita, a literatura local, as expectativas com o aprender a ler e escrever, nada seria possível, se esse processo não fosse construído conjuntamente e contando sempre com o mesmo grupo de especialistas brasileiros e a permanência do grupo de coordenadores santomenses. A certeza de que a cada missão iríamos trabalhar com o mesmo grupo alimentava-nos o desejo

de continuar o trabalho, mesmo com tantas adversidades como enfrentar a longa viagem, o calor da ilha, o receio do paludismo, gastroenterite, tuberculose e outras doenças comuns ao país.

O resultado foi a produção de um livro completamente diferente dos que encontramos lá, usados no sistema de ensino santomense, e à semelhança do período pós-independência, o livro de alfabetização era um livro santomense: *Sebê Nón: alfabetização inicial de jovens e adultos* (Imagem 1).



Imagem 1 - Capa e contracapa de *Sebê Nón* (2011)

Fonte: Fotografia realizada pelas próprias autoras.

O resultado foi uma produção muito bem cuidada, seja do ponto de vista editorial, textual, linguístico ou estético. Dividido em três módulos, o manual contempla as comunidades litoral, rural e urbana, com suas características, atividades culturais e econômicas, devidamente ilustradas, com fotografias bem produzidas: as moradias, a alimentação; as frutas, os peixes; a saúde e as doenças (paludismo, tuberculose, HIV). Todos os textos se tornaram cada vez mais adequados ao contexto local e, na maioria dos

casos, produzidos por santomenses, sejam eles textos informativos, da tradição oral, da música, e dos poetas da terra.

Os textos e músicas de tradição oral foram sempre que possível escritos na língua nativa e em português. O livro *Sebê Nón: alfabetização inicial de jovens e adultos* foi lançado nacionalmente, ao término do projeto deste acordo de Cooperação Técnica e Científica, no ano de 2011, assim como o livro *Cata D’Omali: cartas do Atlântico*, de 2012, em que há trocas de cartas entre as duas equipes (santomense e brasileira), que falam de suas experiências nas duas ilhas situadas no Golfo da Guiné.

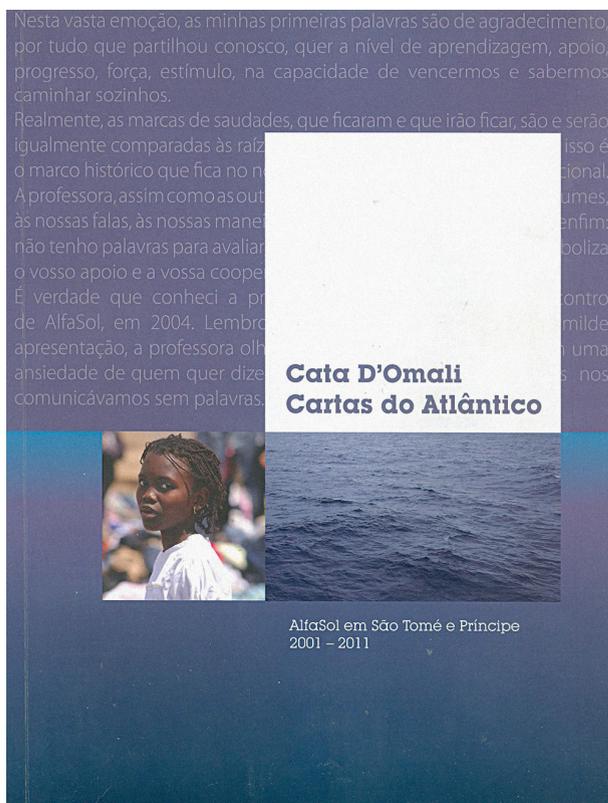


Imagem 2 - Capa de *Cata D’Omali: cartas do Atlântico* (2012)

Fonte: Fotografia realizada pelas próprias autoras.

Literatura

Enquanto personagem, o negro ocupa um lugar menor na literatura brasileira. [...]

E já de início se configura de modo inequívoco um dado fundamental para esta reflexão o fato de o negro estar presente *muito mais como tema do que como voz autoral*

Eduardo Duarte
(“O lugar do negro na literatura”,
2014, p. 151, grifos nossos)

Em se tratando de Literatura, embora no Brasil também o afrodescendente ocupe um *lugar menor... muito mais como tema do que como voz autoral*, os nossos projetos têm se empenhado na formação de leitores – leitores alunos, leitores professores –, em parceria com bibliotecas públicas ou escolares, nascendo da literatura oral – oralitura –, expressando os sentimentos africanos, em relação às riquezas naturais, às riquezas culturais, às lutas pela independência, à cidadania, à liberdade, à produção bilíngue, às artes, aos direitos humanos (SEMEDO, 2010; ESPÍRITO SANTO, 1978; DUARTE, 2013).

Para lá das variadíssimas causas endógenas e exógenas que me têm assaltado o espírito ou que me têm sido evidenciadas pelos *mass media*, há uma que ressalta em todos estes processos, que é, por assim dizer, um denominador comum: a procura de liberdade. LIBERDADE E DEMOCRACIA (DUARTE, 2013, p. 115).

Assim como quando se trata da Língua, em se tratando de Literatura, há novamente uma premência de *paridade*, não somente sob a questão de se considerar a oralitura, mas também com a expressão literária em língua materna, como se percebe no exemplo de Guiné-Bissau.

São linhas de poema-canto, poema-dito, poema-cantiga que se entrelaçam numa mistura de idiomas: o crioulo guineense e o português. Com a lançadeira em movimento espiralar esta banda se constrói com alusões, ironia, jogos infantis, brincadeiras e cantigas de roda presentes nas malhas metafóricas desta teada (SEMEDO, 2010, p. 46).

Pelo ponto de vista da formação de leitores (alunos e professores, dentro da escola e fora dela), no campo do letramento literário (PAULINO, 1999; PAULINO; COSSON, 2009), a professora Daniela Freitas (2019), da UFRN, a partir de sua investigação, no interior da Pesquisa em Rede CNPq, deixou um legado importante a cada pesquisador interessado: um quadro, por país, contendo as obras de literatura infantil em países africanos de língua portuguesa, com o objetivo de “*identificar, analisar e divulgar* livros de literatura infantil, que tenham representatividade nos países africanos de língua portuguesa, de modo a permitir circular diferentes representações culturais de cada um desses países” (FREITAS, 2019, p. 4, grifos nossos). Buscando não citar e valorizar apenas autores e obras, como Mia Couto, Ondjaki, Agualusa, Luandino, entre outros, consagrados e premiados, em Portugal, no Brasil e, sobretudo, pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil/FNLIJ, da qual o GPELL – Grupo de Pesquisa do Letramento Literário – é um dos votantes, foram catalogadas ao todo 273 obras: Angola (126), Cabo Verde (92), Guiné-Bissau (5), Moçambique (41), São Tomé e Príncipe (9) (FREITAS, 2019).

A produção literária brasileira atravessa o Atlântico e pousa na Ilha de São Tomé

O Projeto UFMG/Capes/AULP em São Tomé e Príncipe teve como um desdobramento o estágio de dois meses da professora e especialista em literatura infantil, da FaE/UFMG, Celia Abicalil Belmiro. Juntamente com os alunos da UFMG, realizaram em uma das missões oficinas de “Literatura em espaços escolares e

não escolares”, em dois espaços: no Centro Cultural da Embaixada do Brasil em STP e na Biblioteca Nacional de STP.

Esse trabalho foi realizado durante a terceira missão, em janeiro de 2014, momento em que conseguimos levar um acervo de 500 livros de literatura infantil, doados pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale/FaE/UFMG) para São Tomé. Esse acervo foi alocado na Biblioteca Nacional, em uma sala mobiliada pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A sala era equipada com mobiliário adequado para crianças, mas não dispunha de livros. Parecia que estava à nossa espera... A entrega do acervo foi comemorada como um grande evento nacional, com a presença de representantes do Ministério da Educação e Cultura, do embaixador, e divulgada na rádio e televisão locais.

A partir dessa entrega oficial, foram realizadas oficinas de literatura nesse espaço e planejadas idas de turmas de alunos à sala infantil. Foram momentos intensos de fruição, de interação entre leitores, adultos e crianças, professores e alunos, com os livros de literatura infantil, isso porque houve “tanto trabalho verbal quanto imagético e uma proposta de interação entre essas duas dimensões, de forma a construir um vasto campo de possibilidades de leitura” (BELMIRO, 2010, p. 406).

A professora Celia Abicalil, durante sua missão, não poupou esforços em seguir adiante com a iniciativa de levar o livro ao leitor, mobilizando os nossos alunos e coordenadores da Biblioteca Nacional a pôr em funcionamento o carro “Bibliomóvel”, estacionado há muito tempo no pátio da Biblioteca Nacional. Estando o Bibliomóvel em ação, foi levado para as escolas mais distantes do centro da capital, possibilitando às crianças o acesso aos livros, uma raridade no país.

Nosso objetivo era não só divulgar o espaço no interior da Biblioteca Nacional, mas também deixar que fosse de fato usado pelas crianças. Não poderíamos permitir que os livros ficassem

apenas no espaço da sala na Biblioteca Nacional, mas que fossem usados em outros espaços. Afinal, não gostaríamos que os livros tivessem o destino que vários acervos do Plano Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) tiveram (ou ainda têm?), como a pesquisa de Aparecida Paiva (2012) apontou em seu livro *Literatura fora da caixa: o PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura*. Nossa fantasia era “atravessa[r] pedra, fruto e alcança[r] o miolo do mundo” (QUEIRÓS, 2012, p. 23), afinal, já estávamos todos na linha do Equador.

Temos consciência de que há livros com características bem brasileiras, a começar pela escrita da língua. Não o fazemos como os portugueses, cabo-verdianos e santomenses, e isso não nos impede de compartilharmos a nossa produção literária com nossos irmãos africanos. Assim como foi feita a produção do manual didático para a alfabetização, nosso desejo é de que o acervo de literatura, em sua maioria de autores brasileiros, sirva de estímulo para a produção literária santomense, rica em tradição oral, musicalidade e poesias.

Arte

Em relação às Artes, manifestações das culturas de todos os povos, serão apresentadas aqui duas experiências: a primeira relativa ao campo musical; a segunda, à pintura. Juntamente a elas, Martins (2012) assim se expressa e manifesta seus sentimentos:

Quando pouse os pés na África, enternecem minhas memórias adivinhadas, sussurram meus antepassados saudosos, murmuram minhas histórias veladas, saciam-se minhas gulodices, dança meu corpo ritmado, enfim, amolece meu coração amoroso, *leve, leve*¹... (MARTINS, 2012, p. 71).

¹ “Leve, leve”, expressão santomense.

Cartografia das vivências sonoras em Cabo Verde

Em primeiro lugar, o professor de Música da Faculdade de Educação da UFMG, Marco Scarassatti, fez uma síntese das suas sensações, ao vivenciar Cabo Verde, em períodos de intercâmbio, sob o título: “Cartografia das vivências sonoras em Cabo Verde”.

O vento foi um cantante personagem de todas as histórias vividas [...] O vento também foi o sopro que acompanhou a palavra de todos, do sussurro ao grito, em todas as ilhas, idiomas e variantes. Como fala, verso, rima, relato, ou canção [...] Se em São Vicente escutei o batuque das escolas de samba de inspiração brasileira, em Santiago escutei o Batuco das meninas naquilo que antes fora o saco de roupa a ser lavado [...] Na enigmática ilha de Santo Antão, ouvi o pilão quebrar o milho e a água a correr da montanha para banhar o inhame. Conheci a rainha da Mazurca, moradora das Fontainhas, vila colada verticalmente à montanha; e a voz dos meninos cantores do Paúl, que se alternavam entre ela, as coladeiras e as mornas [...] De volta ao carnaval de Mindelo, saí pelas ruas acompanhando os Mandingas e, à noite, escutei um violão que muito acompanhou a Cesária Évora [...] A ilha do Fogo que eu conhecia era a Casa de Lava, filme do Pedro Costa, entretanto o Chã das Caldeiras estava interditado, soterrado pelas lavas do vulcão que, não havia muito, entrara em erupção [...] A manhã seguinte reservou uma grande alegria, numa van éramos todos de uma só família em visita aos parentes por toda ilha. Amizade, afeto, cachupa e grogue. Dos melhores passeios da minha vida [...] Reescuto aqui cada um desses momentos como quem olha para uma cartografia e identifica parte das experiências vividas (SCARASSATTI, 2019).

Uma apresentação musical, com o título “Crônicas sonoras de Cabo Verde”, e com a participação do professor Pedro Matos, natural da Ilha do Fogo – Cabo Verde, foi apresentada pelo professor Scarassatti, de modo brilhante, no Teatro Espanca, em Belo Horizonte, em agosto de 2019.

O olhar do estrangeiro no cotidiano das mulheres de São Tomé e Príncipe

Desde o primeiro momento em que conhecemos a mulher santomense, temos a certeza de estar diante de uma mulher forte, e essa conquista vem sendo feita ao longo do período pós-independência. Apesar do alto índice de analfabetismo feminino, o direito à educação vem sendo reivindicado, como bem demonstra o cartaz abaixo fixado em uma escola primária na Ilha do Príncipe, em 2008.

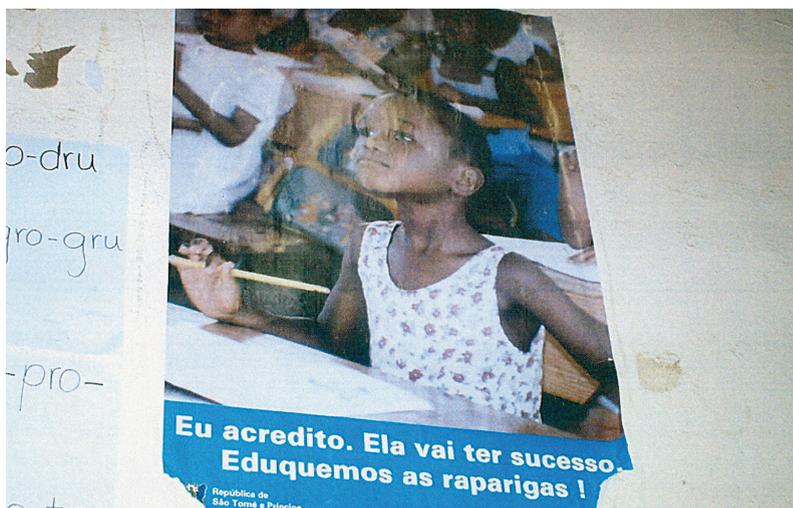


Imagem 3 - Cartaz

Fonte: Arquivo pessoal de Maciel.

A imagem das meninas (raparigas) dentro de uma sala de aula e o olhar atento de uma delas, com sua cabeça, a postura de seu corpo me fazem acreditar que elas sabem o que querem e, se sabem, alcançarão o sucesso. Eu também acredito! Acredito que a educação possa fazer a diferença na vida e na postura das pessoas; que o aprender a ler e a escrever ainda que seja como uma segunda língua, como é o português para os santomenses, possa servir de elo e preservação da cultura de vocês (MACIEL, 2012, p. 95).

Assim como Maciel (2012), o graduando de Artes, Welington Dias, durante seu estágio no Projeto de Mobilidade ficou impressionado com a mulher santomense. Suas impressões foram expressas nas pinturas que Dias criou acompanhando o cotidiano dessa mulher forte: durante todo o dia tem seu filho amarrado às costas, trabalha como vendedora de peixes (palaê) pelas ruas da capital, carregando a bacia de peixes, bananas ou fruta-pão à cabeça; na barraca de ervas no mercado; no rio lavando roupas. Suas atividades começam antes do raiar do sol e encerram à noite, ajeitando a comida para a família e, quando podem, participando em turmas de alfabetização de jovens e adultos.

As cores das saias rodadas; dos turbantes e do pano que amarra o filho ao seu corpo dão às mulheres santomenses uma beleza única. E essa beleza foi retratada por Welington Dias, durante seu estágio sanduiche em STP.

Conquistar a confiança do santomense para ser fotografado não é uma tarefa simples; sentem-se invadidos, usados por turistas, razão pela qual são arredios a esse tipo de abordagem. Entretanto, a confiança no trabalho realizado pelo grupo pertencente ao projeto abriu as portas para que Welington realizasse seu trabalho. Fotografou mulheres em seus contextos, em suas localidades e, em seguida, pintou-as em grandes telas.

O resultado final foi a grande exposição *São Tomé por novos olhares* (DIAS, 2014) (Imagens 4 e 5) em uma das roças onde residiam muitas delas. Posteriormente foram expostas as telas no Centro Cultural da Embaixada do Brasil em São Tomé, com a presença das mulheres retratadas e de autoridades santomenses. Esse trabalho de pintura foi estendido aos muros de escolas, com a participação de alunos nos desenhos e na produção das tintas artesanais produzidas e ensinadas por Welington Dias aos santomenses.

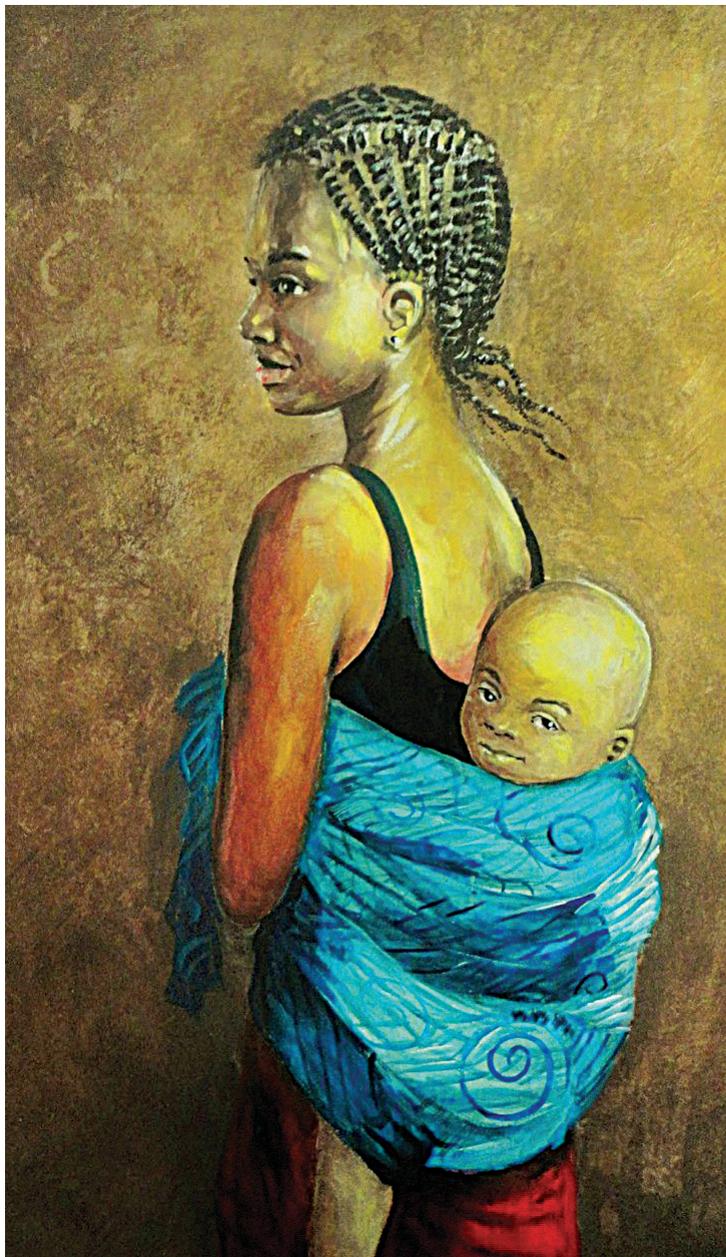


Imagem 4 - *São Tomé por novos olhares* (2014)

Fonte: Wellington Dias.

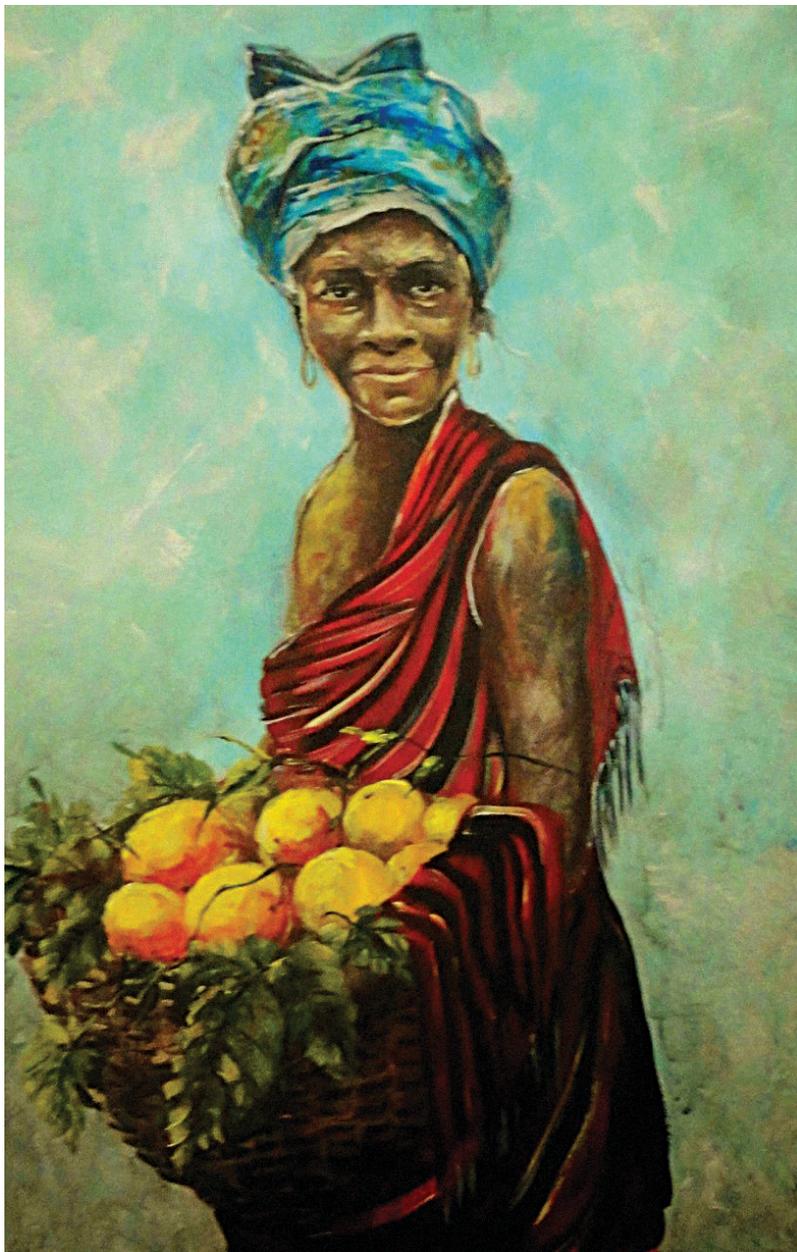


Imagem 5 - *São Tomé por novos olhares* (2014)

Fonte: Wellington Dias.

Considerações finais

O que dizer de nossas experiências em países africanos?

Sobre nossas experiências, temos perguntas e algumas possíveis certezas, a começar pelos tempos, espaços e as histórias que nos foram passados, estudados sobre o continente africano, que são muito distintos. Só podemos falar em Áfricas. Nossas experiências nestas pequenas ilhas foram suficientes para concordar com a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie sobre *O perigo de uma história única*, livro em que narra que só conhecia a África dos livros escritos por brancos.

A visão eurocêntrica ainda está muito presente em África, assim como é possível perceber os laços coloniais portugueses, já que as independências ocorreram há poucos anos. Por outro lado, percebe-se o movimento crescente em torno da alteridade, das línguas, das culturas, da identidade africana. Como educadoras, não podemos compartilhar com esse viés eurocêntrico. Pelo contrário, precisamos fazer valer a cultura, os conhecimentos, os sentidos produzidos pelos povos africanos em suas línguas, empoderando-os, pois sabemos o quanto é importante o poder da língua: “negar o Crioulo não só significa negar a nossa identidade como também dificultar a pedagogia do português. E isto porque a *língua primeira* constitui a *melhor referência* na aprendizagem de uma segunda língua” (VEIGA, 2004, p. 12, grifos nossos).

Como afirmou a diretora geral da UNESCO, Irina Bokova, por ocasião da 17ª Jornada do Dia Internacional da Língua Materna, em Paris, “quanto mais valorizarmos as línguas, mais instrumentos teremos para construir um futuro para todos” (UNESCO, 2016).

Outra certeza foi a de que, desde o início dos nossos trabalhos de investigação, consideramos o que Bryan Street ressalta: “a importância do processo de socialização na construção do

significado [...] *para os participantes*”, de levar “em conta as *percepções locais*”, a fim de evitar *uma visão “forasteira”* (STREET, 2014, p. 44, 47, grifos nossos). Compartilhamos desse posicionamento, ao trabalhar com países de língua portuguesa por uma *perspectiva horizontal de cooperação*, assim como a equipe do Instituto de Ação Cultural/IDAC – Guiné-Bissau e também Paulo Freire, para quem a ajuda verdadeira “é aquela em que os que nela se envolvem se engajam mutuamente, *crescendo juntos* no esforço comum de conhecer a realidade que *buscam transformar*” (FREIRE, 1977, p. 16, grifos nossos).

Voltamos à questão dos tempos, espaço e história, sob um outro ponto de vista: qual o lugar que nossas ações desenvolvidas nas missões e projetos têm na história do tempo presente nas ilhas? Temos as certezas do aprendizado que os projetos deixaram e ainda deixam em nossas trajetórias pessoais e profissionais. E na vida deles? Perguntamos.

“Esperançar”, termo cunhado por Paulo Freire e muito frequente em suas palestras, *esperançar é que nos move a continuar a atravessar o Atlântico, nas trocas de mensagens, mesclando o português do Brasil com o crioulo caboverdiano e santomense, escrevendo as nossas línguas, assim como fez a guineense, Odete Costa Semedo (1994),² em seu poema:*

Em que língua escrever

Em que língua escrever
 As declarações de amor
 Em que língua cantar
 As histórias que ouvi contar?
 Em que língua escrever
 Contando os feitos das mulheres
 E dos homens do meu chão?

² Maria Odete da Costa Soares Semedo é escritora, política e professora guineense, tendo sido ministra da Educação em Guiné-Bissau.

Como falar dos velhos
Das passadas e das cantigas?
Falarei em Crioulo?
Falarei em Crioulo!
Mas que sinais deixar

Aos netos deste século?

Ou terei que falar
Nesta língua lusa
E eu sem arte nem musa
Mas assim terei palavras para deixar
Aos herdeiros do nosso século
Em Crioulo gritarei
A minha mensagem
Que de boca em boca

Fará a sua viagem

Deixarei o recado
Num pergaminho
Nesta língua lusa
Que mal entendo
E ao longo dos séculos
No caminho da vida
Os netos e herdeiros
Saberão quem fomos.

Referências

BELMIRO, C. A. A multimodalidade na literatura infantil e a formação de professores leitores. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 10, n. 2, p. 403-420, 2010.

BORGES, E. Apresentação. *Estudos Afro-Asiáticos*, Universidade Candido Mendes/UCAM, Rio de Janeiro, ano 27, p. 7-9, jan./dez. 2005.

CATA D’Omali: cartas do Atlântico. São Paulo: Associação AlfaSol; Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, 2012.

CAVALCANTE, R. V.; FERNANDES, M. F.; MARTINS, A. A. A lira caboverdiana na viragem do milênio. *E-Hum – Revista Científica das Áreas de Humanidades do UNI-BH*, v. 10, p. 41-55, 2017. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla>. Acesso em: 29 abr. 2020.

CONSTITUIÇÃO da República de Cabo Verde. ed. rev. Praia, Cabo Verde: INCV, 2010.

COSTA ALEGRE, F. Da tigritude à humanidade. In: COSTA ALEGRE, F. *Alda Graça Espírito Santo: de Lá no Água Grande a Mataram o rio da minha cidade* (moção de homenagem). São Tomé e Príncipe: UNEAS (União Nacional dos Escritores e Artistas de São Tomé e Príncipe), 2008. p. 25-34.

DIAS, W. *São Tomé por novos olhares: exposição*. Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe. São Tomé, 2014. Disponível em: welingtondias.blogspot.com.br. Acesso em: 6 jul. 2020.

DUARTE, E. O lugar do negro na literatura. In: BELMIRO, C. A. *et al.* (org.). *Onde está a literatura: seus espaços, seus leitores, seus textos, suas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 151-168.

DUARTE, V. *A palavra e os dias*. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

ESPÍRITO SANTO, A. *É nosso solo sagrado da terra*. Lisboa: Ulmeiro, 1978. (Vozes das Ilhas, 1).

FREIRE, P. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREITAS, D. A. S. *Literatura infantil em países africanos de língua portuguesa: análise e divulgação*. Relatório final de estágio em residência pós-doutoral. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2019.

GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (org.). *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: MEC/SEB, 2007.

GOMES, S. F. *Relações entre língua oficial e línguas locais na escola: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em português*. 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2014.

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa. *Boletim 104*, 18 mar. 2015. Disponível em: <https://iilp.wordpress.com/2015/03/18/ensino-primario-mocambicano-sera-ministrado-nas-16-linguas-nativas-a-partir-de-2017/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

LANGA, D. A. S. Estratégias de concordância com sintagmas nominais complexos em changana. In: NGUNGA, A. (ed.). *Lexicografia e descrição de línguas bantu*. Maputo: Centro de Estudos Africanos (CEA) – Universidade Eduardo Mondlane (UEM), 2009.

LOPES, C. O desafio ético de um desenvolvimento com diversidade. *Estudos Afro-Asiáticos*, Universidade Candido Mendes/UCAM, Rio de Janeiro, ano 27, p. 11-32, jan./dez. 2005.

MACIEL, F. I. P. Carta de Francisca para Ana: letramento e avaliação. In: CATA D’Omali: cartas do Atlântico. São Paulo: Associação AlfaSol; Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, 2012.

MACIEL, F. I. P. Manuais escolares e o aprendizado da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe (África). Relatório final de estágio em residência pós-doutoral. Braga: Universidade do Minho/Portugal, 2016.

MARTINS, A. A. Carta de Aracy à equipe santomense: diversidade linguística e incentivo à leitura. In: CATA D’Omali: cartas do Atlântico. São Paulo: Associação AlfaSol; Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, 2012. p. 71-72.

MARTINS, A. A.; GOMES, S. F.; CÁ, V. J. B. Letramento(s)/alfabetização em contextos multilíngues de Angola e Guiné-Bissau. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 391-412, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698164867>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PAIVA, A. (org.). *Literatura fora da caixa: o PNBE na escola – distribuição, circulação e leitura*. São Paulo: Unesp, 2012.

PATEL, S. A. *Olhares sobre a educação bilíngue e seus professores em uma região de Moçambique*. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PAULINO, G. Letramento literário: cânones estéticos e cânones escolares. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPED, 22., Caxambu, 1999. *Anais [...]*. Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa em Educação, 1999.

PAULINO, G.; COSSON, R. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, R.; RÖSING, T. *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009. p. 61-81.

PEREIRA, D. P. *Educação artística como possibilidade de experimentação utópica: o caso da Mindelo Escola Internacional de Arte em Cabo Verde*. Tese (Doutorado em Educação Artística) – Universidade do Porto/Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

QUEIRÓS, B. C. *O fio da palavra*. Rio de Janeiro: Galera Record, 2012.

SCARASSATTI, M. *Crônicas sonoras de Cabo Verde*: álbum. Belo Horizonte: La Petite Chambre, Teatro Espanca, 2019.

SEMEDO, M. O. C. S. *As Mandjuandadi*: cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. 2010. 452 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_SemedoMO_1.pdf. Acesso em: 6 jan. 2020.

SEMEDO, M. O. C. S. *Entre o ser e o amar*. Bissau: INEP, 1994.

SEMEDO, V. M. E.; MARTINS, A. A.; GOMES, M. A. R. C. Caminhos históricos da oficialização da língua cabo-verdiana. Dossiê: As fontes para a história da África. *E-Hum – Revista Científica das Áreas de Humanidades do UNI-BH*, v. 8, n. 2, p. 62-76, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://unibh.emnuvens.com.br/dchla/article/view/1558>. Acesso em: 29 abr. 2020.

STREET, B. V. *Letramentos sociais*: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TRAJANO FILHO, W. A crioulização na Guiné-Bissau: um caso singular. *Estudos Afro-Asiáticos*, Universidade Candido Mendes/UCAM, Rio de Janeiro, ano 27, p. 57-102, jan./dez. 2005.

UNESCO. *Dia Internacional da Língua Materna 2016*: educação de qualidade, língua(s) de instrução e resultados de aprendizagem. Paris, 21 fev. 2016.

VEIGA, M. *A construção do bilinguismo*. Praia, Cabo Verde: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

VÓVIO, C. Carta de Claudia para Gualberta e Maria do Carmo. In: CATA D'Omali: cartas do Atlântico. São Paulo: Associação AlfaSol; Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, 2012.

7. A DIMENSÃO INTERNACIONAL DA CORRUPÇÃO E OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA AFRICANA

Pedro Andrade Matos

Introdução

A África tem reputação de ser uma das regiões mais corruptas do mundo, embora seja insuficientemente embasada na empiria. Na verdade, trata-se de uma percepção generalizada diante da pobreza estrutural e outros problemas crônicos em diversas esferas sociais africanas. A corrupção nos países africanos apresenta duas tendências, que este trabalho julga relevantes: a primeira é a grande ênfase nas variáveis domésticas africanas para explicar a corrupção nos respectivos países, obliterando a dimensão internacional do fenômeno. A segunda é a associação de corrupção como uma questão cultural, esvaziando o debate e seu enfrentamento político.

Este capítulo propõe uma análise da corrupção enquanto uma questão de governança e mobiliza o nível internacional como subsídio a uma compreensão mais robusta do fenômeno. Dessa maneira, o desafio da governança africana passa pela robustez

das instituições domésticas de seus países, bem como pela sólida arquitetura de governança regional e global anticorrupção.

O fenômeno em tela segue o exame de literatura temática, utilizando-se de relatórios das organizações especializadas no tema e de dados oficiais para a produção de rendimentos analíticos relevantes.

O trabalho encontra-se dividido em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção discute-se o conceito de corrupção, e a segunda seção analisa-o enquanto questão de governança. A terceira se ocupa de identificar e examinar a dimensão internacional da corrupção nos países africanos. Por fim, a quarta discute os desafios da governança africana e mapeia algumas iniciativas africanas e as recomendações das organizações no combate à corrupção nesse continente.

Conceito de corrupção

Antes de conceituar o fenômeno, vale considerar que diferentes países têm suas definições legais, em razão de seus sistemas político-econômicos, do escopo de suas leis e da própria opinião pública acerca do que é ato de corrupção ou comportamento ilegal e imoral. Ou seja, o contexto cultural importa na análise do referido fenômeno (GARDINER, 2007). Assim sendo, criar um *ranking* conforme performance dos países nas variáveis selecionadas e compará-los em um índice é como se comparassem maçãs a laranjas, na medida em que se ignoram as idiosincrasias de cada caso.

Contudo, no que pese esta investigação, é preciso separar o que é cultura africana – pluralidade de manifestações do seu povo – da cultura de corrupção na sua acepção sumária – que se refere à lógica de sobrevivência econômica e política por meios indevidos. Essa separação é fundamental para a discussão que

se estabelece neste trabalho, pois “o gesto honroso de dar presentes, a partir de um princípio africano de solidariedade social e lealdade, é frequentemente considerado uma prática corrupta na visão ocidental”.¹ Essa prática era um costume diplomático da África pré-colonial (UNECA, 2016, p. 21), diferentemente do ato de roubar, que era “severa e rapidamente punido porque pode ameaçar sistemas sociais frágeis e as comunidades reprovam o enriquecimento pessoal” (SINDZINGRE, 2007, p. 231).

Nesse contexto, quando se fala de uma “África corrupta”, é importante entender que se trata de uma África-produto colonial, cujo Estado foi se transformando em razão do domínio político europeu (AMIN, 1972; DIAGNE, 2010; AFIGBO, 2010).

Na concepção da organização Transparência Internacional (2020), a corrupção é abuso do poder confiado para fins privados, e pode ser classificada como sendo “grande, pequena e política, mediante a quantia de dinheiro perdida e o setor onde ocorreu”.

O prefaciador da quarta edição do *Relatório sobre governança africana* (*African Governance Report*, 2016), Carlos Lopes – na altura secretário da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) –, criticou o conceito supracitado porque confere muita ênfase “nos cargos públicos e na ostensiva legalidade do ato, negligenciando as tendências corruptas predominantes nos setores privados e nos não estatais” (LOPES, 2016, p. viii).

A ligação entre esses setores é relevante para se compreender a complexidade da corrupção nos países africanos, porque, assim como é obscura a relação entre eles e o poder público, também o é a dinâmica do processo corruptivo, que no caso africano esconde a sua dimensão internacional.

A dimensão internacional se refere às “percepções” e ações de indivíduos e empresas influentes no continente africano, além de visões de observadores nas organizações não governamentais, doadores multilaterais e do setor privado.

¹ São minhas as traduções de citações de obras de língua estrangeira neste capítulo.

Normalmente as práticas corruptas acontecem sem o conhecimento do público e das instituições independentes do país, dificultando a coleta de informações e adoção de medidas políticas eficazes. Essa natureza obscura cria dificuldade também na definição e mensuração da corrupção.²

Estabelece-se, como alternativa, a percepção de alguns atores sobre o estado de coisas num determinado país. Entretanto, qualquer classificação é enviesada e questionável porque se embasa fortemente na interpretação e perspectiva de atores externos. Por outro lado, focar apenas num determinado segmento da população ou grupo para produzir relatórios é como se considerasse o efeito da corrupção de maneira parcial, quando, na verdade, trata-se de um fenômeno cuja consequência se estende a toda a sociedade (UNECA, 2016).

A quarta edição do relatório da UNECA sob análise aponta que a percepção visa criar um *ranking* para “nomear e envergonhar” os Estados africanos por *proxies* estatísticos, incidindo fortemente no curso do seu desenvolvimento.

Os relatórios orientam a tomada de decisões políticas, econômicas e financeiras de organizações e instituições internacionais, como também informam o grau de financiamento, investimentos estrangeiros e a análise de risco do país.

O perigo é que a percepção pode mudar mais rapidamente de que reais níveis de corrupção, além disso, as visões e opiniões sobre este fenômeno são moldadas pela mídia, cultura e experiências em relação aos países africanos frequentemente representados de maneira depreciativa, como espaços onde reinam conflitos, ditadura e corrupção.

O nível de corrupção no continente africano pode ser explicado por três fatores:

² Para analisar os diferentes índices, suas fontes e metodologias, consultar a Tabela 1 do Relatório IV (UNECA, 2016, p. 31-32).

Em primeiro lugar, o nível de fraqueza institucional em muitos países africanos, o que torna possível para os líderes políticos e funcionários públicos abusarem dos recursos nacionais e abusarem do seu poder sem serem controlados. Em segundo lugar, o contínuo declínio nos padrões de vida dos funcionários públicos associados a incentivos ruins em muitos países africanos, o que torna a corrupção um meio muito atraente e viável de subsistência social. Terceiro, o olho cego muitas vezes dos países ocidentais em relação aos corruptores. As empresas estrangeiras e interesses privados muitas vezes aproveitam dos mecanismos institucionais fracos e ineficazes disponíveis para lidar com práticas corruptas (UNECA, 2016, p. 13).

Quando agentes privados e atores não estatais defendem seus interesses, fazem-no interferindo, inclusive, na dinâmica política, nas leis e regulações de governos locais. Nesse sentido, uma parcela significativa de atos corruptos é cometida por atores não africanos, que inclui: “conluio entre fornecedores e funcionários públicos dentro da cadeia de fornecimento internacional; lavagem de dinheiro; evasão tarifária aduaneira e suborno em transações internacionais” (UNECA, 2016, p. 14).

A corrupção deve ser entendida enquanto “um fenômeno mais amplo, em que agentes privados compartilham responsabilidades significativas e em que muitos atos antiéticos, passíveis de serem considerados corruptos, podem não ser necessariamente ilegais ou localizados no setor público” (UNECA, 2016, p. 6). Por isso, importa relacionar a corrupção com o desafio de governança ampla na efetividade das políticas, diante de instituições fracas, mecanismos de freios e contrapesos deficientes, estrutura legal e regulatória inadequada e fracos instrumentos para o cumprimento das leis.

Corrupção como uma questão de governança

Segundo a União Africana, a governança é o exercício da autoridade econômica, política e administrativa no gerenciamento dos assuntos do país em todos os níveis (AFRICAN UNION, 2019, p. 21).

Quando se estuda a governança africana, depara-se com a forte presença da variável externa desde o período colonial, quando países europeus instalaram instituições extrativas no continente com objetivo de consolidar o poder ao invés de criar um ambiente político *accountable* (responsável) aos povos africanos. Essas instituições foram aproveitadas no período pós-independência por vários governos africanos. Para sobreviver politicamente, tais governos sob influência e interferência de países europeus combinaram práticas de corrupção com clientelismo e recursos à violência.

De fato, a política colonial europeia no continente havia construído um regime de direitos do qual o sujeito africano foi destituído, excluído e desamparado institucionalmente em vários segmentos, inclusive no âmbito de suas criações e produções intelectuais.

No livro *Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*, os autores Daron Acemoglu e James Robinson ressaltaram a desconfiança dos africanos nas suas instituições como fruto de uma longa história de instituições que solaparam os direitos humanos e de propriedade, que são fundamentais para a prosperidade de uma nação, pois “quem os tiver assegurados vai se dispor a investir e aumentar a produtividade” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 80).

Os autores supracitados argumentam que “os países fracassam quando adotam instituições econômicas extrativas, sustentadas por instituições políticas extrativas, que impedem e até bloqueiam o crescimento econômico” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 88). Já as instituições políticas inclusivas são

baseadas no pluralismo e produzem o império da lei, que deve ser aplicada de maneira igual a todo mundo. Assim, essas instituições políticas fomentam instituições econômicas que favorecem a formação do capital humano e a inovação técnica e tecnológica capazes de gerar a prosperidade.

No tema de invenções, inovações e assuntos correlatos, houve um embargo histórico a partir do jugo colonial para que o continente não desenvolvesse nada e ficasse “confinado à imitação, ao consumo das invenções de outrem” (KI-ZERBO, 2006, p. 87).

Na verdade, a Europa não promoveu as melhores dimensões de suas instituições aos contextos e interesses africanos, muito menos preservou projetos e elementos relevantes de Estado-Nação da África pré-colonial (BRATTON; WALLE, 1997).

No contexto político, o sistema eleitoral majoritário, imposto nas sociedades africanas etnicamente diversificadas, excluiu permanentemente etnias pequenas da participação política e não foi capaz de acomodar interesses e preferências da diversidade étnico-social (MURITHI, 1998). Prevaleceram, portanto, regimes políticos monopartidários e com alto grau de centralização e patrimonialismo, a ponto de se observar a “publicização do privado e privatização do público” e instauração de um ambiente intolerante às atividades da oposição política, da fiscalização e ao exercício da crítica (EMAGNA; MOUKO-A-BISCENE, 1995; ELAIGWU, 2010).

O processo de democratização nos países africanos não foi um desenvolvimento gradual em torno das dimensões competição e participação política, como se observou em outras partes do mundo, incluindo a Europa. Ao contrário, “sistemas políticos mudaram de pouca ou nenhuma competição e participação para uma completa competição e inclusão devido ao rápido processo de descolonização; ou mudaram de partido único para sistema multipartidário”, o que limitou a capacidade de vários partidos criarem uma base popular a tempo e garantir estruturas democráticas internamente (SALIH; NORDLUND, 2007, p. 104).

As instituições extrativas instaladas serviram para explorar os recursos naturais africanos, mas com propósitos externos em razão da condição econômica submetida à África e da estrutura setorial criada com baixo grau de processamento capaz de reverter recursos nacionais em melhores condições de vida para as populações africanas, que paradoxalmente vivem em condições de pobreza material em países abundantes em recursos minerais.

Os recursos minerais não são uma maldição aos países que os detêm. A “maldição” ou “bênção” é dependente da robustez das instituições políticas fiscalizadoras e redistributivas (BHATTACHARYYA; HODLER, 2010). Num estudo sobre esse assunto em Angola, o autor Inge Amundsen (2014, p. 173) conclui o seguinte: “a baixa qualidade das instituições redistributivas [Parlamento e Judiciário] é a principal razão para o fato de o petróleo se tornar uma maldição”.

As indústrias extrativas mal geridas podem criar conflitos violentos entre grupos que disputam controle de exploração, bem como provocam degradações ambientais e violações de direitos humanos. O caos instalado se torna uma cortina, por trás do qual se reorganizam os interesses a depender do poder dos principais atores em jogo. De imediato, quem sofre é a população, pois se cria um cenário nefasto ao exercício do Estado como garantidor da validade dos contratos. Esse caos também limita a participação da população em atividades geradoras de renda e no desenvolvimento de suas comunidades.

No livro *Coloniality of Power in Postcolonial Africa Myths of Decolonization*, Sabelo Ndlovu-Gatsheni (2013) afirma que a África não é livre em termos políticos porque o poder de determinar seu destino econômico, político e social está constrangido pelas forças da dinâmica global e ordem econômica desigual, desde o comércio de africanos escravizados até o estágio atual de globalização da informação.

Essa afirmação resume esta seção e abre espaço para a análise da dimensão internacional da corrupção africana, seu funcionamento e consequências aos países africanos. A dimensão internacional importa porque a “assistência financeira desempenha tanto papel positivo quanto negativo em relação a seus impactos na corrupção no nível do país” e também “os fluxos financeiros transfronteiriços podem ser determinantes causas de corrupção” (UNECA, 2016, p. 16).

A dimensão internacional da corrupção nos países africanos

Para entender a dimensão internacional da corrupção e seu impacto na governança africana, vale resumir a condição do continente africano. Apesar de ser um continente com inúmeras riquezas naturais, seus países são pobres, cujos governos necessitam da ajuda externa para o desenvolvimento e de investimentos privados para dinamizar a economia. Para se beneficiarem de certas ajudas, os países precisam cumprir uma série de condicionalidades econômicas e políticas.

De acordo com Keim e Somerville (2009, p. 84), países ocidentais estabeleceram seis tipos de ajudas a partir da década de 1960 com os países africanos: (i) *ajuda autoritária* no período pós-independência ao apoiarem líderes e governos autoritários com objetivo de perpetuarem seus interesses; (ii) *ajuda de mercado* a partir da década de 1980, caracterizada por recomendações econômicas e políticas que reduziram o papel do Estado em vários setores, transferindo os controles do crescimento econômico a atores privados, ressaltando que o combate à corrupção só seria resolvido pelo fortalecimento do Estado (bom Estado) e não pela sua diminuição; (iii) *ajuda de conversão*, as assistências ocidentais produziram novas formas de influência ocidental, especialmente

na área de educação, comércio e entretenimento; (iv) *ajuda como presente*, canalizada para determinados grupos sem se entender o papel de cada membro numa determinada comunidade africana – isso serve apenas para manter a agenda do país doador e não resolver as prioridades dos beneficiários dos recursos; (v) *ajuda participativa*, apesar de ela apresentar um componente positivo ao mobilizar entidades locais para participarem na alocação dos recursos externos, a real participação é dificultada pela complexidade técnica dos projetos e o trabalho é executado por agência de desenvolvimento de outros países; (vi) *ajuda militar*, por fim, que visa proteger interesses dos países ocidentais, especialmente com o advento do terrorismo transnacional.

A partir da década de 1990, as ajudas externas foram condicionadas a três elementos: competência (uso efetivo de recursos, ausência de corrupção), legitimidade e *accountability* (liberdade de expressão, pluralismo político, ampla participação no processo de desenvolvimento) e respeito por direitos humanos e estado democrático de direito.

O cumprimento mínimo dessas condições constitui condicionalidades: critérios impostos pelo doador ao beneficiário de ajuda. De maneira sumária, significa mudanças políticas em troca de algum tipo de financiamento externo (MOLENAERS *et al.*, 2015), cabendo ao país receptor o cumprimento dos critérios estipulados para receber recursos fundamentais e resolver seus problemas (MANNING; MALBROUGH, 2010).

Segundo essas condicionalidades, a ajuda deveria ser concedida aos países “bem governados”, capazes de implementar as políticas recomendadas pelas nações desenvolvidas e suas instituições, que consideravam a assistência instrumento promotor da democracia e do modelo de governo ocidental nas nações pobres.

Em termos práticos, o estudo de 305 casos de programas do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre 1979 e 1993,

encontrou fracasso³ na implementação de condicionalidades em 53% desses casos (WOODS, 2008, p. 1216).

Essas condicionalidades, na verdade, fizeram com que os governos africanos fossem mais *accountable* (prestador de contas) ao doador estrangeiro do que à sua própria população ao implementarem determinadas políticas sem que o país estivesse institucionalmente preparado ou que não fossem prioridades nacionais naquele momento. Além disso, os países africanos foram lançados numa eterna dívida com os doadores e suas instituições financeiras, comprometendo a aplicação de seus recursos domésticos para o desenvolvimento nacional.

No que diz respeito a investimento financeiro, as grandes empresas estrangeiras encontram alguns governos africanos limitados em termos técnicos e institucionais para negociar as condições de investimento. Nesses contextos, as empresas barganham para pagar pouco ou nenhum imposto e demandam condições especiais de atuação no país, atuando de maneira exclusiva durante décadas na exploração de recursos e distribuição ineficiente de diversos serviços essenciais à população.

A busca por ganhos econômicos imediatos faz com que os projetos não cumpram parâmetros suficientes de licitação nem estejam conciliados com as áreas estruturantes a ponto de transformar positivamente o ambiente econômico e social. Assim sendo, práticas corruptas envolvendo as corporações internacionais custam à África muito mais do que as praticadas pelas médias e pequenas empresas locais, que não têm capacidade de competir nos contratos mais lucrativos (UNECA, 2016).⁴

Essas corporações envolvem-se em várias atividades corruptas: obstrução das regras de competitividade, quebra de leis trabalhistas, manipulação de sistemas de preço, exploração de

³ Considerado como a não implementação pelo Estado de 20% ou mais das condições do programa (WOODS, 2008).

⁴ Alguns casos de práticas corruptas envolvendo empresas estrangeiras podem ser encontrados no Relatório IV da UNECA (2016, p. 66).

informações assimétricas, uso de estratégias ilegais para escapar de agências reguladoras e subornar oficiais de governos. Nesse sentido, corrupção é também uma estratégia para “capturar” a elite africana, que controla recursos políticos e econômicos necessários ao desenvolvimento do país (JENSEN; WANT-CHEKON, 2004; MÉDARD, 2007).

Em regimes políticos autocráticos africanos, os estágios de licenciamento do setor mineral, por exemplo, apresentam altos níveis de corrupção. Nesses estágios há falta de informações sobre os contratos e ocorre premiação injusta. Durante a operação há falta de fiscalização dos regulamentos do setor mineral, que abrange também a fase de produção e transporte. Na fase de processamento as lacunas são principalmente a manipulação de preço e as irregularidades nos certificados de importação (UNECA, 2016).

O suborno pode garantir pontualidade nas decisões a grupos fortes, quanto maior o suborno, maior a probabilidade de concluir o negócio (AHLIN; BOSE, 2007). Se o funcionário não receber a propina desejada, ele pode atrasar ou atrapalhar a execução de um projeto. Por outro lado, se há uma repetida demanda de funcionário público pelo suborno, as empresas podem optar por tecnologias ineficientes e baixos investimentos para a população, já que garantem a sobrevivência no mercado por outros mecanismos (HANOUSEK; KOCHANOVA, 2016).

Por isso, Jean-François Médard (2007, p. 22) caracteriza a corrupção na África de sistêmica e generalizada: “sistêmica, no sentido de que isso é uma regra mais do que uma exceção; generalizada, porque não é limitada a certos setores, e sim estendida a tal ponto que cobre todo o setor político, judiciário e administrativo”.

A corrupção enfraquece a credibilidade das instituições e não garante a validade dos contratos, bem como impacta no

crescimento sustentável das demais empresas, impedindo-as de obter licenças e permissões fundamentais para inovações e investimentos e, sobretudo, atrapalha o desenvolvimento do país pelo uso ineficiente do capital humano (UNECA, 2016).

Outro impacto relevante é na produção de informação e de dados confiáveis sobre o volume de dinheiro que entra e sai do continente africano. O relatório *Honest Accounts* conduzido por Mark Curtis e Tim Jones (2017) mostrou que em 2015, enquanto os países subsaarianos receberam US\$161,6 bilhões em formas de empréstimos, remessas pessoais e ajudas concessionais, US\$203 bilhões foram retirados da África, através de repatriação de lucros ao exterior das empresas instaladas no continente e movimentação ilegal de dinheiro para o exterior (CURTIS; JONES, 2017, p. 2).

O volume de saída aponta que o fluxo dos recursos globais se processa no sentido inverso: das nações pobres para as ricas e na maioria das vezes através de operações ilegais e corruptas, envolvendo grandes empresas. Conclusão semelhante apresentada no documento principal do *Painel de alto nível sobre fluxos financeiros ilícitos da África (High-Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa)*: “a África é inadvertidamente um credor líquido para o resto do mundo” (AU/ECA, 2015 *apud* AFRICAN UNION, 2019, p. 72).

Parte relevante de recursos do continente é controlada pelas corporações estrangeiras. O relatório *Honest Accounts* cita que 101 empresas (maioria inglesa) que negociam na Bolsa de Londres controlam US\$1,05 trilhão de recursos africanos em apenas cinco *commodities*: petróleo, ouro, carvão, diamantes e platina.

Quando se observa o valor monetário dessas riquezas, percebe-se que é possível catalisar recursos africanos para uma transformação socioeconômica e um desenvolvimento sustentável das nações africanas.

Nessa missão transformadora, as instituições desempenham um papel crucial. Elas informam aos cidadãos como os recursos estão sendo explorados e de que maneira estão sendo canalizados para a melhoria de suas condições de vida.

É possível um desenvolvimento africano baseado em recursos minerais, desde que os governos criem planos políticos e econômicos eficientes, garantam o funcionamento das instituições independentes, bem como promovam a participação popular nos projetos de interesse nacional.

Em 2013, a população de Rüşchlikon, uma tranquila e próspera cidade que fica nas cercanias de Zurique (Suíça), foi convocada a decidir se a receita advinda da redução de imposto, em função da injeção de dinheiro nos cofres da prefeitura pela empresa local, chamada de Glencore (gigante global exploradora de cobre e outros minérios), devesse ficar nessa cidade ou ir para a Zâmbia – um dos países onde a empresa atua, cuja economia depende fortemente da recolha de impostos.⁵

A resposta vencedora foi a favor de baixar o imposto, mas manter o dinheiro em Rüşchlikon para que a população continuasse a usufruir da alta qualidade de vida. Enquanto isso, a Zâmbia continuaria explorada, e suas populações pobres, desprovidas de serviços básicos e sem informações de como o governo está negociando seus recursos minerais.

Em se tratando da era de informação e de ativismo digital em um continente jovem, uma das ferramentas anticorrupção pode ser a combinação desses três elementos para melhorar a governança em vários aspectos. A última seção deste capítulo visa, portanto, apresentar algumas iniciativas africanas de combate à corrupção em diversos níveis, as medidas e recomendações políticas das organizações para reforço da governança africana.

⁵ Mais informações no documentário *África roubada – por que pobreza?* (2012).

Desafios da governança africana: iniciativas e recomendações

O economista guineense Carlos Lopes afirmou durante um colóquio internacional: “Mais do que democratizar África precisamos de africanizar a democracia.” (LOPES *apud* GOMES, 2019). No que pese a adequação dessa afirmação ao nosso tema, vale considerar que, historicamente, os relatórios sobre corrupção são elaborados por instituições sediadas nos países desenvolvidos.

Atualmente no continente africano destacam-se relatórios de outras instituições sobre o tema de corrupção e outros. Nomeadamente o da Comissão Econômica para África, do Banco Africano de Desenvolvimento e do Índice Ibrahim de Governança Africana.

A ideia é a de “africanizar” os instrumentos e o design de mensuração da corrupção. Ou seja, ajustá-los aos contextos locais. Uma das vantagens desses relatórios é o diálogo estabelecido com os trabalhos da União Africana e das Comunidades Econômicas Regionais, contribuindo para a harmonização das políticas, por isso seus índices são bem recebidos pelos governos e sociedade civil, permitindo que o tema de governança ocupe um lugar relevante na agenda de líderes políticos e programas de pesquisas acadêmicas.

A exposição das práticas e dos casos de corrupção nos países africanos é devida à democratização e liberdade de imprensa, aos trabalhos que as democracias africanas têm conduzido para o respeito aos direitos políticos, ao envolvimento da sociedade civil organizada e aos esforços das instituições regionais e de nível continental.

A União Africana definiu um conjunto de valores partilhados entre seus membros, que engloba democracia, boa governança,

direitos humanos, paz e segurança, desenvolvimento e integração continental. Em 2003, foi implementado o Mecanismo Africano de Revisão de Pares (African Peer Review Mechanism – APRM), um instrumento que visa melhorar a governança democrática, corporativa, política e econômica em todos os países membros.

A Agenda 2063 da União Africana aspira chegar em 2063 com uma África bem governada, onde se respeitam a democracia, os direitos humanos, a justiça e o estado de direito. E a expectativa de o continente se transformar num espaço onde as instituições atenderão ao povo, e os cidadãos participarão no desenvolvimento social econômico e político.

O ano de 2018 foi escolhido como o ano de combate à corrupção no continente, reservando a data 11 de julho como o dia anticorrupção. Na primeira comemoração do dia, para fortalecer a prática da cultura de boa governança e de respeito ao estado de direito, foi lançada a Convenção da União Africana à Prevenção e ao Combate da Corrupção, que é um guia para os governos implementarem medidas e políticas anticorrupção no âmbito regional e nacional.

Para reforçar a transparência e prestação de contas dos recursos naturais, países africanos adotaram a Declaração sobre Questões Fundiárias e Desafios na África (Declaration on Land Issues and Challenges in Africa), sendo conscientes da necessidade de fortalecer o sistema de governança das terras, a partir dos princípios de sustentabilidade, preservação e proteção, bem como o acesso equitativo à terra e seus recursos relacionados entre os usuários, incluindo os grupos vulneráveis, deslocados e, sobretudo, as mulheres.

Em 2009 foi criado o documento *Visão da mineração na África (Africa Mining Vision)*, contendo um plano para a exploração sustentável e transparente dos recursos minerais, com vista ao crescimento sustentável e desenvolvimento socioeconômico dos países.

Vale destacar outras iniciativas de governança sobre recursos naturais aderidas pelas nações africanas, especialmente a Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extrativas (Extractive Industries Transparency Initiative – EITI), que monitora e avalia os progressos dos países para melhorar o gerenciamento de seus recursos. A avaliação é feita por governos, companhias e sociedades civis, e as informações são introduzidas anualmente e disponibilizadas à população para gerar debates e recomendações sobre o setor avaliado.

São quatro graus de progressos avaliados: satisfatório, significativo, inadequado e sem progresso. Vários países africanos registraram progressos significativos na implementação do Padrão EITI, o que significa que aspectos relevantes de cada pedido têm sido implementados e objetivos gerais estão sendo cumpridos.

Outra iniciativa é Publica o Que Você Paga (Publish What You Pay – PWYP) – uma rede de apresentação aberta e responsável dos dados sobre a indústria extrativa em vários países, sendo que a maior parte dos membros é africana (26). O objetivo é assegurar que os lucros provenientes de recursos petrolíferos, gás e mineração sejam direcionados ao desenvolvimento nacional. Uma das áreas de atuação é a anticorrupção, pela “justiça tributária” monitora-se se as receitas pagas pelas empresas aos governos são usadas para impulsionar o desenvolvimento.

A sociedade civil, principalmente os jovens africanos têm aproveitado as potencialidades das novas tecnologias para uma atuação política no tema. Na Nigéria, jovens criaram uma empresa de tecnologia *BudgIT* que simplifica o orçamento e os dados públicos, tornando-os acessíveis ao público e incentivando a governança participativa. Os dados apresentados nos infográficos geram nos cidadãos um impacto visual sobre a alocação de recursos públicos nas diversas áreas, instigando neles a tomada de consciência; além disso, são disponibilizadas ferramentas para os usuários acompanharem projetos nas suas comunidades.

Outra plataforma que incentiva o empoderamento das comunidades por meio das novas tecnologias é Seguir o Dinheiro (Follow The Money), criada pela organização não governamental Connected Development, que começou na Nigéria e realiza atividades similares em Gâmbia e Quênia. A plataforma estabelece diálogo entre cidadãos e governos para que possam eleger representantes políticos comprometidos com as propostas locais.

Por fim, pode-se citar o *software* Ushahidi, que mapeia e visualiza informações de desastres em tempo real, mas também tem sido utilizado no monitoramento de eleição, de ativismo social e de prestação da conta pública no Quênia.

A edição do relatório da UNECA sobre a governança africana recomenda que é preciso combater a corrupção nas relações das grandes multinacionais com os países africanos, mas também nas empresas nacionais com a cobrança justa e transparente dos impostos e de outras taxas incidentes sobre as explorações dos recursos minerais e monitorar altos burocratas de modo que iniba a maximização ilegal de ganhos pessoais. O relatório ainda recomenda aos Estados africanos definirem com mais eficácia seus processos de criação de instituições, englobando-os num discurso nacional sobre boa governança. Nesse sentido, devem ser melhorados os centros de excelência regionais para garantir habilidades na prestação, auditoria e orçamento descentralizado.

O relatório *Honest Accounts* aponta nove medidas que permitem a reversão dos fluxos de recursos africanos: (i) promover políticas econômicas que genuinamente levem ao desenvolvimento equitativo; (ii) reconfigurar “ajuda” como reparação; (iii) transformar a ajuda em um processo que genuinamente beneficie a África; (iv) barrar as empresas multinacionais com subsidiárias em paraísos fiscais de operarem na África; (v) possibilitar empréstimos transparentes e responsáveis; (vi) governos africanos devem parar de depositar muita fé no setor extrativista ou assegurar que se pague uma parte justa do imposto; (vii) governos

fora da África devem prover compensação para cobrir os custos de mudança climática, assim como adotar medidas para reduzir a dependência de combustível fóssil; (viii) governos africanos devem insistir nas companhias que promovem políticas de conteúdo local; e (ix) a mídia e a comunidade das ONGs devem mudar do argumento de que os países ocidentais estão exercendo um papel positivo ou de liderança no desenvolvimento internacional (CURTIS; JONES, 2017).

Considerações finais

Este capítulo propôs analisar a corrupção nos países africanos a partir de dois movimentos analíticos. Primeiro, buscou-se enquadrar o fenômeno enquanto uma questão de governança no desafio de se criarem instituições robustas, capazes de regular, fiscalizar e distribuir diversos recursos e serviços para as populações de maneira independente. Segundo, compreendeu-se que os fatores domésticos africanos são insuficientes para explicar o estado da corrupção nesses países, por isso foi adicionado o nível internacional a fim de examinar a interferência de atores estrangeiros (Estados e setor privado) na governança dos países africanos.

A corrupção no continente apresenta uma dimensão internacional significativa, de modo que o enfrentamento passa também pelo nível sistêmico, por uma arquitetura de governança regional e global anticorrupção e pela coordenação entre países. No âmbito doméstico, os Estados africanos precisam fortalecer instituições para garantir transformações estruturais e implementar medidas eficientes anticorrupção.

Uma das iniciativas apresentadas neste capítulo inclui a participação da população nos processos de tomada de decisão dos planos de desenvolvimento, tendo acesso às informações de maneira transparente. Outras iniciativas combinam as novas

tecnologias com o ativismo jovem através de várias plataformas para um gerenciamento e governança digital, acessível e transparente.

Os relatórios examinados enquadram a corrupção como um problema social, intrinsecamente relacionada à governança, e recomendam a construção de instituições robustas para responder aos seus desafios, cujos fatores determinantes e consequências incluem os níveis doméstico, regional e internacional.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. New York: Crown Publishing Group, 2012.

AFIGBO, A. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In: BOAHEN, A. A. (ed.). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 19, p. 567-590.

ÁFRICA roubada – por que pobreza? Direção: Christoffer Guldbrandsen. Denmark: Guldbrandsen Film, 2012. Documentário. Color. 58 min. Título original: *Stealing Africa – Why Poverty?* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XubrBe5w06o&t=282s>. Acesso em: 30 maio 2020.

AFRICAN UNION. *Africa Mining Vision*. [s. L.]: African Union, 2009a. Disponível em: http://www.africaminingvision.org/amv_resources/AMV/Africa_Mining_Vision_English.pdf. Acesso em: 30 maio 2020.

AFRICAN UNION. *Declaration on Land Issues and Challenges in Africa*. Sirte, Líbia: AU, 2009b.

AFRICAN UNION. *The Africa Governance Report: Promoting African Union Shared Values*. Adis Abeba, Etiópia: APRM/AGA, 2019.

AHLIN, C.; BOSE, P. Bribery, Inefficiency, and Bureaucratic Delay. *Journal of Development Economics*, v. 84, n. 1, p. 465-486, 2007.

AMIN, S. Underdevelopment and Dependence in Black Africa. *The Journal of Modern African Studies*, v. 10, n. 4, p. 503-524, 1972.

AMUNDSEN, I. Drowning in Oil: Angola's Institutions and the "Resource Curse". *Comparative Politics*, v. 46, n. 2, p. 169-189, 2014.

BHATTACHARYYA, S.; HODLER, R. Natural Resources, Democracy and Corruption. *European Economic Review*, v. 54, n. 4, p. 608-621, 2010.

BRATTON, M.; WALLE, N. *Democratic Experiments in Africa Regime Transitions in Comparative Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

CODE – Connected Development. Follow The Money – FTM. [Site oficial]. CODE, 2019. Disponível em: <https://www.connecteddevelopment.org/follow-the-money/>. Acesso em: 20 maio 2020.

CURTIS, M.; JONES, T. *Honest Accounts 2017: How the World Profits from Africa's Wealth*. 6 June 2017. Disponível em: <http://www.cadtm.org/Honest-Accounts-2017-How-the-world>. Acesso em: 9 maio 2020.

DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período recortado. In: OGOT, B. A. (ed.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 2, p. 27-54.

EITI – Extractive Industries Transparency Initiative. *The EITI Standard*. [200-]. Disponível em: <https://eiti.org/standard/overview>. Acesso em: 30 maio 2020.

ELAIGWU, J. I. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, A.; WONDJI, C. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 15, p. 519-564.

EMAGNA, M.; MOUKO-A-BISCENE, M. J. “Redécouverte du privé” et “État introuvable” en Afrique. In: CHEVALLIER, J. et al. *Public/privé*. Paris: PUF, 1995.

GARDINER, J. A. Defining Corruption. In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M. (ed.). *Political Corruption: Concepts and Contexts*. 3rd ed. New Brunswick, Canadá: Transaction Publishers, 2007. p. 25-40.

GOMES, M. Mais do que democratizar África precisamos de africanizar a democracia. *Jornal de Angola*, 5 dez. 2019. Disponível em: <http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/mais-do-que-democratizar-africa-precisamos-de-africanizar-a-democracia>. Acesso em: 30 maio 2020.

HANOUSEK, J.; KOCHANOVA, A. Bribery Environments and Firm Performance: Evidence from CEE Countries. *European Journal of Political Economy*, v. 43, p. 14-28, 2016.

JENSEN, N.; WANTCHEKON, L. Resource Wealth and Political Regimes in Africa. *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 7, p. 816-841, 2004.

KEIM, C.; SOMERVILLE, C. *Mistaking Africa: Curiosities and Inventions of the American Mind*. New York: Westview Press, 2017.

KI-ZERBO, J. *Para quando a África?* Entrevista com René Hollenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LOPES, C. Foreword. In: UNECA – United Nations Economic Commission for Africa. *Measuring Corruption in Africa: The International Dimension Matters – African Governance Report IV*. Adis Abeba, Etiópia: UNECA, 2016.

MANNING, C.; MALBROUGH, M. Bilateral Donors and Aid Conditionality in Post-Conflict Peacebuilding: The Case of Mozambique. *Journal of Modern African Studies*, 48, n. 1, p. 143-169, 2010.

MÉDARD, J.-F. Corruption in the Neo-Patrimonial States of Sub-Saharan Africa. In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M. (ed.). *Political Corruption: Concepts and Contexts*. 3rd ed. New Brunswick, Canadá: Transaction Publishers, 2007. p. 379-402.

MOLENAERS, N. *et al.* Political Conditionality and Foreign Aid. *World Development*, v. 75, p. 2-12, 2015.

MONTINOLA, G. R. When Does Aid Conditionality Work? *Studies in Comparative International Development*, v. 45, n. 3, p. 358-382, 2010.

MOSSE, D.; LEWIS, D. (ed.). *The Aid Effect: Giving and Governing in International Development*. London: Pluto Press, 2005.

MURITHI, T. Electoral Systems and the Management of Ethnic Conflict in Africa. In: DOBSON, A.; STANYER, J. (ed.). *Contemporary Political Studies*. Nottingham, Inglaterra: Political Studies Association, 1998.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. *Coloniality of Power in Postcolonial Africa Myths of Decolonization*. Dacar, Senegal: Codesria, 2013.

PWYP – Publish What You Pay. [Site oficial]. [200-]. Disponível em: <https://www.pwyp.org/>. Acesso em: 30 maio 2020.

SALIH, M.; NORDLUND, M. A. *Political Parties in Africa: Challenges for Sustained Multiparty Democracy*. Estocolmo, Suécia: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2007.

SINDZINGRE, A. A Comparative Analysis of African and East Asian Corruption. In: HEIDENHEIMER, A. J.; JOHNSTON, M. (ed.). *Political Corruption: Concepts and Contexts*. 3rd ed. New Brunswick, Canadá: Transaction Publishers, 2007. p. 441-462.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. *What Is Corruption?* [Site oficial]. 2020. Disponível em: <https://www.transparency.org/en/what-is-corruption#>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNECA – United Nations Economic Commission for Africa. *Measuring Corruption in Africa: The International Dimension Matters – African Governance Report IV*. Adis Abeba, Etiópia: UNECA, 2016.

WOODS, N. Whose Aid? Whose Influence? China, Emerging Donors and the Silent Revolution in Development Assistance. *International Affairs*, v. 84, n. 6, p. 1205-1221, 2008.

8. TUNÍSIA DESDE 2011:

o longo e complexo caminho
rumo a uma sociedade
pluralista e democrática

Amine Ait-Chaalal

A Tunísia contemporânea constitui um “laboratório” de evoluções e aventuras, revoltas e mutações, transformações e bloqueios, fracassos e sucessos nos países árabes desde o ano de 2011. O país, a partir de então, enfrentou um amplo movimento de demandas políticas, econômicas, sociais e culturais. A Tunísia é o país que iniciou este vasto movimento de profundas revoltas na esfera regional árabe e também experienciou os desenvolvimentos mais significativos. Desde então, elegeu três presidentes por meios democráticos a partir da derrubada do regime de Zine El Abidine Ben Ali, em 14 de janeiro de 2011 (no poder por mais de 23 anos, assumido em novembro de 1987). É, também, o país que vivenciou, não sem certa dificuldade, uma sucessão de governos resultantes de eleições legislativas pluralistas.

A Tunísia, portanto, tem múltiplas características que a tornam um estudo de caso particularmente relevante das mudanças da última década entre os países árabes. Além disso, apesar das dificuldades e obstáculos encontrados, sem dúvida, possui

as características mais bem-sucedidas em relação ao progresso político alcançado, se comparada ao restante dos países árabes, o que a torna específica no contexto atual.

Algumas informações básicas e o fim de um regime político

Para entender a situação da Tunísia, é útil fornecer alguns dados que permitam uma melhor compreensão do seu contexto. Localizada no Norte da África, região do Magrebe, às margens do Mediterrâneo, tem fronteira com a Argélia a oeste, e com a Líbia a leste. Sua área é de 163.600 km² e sua população contém cerca de 11,5 milhões de habitantes.

Independente desde 20 de março de 1956, libertou-se da tutela colonial da França, cujo protetorado teve início em 1881 (Tratado de Bardo). A partir daí, estabeleceu-se o poder monárquico sob o comando dos Bey de Tunes, sendo o primeiro-ministro Habib Bourguiba – líder da independência e da luta anticolonial à frente do partido Neo-Destour. Progressivamente chamado de “Combatente Supremo”, Bourguiba proclamou a República em 25 de julho de 1957 e se tornou seu presidente. Ele, que estudou tanto na Tunísia quanto na França (sendo advogado de formação), é o fundador da Tunísia contemporânea, seu modernizador e aquele que propiciou muitos traços sociais que a estruturaram: código familiar progressista, estatuto da mulher, abolição da poligamia, introdução do divórcio e planejamento familiar. Depois de uma experiência socialista na década de 1960 (o Neo-Destour foi renomeado como Partido Socialista Desturiano), Habib Bourguiba levou a Tunísia a uma opção de economia de mercado mais capitalista, aproximando rapidamente o país ao modelo ocidental (CAMAU; GEISSER, 2004). No plano simbólico, também foi o primeiro chefe de Estado a ser recebido, em maio de 1961, em uma visita de Estado à Casa Branca pelo recém-eleito presidente

John F. Kennedy. Bourguiba também assumiu posições moderadas, proativas e pragmáticas no contexto do Oriente Médio e recebeu a liderança política palestina em 1982, quando teve que deixar Beirute sob bombas israelenses, no verão daquele mesmo ano (BESSIS, 2019).

Habib Bourguiba exerceu poder, em fases alternadas de abertura e autoritarismo, por mais de 30 anos, até 7 de novembro de 1987, data em que, muito enfraquecido pela idade e pela doença, foi derrubado constitucionalmente pelo seu primeiro-ministro, nomeado um mês antes, Zine El Abidine Ben Ali. Este último, depois de uma breve fase que se mostrou, ao menos aparentemente, aberta a mais pluralismo, caminhou para um regime cada vez mais autocrático e repressivo. As oposições de todos os tipos foram abafadas, a mídia esteve a serviço exclusivo do poder, a liberdade de expressão foi aniquilada, as eleições foram meras formalidades falsas, os métodos de repressão particularmente brutais e generalizados, a economia e o comércio monopolizados de maneira predatória pela família presidencial e pela de sua esposa (CAMAU; GEISSER, 2003; HIBOU, 2006). No entanto, no final de 2010, após mais de 23 anos de pleno poder, poucas pessoas acreditavam que o regime de Ben Ali estava em posição de ser ameaçado ou mesmo desestabilizado.

Movimentos de protesto social ocorreram em anos anteriores em certas regiões desfavorecidas do país (principalmente nas regiões de Gafsa e Redeyef), mas foram reprimidos, e o regime parecia controlar e cruzar o país. Contudo, como tantas vezes ocorre nessas situações, uma mobilização começa imprevisível e inesperadamente. Foi o que aconteceu na Tunísia em 17 de dezembro de 2010. Naquele dia, em Sidi Bouzid, uma cidade de tamanho médio no centro da Tunísia, longe das grandes cidades e dos hotéis do litoral que recebem milhões de turistas todos os anos, um jovem vendedor de frutas e legumes tentava, da melhor maneira possível, alimentar sua família por meio deste pequeno

negócio não autorizado oficialmente. O jovem Mohamed Bouazizi decidiu incendiar-se para protestar contra o assédio da polícia municipal e a arbitrariedade da qual era regularmente vítima.

Sem saber, sem querer, Mohamed Bouazizi acabou lançando um movimento cujas ondas de choque e efeitos se espalharam primeiro por toda a Tunísia e, depois, pela grande maioria dos países árabes. O movimento foi se espalhando gradualmente para maior parte do país, incluindo a capital Túnis. Em 4 de janeiro de 2011 Mohamed Bouazizi morreu devido às queimaduras, o que reforçou a determinação e a revolta nas manifestações populares. O protesto, fruto de anos de repressão e brutalidade, afetou toda a população, todas as classes sociais. A brutal repressão do regime não conseguiu deter a força do movimento popular, pelo contrário.

As reações internacionais permaneceram, a princípio, cautelosas, em particular nas partes europeia e francesa. A ministra das Relações Exteriores da França, Michèle Alliot-Marie, fez observações surpreendentes de quase apoio ao regime tunisiano perante a Assembleia Nacional da França, em 12 de janeiro de 2011. No entanto, as autoridades norte-americanas, notadamente o presidente Barack Obama e a secretária de Estado Hillary Clinton, adotaram, desde o início de janeiro de 2011, posições mais definidas em relação à necessária democratização do regime (AIT-CHAALAL, 2014).

Por sua parte, na tentativa de salvar seu regime que estava começando a entrar em colapso, Ben Ali fez vários discursos, incapazes, porém, de apaziguar a raiva do povo tunisiano. O último discurso, proferido na noite de 13 de janeiro de 2011, revelou um indivíduo angustiado, perturbado e desnorteado. A população entendeu e sentiu que o regime provavelmente estava colapsando. Em 14 de janeiro, houve manifestações em larga escala na artéria principal de Túnis, a avenida Habib Bourguiba, e, em particular, em frente a um prédio cuja história triste simboliza a

repressão e a arbitrariedade do regime: o Ministério do Interior, onde muitos oponentes foram presos e torturados. O regime parecia estar terminando, sem apoios internos nem externos. Para espanto geral, no final da tarde daquela sexta-feira, 14 de janeiro de 2011, a população tunisiana descobriu a fuga de Ben Ali, bem como de parte de sua família e sogros, em um avião que os levava para a Arábia Saudita.

Um novo capítulo na história da Tunísia foi sendo aberto, e também na dos países árabes. Mas, na época, pouquíssimas pessoas puderam medir a dimensão e a gravidade da situação. No caso da Tunísia, esse é o começo de uma estrada longa e complexa que ainda não foi concluída. Esses nove anos de evolução política foram densos de aventuras e eventos (ENCYCLOPAEDIA UNIVERSALIS, 2020). Nosso objetivo aqui é apresentar alguns dos principais acontecimentos, a fim de dar uma visão geral do progresso e das dificuldades que a Tunísia experimentou desde o início de seu processo de democratização, sem qualquer intuito de esgotar o tema ou de cobrir todos os desdobramentos desses nove anos tão densos de grandes eventos.

Uma primeira fase de transição

Depois que Ben Ali e sua família fugiram, o regime dominante teve que enfrentar uma situação completamente imprevisível: o principal protagonista do regime deixou o país e suas responsabilidades. As circunstâncias exatas de sua fuga permanecem até hoje bastante complexas para serem definidas com certeza, assim como não está claro se o líder pretendia sair com sua família no intuito de retornar a Túnis em um curto prazo. Apesar dessas especulações, o ponto mais importante é que a Presidência da República estava vaga no final da sexta-feira de 14 de janeiro de 2011. Após certa hesitação na aplicação do texto constitucional (artigos 56 e 57), em 15 de janeiro, o presidente da Câmara dos

Deputados, Fouad Mbazaa, tornou-se presidente da República. O primeiro-ministro Mohamed Ghanouchi (que ocupava o cargo há mais de 11 anos) anunciou a composição de um novo governo alguns dias depois, em uma atmosfera muito tensa em todo o país e, especialmente, em Túnis. O governo foi então gradualmente renovado com a saída de membros do ex-partido presidencial, o Reagrupamento Constitucional Democrático (RCD), o qual foi suspenso a partir do início de fevereiro daquele ano.

Mas essas medidas são, em grande parte, insuficientes para satisfazer as demandas da população, o que resulta em inúmeras manifestações, em particular em Túnis. Logo fica claro que a posição de Mohamed Ghanouchi é insustentável. Daí a decisão do presidente Mbazaa de apelar em 27 de fevereiro a Béji Caïd Essebsi, militante nacionalista do Neo-Destour na época da colonização, ex-ministro do presidente Bourguiba (ex-ministro do Interior, da Defesa e das Relações Exteriores), advogado de formação, que por vezes manteve disputas políticas com o presidente Bourguiba sobre a democratização do regime, ao qual fazia críticas, implicando certas rupturas do poder. Além disso, teve pouca ligação com Ben Ali, em cujo governo foi brevemente presidente da Câmara dos Deputados, logo no início do mandato, antes de se distanciar muito claramente para retomar sua profissão como advogado.

Uma primeira ruptura política clara é, portanto, marcada pela chegada de um político experiente, cuja maior parte da jornada política foi realizada com o presidente Bourguiba e cujo desejo de democratizar o funcionamento político e institucional do país, expresso por ele ainda no governo de Bourguiba, era amplamente conhecido e reconhecido. Além disso, sua experiência política e sua idade (84 anos em 2011) davam garantias quanto ao seu desejo real de avançar em direção a uma nova dinâmica que provavelmente responderia, pelo menos em parte, às aspirações da população tunisiana (KEFI, 2011; KHADER, 2011).

No processo de abertura política, o partido islamita Ennahda, até então proibido, foi autorizado em 1º de março de 2011, o que lhe permitiu ressurgir no cenário político e se reconstituir visivelmente. Em 7 de março, o primeiro-ministro Béji Caïd Essebsi formou um gabinete ministerial não político para gerenciar a transição política, incluindo a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Dois dias depois, o RCD, o ex-partido presidencial, foi dissolvido. O campo político e partidário da Tunísia iniciou, assim, seu processo de recomposição. Os oponentes, até então exilados, retornaram à Tunísia, incluindo Rached Ghannouchi (que não é parente do ex-primeiro-ministro Mohamed Ghannouchi), líder do partido Ennahda, bem como o ativista de direitos humanos Moncef Marzouki.

As eleições para os constituintes foram agendadas para 23 de outubro de 2011 (IREMAM, 2012). A vontade era de avançar rapidamente para o estabelecimento de uma nova Constituição e novas instituições, na tentativa de atender às aspirações do povo. O governo enfrentou muitos desafios durante esse período de transição, quando as demandas eram numerosas. Vários partidos foram surgindo no cenário político. No entanto, muitos notaram que, por causa do seu tempo de experiência, e apesar de ter sido forçado à clandestinidade, o partido Ennahda era o que tinha a maior experiência em políticas justas, bem como a mais extensa rede de ativistas em condições de fazer campanha. Isto foi significativo durante as eleições.

Uma Assembleia Constituinte, um novo presidente

Em um clima de fervor e entusiasmo popular, as eleições foram realizadas dentro do cronograma. Os resultados foram claros: de um total de 217 cadeiras a serem alocadas, o partido Ennahda obteve 37,04% dos votos e 89 cadeiras. Foi seguido

pelo Congresso para a República (CPR), de Moncef Marzouki, que reuniu 8,71% dos votos e 29 cadeiras; pela Petição Popular, de Hachemi Hamdi, com 6,74% dos votos e 26 cadeiras; e pelo Attakatol, de Mustapha Ben Jaafar, com 7,03% dos votos e 20 cadeiras. Outros partidos assumiram as cadeiras restantes. Em sua primeira plenária, a nova Assembleia Constituinte elegeu seu presidente, Mustapha Ben Jaafar, líder do Attakatol. Uma coalizão política entre Ennahda, CPR e Attakatol foi formada, o que permitiu a designação de Moncef Marzouki como presidente da República pela Assembleia em 12 de dezembro de 2011. Marzouki designou Hamadi Jebali, secretário geral do partido Ennahda, como chefe de Governo, o qual apresentou sua equipe em 22 de dezembro. Embora fosse uma combinação dos três componentes da nova coalizão, esse primeiro governo foi dominado pelo partido Ennahda. A Tunísia entrou em uma nova fase de sua história política, com esperança para alguns, com preocupação para outros, com perplexidade para outros ainda.

Esse novo governo, com indivíduos que muitas vezes nunca exerceram funções executivas, foi rapidamente confrontado com as dificuldades de gerenciar o poder e também com uma situação econômica degradada, em particular uma queda significativa nos recursos do turismo e a relutância de investidores externos. Além disso, a grave crise política e de segurança na vizinha Líbia (o que levou à queda do regime de Kadafi) causou o êxodo de várias centenas de milhares de cidadãos líbios em direção ao solo tunisiano. Apesar da limitada assistência internacional, o povo tunisiano mostrou uma ampla manifestação de solidariedade e generosidade para ajudar refugiados da Líbia.

Essa falta de preparação para a governança e esse clima socioeconômico degradado, combinados à situação desestabilizadora da vizinha Líbia, contribuíram para exacerbar as tensões políticas. Além disso, o governo, em particular o partido Ennahda, era suspeito por alguns de seus oponentes de ser

complacente, mesmo que implicitamente, em relação a grupos islamitas radicais.

Na frente política, o ex-primeiro-ministro de transição Béji Caïd Essebsi lançou a criação de um novo partido político, Nidaa Tounes (“Apelo pela Tunísia”), que foi oficialmente reconhecido em julho de 2012. Um dos seus eixos era constituir uma alternativa ao partido Ennahda e preparar-se adequadamente para futuros períodos eleitorais (IREMAM, 2013). Durante 2012, a reconstrução do cenário político parecia continuar metodicamente, apesar do estresse e das tensões, da deterioração da situação econômica e do aumento do descontentamento. No entanto, o ano de 2013 trouxe desenvolvimentos significativos, que contribuíram para avançar em questões relativas à sustentabilidade, à estabilidade e ao processo de transição democrática, favorecendo tanto o cenário interno quanto externo da Tunísia (MOKHEFI, 2012).

Desenvolvimentos políticos violentos, suas consequências e a saída da crise

Em 6 de fevereiro de 2013, um deputado de esquerda, Chokri Belaïd, que se opôs à coalizão governista, foi assassinado fora de sua casa, o que provocou indignação em todo o país, culminando em protestos generalizados. No mesmo dia, o chefe de Governo Hamadi Jebali anunciou sua renúncia para a formação de um governo novo e mais aberto. Surpreendentemente, essa decisão foi rejeitada por seu partido, que destacou as falhas no Ennahda sobre a estratégia política a ser adotada (GOBE; CHOUIKHA, 2013). Essas turbulências políticas levaram Hamadi Jebali a se retirar. O presidente da República Marzouki nomeou, assim, um novo chefe de Governo, o então ministro do Interior, Ali Larayedh, também do partido Ennahda, que formou na ocasião um novo governo. Mas a situação continuava se deteriorando

politicamente com o assassinato de outro membro da oposição, Mohamed Brahmi, em 25 de julho. Novas manifestações eclodiram exigindo a renúncia do governo. Além disso, no final de julho, 13 soldados morreram durante um confronto com um grupo jihadista em uma área montanhosa perto de Kasserine e da fronteira com a Argélia, em Mont Chaambi.

Por iniciativa do Quarteto de Diálogo Nacional, composto pela União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), a União Tunisiana da Indústria, Comércio e Artesanato (UTICA), a Ordem dos Advogados da Tunísia e a Liga Tunisiana dos Direitos Humanos, vários partidos políticos, incluindo Ennahda, assinaram um texto em 5 de outubro de 2013, que entraria em vigor a partir de 25 de outubro, com o objetivo de abrir um diálogo nacional, com o objetivo de emergir da crise política. Essa iniciativa visava reviver o debate político em um clima mais pacífico e sereno e reunir protagonistas que tiveram dificuldade em se conceber além de adversários ou rivais (ZARTMAN, 2015). Esse diálogo nacional complexo e delicado culminou na nomeação do ex-ministro da Indústria Mehdi Jomaa (sem partido político) como o novo chefe de Governo, em 14 de dezembro de 2013 (IREMAM, 2014).

Essa nova situação afetou o partido Ennahda, que reconheceu que não podia mais reivindicar o cargo de chefe de Governo ou mesmo uma grande parte do exercício do poder executivo. Além da conjuntura interna da Tunísia, em que o partido Ennahda parecia estar perdendo impulso e despertando, por um lado, a forte decepção de alguns de seus apoiadores e, por outro, reforçando a desconfiança de seus oponentes, o contexto internacional também influenciou esses desdobramentos. A situação egípcia em que o presidente islamita Mohamed Morsi foi demitido pelo Exército em julho de 2013 após um ano no poder foi, segundo muitos estudiosos, um fator que causou grande preocupação dentro do partido Ennahda, levando-o a ser mais flexível e mais

complacente em comparação a seus oponentes. Vale enfatizar que o papel, a influência e a ação do Exército tunisiano na arena política são muito diferentes do contexto egípcio (e de muitos outros países árabes, a propósito). Essa situação é um dos muitos legados do período do presidente Bourguiba, que cuidava de limitar o Exército ao seu papel estritamente militar e real.

Em 9 de janeiro de 2014, o novo chefe de Governo Mehdi Jomaa toma posse. E, em 26 de janeiro, a nova Constituição era amplamente aprovada pela Assembleia Constituinte, sendo confiada ao novo governo em 29 de janeiro de 2014 (KEFI, 2014). A Tunísia acabava de dar um novo passo em seu processo de transição política, com a saída pacífica do chefe de Governo (do partido Ennahda) e com a adoção de um novo texto constitucional resultante de um amplo debate, resultado de um amplo consenso político. Essa Constituição é modernista em seu espírito tanto em relação ao papel da religião, das liberdades públicas, quanto dos direitos das mulheres. Estabeleceu um regime de compromisso entre um sistema presidencialista e um parlamentarista, com um complexo equilíbrio de poderes entre o presidente da República e o chefe de Governo. Teria de resistir ao teste do tempo para mostrar sua eficácia, flexibilidade e solidez.

Dito isto, apesar das dificuldades, dos tormentos e dos atos de violência extremamente graves que afetaram os líderes políticos, a Tunísia e seus líderes, estimulados pela sociedade civil e seus órgãos intermediários que iniciaram o processo de diálogo nacional, conseguiram libertar o país de uma situação que parecia particularmente preocupante e perturbadora. Essas conquistas, acumuladas ao longo do tempo, constituem recursos importantes para a continuidade do processo democrático, apesar das decepções e dificuldades. O final de 2014 foi uma demonstração dessa grande maturidade política e cívica com as eleições legislativas de outubro e as eleições presidenciais de novembro a dezembro (IREMAM, 2015).

Novas eleições, um novo presidente, dois chefes de Governo, novos tormentos

Nas eleições legislativas de 26 de outubro de 2014, o panorama político foi claramente reconfigurado. De um total de 217 cadeiras, o partido Nidaa Tounes, de Béji Caïd Essebsi, que estava em clara posição de oposição às teses e políticas do partido Ennahda, obteve uma boa margem de vitória, com 37,5% e 86 cadeiras. Já o partido Ennahda conquistou 27,8% dos votos e 69 cadeiras, números significativamente baixos se comparados a outubro de 2011. Foram seguidos pela União Patriótica de Slim Riahi, com 4,02% dos votos e 16 cadeiras, e pela Frente Popular de Hamma Hammami, com 3,02% dos votos e 15 cadeiras. Os outros partidos assumiram as cadeiras restantes. A eleição presidencial, a primeira verdadeiramente democrática na Tunísia desde a independência, ocorreu em dois turnos. O primeiro aconteceu no dia 26 de novembro e deu 39,5% dos votos a Béji Caïd Essebsi e 33,4% a Moncef Marzouki. O segundo turno, em 21 de dezembro, mostrou o final esperado: Béji Caïd Essebsi obteve 55,7% dos votos. Uma nova etapa na história da Tunísia estava sendo escrita por meio de um processo pacífico, ordenado e organizado para a transferência da mais alta função executiva do país.

No início de janeiro de 2015, o presidente Béji Caïd Essebsi confiou a Habib Essid a função de chefe de Governo. Após certo atraso, para surpresa de algumas pessoas, o partido Ennahda foi finalmente integrado ao governo, apresentado por Habib Essid em 2 de fevereiro, com a aprovação da Assembleia de Representantes do Povo em 5 de fevereiro (WESLATY, 2015). Para a estabilidade da Tunísia e para evitar grandes dificuldades, o novo presidente Béji Caïd Essebsi e o líder de Ennahda, Rached Ghanouchi, chegaram a esse consenso. Além de integrantes do Ennahda, o governo também foi formado por pessoas sem partido e de outros partidos. Os líderes tunisianos foram, portanto,

capazes de implementar um modelo “ao estilo tunisiano” original para prosseguir e consolidar a transição política e democrática, e com o objetivo de responder melhor às muitas aspirações da grande maioria da população. Isso induziu, em particular, concessões de ambos os lados, bem como a vontade de aceitar diferentes protagonistas, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando se considerava apenas o ponto de vista da oposição. Portanto, 2015 parecia ser o ano de um novo começo para a Tunísia democrática.

Mas certos atentados terroristas demonstraram que a situação ainda não havia se consolidado, afetando gravemente a estabilidade da Tunísia e sua imagem internacionalmente. Em 18 de março de 2015, um ataque terrorista no Museu Nacional do Bardo (o principal museu de arte e história da Tunísia, imperdível para turistas) matou 22 pessoas, incluindo 21 turistas. Por esse ataque, além das perdas humanas e do trauma causado, um dos principais recursos em moeda estrangeira da Tunísia e, portanto, de seu dinamismo econômico, foi afetado. A situação foi ainda agravada por um novo ataque terrorista em 26 de junho de 2015 em uma praia turística de um hotel em Susa, que matou 38 pessoas (MARTINEZ, 2019). As autoridades tunisianas compreenderam claramente que existiam falhas significativas no sistema de segurança, principalmente em torno dos locais turísticos, e que se fazia imperativo implementar medidas drásticas, respeitando a legalidade democrática, a fim de garantir lugares que constituem uma contribuição considerável para o desenvolvimento econômico da Tunísia. Além disso, há uma questão de credibilidade em relação à estabilidade interna e à atratividade internacional da Tunísia. Nesse contexto, grande parte da população também compreendia o desafio e a importância de se mobilizar para mostrar ao mundo a natureza pacífica e acolhedora do povo tunisiano, sua vontade de progredir no caminho democrático e sua determinação em não deixar os ganhos do

processo democrático e pluralista iniciado há vários anos serem desperdiçados face a uma situação de violência que poderia se instalar no campo político. Diante disso, em 4 de julho, o presidente Béji Caïd Essebsi declarou estado de emergência, que foi efetivado em 2 de outubro, e a Assembleia de Representantes do Povo adotou uma lei antiterrorista em 24 de julho. Mas em 24 de novembro, um novo ataque terrorista atingiu um ônibus da guarda presidencial em Túnis, matando 13 pessoas (IREMAM, 2016).

O ano de 2015, portanto, parece paradoxal: é o da consolidação das instituições democráticas da Tunísia, mas também o ano no qual numerosos ataques a desestabilizaram. É aquele em que uma maioria que parece estável e sólida está instalada à frente do executivo, em particular o binômio Nidaa Tounes – Ennahda, mas em que a economia é vítima da desestabilização da situação de segurança, que é agravada pela instabilidade na vizinha Líbia (MÜHLBERGER, 2016). Um acontecimento muito favorável, no entanto, tornou-se o orgulho de muitos tunisianos: a entrega do Prêmio Nobel da Paz em 9 de outubro de 2015 ao Quarteto de Diálogo Nacional de 2013-2014. A concessão do prêmio em dezembro de 2015 a representantes da União Geral dos Trabalhadores da Tunísia (UGTT), da Ordem Nacional dos Advogados da Tunísia, da União Tunisina da Indústria, Comércio e Artesanato (UTICA) e da Liga Tunisiana dos Direitos Humanos constitui uma conclusão favorável e benéfica de um ano difícil e tempestuoso para a Tunísia e seu povo (MÜHLBERGER, 2016).

Os anos seguintes foram marcados por várias turbulências políticas, sobretudo no nível executivo, em particular entre o presidente e os chefes de Governo (HEURTAUX, 2017; MÜHLBERGER, 2017). No âmbito de uma forte divergência que o opunha ao presidente, o chefe de Governo Habib Essid não obteve a aprovação da Assembleia dos Representantes do Povo no final de julho de 2016 (IREMAM, 2017). Ele foi substituído por Youssef

Chahed, um jovem tecnocrata, com 39 anos quando assumiu o cargo, no final de agosto de 2016. Mas a situação entre o presidente e o novo chefe de Governo se deteriorou com o tempo e finalmente se manifestou de maneira clara em 2018 (MOHSEN-FINAN, 2018; IREMAM, 2018). Na ocasião, o presidente havia apoiado o progresso político de seu filho, Hafedh Caïd Essebsi, à frente do partido Nidaa Tounes, criando uma desconfiança significativa diante do que alguns observadores interpretaram como um infeliz ressurgimento de uma forma de nepotismo familiar, que foi muito criticado por Ben Ali (IREMAM, 2019). Então, gradualmente, surgiram diferenças entre o partido e o chefe de Governo. Isso levou à criação do partido Tahya Tounes em janeiro de 2019, que se separou de Nidaa Tounes, e que apoiou o chefe de Governo e de fato se opôs ao presidente. O partido Nidda Tounes também enfrentava dificuldades internas entre os apoiadores de Hafedh Caïd Essebsi e aqueles que se opunham a ele.

Dada a idade, o presidente Béji Caïd Essebsi anunciou em abril de 2019 que não participaria das eleições presidenciais programadas para o final desse mesmo ano. O estado de saúde do presidente já vinha sendo motivo de constante preocupação por muitos meses. Houve uma piora acentuada, quando ele foi hospitalizado por uma doença cardíaca grave em 27 de junho de 2019. Ele recebeu alta do hospital em 1º de julho, mas quase não fez aparições públicas. É neste contexto que, em 25 de julho de 2019, dia da proclamação da República (em 1957), o povo tunisiano soube da morte do presidente Béji Caïd Essebsi. Ele foi enterrado com todas as honras em 27 de julho e foi sucedido pelo presidente da Assembleia de Representantes do Povo Mohamed Ennaceur. O primeiro turno das eleições presidenciais estava agendado para setembro de 2019.

Novas eleições, um novo presidente, uma nova Assembleia

A lista de candidatos foi publicada em 14 de agosto. Mas, a pedido das autoridades judiciais, em 23 de agosto, um dos principais candidatos, o empresário Nabil Karoui, foi preso por casos de fraude fiscal. O primeiro turno teve o seguinte resultado: o acadêmico conservador, jurista por formação, Kaïs Saïed obteve 18,4% dos votos e Nabil Karoui, 15,6%. O candidato do partido islamita Abdelfattah Mourou veio em terceiro com 12,9% dos votos. A situação se tornou incomum com um dos dois candidatos para o segundo turno encarcerado. Nabil Karoui foi finalmente libertado em 9 de outubro por uma decisão do Tribunal de Casação. Isso permitiu um debate televisionado entre os dois candidatos Kaïs Saïed e Nabil Karoui. O resultado da segunda rodada, que aconteceu em 13 de outubro, foi claro: 72,7% para Kaïs Saïed. Ele se tornou o terceiro presidente democraticamente eleito da Tunísia e o segundo por sufrágio universal direto.

Além disso, é importante enfatizar que, entre os dois turnos presidenciais, foram realizadas eleições legislativas em 6 de outubro de 2019, cujos resultados principais foram: de um total de 217 cadeiras, o partido Ennahda obteve 19,6% dos votos e 52 cadeiras (queda ainda maior em comparação a 2014). Seguido por Qalb Tounes, o partido de Nabil Karoui, que obteve 14,5% e 38 cadeiras; pelo Partido Constitucional Livre (ressurgimento do ex-partido único de Ben Ali), com 6,6% e 17 cadeiras; pela Corrente Democrática, com 6,4% e 22 cadeiras; pelo El Karama (próximo ao movimento islamita), com 5,9% e 21 cadeiras; pelo Movimento Popular, com 4,5% e 16 cadeiras; e pelo Tahya Tounes, com 4,1% e 14 cadeiras. O desempenho de Nidaa Tounes, fundado por Béji Caïd Essebsi, foi irrisório. O mapa político da Tunísia foi reconfigurado mais uma vez (GREWALL, 2019).

Desde sua eleição e instalação na Presidência, o presidente Kaïs Saïed confiou sucessivamente a dois ex-ministros, Habib

Jemli (próximo ao partido Ennahda) e depois a Elyes Fakhfakh, a tarefa de formar um governo. O primeiro falhou. O segundo, após uma fase de tensão entre o presidente e o partido Ennahda, parece ter tido sucesso em avançar. A Tunísia está passando por uma nova etapa em sua história.

Qual a retrospectiva? Qual a perspectiva?

Em nove anos, a Tunísia percorreu um longo caminho, libertando-se pacificamente de décadas de governo autoritário, até mesmo ditatorial, sob o regime de Ben Ali. Por causa do pragmatismo, criatividade, determinação e coragem de suas forças vitais, seus órgãos intermediários, intelectuais e líderes políticos, por causa de seu desejo de manter a Tunísia no caminho pacífico da evolução, o regime político evoluiu em estágios sucessivos. Além de tudo, isso não foi fácil em um contexto regional complexo.

Nesse contexto, o povo tunisiano e seus líderes conseguiram manter o rumo e encontrar, em momentos sérios e críticos, soluções pragmáticas e eficazes para permitir a salvaguarda e a perpetuação das realizações da transição democrática. A atual conjuntura exige enfatizar que os desafios permanecem muito numerosos, principalmente no âmbito econômico e social. As expectativas da população são múltiplas e certas tensões permanecem sensíveis. Além disso, o contexto regional é delicado para a Tunísia, que tem por um lado a Líbia, que enfrenta uma guerra civil em larga escala, e, por outro, a Argélia, que está passando por uma nova e complexa fase de sua história política desde fevereiro de 2019, com enormes manifestações populares em todo o país (conhecidas como “Hirak”), que exigem uma verdadeira democratização do país e o fim das práticas de corrupção e peculato que revoltam a população argelina. Esse vasto movimento popular levou em especial à saída do poder de Abdelaziz Bouteflika em 2 de abril de 2019 e ao lançamento (após uma fase de

transição política) de uma nova dinâmica com a instalação de um novo presidente, Abdelmajid Tebboune, em 19 de dezembro de 2019. Mas o processo ainda está em andamento, em particular no que diz respeito às inúmeras demandas da população em relação à moralização e democratização da vida política da Argélia.

No caso da Tunísia e sua longa e complexa jornada de transição democrática, a Constituição de 2014 vem mostrando, ao longo do tempo, seus efeitos tanto na natureza do regime político, quanto na eficiência da distribuição de poderes, no âmbito das relações entre o executivo e o legislativo (DEMOCRACY REPORTING INTERNATIONAL, 2018; HORCHANI, 2019). Além disso, o sistema de votação adotado para as eleições legislativas também apresenta vantagens e desvantagens quanto ao funcionamento do governo e da legislatura. No início de 2020, a Tunísia, bem como o Magrebe, estão em uma encruzilhada...

Referências

AIT-CHAALAL, A. Les Etats-Unis et les soulèvements arabes (janvier 2009-janvier 2013). *Observatoire des Mutations Politiques dans le Monde Arabe* (IRIS), Paris, nov. 2014.

BESSIS, S. *Histoire de la Tunisie: de Carthage à nos jours*. Paris: Tallandier, 2019.

CAMAU, M.; GEISSER, V. *Le syndrome autoritaire: politique en Tunisie de Bourguiba à Ben Ali*. Paris: Presses de Sciences Po, 2003.

CAMAU, M.; VINCENT, G. (ed.). *Habib Bourguiba: la trace et l'héritage*. Karthala: Paris, 2004.

DEMOCRACY REPORTING INTERNATIONAL – DRI. *Le régime politique tunisien dans la cadre de la Constitution de 2014: analyse préliminaire du fonctionnement du régime politique de 2014 à 2018*. Tunis: DRI, 2018.

ENCYCLOPAEDIA UNIVERSALIS. *Chronologie Tunisie*. 2020. Disponível em: <https://www.universalis.fr/chronologie/tunisie/>. Acesso em: 6 jun. 2020.

GOBE, E.; CHOUIKHA, L. La transition politique tunisienne en danger? *In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée*. Barcelona: IEMed, 2013. p. 191-194.

GREWALL, S. *Winners and Losers of Tunisia's Parliamentary Elections*. Washington: Brookings, 2019.

HEURTAUX, J. Tunisie, an V. A-t-on changé de régime? *In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée*. Barcelona: IEMed, 2017. p. 213-216.

HIBOU, B. *La force de l'obéissance: économie politique de la repression en Tunisie*. Paris: La Découverte, 2006.

HORCHANI, F. *Le régime politique tunisien: un régime hybride ou un bric-à-brac*. Communication à un colloque. 2019.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2012*. Paris: CNRS, 2012.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2013*. Paris: CNRS, 2013.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2014*. Paris: CNRS, 2014.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2015*. Paris: CNRS, 2015.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2016*. Paris: CNRS, 2016.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2017*. Paris: CNRS, 2017.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2018*. Paris: CNRS, 2018.

IREMAM – Institut de Recherches et D'études sur le Monde Arabe et Musulman (ed.). *L'année du Maghreb 2019*. Paris: CNRS, 2019.

KEFI, R. La Tunisie déclenche les révolutions arabes. *In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée*. Barcelona: IEMed, 2011. p. 25-29.

KEFI, R. Tunisie: en attendant le printemps. *In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée*. Barcelona: IEMed, 2014. p. 214-218.

KHADER, B. La Tunisie et le réveil démocratique arabe. *In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée*. Barcelona: IEMed, 2011. p. 15-20.

MARTINEZ, L. *L'Afrique du Nord après les révoltes arabes*. Paris: Presses de Sciences Po, 2019.

MOHSEN-FINAN, K. Tunisie: vers une restauration de l'ancien régime. In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée. Barcelona: IEMed, 2018. p. 224-227.

MOKHEFI, M. La Tunisie et la Libye dans les dynamiques intra-maghrébines du printemps arabe. In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée. Barcelona: IEMed, 2012. p. 189-193.

MÜHLBERGER, W. La transition en Tunisie: la délicate éclosion d'un compromis politique. In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée. Barcelona: IEMed, 2016. p. 217-221.

MÜHLBERGER, W. (ed.). *Transformation in Tunisia: The First Five Years*. Barcelona: EuroMeSCo, 2017.

WESLATY, L. Evolution de la Tunisie pendant les derniers mois: situation sécuritaire et politique. In: ANNUAIRE IEMed de la Méditerranée. Barcelona: IEMed, 2015. p. 197-199.

ZARTMAN, I. W. (ed.). *Arab Spring: Negotiating in the Shadow of the Infatad*. Londres: University of Georgia Press, 2015.

(Este capítulo se beneficiou de uma pesquisa bibliográfica e documental eficaz, além de discussões, com o sr. Morgan Montagne, estudante de mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais na UCLouvain; eu gostaria de agradecer a ele aqui. Agradeço também aos meus colegas que concordaram em ler este texto novamente e fizeram seus comentários. Neste contexto, agradeço calorosamente o professor Ferhat Horchani, eminente jurista, ex-decano da Faculdade de Direito e Ciência Política de Túnis, ex-ministro da Defesa e Justiça dos governos da transição democrática do presidente Béji Caïd Essebsi. Seus conselhos, suas observações e suas ideias informadas e nítidas contribuíram em grande parte para melhorar o teor do presente capítulo. Obviamente, este texto, suas análises, suas âncoras e suas imprecisões são de responsabilidade exclusiva do autor.)

9. O REGIONALISMO NO SUL GLOBAL: experiências comparadas entre o Mercosul e a Ecowas

Haroldo Ramanzini Junior

Bruno Theodoro Luciano

Introdução

O objetivo deste capítulo é analisar o fenômeno do regionalismo no Sul Global. Para isso analisaremos de modo comparado o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Ecowas). Os dois blocos representam as principais organizações sub-regionais na América do Sul e na África, respectivamente. O Mercosul é o principal bloco econômico da América do Sul e tem o Brasil, o maior país da região, com a maior economia, como um dos membros fundadores. Por sua vez, a Ecowas é a organização regional mais resiliente e ativa de todas as sub-regiões do continente africano. Assim como o Mercosul, a Ecowas também atua em negociações comerciais e assina acordos comerciais enquanto bloco. Além disso, a Ecowas inclui todos os Estados da África Ocidental e tem como um de seus membros fundadores a Nigéria, país que tem a maior economia do continente africano.

Nosso objetivo é analisar de modo comparativo as duas organizações regionais com foco nas dimensões do comércio e de proteção da democracia, levando em conta os aspectos relacionados ao desenho institucional e a questão da liderança regional. Com isso, busca-se analisar duas dimensões reconhecidamente relevantes do regionalismo, bem como diferenças e semelhanças entre os dois casos. Essa perspectiva de análise permite levar em conta os objetivos da integração regional e os instrumentos que condicionam suas ações.

Do ponto de vista do comércio, analisaremos a evolução do comércio intrarregional, bem como o seu percentual em relação ao comércio com parceiros externos ao bloco regional. Do mesmo modo, analisaremos a agenda comercial do Mercosul e da Ecowas do ponto das negociações comerciais com outros blocos ou Estados. Na perspectiva da agenda de proteção da democracia, estudaremos como as instituições agem em situações de ruptura democrática em países membros.

No âmbito teórico-conceitual, incorporamos as contribuições do campo do regionalismo comparado. Este é um campo relativamente novo, que se consolidou nos anos de 2000 (ACHARYA, 2012; RAMANZINI JUNIOR; LUCIANO, 2018). A análise do regionalismo no Sul Global e seus efeitos nas dimensões de comércio e de proteção da democracia é particularmente relevante para o regionalismo comparado na medida em que a literatura no tema tem ressaltado uma falta de conhecimento acerca dos efeitos da cooperação e integração regional para além do caso europeu (BÖRZEL; RISSE, 2016). Um ponto de partida da abordagem é o comprometimento metodológico de estudar processos de regionalismo mediante uma perspectiva comparada. O objetivo de comparar processos de regionalismo e integração regional não é totalmente novo. Desde os anos de 1950 há esforços nesse sentido. O que a perspectiva do regionalismo comparado traz de diferente é a dimensão não eurocêntrica de análise

e o diagnóstico de que as teorias de integração regional como o neofuncionalismo e o liberal intergovernamentalismo têm uma aplicação limitada para a análise de processos do Sul Global (ACHARYA, 2013). O regionalismo comparado busca dar mais protagonismo aos processos do Sul Global, já que coloca no centro da agenda de pesquisa a análise de instituições como Unasul, Mercosul, Comunidade Andina, SADC, entre outras. Assim, um ponto de partida relevante é o foco na cooperação regional e a ênfase em aspectos como ideias e identidades, tendo significativa influência das abordagens construtivistas de Relações Internacionais. Para o regionalismo comparado, os parâmetros para se definir os critérios de sucesso ou fracasso do regionalismo devem ser também normativos e não apenas materiais ou racionais (ACHARYA, 2012, 2013).

Entre os objetivos do regionalismo do Sul Global estão a ênfase em normas intrarregionais, a construção de confiança e ação coletiva para ampliar a autonomia e o comércio intrarregional. Na América do Sul, a construção de cláusulas democráticas em diferentes organizações regionais está relacionada ao objetivo de aumentar a autonomia da região para administrar crises políticas, reduzindo a interferência de potências externas. Na África, o objetivo de lidar regionalmente com a prevenção e gestão de conflitos e a busca por aumentar a estabilidade regional e as conexões comerciais e de infraestrutura entre os países permeiam as ações de diferentes organizações, como a União Africana, Ecowas e SADC. Assim, o regionalismo é também uma instância para gerenciar crises democráticas, turbulências políticas e questões econômicas, com o objetivo de aumentar a confiança e a estabilidade na relação entre os Estados.

O capítulo está organizado da seguinte forma. Na seção seguinte, abordaremos as dimensões de comércio e proteção da democracia no âmbito do Mercosul. Na terceira seção, estudaremos as mesmas dimensões no caso da Ecowas. Na quarta,

analisaremos os dois casos de modo comparado. Por fim, nas considerações finais, retomaremos os principais argumentos apresentados.

Comércio e democracia no Mercosul: avanços comerciais e solidariedade democrática

O estabelecimento do Mercosul, por meio da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, foi o resultado de um processo de convergência entre o Brasil e a Argentina iniciado no final da década de 1970. Na década de 1990, a percepção de que a região corria o risco de se isolar em um mundo que se estruturava em blocos e se globalizava era um fator exógeno que estimulava o regionalismo. O objetivo de aumentar o poder de barganha dos Estados e da região, e de apresentar posições comuns em fóruns internacionais, também estava presente. Na perspectiva dos Estados-membros, duas motivações endógenas para a formação do Mercosul foram a abertura econômica e a consolidação democrática. A estratégia planejada pelos Estados-membros era aumentar o comércio e o investimento entre si, e usar o Mercosul como uma espécie de processo de miniglobalização, no contexto do processo de liberalização econômica experimentado pelos países. A noção de regionalismo aberto capta essa concepção (MARIANO, 2015). Portanto, pode-se considerar que os dois principais objetivos do Mercosul eram contribuir para o processo de liberalização econômica dos países e a consolidação da democracia nos Estados-membros.

Em relação ao desenho institucional, o Mercosul não possui instituições supranacionais com o poder de arbitrar disputas, supervisionar o cumprimento dos Tratados ou administrar o bloco mais concretamente. O bloco é dirigido por três órgãos principais, todos eles intergovernamentais, quais sejam, o Conselho do

Mercado Comum (CMC), o Grupo Mercado Comum (GMC) e a Comissão de Comércio do Mercosul. Esses três órgãos regionais definidos pelo Tratado de Assunção formam a principal estrutura de tomada de decisão. Recentemente foram criados dois novos órgãos consultivos: o Tribunal de Revisão, em 2004, e o Parlamento do Mercosul (Parlasul), em 2007. No entanto, esses novos órgãos não alteraram a natureza intergovernamental do bloco. A maior parte da literatura dedicada ao Mercosul chama a atenção para a sua fragilidade institucional para avançar a integração e a cooperação regional (MARIANO, 2015).

O Tratado de Assunção colocou como objetivo criar um Mercado Comum até 1994, fato não concretizado até o momento. Isso chama a atenção para uma característica estrutural do Mercosul, qual seja, a diferença entre, de um lado, o compromisso formal dos Estados em relação ao bloco e, do outro, as realizações e ações concretas dos Estados em relação ao bloco. Com a formalização do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, que instituiu a união aduaneira do Mercosul como um compromisso juridicamente vinculante, os países membros passaram a adotar posições conjuntas em negociações comerciais internacionais. Desde então, o Mercosul assinou e negociou acordos comerciais com países de dentro e de fora da América Latina. Diversos acordos já foram negociados com países e blocos regionais como Chile (1996), Bolívia (1996), México (2002), Colômbia, Equador e Venezuela (2003), Peru (2005), Índia (2005), Cuba (2006), Israel (2007), União Aduaneira da África Austral – SACU (2008), Egito (2010), Palestina (2011). Atualmente, o bloco vem negociando novos acordos com a União Europeia – UE, Área de Livre Comércio Europeia – EFTA, Canadá, Singapura, Líbano e Tunísia.

Ao longo dos anos, apesar dos acordos comerciais assinados pelo bloco, o grau de pertinência da União Aduaneira para os interesses dos Estados sempre foi um tema de discussão nos países membros. Em 2000, a Resolução nº 32/00 do Conselho

do Mercado Comum reafirmou o compromisso dos Estados-membros do Mercosul de negociar conjuntamente acordos comerciais com terceiros países ou blocos comerciais relacionados a preferências tarifárias (CMC, 2000). Na prática, essa decisão acabou por permitir negociações individuais em temas que não fossem relacionados com preferências tarifárias, como barreiras técnicas, serviços e investimentos. Todos os países, embora de diferentes maneiras, buscaram negociar individualmente, evidenciando o desafio de negociar como bloco, também em função das instabilidades econômicas nos Estados-membros, particularmente na Argentina, desde o início dos anos de 2000. Uma das evidências das dificuldades de coesão dentro do bloco são as posições divergentes mantidas pelo Brasil e os demais membros do Mercosul na reunião miniministerial da OMC de julho de 2008.

No que se refere à evolução do comércio intrarregional, embora tenha ocorrido um aumento significativo da interdependência intrabloco na década de 1990, nos anos de 2000, os níveis de comércio intrarregional diminuíram. De 1990 a 1998, os fluxos comerciais entre os países membros cresceram de 8,8 para 25% do comércio internacional total dos países. Após seu pico, em 1998, o comércio intrarregional do Mercosul diminuiu e permaneceu em torno de 15 a 16% do comércio externo dos países (WTO, 2019). Pode-se observar uma diminuição relativa nas exportações regionais intrabloco de 2000 (19%) para 2017 (15%) e um aumento nas exportações extra-Mercosul de 81% em 2000 para 85% em 2017 (WTO, 2019).

Desde os anos de 1980, todos os Estados-membros do Mercosul experimentaram um processo de redemocratização. Nesse sentido, desde a criação do Mercosul, compromissos democráticos foram assumidos e progressivamente institucionalizados por instrumentos jurídicos como a Declaração do Acordo Democrático (1996), o Protocolo de Ushuaia (1998) e o Protocolo de Montevideu (2011), que ainda precisa ser ratificado pelo Paraguai

para entrar em vigor. Por exemplo, o artigo 5º do Protocolo de Ushuaia afirma que, no caso de ruptura na ordem democrática de um Estado-membro, seu direito de participar dos diferentes órgãos do Mercosul pode ser suspenso (BRASIL, 2002). O desafio é que para ativar as cláusulas democráticas é necessário obter consenso entre os Estados-membros, uma vez que o Mercosul tem limitada influência institucional para agir (VLEUTEN; HOFFMANN, 2010). Além disso, nota-se que os mecanismos foram projetados para evitar rupturas políticas explícitas, como golpes de Estado, sendo menos efetivos para lidar com situações em que governos eleitos gradativamente tomam decisões que corrompem as instituições democráticas.

Desde o surgimento do Mercosul, ocorreram crises políticas ameaçadoras das instituições democráticas no Paraguai, em 1996, 1999 e 2012, e, na Venezuela, em 2016. No caso do Paraguai, as duas primeiras crises se referiam a tentativas de golpes militares, enquanto a terceira se referiu a um processo acelerado de *impeachment* do então presidente Fernando Lugo. Os três episódios foram considerados violações dos princípios democráticos pelos outros membros do Mercosul. É interessante notar que o Mercosul agiu em todas as ocasiões, embora durante a crise de 1996 ainda não tivesse mecanismos formais de intervenção democrática. Na verdade, a crise de 1996 no Paraguai foi um gatilho relevante que levou à assinatura do Protocolo de Ushuaia de 1998 (JATOBÁ; LUCIANO, 2018). No caso da Venezuela, o país entrou formalmente no bloco em 2012, após seis anos de intensos debates sobre suas credenciais democráticas, mas, em agosto de 2017, a Venezuela foi suspensa pela aplicação do Protocolo de Ushuaia, devido à consideração por parte dos outros países membros de que houve ruptura da ordem democrática no país. As idas e vindas do caso venezuelano evidenciam as dificuldades enfrentadas pelo Mercosul em lidar com situações que envolvem medidas incrementais de um governo e que podem minar a democracia.

É importante observar que em todas as situações o Brasil teve papel relevante para as ações do Mercosul. Em 1996, o Brasil ajudou a convencer o general paraguaio Lino Oviedo a não realizar um golpe militar contra o então presidente Juan Carlos Wasmosy, o primeiro civil eleito democraticamente em quase 50 anos. Em 1999, o país novamente contribuiu para resolver a crise política no Paraguai, desta vez concedendo asilo ao presidente Raúl Cubas Grau. Em 2012, a presidente Dilma Rousseff, juntamente com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, considerou o *impeachment* do presidente Fernando Lugo um caso de ruptura democrática, pressionando pela suspensão do Paraguai do Mercosul até a realização de novas eleições, em abril de 2013 (JATOBÁ; LUCIANO, 2018). No caso da Venezuela, a suspensão do país do Mercosul, em 2017, foi influenciada pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, uma vez que o novo governo do Brasil tinha uma posição mais crítica em relação à situação em Caracas e contemplava em sua coalizão forças políticas que, desde o início dos anos de 2000, acusavam a Venezuela de ser um Estado não democrático.

Ecowas: desafios comerciais e proteção democrática

A Ecowas é formada por 15 Estados-membros. Foi constituída em 1975, como uma iniciativa abrangente, reunindo, principalmente, ex-colônias francesas e britânicas na África Ocidental, no contexto da descolonização. Embora tenha sido inicialmente concebida como um projeto econômico, nas últimas décadas expandiu sua agenda, recentemente passando a ocupar um papel relevante em questões políticas e de segurança na região. O bloco é liderado pela Autoridade de Chefes de Estado e de Governo e administrado pela Comissão da Ecowas. Além disso, a Ecowas estabeleceu instituições como Parlamento, Tribunal

de Justiça, Banco de Investimento e Desenvolvimento, Organização da Saúde, entre outros órgãos (OLORUNTOBA, 2016). Em relação ao desenho institucional, apesar de ter um formato intergovernamental quando comparado a outras organizações regionais africanas, a Ecowas é “mais tendente ao supranacionalismo e à votação majoritária em procedimentos formais de tomada de decisão. O Tratado indica que a integração pode exigir a relativização parcial da soberania dos Estados.”¹ (HULSE, 2014, p. 556). Portanto, essa tendência em relação a aspectos de supranacionalidade foi se desenvolvendo nos últimos anos com a crescente autonomia da Comissão da Ecowas e com um novo regime de atos comunitários, que isenta algumas decisões do processo usual de ratificação pelos parlamentos nacionais.

Desde a concepção da Ecowas, a Nigéria é um dos países que mais apoia a integração. Além de ser o Estado mais populoso e a maior economia da região, após as Guerras Civis de 1967-1970, a Nigéria assumiu um papel ativo na promoção do desenvolvimento e da estabilidade na África Ocidental. O país constantemente considerava a estabilidade da África Ocidental como necessária para sua própria segurança e desenvolvimento, estabelecendo a base da doutrina de política externa nigeriana de círculos concêntricos, considerando a África Ocidental como o primeiro círculo de interesse do país (LOPEZ-LUCIA, 2015).

Desde sua formação, na década de 1970, o comércio tem sido um tópico central da agenda da Ecowas. A partir da década de 1990, os países membros procuraram elevar seus compromissos em relação à integração econômica. Como afirma Shuaibu (2016, p. 84), “em 1993, o Tratado da Ecowas foi revisado para acelerar o processo de integração e estabelecer uma união econômica e monetária com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento da África”. Desde então, a ambição

¹ São nossas as traduções de citações de obras de língua estrangeira feitas neste capítulo.

final da Ecowas voltou-se para o desenvolvimento de uma união econômica e monetária, visando à liberalização do comércio entre os Estados-membros, à adoção de uma tarifa externa comum e a uma política comercial externa conjunta, juntamente com a remoção de obstáculos ao livre comércio, circulação de pessoas, bens e serviços, além de estabelecer um direito de residência regional (AFESORGBOR; VAN BERGELJK, 2011, 2014)

É importante observar que outras organizações da região, como a organização francófona da União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e a anglófona Zona Monetária da África Ocidental (WAMZ), também promoveram graus significativos de integração econômica entre seus Estados-membros. A Ecowas foi concebida como uma organização guarda-chuva, que abarca projetos regionais de menor escala. No entanto, apesar dos esforços para promover o comércio entre seus Estados-membros, o comércio intra-Ecowas ainda é baixo, especialmente quando comparado às relações comerciais de seus países com atores externos, como a União Europeia, a China e os Estados Unidos. Embora o comércio intra-Ecowas tenha saído de 3% em 1970 e, atualmente, esteja em cerca de 10%, os níveis intracomércio permaneceram em 10% das exportações e em 13% das importações dos países (WTO, 2019). Na década de 2010, números recentes mostram que, em 2017, as exportações intrarregionais atingiram 12% do total das exportações (WTO, 2019).

Além disso, o comércio intra-Ecowas é marcado pela proeminência de alguns países, especialmente Nigéria e Costa do Marfim e, em menor medida, Gana e Senegal. Apesar das relações assimétricas entre os Estados-membros, há desafios adicionais ao aprofundamento da integração comercial, pois alguns países não implementaram as medidas destinadas a eliminar barreiras tarifárias e não tarifárias. Além disso, barreiras linguísticas, instituições fracas, baixos níveis de governança estatal e

falta de infraestrutura regional também dificultam o comércio intra-Ecowas.

No que se refere à atuação da Ecowas em negociações comerciais com outros países ou blocos, vale ressaltar a importância da Comissão da Ecowas – que substituiu o Secretariado da Ecowas em 2005 – como autoridade regional responsável pelas negociações externas do bloco. Como aponta Hulse (2014, p. 557), “a Comissão negocia em nome da região, o que levou alguns a reclamarem que os interesses nacionais estão sub-representados, mas ao mesmo tempo isso levou a uma maior unidade do bloco”. Assim, o papel da Comissão da Ecowas e do principal país da região – Nigéria – é fundamental no que diz respeito à condução das negociações comerciais com parceiros externos.

Embora a Ecowas tenha sido estruturada como um ambicioso projeto de integração que visava estabelecer uma união econômica e monetária, essas intenções não alteraram o baixo nível de interdependência econômica de seus Estados-membros. Além disso, a capacidade de ter uma voz única em negociações comerciais não necessariamente levou à assinatura de amplos acordos comerciais. A Parceria Econômica com a União Europeia, assinada em 2014, e ainda em implementação, é o único caso significativo de acordo comercial assinado pela Ecowas. Em 2018, a maioria dos Estados da Ecowas assinou a Área de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) no âmbito da União Africana. Apesar de ser um passo significativo na integração continental africana, os membros da Ecowas não assumiram uma posição conjunta, fato que ficou evidenciado pela relutância da Nigéria em assinar a proposta final do acordo.

Apesar de inicialmente concebida como um projeto econômico, a Ecowas vem expandindo sua agenda política, tendo sido a primeira organização regional africana a desenvolver uma agenda sobre democracia e boa governança. Hulse (2014, p. 555) aponta que,

reconhecendo que o desenvolvimento econômico não pode ocorrer em um ambiente instável, a Ecowas expandiu seu mandato para assuntos políticos e de segurança e, em 1990, havia se tornado a primeira organização regional do continente africano a abandonar a norma de não interferência nos assuntos domésticos dos Estados-membros.

Nos anos de 1990, as crises políticas e de segurança da África Ocidental levaram a uma resposta coletiva mais forte das organizações regionais. Portanto, o tratado da Ecowas, revisado de 1993, aprimorou seu escopo regional, incluindo tópicos como promoção da democracia e boa governança, bem como a manutenção da paz e segurança. No contexto das guerras civis na Libéria e em Serra Leoa, uma das primeiras iniciativas da Ecowas, em sua nova agenda regional, foi a criação do Grupo de Monitoramento da Ecowas (ECOMOG), crucial para organizar uma força armada multilateral – amplamente constituída e liderada pelas Forças Armadas da Nigéria – que contribuiu para acabar com os conflitos militares nos dois países, bem como na Guiné-Bissau alguns anos depois (OLORUNTOBA, 2016). Nesse contexto, a “Ecowas e a Comissão da Ecowas em particular têm um histórico positivo de apoio ao desenvolvimento democrático e de impedir retrocessos autoritários” (STODDARD, 2017, 470). Além disso, a Nigéria assumiu posição central como país líder nas intervenções democráticas da Ecowas, fornecendo o financiamento necessário, recursos militares e humanos para as ações políticas e militares (LOPEZ-LUCIA, 2015).

Em 1999, após as primeiras experiências de promoção da estabilização de seus Estados-membros, os países da Ecowas concordaram em estabelecer o Mecanismo de Prevenção, Gerenciamento e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança. Em 2001, a Ecowas emitiu o Protocolo Suplementar sobre Democracia e Boa Governança, que expressou a “tolerância zero ao poder obtido ou mantido por meios inconstitucionais”,

permitindo à organização impor sanções a países que não se guissem a norma (ECOWAS, 2001). Nesse sentido, as instituições regionais foram aperfeiçoadas ao longo dos anos de 2000. Não apenas a Comissão da Ecowas foi fortalecida para atuar como mediadora regional, mas, também, o Tribunal de Justiça da Ecowas, um órgão judicial do bloco, que recebeu um protocolo revisado, permitindo monitorar as violações dos direitos humanos nos Estados-membros (EBOBRAH, 2010). Essa tendência institucional em direção a certo grau de supranacionalismo refletiu a intenção de transformar a Ecowas de uma comunidade de Estados para uma Comunidade de povos (OJOMO, 2014). Nesse sentido, na década de 2000, a Ecowas tornou-se mais proativa ao lidar com mudanças inconstitucionais de governos na região, agindo seja por meio de pressão política (Togo, 2005, Guiné-Bissau, 2009, Burkina Fasso, 2015), seja por suspensão formal (Guiné, 2008, Níger, 2009), seja, até, por intervenção militar (Libéria, 1990, Serra Leoa, 1997, Guiné-Bissau, 1999, Costa do Marfim, 1999, Mali, 2012, Gâmbia, 2016).

Apesar de sua notável expansão de competências e desempenho de liderança, a Ecowas ficou restrita à atuação em situações de “extintor de incêndio”, restringindo sua ação a ocasiões de turbulências políticas e militares severas. A Comissão da Ecowas só empreendeu esforços significativos em direção à proteção da democracia nas situações de crises políticas e de segurança extremamente significativas (STODDARD, 2017, p. 474). A ação da organização acaba sendo limitada também pela decisão dos chefes de Estado, ou seja, vai depender se elas se envolverão ou não na solução de crises e no fornecimento de recursos militares e financeiros.

Além disso, pode-se observar um lado sombrio na promoção dos mecanismos de estabilização da Ecowas. Como a África Ocidental ainda é uma região onde coexistem países democráticos e autoritários, o desempenho da Ecowas em relação à estabilidade

regional, em algumas situações, serviu para melhorar a imagem dos países autocráticos da região. Por um lado, líderes autoritários têm sido aplaudidos por liderar, sob a égide da Ecowas, a mediação de conflitos na região, fato que lhes proporciona legitimidade interna e especialmente externa para permanecer no poder. Por outro lado, as missões eleitorais da Ecowas também foram vistas como ferramentas de legitimação para partidos e líderes eleitos, mesmo nos casos em que os padrões eleitorais foram criticados internacionalmente (STODDARD, 2017).

Acharya e Johnston (2007, p. 28), quando contrastam o regionalismo europeu com o regionalismo africano, enfatizam que, “enquanto os Estados europeus renunciam à soberania no desenvolvimento de acordos e instituições regionais, Estados africanos, como são Estados fracos e inseguros, em outras áreas, usam acordos regionais para aumentar sua soberania”. No entanto, nos últimos anos, o caso da Ecowas vem desafiando essa percepção. De fato, dadas as ameaças à segurança historicamente observadas na região, os países da África Ocidental concordaram em fortalecer as instituições regionais em direção ao supranacionalismo, revertendo a tendência do regionalismo africano em proteger a soberania. Essa agenda foi significativamente patrocinada pela Nigéria, que assumiu o papel de *paymaster* (principal pagador) das instituições e missões da Ecowas. Em suma, enquanto as negociações intra e extracomerciais avançaram timidamente na África Ocidental, o desempenho da Ecowas tem sido mais incisivo em relação à estabilidade democrática da região.

Análise comparada

Desde o início, o comércio tem sido um tema relevante para o Mercosul e para a Ecowas, apesar do baixo nível de complementaridade das economias dos Estados-membros e da volatilidade dos preços dos seus principais produtos exportados, aspectos

que ajudam a entender as dificuldades enfrentadas pelos dois blocos na integração de suas economias. Apesar de a Ecowas ter sido criada na década de 1970, foi durante a década de 1990 que as questões comerciais ganharam maior relevância na agenda regional. Por seu lado, o Mercosul sempre buscou alcançar um grau ambicioso de integração econômica e comercial. Em relação à interdependência econômica e evolução do comércio, embora o Mercosul nunca tenha recuperado os níveis intracomerciais do final dos anos de 1990, em 2017, sua taxa de 15% das exportações intrarregionais ainda era maior que a da Ecowas, que era de 12%.

No entanto, diferenças significativas emergem quando se trata da agenda comercial externa, em particular das negociações comerciais com outros países ou blocos. O Mercosul, apesar de seus desafios em assinar acordos comerciais com outras regiões do mundo além da América Latina, concluiu 12 acordos comerciais e, atualmente, negocia 6 acordos comerciais com países da Europa, Sudeste Asiático e Américas. Enquanto isso, a Ecowas tem sido uma organização relativamente tímida no que diz respeito às negociações externas. Uma razão possível é o número de Estados-membros da organização, o que pode tornar mais complexos os processos internos de construção de posição negociadora. Outra razão é a relutância da Nigéria em abrir seu mercado doméstico para concorrentes extrarregionais. O único caso identificado de negociação comercial concluída pela Ecowas foi o acordo com a UE, atualmente em fase de implementação. No entanto, o caso do acordo continental africano (AfCFTA), em fase de ratificação, é emblemático, pois permitirá a liberalização do comércio com países de todo o continente. Observa-se, entretanto, que, em ambos os casos, a Nigéria tem sido reticente em assinar os acordos.

Ao longo dos anos, o Mercosul e a Ecowas passaram a defender a estabilidade democrática de suas regiões. Embora a proteção da democracia não fosse uma meta totalmente clara no

Tratado de Assunção, ela se tornou uma questão fundamental a partir de meados da década de 1990, entre outros fatores, devido à instabilidade política no Paraguai, que levou à assinatura do Protocolo de Ushuaia, em 1998. Por sua vez, a turbulência na África Ocidental levou ao desenvolvimento de mecanismos regionais para promover a estabilidade democrática em toda a região. Nesse sentido, o tratado revisado da Ecowas (1993), o Mecanismo de Prevenção, Gerenciamento e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança (1999) e o Protocolo Suplementar sobre Democracia e Boa Governança (2001) estabeleceram instrumentos institucionais para atuação em casos de ruptura da democracia. Em relação aos instrumentos regionais, a Ecowas já estabeleceu mecanismos mais rígidos de proteção à democracia, como a provisão de sanções econômicas e a intervenção militar nos casos em que a mediação e a suspensão política não forem suficientes para garantir a estabilidade dos Estados-membros. O Mercosul concentrou sua atuação na suspensão dos países que não respeitaram as instituições democráticas domésticas. Embora o Protocolo de Montevideu de 2011 (Ushuaia II) introduza medidas mais fortes aplicáveis aos Estados-membros que não mantêm os princípios democráticos – como o fechamento total ou parcial das fronteiras terrestres, assim como a suspensão ou limitação do comércio, tráfego aéreo e marítimo, comunicações, energia, fornecimento, serviços e suprimentos –, ele não foi ratificado pelo Paraguai, o país mais frequentemente alvo das cláusulas democráticas do Mercosul, por isso ainda não está em funcionamento.

Isso leva à questão de por que o Mercosul e a Ecowas diferiram no desempenho nas agendas de comércio e de proteção à democracia. Dois aspectos nos parecem centrais, quais sejam, o desenho institucional e a liderança regional. Em relação ao desenho institucional, as duas organizações regionais foram inicialmente projetadas de acordo com um formato intergovernamental. No

entanto, como mencionado na seção anterior, desde a década de 2000, a Ecowas adotou uma trajetória em direção a instituições regionais cada vez mais fortalecidas, concedendo autonomia à sua Comissão, adotando atos comunitários e um sistema de tomada de decisão com regras de maioria. Enquanto isso, embora o Mercosul tenha passado por algumas reformas institucionais na primeira década dos anos de 2000, como a criação de um parlamento regional, um tribunal de revisão e um fundo de convergência, sua natureza intergovernamental nunca foi modificada (VIGEVANI; RAMANZINI JUNIOR, 2011; MARIANO, 2015; LAZAROU; LUCIANO, 2015). No que diz respeito às duas agendas regionais analisadas neste estudo, os mecanismos mais intervencionistas adotados pela Ecowas para a proteção da democracia e o fato de a Comissão da Ecowas ser um ator-chave nas negociações comerciais regionais, apesar do baixo número de acordos assinados, fornecem evidências das diferenças entre o desenho das duas organizações regionais.

Com relação à liderança regional, a literatura sobre organizações regionais no Sul Global tem enfatizado como os interesses do líder regional e sua disposição em assumir os custos ou responsabilidades de liderança afetam o desempenho das organizações. Vleuten e Hoffmann (2010, p. 741) consideram que uma organização regional atuará em crises democráticas “se a intervenção servir aos interesses do principal poder regional”. A questão é que esse interesse pode variar de acordo com as áreas temáticas. Além disso, o desempenho também é moldado pela aceitação do líder de arcar com os custos associados ao papel de liderança, que depende de seus recursos materiais e ideacionais (LOPEZ-LUCIA, 2015).

Nesse sentido, formulamos uma tipologia para classificar o envolvimento de líderes regionais nas organizações regionais selecionadas, que classifica seu desempenho como proativo, moderado ou relutante. Um desempenho proativo está associado

ao fato de que promover uma agenda específica é do interesse do líder, e que o líder está disposto a assumir custos e responsabilidades para promover essa agenda. Enquanto isso, quando apoiar a agenda é relevante para o líder, mas não há disposição do mesmo para aceitar os custos consequentes da promoção do assunto em questão, consideramos seu desempenho moderado. Por fim, quando o líder não está interessado em promover a referida agenda e não está pronto para assumir nenhuma responsabilidade de liderança, seu desempenho se caracteriza por uma postura relutante.

Assim, dependendo dos tópicos da agenda, cada organização regional recebe diferentes níveis de comprometimento quando se trata de seus prováveis líderes regionais, no caso em questão, Brasil e Nigéria. Portanto, argumentamos que a liderança pode variar dependendo dos interesses específicos defendidos pelos líderes regionais em uma determinada área temática. Conforme discutido nas seções anteriores, na agenda de proteção à democracia, a Nigéria assumiu um papel proativo na Ecowas, enquanto o Brasil teve uma posição relativamente mais moderada no Mercosul, possivelmente pelas próprias diferenças entre os dois casos analisados. Quanto ao comércio, o Brasil, de modo geral, tem sido um agente proativo nas negociações comerciais do Mercosul, enquanto a Nigéria reluta em assinar e ratificar acordos comerciais da Ecowas com terceiros.

Do ponto de vista da política externa brasileira, foi apenas a partir de meados da década de 1980 que a esfera regional passou a ser vista como um eixo estruturante do comportamento internacional do país. A política de integração regional brasileira, apesar de ancorada no Mercosul, também gerou outras iniciativas regionais. Questões de autonomia na política externa do Brasil dificultaram um compromisso mais profundo com a integração regional em direção à criação de instituições supranacionais (MARIANO, 2015; LAZAROU; LUCIANO, 2015). Essa

situação não impediu o Brasil de promover o regionalismo em seu entorno, mas sinaliza que o país pode não ser caracterizado como *paymaster* no Mercosul. No entanto, no que se refere ao comércio, o Brasil tem sido um dos motores da agenda externa do Mercosul. O país liderou negociações comerciais com outras nações sul-americanas na década de 2000 e, mais recentemente, avançou negociações comerciais com economias desenvolvidas como a UE e o Canadá.

Nas últimas décadas, a Nigéria tem visualizado que a estabilidade e a integração da África Ocidental são centrais para sua projeção regional. No âmbito de proteção à democracia, o país está comprometido em patrocinar as instituições regionais e missões militares da Ecowas em toda a região, posicionando-se como um caso claro de *paymaster* regional (LOPEZ-LUCIA, 2015). Embora conflitos e golpes militares tenham sido vistos com frequência na África Ocidental desde a descolonização, a Ecowas só conseguiu contribuir para a proteção da democracia na região quando adquiriu mecanismos reais de intervenção, com a Nigéria assumindo um papel central nesse processo. Essas observações são interessantes porque a literatura que promoveu a discussão sobre *paymaster* se baseou no exemplo da Alemanha, comparando-o com o resto do mundo (MATTLI, 1999). No entanto, o que podemos aprender com a experiência da Ecowas é que a Nigéria, um país mais pobre que o Brasil, assumiu um papel de *paymaster* em agendas relevantes na África Ocidental, mostrando assim que o principal fator não necessariamente é possuir as capacidades econômicas necessárias, mas ter um forte compromisso com o regionalismo. No entanto, na agenda comercial, a Nigéria tem sido um dos atores mais relutantes na assinatura de acordos comerciais com outros países e regiões (HULSE, 2014). Recentemente, no contexto do AfCFTA, mais uma vez o país atrasou a assinatura do acordo continental devido à necessidade de concluir consultas com setores domésticos (UNECA, 2018).

Em suma, o design institucional e a liderança regional são dimensões que impactam o desempenho das organizações regionais. Embora instituições possam contribuir para a capacidade e autonomia dessas organizações, os interesses e o nível de comprometimento dos líderes regionais também afetam seu desempenho nas agendas de comércio e de proteção da democracia. No caso da proteção à democracia, os mecanismos incisivos existentes na Ecowas, somados à liderança proativa da Nigéria, foram decisivos em relação ao envolvimento do bloco nas crises democráticas da região. Por outro lado, quando se trata da agenda comercial, embora as taxas de exportação intrarregionais não sejam muito diferentes entre os dois casos, o Mercosul tem se envolvido mais em negociações comerciais externas, quando comparado com a Ecowas. Mais uma vez, a liderança regional desempenhou um papel relevante, vinculado, principalmente, pela relutância da Nigéria em assinar acordos comerciais com terceiros e pelo apoio do Brasil às negociações comerciais.

Conclusões

A análise comparativa entre o Mercosul e a Ecowas em suas agendas de comércio e de proteção à democracia demonstrou que as duas organizações tiveram trajetória diferente nos dois tópicos, tendo as questões de liderança regional e níveis de institucionalização papel relevante. A existência de um *paymaster* e uma estrutura institucional que permite maior protagonismo às instâncias regionais são aspectos relevantes para o seu desempenho. Dessa forma, a interação entre essas variáveis influenciou o regionalismo nos casos estudados. Embora o Mercosul tenha apresentado um melhor desempenho relativo no que tange ao comércio, com níveis comerciais intrarregionais mais altos e maior número de acordos comerciais com parceiros externos, a Ecowas tem sido mais ativa na estabilização da região e adquiriu

mecanismos mais fortes de proteção à democracia e de atuação. Ao contrário da Ecowas, o Mercosul foi estabelecido após a democratização de seus Estados-membros, e a situação da democracia é diferente nos dois casos. Assim, os mecanismos democráticos do Mercosul foram estruturados para evitar o retorno de práticas autocráticas na região (proteção da democracia/solidariedade democrática). Enquanto isso, a Ecowas contribuiu substancialmente para a democratização da África Ocidental (afirmação/promoção da democracia).

Além disso, o caso da Ecowas destaca as duas faces de um *paymaster*. Enquanto a agenda apoiada pelo líder regional tende a atingir níveis mais altos de desempenho, as questões menos relevantes ou mais problemáticas para esse ator podem atingir menores níveis de desempenho, o que explica o comportamento tímido da Ecowas nas relações comerciais e sua atuação proativa na agenda de proteção democrática. No caso do Mercosul, a ausência de um *paymaster* no contexto de uma estrutura institucional frágil explica a inércia relativa desse projeto regional. No entanto, o Brasil não tem sido tão reativo nas negociações comerciais quanto à Nigéria, apoiando, de modo geral, a assinatura dos acordos comerciais do Mercosul. Em suma, essa avaliação da proteção da democracia e do comércio por meio de uma lente de análise de organizações regionais do Sul Global é uma contribuição para a literatura do regionalismo comparado em seus esforços para estabelecer estruturas comparativas e ampliar o conhecimento sobre o funcionamento e as dinâmicas do regionalismo.

Referências

ACHARYA, A. Comparative Regionalism: A Field Whose Time Has Come? *The International Spectator*, v. 47, n. 1, 2012.

ACHARYA, A. *The Making of Southeast Asia: International Relations of a Region*. Ithaca, EUA: Cornell University Press, 2013.

ACHARYA, A.; JOHNSTON, A. (ed.). *Crafting Cooperation: Regional International Institutions in Comparative Perspective*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2007.

AFESORGBOR, S.; VAN BERGEIJK, P. Multi-Membership and the Effectiveness of Regional Trade Agreements in Western and Southern Africa: A Comparative Study of Ecowas and SADC. *ISS Working Paper*, n. 520, p. 1-40, Mar. 2011.

AFESORGBOR, S.; VAN BERGEIJK, P. Measuring Multi-Membership in Economic Integration and Its Trade Impact: A Comparative Study of Ecowas and SADC. *South African Journal of Economics*, v. 82, n. 4, p. 518-530, 2014.

BÖRZEL, T.; RISSE, T. (ed.). *The Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 4.210, de 24 de abril de 2002. Promulga o Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile. *Diário Oficial da União*, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4210.htm. Acesso em: 27 fev. 2019.

CMC – Conselho do Mercado Comum. Resolução nº 32/00, 2000. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/trade/mrcsrs/decisions/dec3200p.asp>. Acesso em: 27 fev. 2019.

EBOBRAH, S. Critical Issues in the Human Rights Mandate of the Ecowas Court of Justice. *Journal of African Law*, v. 54, n. 1, p. 1-25, 2010.

ECOWAS – Economic Community of West African States. *Supplementary Protocol on Democracy and Good Governance*. Dakar, Senegal: Ecowas, 2001.

HULSE, M. Actorness beyond the European Union: Comparing the International Trade Actorness of SADC and Ecowas. *Journal of Common Market Studies*, v. 52, n. 3, p. 547-565, 2014.

JATOBÁ, D.; LUCIANO, B. T. The Deposition of Paraguayan President Fernando Lugo and its Repercussions in South American Regional Organizations. *Brazilian Political Science Review*, v. 12, n. 1, p. 1-26, 2018.

LAZAROU, E.; LUCIANO, B. T. Regionalism as an Instrument: Assessing Brazil's Relations with the Neighbourhood. *Global Society*, v. 29, n. 3, p. 390-408, 2015.

LOPEZ-LUCIA, E. Regional Powers and Regional Security Governance: An Interpretive Perspective on the Policies of Nígeria and Brazil. *International Relations*, v. 29, n. 3, p. 348-362, 2015.

MARIANO, M. *A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MATTLI, W. *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1999.

OJOMO, E. Competing Competences in Adjudication: Reviewing the Relationship between the Ecowas Court and National Courts. *African Journal of Legal Studies*, v. 7, n. 1, p. 87-122, May 2014.

OLORUNTOBA, S. Ecowas and Regional Integration in West Africa: From State to Emerging Private Authority. *History Compass*, v. 14, n. 7, p. 295-303, July 2016.

RAMANZINI JUNIOR, H.; LUCIANO, B. T. A Comparative Analysis of Regionalism in the Global South: The Security and Defence Dimension of Unasur and the African Union. *South African Journal of International Affairs*, v. 25, n. 2, p. 239-261, 2018.

SHUAIBU, M. Does Trade Tariff Liberalisation Matter for Intra-Ecowas Trade? *International Journal of Business and Economic Sciences Applied Research*, v. 8, n. 1, p. 83-112, 2016.

STODDARD, E. Authoritarian Regimes in Democratic Regional Organisations? Exploring Regional Dimensions of Authoritarianism in an Increasingly Democratic West Africa. *Journal of Contemporary African Studies*, v. 35, n. 4, p. 469-486, 2017.

UNECA – United Nations Economic Commission for Africa. Nigeria not against African Continental Free Trade Agreement, Says VP Osinbajo. *Media Centre (UNECA)*, Lagos, Nigeria, 2 Nov. 2018. Disponível em: <https://www.uneca.org/stories/nigeria-not-against-african-continental-free-trade-agreement-says-vp-osinbajo>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VIGEVANI, T.; RAMANZINI JUNIOR, H. The Impact of Domestic Politics and International Changes on the Brazilian Perception of Regional Integration. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n.1, p. 125-155, 2011.

VLEUTEN, A.; HOFFMANN, A. Explaining the Enforcement of Democracy by Regional Organizations: Comparing EU, Mercosur and SADC. *Journal of Common Market Studies*, v. 48, n. 3, p. 737-758, 2010.

WTO – World Trade Organization. *Trade Statistics*. 2019. Disponível em: <http://data.wto.org/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

10. CONTINUIDADE, DESCONTINUIDADE, INVENÇÃO, REINVENÇÃO DA ESTÉTICA AFRICANA OU MEMÓRIA E MUDANÇA CULTURAL: perspectivas glocal e da diáspora

*Felix Kaputu
Fidèle Mwepu Kalenga*

Introdução

É bastante desafiador obter uma linha narrativa do pensamento coerente e contínua ao escrever sobre um tópico que gira em torno de “continuidade e descontinuidade”, à medida que os pensamentos humanos se desenvolvem continuamente a partir de um ponto de partida (APPIAH, 2013). O narrador e seu público ou o escritor e seus leitores são chamados a ter em mente os principais recursos que caracterizam o progresso linear interrompido de um lugar para outro no que é chamado de descontinuidade. Vamos considerar que um bom pretexto para entrar no material discutido neste documento deve ser encontrado

no desenvolvimento da argumentação baseada nas coisas que estão ao redor das pessoas na África e em sua contribuição para a atualização, continuidade, descontinuidade ou (re)invenção da estética. Na mesma linha, a estética de gêneros narrativos, corpos, sons, palavras e outros fatos culturais, considerações sobre evolução e mudanças também impõem linhas diferentes aos olhos de um observador cuidadoso e treinado. Van der Hoven (1997) encara a estética como um conceito que revela a visão da beleza dos especialistas proferida em um discurso intraduzível, distinto de outras formas, mas também como uma experiência universal aberta a todas as pessoas para a compreensão das experiências humanas. Outros estudiosos expandem a estética para a música africana, instrumentos musicais, danças, canções, poesia, histórias, artesanato, cestaria, cerâmica, artesanato em metal, arquitetura, pintura, desenhos decorativos, miçangas e joias, roupas, tecidos, penteados e cosméticos (SHAVA, 2015; WELSH-ASANTE, 1993). Por sua vez, Thompson (1973), Ranta (2015), Baraka (1991), Touré (2018) e Ododo (2001) insistem na estética africana e em sua miríade de expressionismo multiforme que mostra a multiplicidade da beleza em oposição ao sagrado e ao profano. A estética permite se deslocar para a fonte de seres, femininos e masculinos, através de diferentes arquétipos. O conceito se estende a realidades, espaços, performances, festivais e celebrações que incluem máscaras, justiça social e simetrias artísticas para encontrar em tecidos e espaços ocupados.

Nem a continuidade, nem a descontinuidade, por um lado, ou a invenção ou a reinvenção, por outro, podem ser justificadas e explicadas se não forem (con)textualizadas. No entanto, é bastante significativo levantar questões desde o início para descobrir como elas ocorrem e podem ser percebidas. O principal desafio a ser enfrentado ao longo de todo o presente texto é provar a existência de uma realidade negada por muitos anos. Trata-se também de desafiar outros estudiosos que atacaram e

negaram as criações artísticas africanas, a dinâmica histórica, a construção da identidade social sem se aprofundar nas provas da dinâmica social. Por isso, o principal exercício a empreender terá que revelar detalhes que provem o contrário das afirmações que reivindicam a inexistência de estética e do crescimento histórico das comunidades africanas.

A negação das produções históricas e estéticas africanas

Várias fontes podem ser úteis para a ilustração sobre criatividade, continuidade, invenção e reinvenção na África. A primeira e mais significativa recusa da produtividade e conservação da memória africana refere-se a fontes históricas, filosóficas e sociais. Vem do curso de *Filosofia da história* de Hegel, de 1899, que aponta:

Nesse ponto, nós deixamos a África, para não mencioná-la de novo. Pois não é uma parte histórica do mundo, não tem movimento ou desenvolvimento para exhibir. As mudanças históricas nela – que estão na parte norte – pertencem ao mundo asiático e europeu [...]. O que entendemos corretamente pela África é a natureza e que deveria ser apresentada aqui apenas como o limiar da história do mundo (HEGEL, 2001, p. 117).¹

A citação acima tem sido usada de diferentes formas, e muitos estudiosos descobriram uma negação ridícula à existência da África e das fibras que a compõem. A negação de uma parte do mundo com sua longa história e tradições também nega a capacidade de ter possibilidades de produções estéticas. De muitas maneiras, como demonstraremos mais adiante, essa negação representa por si só uma invenção, isto é, a confirmação de que

¹ As traduções de citações de obras de língua estrangeira neste capítulo são minhas.

a África é outra coisa além do que é. É uma invenção do caos e ausência total, pois, como observa uma máxima latina, “do nada, nada vem” (*ex nihilo nihil*) (COETZEE, 2003, p. 23). Hegel inventou a África a partir do seu entendimento que afirmava que o continente estava ausente da história mundial.

As difamações de Hegel também continuaram ao longo dos tempos coloniais africanos e apareceram em muitos escritos. Por exemplo, o artigo de Ricardo Roque, “O fio da navalha da vulnerabilidade imperial portuguesa em Angola”, ilustra como os africanos não tiveram dignidade. Eles estavam no centro – no coração – de um inferno ardente, prontos para engolir qualquer estrangeiro “civilizado” que ousasse passar por lá e que seria exposto a incêndios, a menos que nascessem como seres específicos, excepcionais e heroicos, narrando suas histórias épicas. Assim, no início do século XX (1902), o oficial do Exército, capitão-mor (capitão-chefe) de Moxico em Angola, Artur da Fonseca Cardoso, foi designado para combater os Ovibumdu que se revoltaram contra os portugueses. Os problemas de comunicação terrestre devido à total ausência de redes rodoviárias e à falta de ferrovias, que seriam construídas apenas muitos anos depois, são apresentados como uma ilustração da vida infernal dos africanos. Somente figuras heroicas e abençoadas de Portugal foram capazes de enfrentar um mundo assim e puderam transformá-lo em um paraíso. Uma jornalista, que visitou o local onde Fonseca estava, descreveu-o com palavras que não deixavam dúvidas quanto à natureza maligna da África e dos africanos:

Esses “aspectos notáveis” foram reunidos em uma narrativa que imaginava miticamente o colonial Moxico como misterioso, mas terrível, inviolável, mas profundamente assustador. Em Moxico, o império estava à beira de ser engolido [...] Os viajantes estavam iminentemente à porta da morte. Somente heróis, selvagens negros, animais e entidades naturais poderiam eventualmente sobreviver aos perigos dessa terra

infernais. [...] “Somente aqueles que viajaram através do pó amaldiçoado daquelas selvas, daqueles pedaços de savana solitária podem dizer o que é a África. A África misteriosa, bárbara e aterrorizante.” Ela continuou, chamando Moxico de “coração africano”, “isolamento em todo o seu horror” (ROQUE, 2003, p. 112-113).

O texto acima é um exemplo de como o discurso colonial impossibilita dúvidas sobre a ausência de espaços para a criatividade africana de atividades estéticas.

Qualquer outra invenção (ou apenas seu reconhecimento) é fundamentalmente epistemológica e resolveria e perturbaria a episteme. Consequentemente, os discursos hegelianos correm o risco de serem redutíveis a ponto de ignorar as contribuições de outras pessoas. Hoje, muitos estudiosos, graças a estudos arqueológicos, entenderam o longo passado da África e suas contribuições para o mundo. O continente africano nunca foi isolado. Pelo contrário, tem uma rica antiguidade com os oceanos Atlântico e Índico e o Mar Mediterrâneo.

Reações às negações da África

Zabalo (1984) ajuda os leitores interessados na arte africana a evitar qualquer confusão do tipo que Boas produziu ou outros essencialmente vindos do norte. Testemunhos importantes estão presentes em vestígios arqueológicos em todo o continente. Um desses lugares é Tassili, na Nigéria. Suas escavações oferecem lembranças que testemunham a presença da arte na evolução humana, presença essa que data do século X a.C. Os vestígios mostram estilos naturais com animais em movimento. Os pastores são mostrados levando a vida pastoral e se movendo em direção ao Nilo (ZABALO, 1984, p. 1). Os testemunhos também trazem camelos que participaram da vida pastoral e agrícola no início da Era Cristã. É também na Nigéria, precisamente em Nok,

que trabalhos arqueológicos escavaram painéis de barro em 1931 e estátuas humanas bem refinadas em 1943, datadas do primeiro século a.C. Em outro local chamado Ifé, ainda na Nigéria, foram descobertas pinturas de homens e mulheres iorubás que datam do século III a.C., são rostos realistas, simétricos, proporções anatômicas, rostos serenos e ceras usadas para obter efeitos diferentes no material produzido. Também é possível rastrear influências até o Egito, Etiópia e influências bastantes antigas do Oriente Médio árabe. Vale ressaltar que todas essas descobertas testemunham a produção artística muito antes da colonização, e acima da arte dinâmica, que continuava mudando ao longo do tempo. Zabalo (1984) fornece fontes artísticas que esclarecem outras partes da África por mostrar como a arte, os valores estéticos estavam presentes e bastantes dinâmicos. Os Dogons do Mali, os Yaka, Chokwe, Songye, Kongo, Luba, Kuba e Chokwe da República Democrática do Congo oferecem aspectos diferentes da arte africana e incluem outras disciplinas, como teatro, poesia, música, pintura e arquitetura (RANTA, 2015; ODODO, 2001). Arte e artefatos africanos oferecem oportunidades antropológicas para descobrir muito sobre as pessoas e sua criatividade.

Nesse sentido, é necessário focar a atenção na compreensão de Kant da antropologia, que se refere às bases sociais e morais do conhecimento em contextos sociais. O ataque de Mudimbe às afirmações de Hegel também vai contra o próprio conceito de “invenção”, pois, de uma perspectiva epistemológica, a invenção não pode “reinventar” a si mesma sem ser a episteme original, a repetição ou uma reconfiguração impossível de imaginar. Ao negar à África qualquer participação na história, ou seja, também na estética, aqueles que proferem os ataques implicitamente reconhecem sua presença e suas atividades que eles propositalmente ignoram ao recusar um exercício simples que os enviaria

à “arqueologia do conhecimento”² e à “invenção do cotidiano”.³ De muitas maneiras, as críticas sinalizam uma preferência pela “invenção e reinvenção”,⁴ que deixaria livre sua imaginação, isto é, a capacidade de realocação de outras pessoas dentro de locais metafísicos originais. Vendo isso além da desconstrução, Desai (1993) analisa a “tradição da invenção” que, em estudos culturais, “perturbaria” os epistemólogos com o potencial de colocar tudo em questão, mas nunca oferecer a pista mínima para novidade ou descoberta como tal.

Achille Mbembe enriquece o debate sobre as ideias desenvolvidas na África, trazendo o que ele chama de invenção do “negro”, isto é, a apresentação dos africanos como mais uma vez se imaginou, mas nunca como eles são. Na entrevista que o estudioso deu a Catherine Portevin para uma publicação de 2014, ele volta ao conceito de “negro” e sua invenção. Ele afirma que o Norte Global constrói relações preestabelecidas para sua auto-satisfação psicologicamente injustificada. Além disso, o Norte se coloca em uma posição localizada de um lado e os outros do outro lado. O grande encontro inclui o Novo Mundo, continentes e espécies biológicas cujo destino depende totalmente da análise, definições e considerações que o Norte Global filtra e canaliza para o mundo. Infelizmente, segundo Mbembe, esse tipo de processo de reinvenção chegaria a reforçar nos “outros”

² Foucault (1972) levanta a questão sobre o conhecimento e a compreensão da linguagem, que inclui aspectos históricos. De fato, é de tempos distantes que as situações presentes relacionadas à linguagem ou outros fenômenos sociais têm suas fontes.

³ Masolo (1991) relata o entendimento e a comunicação de Mudimbe sobre o conhecimento africano ao longo de sua história. Não precisava da presença ocidental para organizar a vida social, as habilidades e a sobrevivência de sua sociedade. É a busca da vida que Michel de Certeau (1984, 1990) confirma ao sublinhar como a vida social é um resultado da organização social, cultura e mimese, já em uma história distante.

⁴ Margot Schwass (2016) relata como a mente humana em geral e, às vezes, os artistas se deixam levar por descrições de lugares e pessoas ao redor do mundo usando argumentos que não são objetivos, mas projetam seus sentimentos e expectativas.

o entendimento e a aceitação de normas raciais, sociais ou economicamente preestabelecidas pelo mesmo Norte.

Para interromper o processo crítico de identificação através das decisões individuais do Norte Global, Fanon aconselha que os africanos se esqueçam do Norte e iniciem um processo mais objetivo. Para a aplicação da sugestão de Fanon, Gordon (2004, p. 74) propõe que os africanos se livrem da colonização epistemológica e iniciem a “dialética do reconhecimento” sendo “proativos”, isto é, liderando recriações baseadas em suas análises e compreensão. Caso contrário, com a falta desse esforço, a vida se tornaria como uma vida urbana eterna de Joanesburgo. Violência, ansiedades estão presentes em uma urbanidade “africana” ou urbanismo cosmopolita que anuncia como o século XXI é um tempo em que o racismo continua a se transformar todos os dias a partir da reprodução de conceitos canalizados do Norte Global e reciclados à vontade (PORTEVIN, 2014, p. 27).

Percebido como um novo tipo de colonização e fanatismo, o racismo acima assume novas formas e produz metástases cancerígenas no corpo social, enquanto renova, de diferentes maneiras, as lutas de um passado distante. Em um lugar como Joanesburgo, que Mbembe observou e estudou, um conceito como “negro” incluiria novas categorias ausentes de suas categorizações anteriores. Com esse processo de racialização, Mbembe se junta a outros estudiosos influentes, como Bhabha. Para eles e O’Connor (2003, p. 217-243), o pós-pós-colonialismo presta atenção às práticas visuais e culturais relativas à identidade e ao local, apenas para descobrir que o termo “pós” não anuncia fronteiras temporais, mas sim um território espacial. Também anuncia a ocupação da terra, compartilhando o entendimento com o cosmopolitismo transnacional e a globalização, reproduzindo as mesmas preocupações sociais que carecem de imaginação local (MBEMBE, 1992; BHABHA, 1994; APPIAH, 2003).

A fé de Mudimbe na distante história da África e suas contribuições artísticas para o mundo é o principal assunto de seus

escritos. Pois, mesmo não escrita, a África já fazia parte do mundo, como foi comprovado pela antiguidade do Egito e seus muitos contatos com as partes sul dos continentes, além de muitas incursões nos oceanos Atlântico e Índico e no Mar Mediterrâneo (STAHL, 2014). Nesse sentido, Cheikh Anta Diop (1974) desenvolveu teorias ao longo dos anos, apresentando várias provas para examinar as origens do mundo na África e os papéis críticos das civilizações que surgiram do Egito e seu desenvolvimento em outras partes do mundo. Toda a história e civilização africana têm ligações com estética, oralidades e filosofia que não deixam dúvidas sobre a beleza e a grandeza do continente (OBENGA, 1978). A cultura africana deve ser abordada por meio da reconfiguração da “multiplicidade não redutora”, que refletiria gerações sociais de tecidos, interações e projeções percebidas em circunstâncias históricas e culturais específicas (STAHL, 2014, p. 9-10).

A percepção “não redutora” acima pode ser enriquecida com a compreensão de Bourdieu sobre campos, capital, hábitos que garantem a continuação das práticas sociais e do patrimônio. Assim, habilidades, conhecimento e ordem social se moveriam no tempo com as organizações, classes “sociais” e as vantagens decorrentes das interações da comunidade por gerações. Ao mesmo tempo, no entanto, a sociedade não é hermeticamente fechada. Abre-se à novidade que ela adota por meio de interações sociais, mudanças e apropriações (BOURDIEU, 1976, 1984, 1985, 1997; BOURDIEU; WACQUANT, 1992). A socialização inclui membros que são treinados internamente e impõe barreiras às pessoas consideradas de fora. A dinâmica social também aparece em linhas e ideias estéticas condutoras que reforçam a coesão e a celebração dos mesmos valores. O uso social também aparece nas linhas e nas ideias ativas que alteram a coesão e a celebração dos valores.

Reações ocorreram no sentido de sugerir que a África era um continente artisticamente vibrante e injustiçado, pois muitos exploradores não tinham interesse em fatores culturais e, na verdade, estavam apenas em busca de conquistar territórios

para os seus respectivos países de origem e expropriar a maior vastidão possível de terras antes que a Conferência de Berlim estabelecesse novas fronteiras. A partir de então, houve um giro nas narrativas sobre a riqueza artística que cobria diferentes regiões africanas. Publicações mostraram caminhos para os lugares conhecidos por habilidades específicas em produções artísticas, arquitetura e produção de ferramentas com o uso de vários metais. Apresentou-se a marcha do ferro, elogiou-se Kumbi Saleh, a capital do ouro, apontaram-se os maiores templos construídos no deserto, enfatizou-se a grandeza da Etiópia através de suas artes decorativas, focada em edifícios específicos da costa leste e mostrou imagens do Sul velho. Mostrou-se que a África Ocidental tinha lugares essenciais, como o reino do Benin, e as regiões Centrais e Sul da África foram comemoradas por seus reinos anteriores. A arquitetura monomotapa no Zimbábue e os templos do faraó no Egito também foram mencionados ao revelar suas especificidades não encontradas em outras partes do mundo.

A principal herança estética da tradição oral africana para compartilhar com o mundo

Após as considerações feitas acima, é hora de analisar o que as tradições orais podem oferecer para enriquecer a temática em questão. As estratégias de comunicação não escritas usadas em muitos países africanos ainda podem ser exploradas e compartilhadas com o mundo. Finnegan (2012), Verbeek (2003, 2007a, 2007b) e Okpewho (1990, 1992) apresentam características específicas que ilustram a estética resultante das interações envolvendo artistas e seus públicos. É impressionante a crítica de como o narrador não está compartilhando o produto estético final, mas obtém a contribuição do público através de diferentes participações para a apresentação artística.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que os produtores das tradições orais africanas se comportaram em muitos casos como se fossem mediadores. É nesse ambiente que mistura consciência e inconsciência que o artista se distancia de posições ideológicas ou de defender uma causa ou outra que estaria fora das competências artísticas. As oralidades se comportam como um meio que possibilita aos artistas transmitir mensagens e cânones da beleza. Em segundo lugar, as tradições orais ganharam saliência e passaram a ser concebidas como meios legítimos. O próprio público, os músicos, os instrumentos musicais e os cenários participaram da produção do que se entenderia como uma boa performance. O mundo também atribuiu muita importância aos recursos visuais que funcionavam tanto para o narrador quanto para o público.

Em terceiro lugar, as performances africanas ao longo dos anos incorporaram a capacidade de atualização e reatualização de seus conteúdos, objetivos, estratégias de comunicação e participação. Dessa forma, a antiguidade se transforma continuamente e o papel do narrador se adapta ao ambiente. No entanto, ao mesmo tempo, um substrato persistente que explora o passado distante mantém os elos essenciais com o que Mudimbe (1993) aborda como o passado arqueológico.

Em quarto lugar, o conceito folclórico, por exemplo, inclui muitos gêneros literários que se comunicam através de diferentes técnicas. Poesia, épicos, letras de músicas, panegíricos, elegíacos, canções, textos religiosos podem ser usados em vários momentos sociais e são frequentemente associados a determinadas oportunidades. Eles tentam, tanto quanto possível, reproduzir o passado distante através da mimese e de apresentações teatrais. Os artistas poderiam trabalhar de maneira diferente para alcançar a estética que precisavam alcançar. No entanto, embora o clímax esteja geralmente no meio de uma narrativa nas tradições ocidentais, muitas produções locais colocaram o pico narrativo no final da história (FINNEGAN, 2012, p. 222, 329, 369). Essa apresentação

de histórias é feita de forma antífona, solicitando respostas do público que participa da produção narrativa.

Em quinto lugar, uma observação atenta das tradições orais africanas distantes indica que diferentes estilos artísticos estão presentes e se adaptam a idades, gêneros e necessidades. Os bebês têm a sua parte com canções e músicas que os embalam essencialmente, ou que lentamente os levam a entender o mundo adulto em que crescerão. No entanto, os adultos são expostos a uma linguagem muito mais complexa que requer diferentes associações mentais e o uso de conceitos adaptados aos eventos sociais. Os personagens incluem animais, monstros e humanos cujas presenças nas narrativas mantêm ênfase especial na amplificação, resumindo as principais ideias e lições a serem tiradas da tradição oral apresentada (FINNEGAN, 2012).

Em sexto lugar, a respeito de linguagem, provérbios, enigmas, tom, ritmo e gesticulações, participam da organização de um gênero específico, reservado a um grupo. Quando corretamente aplicadas com o uso de uma linguagem explícita, as funções sociais aparecem à medida que os artistas se tornam cada vez mais importantes em sua sociedade e desempenham papéis sociais. Os provérbios são conhecidos principalmente por serem curtos, algumas poucas palavras reunidas para comunicar uma mensagem que vai muito além das simples palavras. Eles são acumulados ao longo dos anos, à medida que especialistas trazem mais de diferentes campos relacionados à vida social, experiência histórica, gênero, narrativas orais e ondas geracionais (VERBEEK, 2003, 2007a, 2007b).

A combinação dos seis pontos relacionados à oralidade aqui mencionados rapidamente ganha notoriedade no mundo moderno pelo trabalho de destacados escritores africanos. Produtores anônimos, ao seguirem as técnicas mencionadas acima, puderam ser conhecidos em todo o continente e muito além. Eles facilmente pegam emprestado as técnicas com os vizinhos e incluem em

suas produções artísticas, especialmente as ondas migratórias (VANSINA, 1962, 1966, 2004). É crucial que os estudiosos, e especialmente os artistas, ainda prestem muita atenção ao distante passado africano para obter dele detalhes que contribuiriam para o desenvolvimento mundial em diferentes campos, de fato, e não apenas na literatura. A diáspora africana percorreu o mundo trazendo as mesmas estratégias de produção artística e enriquecendo-as com novos contatos e descobertas (APPIAH, 2013).

Escritores como Tutuola, Achebe, Ekwensi, Soyinka e Chima-manda foram capazes de capturar recursos orais e lentamente adaptá-los aos requisitos de escrita, obrigações estéticas e cânones literários (OGUNBIYI, 1988, p. 79-80). Outros artistas também se inspiraram nas tradições orais e cresceram muito rapidamente na indústria cinematográfica nigeriana, expandindo-se na África e muito além. Tsaaior e Ugochukwu (2017, p. 276) destacam semelhanças entre artistas de um passado distante e autores de diferentes produções artísticas na Nigéria e em todo o mundo.

Artefatos (Mwana Pwo, Mulapu, Chijikaji, Katoyo⁵) e estética

As teorias de Hegel mencionadas no início deste texto mostraram suas limitações e nulidade no que diz respeito à estética africana, por um lado, e as dinâmicas da estética da diáspora africana passam a ser consideradas. Esta seção se concentrará em casos que são testemunhos da teoria da *Tabula Rasa* de Hegel, como ilustração de uma vasta ignorância das capacidades africanas em muitas disciplinas e áreas sociais.

As máscaras Mwana Pwo existem há muitos séculos entre os Chokwe. Acredita-se que elas representem a beleza original das

⁵ Para mais detalhes sobre a Mwana Pwo e outras máscaras, várias fontes estão disponíveis. Entretanto, Jordan (1996, 1998, 1999, 2003, 2006), Bastin (1984) e Kaputu (2017) certamente fornecerão aos leitores informações suficientes sobre as máscaras apresentadas neste capítulo.

mulheres Chokwe e seu alto status social, embora os homens apenas as esculpam no campo de iniciação de Mukanda e as ponham no dia da saída da iniciação. Essas máscaras exibem diferentes características atribuídas às mulheres, como seus diferentes rituais de iniciação.

No entanto, uma observação cuidadosa da Mwana Pwo leva à descoberta de algumas outras coisas diferentes que vieram com o tempo. Por exemplo, não é a mesma complexidade de pó usada em todas as máscaras. Há muita mudança devido ao novo conhecimento e ao uso de mais plantas, raízes e argilas. Na mesma linha, um simples olhar para os cabelos mostra muitas mudanças relacionadas à aparência de um material natural simples. Não é surpreendente descobrir que hoje os penteados que a maioria das mulheres africanas usa têm muitas características comuns com essas máscaras. Além de Mwana Pwo, outras máscaras também esculpidas de muita imaginação e reprodução de entendimentos cosmológicos constroem uma hierarquia divina representada sob a liderança de Mulapu, a máscara real que retrata a filosofia social local e estratégias de sobrevivência em um ambiente exposto a perigos temporais (ODODO, 2001). Esses artefatos participam de estratégias de resistência à modernidade imposta e rapidamente levam à produção de múltiplas modernidades (APPADURAI, 1986; MBOG, 2007; GIDDENS, 1999; OTTO; PEDERSEN, 2005; QUIJANO, 2007).

Festivais e novas máscaras

A seção acima mostra que criatividade, imaginação, filosofia e questionamentos ao passado, ao presente e ao futuro sempre estiveram presentes nas comunidades africanas. Elas tiveram que pensar em sua organização social e garantir que a ordem social pudesse sobreviver de uma geração para outra. A distinção de Pierre Bourdieu e as teorias de campo se aplicam aqui, pois

os membros da sociedade africana estavam ocupados garantindo que as gerações futuras continuassem usando a sabedoria do passado. A linha de pesquisa de Bourdieu inclui teorias que oferecem suporte para a compreensão do conceito de “perpetuação” aplicado à vida comunitária, preservação dos valores sociais, formação de classes, construção de identidade e capacidade de manter-se independente, embora, ao mesmo tempo, ocorra uma pequena abertura no que diz respeito a algumas novidades (BOURDIEU, 1984).

Questões relacionadas ao sagrado têm tido ênfase específica em relação às organizações religiosas e à compreensão do divino *versus* o profano. No entanto, a maioria das comunidades demonstrou que a distância que separa o sagrado e o divino não é grande. A mimese produzida com apresentações estéticas locais também se move no tempo e se adapta aos ambientes e necessidades sociais por meio de símbolos religiosos e costumeiros (ELIADE, 1963, 1998). Uma dinâmica cultural de todo o mundo chama a atenção para mudanças fluidas e globais significativas, nas quais a diáspora global desempenha um papel significativo (APPADURAI, 1986, 1996, 2013).

A diáspora africana

De muitas maneiras, a diáspora africana seguiu as linhas acima na tentativa de (re)criar a si mesma. A diáspora é, a princípio, o resultado do mesmo tratamento reservado aos habitantes locais em seu país de origem. Atinge o novo estado em condições que o obrigam a questionar sua presença e a se comparar com os habitantes do local (SANCHEZ, 2005).

Em Minas Gerais (Brasil), por exemplo, uma observação atenta dos grupos Congado oferece a oportunidade de encontrar conexões com a África, pois a poética e a estética exibem muitas das mesmas perguntas e buscas por novos desenvolvimentos. A

mesma poética também revela como esses grupos recriaram seu ambiente e, principalmente, como eles poderiam se desenvolver como corpos independentes. Suas estratégias em relação às forças portuguesas a princípio e depois a todos os grupos dominantes (e na busca do equilíbrio de gênero) surgiram da mesma maneira com que as comunidades africanas organizaram resistência contra a modernidade forçada e a influência estrangeira. A resistência mais crucial consistiu em integrar práticas culturais e religiosas dos oponentes nas populações escravizadas, levando à recriação dos afro-brasileiros em um mundo que também carrega uma espinha dorsal que remonta à África antiga. Se bem observado, nota-se que muitos países, especialmente nas Américas do Norte e do Sul, aceitaram e adaptaram a música africana ao seu respectivo crescimento social, estilo e estética (GREEN, 2015).

Mudimbe, Mbembe, Bourdieu, Apter

Os estudiosos aqui acima nos ajudaram a entender como o processo de continuidade, descontinuidade, invenção e reinvenção da estética, ideologias e espaços culturais africanos pode ser entendido. As comunidades africanas locais na África e na diáspora seguiram as mesmas estratégias, dado que tiveram que enfrentar as mesmas forças externas e as mesmas perguntas.

Além disso, podemos entender como Mudimbe considera que a sociedade africana, em geral, sempre enfrentou seu destino e organizou sua vida temporal em relação ao sagrado e ao profano, incluindo fatos sociais e a estética, sublinhando diferentes linhas dinâmicas e progressivas (ELIADE, 1963). Levantar questões sobre invenção e reinvenção da África e sua estética pode parecer inútil, pois a estética sempre entra em uma dinâmica de continuidade e descontinuidade, a continuidade continua avançando, incluindo algumas novidades à medida que o crescimento da sociedade vem com novas necessidades.

Já é tempo de o debate e o discurso sobre o passado africano, baseados na condenação das forças coloniais e das fontes acadêmicas, darem um passo à frente. É evidente, como mostrado neste texto, que a África sempre foi um continente vibrante. O que Apter (1992) revela em uma pergunta simples é de grande utilidade para esse propósito e para descobrir o que pode ser feito para o futuro. O título do artigo “O que fazer?” sugere corretamente o que deve ser feito. Trata-se de encontrar novas perguntas e debates colaborativos sobre artes, estética e criatividade globais. Demonstraremos de várias maneiras como a África e a diáspora africana continuam, independentemente, interrompendo, inventando e reinventando estratégias estéticas que constroem novos corpos que ligam o local e o global através do conceito glocal (ROUDOMETOF, 2015). Qualquer sucesso local nas artes, nova estética, novas estratégias de comunicação são facilmente compartilhadas com outros artistas de todo o mundo (APPADURAI, 1996). Ver a estética africana e seus deslocamentos por toda a África, sua diáspora e a pergunta de Apter acima mencionada, tudo isso pode levar à observação de uma transmutação, sinais em movimento finalmente transformando as imagens em narrativas, uma estrutura significativa dentro de outros fenômenos sociais e detalhes da vida (DERRIDA, 1978, p. xi).

Conclusão

Já é tempo de pararmos, embora o discurso continue seu caminho. Precisamos lembrar que, graças a V. Y. Mudimbe e Achille Mbembe, a princípio, conseguimos focar o tópico em uma discussão que vem ocorrendo há muitos anos. Um debate sobre a estética africana pode ser escorregadio, pois pode ser uma maneira de se justificar ou de aprofundar o ódio contra aqueles que no passado colocaram no mercado teorias que não levavam muita consideração a um continente inteiro, a África.

Embora seja essencial conhecer esse passado distante e suas repercussões nos dias de hoje em muitas disciplinas e contatos humanos, acreditamos que podem ser encontradas melhores estratégias para lidar ainda com as mesmas questões de maneira diferente. Em vez de discutir como as injustiças causadas ao mundo causaram tanta dor, acreditamos que é hora de apontar a verdade em sua dinâmica. A estética africana inspirou o mundo e ainda está ligada ao mundo.

Atualmente, as novas tecnologias trouxeram facilidades que tornam o mundo um lugar onde ações, movimentos, compartilhamento de habilidades e conhecimento se movem rapidamente de um canto para o outro, sem qualquer limitação, como o livro de Appadurai aponta incessantemente. Sob a nova configuração resultante da multimídia e de novos interesses compartilhados, os fatos culturais que antes se acreditavam primitivos surgiram na frente do cenário global e são compartilhados com o mundo inteiro. Além disso, a estética africana atingiu agora um nível que não apenas mostra que eles têm uma história distante, mas também que estão conectados ao mundo. A África e sua diáspora têm muito a oferecer, e sua contribuição para o mundo continuará crescendo à medida que os fatos culturais vão cavando seu passado distante. Enquanto isso, eles irão gerar diferentes mecanismos de rejuvenescimento, mantendo uma conexão estável com suas origens históricas.

Referências

APPADURAI, A. (ed.). *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

APPADURAI, A. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Mineapolis: University of Minnesota Press, 1996.

APPADURAI, A. *The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition*. New York: Verso, 2013.

- APPIAH, K. A. Race, Culture, Identity: Misunderstood Connections. In: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (ed.). *The African Philosophy Reader*. 2. ed. Great Britain: Routledge, 2003. p. 435-456.
- APPIAH, K. S. Continuity and Discontinuity in Traditional African Narrative Ethics. *Research on Humanities and Social Sciences*, v. 3, n. 5, 2013. Disponível em: www.iiste.org. Acesso em: 30 dez. 2018.
- APTER, A. “Que Faire?” Reconsidering Inventions of Africa. *Critical Inquiry*, v. 19, n. 1, p. 87-104, 1992.
- BARAKA, A. The “Blues Aesthetic” and the “Black Aesthetic”: Aesthetics as the Continuing Political History of a Culture. *Black Music Research Journal*, v. 11, n. 2, p. 101-109, 1991.
- BASTIN, M. L. Ritual Masks of the Chokwe. *African Arts*, v. 17, n. 4, p. 40-45, 92-93, 95-96, Aug. 1984.
- BHABHA, H. K. *The Location of Culture*. New York: Routledge, 1994.
- BOURDIEU, P. Le sens pratique. *Acte de la recherche en sciences sociales*, v. 2, n. 1, p. 43-86. févr. 1976. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1976_num_2_1_3383. Acesso em: 3 maio 2020.
- BOURDIEU, P. *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Trad. R. Nice. London: Routledge Classics, 1984.
- BOURDIEU, P. The Social Space and the Genesis of Groups. *Theory and Society*, v. 14, n. 6, p. 723-744, 1985.
- BOURDIEU, P. *Outline or a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. *Réponse: pour une anthropologie réflexive*. Paris: Le Seuil, 1992.
- COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (ed.). *The African Philosophy Reader*. 2. ed. Great Britain: Routledge, 2003.
- DE CERTEAU, M. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- DE CERTEAU, M. *L'invention du quotidien*. Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.
- DERRIDA, J. *Writing and Difference*. Trad. Alan Bass. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

DESAI, G. The Invention of Invention. *Cultural Critique*, n. 24, p. 119-142, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i258524>. Acesso em: 3 maio 2020.

DIOP, C. A. The African Origin of Civilization: Myth or Reality. Trad. Mercer Cook. New York: Lawrence Hill & Company, 1974.

ELIADE, M. *The Sacred and the Profane: The Nature of Religion*. Paris: Gallimard, 1963.

ELIADE, M. *Rites and Symbols of Initiation*. New York: Spring, 1998.

FINNEGAN, R. *Oral Literature in Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FOUCAULT, M. *The Archaeology of Knowledge and the Discourse on Language*. Trad. A. M. S. Smith. New York: Pantheon Books, 1972.

GIDDENS, A. *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*. Cambridge: Polity Press, 1999.

GORDON, L. R. Fanon and Development: A Philosophical Look. *Africa Development Senegal*, v. 29, n. 1, p. 71-94, 2004.

GREEN, V. B. African-Derived Music of the Americas. *American International Journal of Contemporary Research*, v. 5, n. 5, Oct. 2015. Disponível em: www.aijcrnet.com. Acesso em: 3 jan. 2019.

HEGEL, G. W. F. *The Philosophy of History*. Kitchener: Batoche Books, 2001.

JORDAN, M. *Tossing Life in a Basket: Art and Divination among Tshokwe, Lunda, Luvale and Related Peoples of Northwestern Zambia*. Thesis (PhD) – University of Iowa, Iowa, 1996.

JORDAN, M. *Chokwe*. New York: The Rosen Publishing Group, 1998.

JORDAN, M. Chokwe: Art and Initiation among the Chokwe and Related Peoples. *African Arts*, v. 32, n. 2, p. 18-35, 90, 1999.

JORDAN, M. Tupele, les symboles du panier divinatoire Chokwe. *Tribal*, v. 8, n. 1, p. 2, 96-100, 2003.

JORDAN, M. *Makishi: Mask Characters of Zambia*. Los Angeles: UCLA Fowler Museum, 2006.

KAPUTU, F. U. “*Chilima*” and the Remaking of Chokwe Identity: An Interdisciplinary Study on Globalization, Material Traditions and Gendered CosmoPolity. Bursseles: VUPress, 2017.

- MASOLO, D. A. An Archaeology of African Knowledge: A Discussion of V. Y. Mudimbe. *Callaloo*, v. 14, n. 4, p. 998-101, 1991.
- MBEMBE, A. The Banality of Power and the Aesthetics of Vulgarity in the Postcolony. *Public Culture*, v. 4, n. 2, p. 1-30, 1992.
- MBOG, B. *Esthétique de l'art africain: symbole et complexité*. Paris: L'Harmattan, 2007.
- MUDIMBE, V. Y. From "Primitive Art" to "Memoriae Loci". *Human Studies*, v. 16, n. 1/2, p. 101-110, 1993.
- OBENGA, T. Cheikh Anta Diop et les autres. *Présence Africaine*, n. 105/106, p. 29-44, 1978. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24349733>. Acesso em: 19 maio 2018.
- O'CONNOR, E. Preface for a Post-Postcolonial Criticism. *Victorian Studies*, v. 45, n. 2, p. 217-246, 2003. Disponível em: muse.jhu.edu/article/46201. Acesso em: 03 maio 2020.
- ODODO, S. E. Theatrical Aesthetics and Functional Values of Ekuechi Masquerade Ensemble of the Ebira People in Nigeria. *African Study Monographs*, v. 1, n. 22, p. 1-36, May 2001.
- OGUNBIYI, Y. *Perspectives on Nigerian Literature: 1700 to the Present*. Nigeria: Guardian Books Nigeria, 1988. v. 2.
- OKPEWHO, I. (ed.). *The Oral Performance in Africa*. Ibadan, Nigéria: Spectrum Books Limited, 1990.
- OKPEWHO, I. *African Oral Literature: Background, and Continuity*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1992.
- OTTO, T.; PEDERSEN, P. (ed.). *Tradition and Agency: Tracing Cultural Continuity and Invention*. Denmark: Aarhus University, 2005.
- PORTEVIN, C. Interview d'Achille Mbembe. *Philosophie Magazine*, v. 7, p. 26-29, Feb. 2014.
- QUIJANO, A. Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2/3, p. 168-178, 2007.
- RANTA, M. Art, Aesthetic Value, and Beauty: On the Evolutionary Foundations of 'Narrative Resemblance Concepts'. In: WILKOSZEWSKA, K.; CHUDOBA, E. (ed.). *Proceedings of 19th ICA 2013 Krakow: Naturalizing Aesthetics*. Cracow, Poland: Jagellonian University, 2015. p. 59-69.

ROQUE, R. The Razor's Edge: Portuguese Imperial Vulnerability in Colonial Moxico, Angola. *The International Journal of African Historical Studies*, v. 36, n. 1, p. 105-124, 2003.

ROUDOMETOF, V. Theorizing Glocalization: Three Interpretations. *European Journal of Social Theory*, p. 1-18, 9 Sept. 2015.

SANCHEZ, G. G. Diasporic Identity Formation among Cape Verdeans in Boston. *The Western Journal of Black Studies*, v. 29, n. 2, p. 532, 2005.

SCHWASS, M. Invention and Reinvention: Greville Texidor Meets Frank Sargeson. *Journal of New Zealand Literature*, v. 34, n. 1, p. 8-26, 2016. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/90000544>. Acesso em: 18 maio 2018.

SHAVA, S. The African Aesthetic. In: SHUJAA, M. J.; SHUJAA, K. J. *The SAGE Encyclopedia of African Cultural Heritage in North America*. Thousand Oaks, CA, EUA: SAGE Publications, 2015. p. 11-16.

STAHL, A. B. Africa in the World: (Re)centering African History through Archaeology. *Journal of Anthropological Research*, v. 70, n. 1, p. 5-33, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24393744>. Acesso em: 19 maio 2018.

THOMPSON, R. F. An Aesthetic of the Cool. *African Arts*, v. 7, n. 1, p. 40-43, 64-67, 89-91, 1973. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3334749>. Acesso em: 19 out. 2014.

TOURÉ, A. M. Dawn-Song and the “Evolution of the Black Aesthetic” an Outline of a Few, Key Concepts/Archetypes/Metaphors. *Africology: The Journal of Pan African Studies*, v. 11, n. 6, p. 255-259, 2018.

TSAAIOR, J. T.; UGOCHUKWU, F. (ed.). *Nigerian Film Culture and the Idea of the Nation: Nollywood and National Narration*. London: Adonis & Abbey, 2017.

VAN DER HOVEN, A. Aesthetics, Ideology, and the Position of the Critic. *Theoria: A Journal of Studies in the Arts, Humanities and Social Sciences*, n. 77, May 1997.

VANSINA, J. Long Trade-Routes in Central Africa. *The Journal of African History*, v. 3, n. 3, p. 375-390, 1962.

VANSINA, J. *Kingdoms of the Savanna*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1966.

VANSINA, J. *How Societies Are Born: Government in West Central Africa before 1600*. Charlottesville, EUA: University of Virginia Press, 2004.

VERBEEK, L. *Pleureuses du Luapula – Moëro: mélodies funèbres du sud-est Katanga*. Tervuren, Belgique: MRAC, 2003.

VERBEEK, L. *Le chasseur africain et son monde: chansons de chasse du sud-est du Katanga*. Tervuren, Belgique: MRAC, 2007a.

VERBEEK, L. *Les jumeaux africains et leur culte: chansons des jumeaux du sud-est du Katanga*. Tervuren, Belgique: MRAC, 2007b.

WELSH-ASANTE, K. *The African Aesthetic: Keeper of the Traditions*. Westport, CT: Greenwood Press, 1993.

ZABALO, X. S. J. *Art nègre: approche anthropologique et historique. Complément a cours d'esthétique de cinquième secondaire*. Kinshasa, Congo: Centre de Recherches Pédagogiques, Paulines Librairie, 1984.

11. CÂNTICOS OFICIAIS E POPULARES DO FUTEBOL DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

*Elcio Loureiro Cornelsen
Gustavo Cerqueira Guimarães*

O futebol e seus cânticos: introdução

O estudo do desporto diz muito sobre as características dos países africanos.

Francisco Nascimento e Andrea Marzano

A relação entre futebol e música é secular, suas raízes remontam aos primórdios do esporte bretão. Se pensarmos no berço do esporte ocidental, a Grécia Antiga, constataremos que, já naquela época, as Odes de Píndaro dedicadas a campeões olímpicos dão testemunho de futuras possibilidades de tal relação (PÍNDARO, 2016). Cabe ressaltar que, enquanto composição poética, originalmente, a ode podia ser cantada ou declamada, o que atesta também, no caso das Odes de Píndaro em questão, a relação entre esporte, música e poesia.

Além disso, as odes pertencem ao discurso laudatório. Etimologicamente, o termo latino *laudatio* significa “elogio” ou “panegírico”, que, na Grécia Antiga, era pronunciado em reuniões

e festividades, um discurso marcadamente de exaltação e de louvor. Sem dúvida, os cantos religiosos medievais, parte constitutiva da hagiografia (CORNELSEN, 2011, p. 130), também contribuíram para a formação de um rico cancionário, o qual inspirará a composição de hinos em contextos laicizados, principalmente com o advento do Estado-Nação moderno, na segunda metade do século XIX, e a criação de toda uma simbologia evocada na construção identitária:

Por definição, hino (do grego: *ῥυμος hymnos*, “estrutura sonora”) é uma composição poético-musical de louvor ou exaltação. O hino é expressão de entusiasmo elevado, originalmente, um poema ou cântico de veneração ou louvor à divindade, portanto, de cunho religioso, escrito especificamente para louvor ou adoração tipicamente endereçado a deuses e heróis (CORNELSEN, 2014b, p. 108).

Transposto para o âmbito do esporte em geral e do futebol, em especial, ainda nos dias de hoje, tal discurso laudatório se materializa mundo afora nos cânticos – hinos de clubes e cantos das torcidas. Em geral, podemos identificar em suas letras “componentes líricos (a forma poética propriamente dita), épicos (elementos que alimentam o mito em relação à determinada agremiação, como alusão a símbolos, conquistas, virtudes etc.) e dramáticos (as marcas textuais que denotam afetividade, apelo à fidelidade, emoção e louvor em relação ao clube)” (CORNELSEN, 2014a, p. 42).

Neste breve estudo, dedicar-nos-emos à análise de hinos e cânticos de futebol em Moçambique e Angola, ex-colônias portuguesas na África. Para tanto, tal estudo demandará uma contextualização a respeito do futebol em ambos os países, a fim de situá-lo enquanto manifestação cultural que, inegavelmente, está associada aos processos colonizatórios e civilizacionais aos moldes ocidentais. Como bem aponta o sociólogo britânico Richard

Giulianotti (2010, p. 13), “qualquer análise do esporte africano precisa estar a par das histórias coloniais e neocoloniais em relação à chegada e à difusão das tradições esportivas na África”.

Conforme os historiadores Francisco Nascimento e Andrea Marzano ressaltam,

poucos historiadores, sociólogos e antropólogos têm se dedicado à análise do esporte no continente como um todo, o que se explica, em parte, pela ideia de que tal estudo não pode contribuir para solucionar os graves problemas da África. Quando avaliamos a produção específica sobre o esporte em países africanos de língua oficial portuguesa, a escassez é ainda mais evidente. Mesmo em Portugal, onde o caráter de antiga metrópole é responsável pelo maior volume de pesquisas sobre as ex-colônias, apenas recentemente as práticas esportivas têm sido alvo de investigações sistemáticas (NASCIMENTO; MARZANO, 2013, p. 2).

Nos últimos anos, felizmente, esse quadro tem mudado. Nosso estudo se propõe, justamente, como uma contribuição para os estudos da relação entre futebol, linguagem e artes em países africanos de língua portuguesa.

Futebol em Angola: um panorama

De acordo com Richard Giulianotti (2010, p. 16), “o elevado status do esporte entre regimes coloniais africanos garantiu que ele desempenhasse uma posição chave na luta de movimentos anticoloniais e nacionalistas”. E como aponta a antropóloga húngara Bea Vidacs (2010, p. 48), “especialmente o futebol se tornou um local de resistência e de desafio aos colonizadores”. No caso de Angola, isso não foi diferente.

A fundação dos primeiros clubes de futebol em Luanda, segundo a historiadora Andrea Marzano, remonta às três primeiras décadas do século XX, entre eles, o Grupo Nacional de Football,

em 1913, o Sporting Club de Luanda, em 1920, o Império Football Club, em 1921, o Sport Lisboa e Luanda, em 1922, e o Operário Football Club, em 1922 (MARZANO, 2010, p. 79). Uma primeira organização do futebol na cidade teria sido levada a cabo com a fundação da Liga de Football de Luanda, em 1914. Todavia, devido a atos de violência em jogos e a questões de arbitragem, e também à crescente distinção entre equipes de colonos e de angolanos, em 1926, seria fundada a Associação de Football de Luanda como uma dissidência da Liga, sendo ambas unificadas no mesmo ano pela Federação Desportiva de Luanda (MARZANO, 2010, p. 91-94).

Além disso, na primeira metade do século XX, o cenário do futebol em Angola era marcado também por questões raciais. Segundo o cientista político Jonuel Gonçalves (2010, p. 138), “os primeiros clubes angolanos foram fundados por imigrantes portugueses com quem esses imigrantes simpatizavam”, o que acabou por gerar práticas segregacionistas. De acordo com o historiador Marcelo Bittencourt, havia os chamados “clubes de brancos”:

Nessa categoria estariam o Sport Luanda e Benfica, o Futebol Clube de Luanda e o Sporting Clube de Luanda, espécies de filiais dos respectivos clubes metropolitanos, Benfica, Porto e Sporting [...] Esses clubes não admitiriam jogadores negros em seu plantel até meados da década de 1950. E mesmo jogadores de futebol mestiços só seriam aceitos nos fins da década de 1940. Curiosamente, na metrópole os clubes de futebol já aceitavam jogadores mestiços e negros desde os anos 1940 (BITTENCOURT, 2010, p. 104-105).

Todavia, como aponta Marcelo Bittencourt, o discurso colonialista português mudaria, significativamente, à luz do chamado “lusu-tropicalismo” freyriano: “Portugal, a partir dos anos 1950, percebendo o cenário político internacional e a chegada do vento das descolonizações, passa a defender que não tem

colônias na África, mas sim Províncias Ultramarinas, alterando tal nomenclatura em sua legislação” (BITTENCOURT, 2010, p. 107-108). De acordo com o historiador Marcos Cardão (2019, p. 2),

Gilberto Freyre, um conhecido sociólogo brasileiro, cunhou o conceito de luso-tropicalismo depois de viajar pelas colônias portuguesas no início dos anos 1950, a convite do ministro do Exterior de Portugal. Sua afirmação básica era que os portugueses eram definidos por sua “inclinação, ausente em outros europeus mais expansionistas, de viver, amar, gerar e criar filhos nos trópicos, socializando com mulheres, homens e valores tropicais, em vez de simplesmente explorar os homens, exterminando os valores ou estuprando as mulheres nas terras que conquistaram”.¹

Não é por acaso que, assim como ocorrera com jogadores moçambicanos, alguns jogadores angolanos se destacaram no cenário do futebol em Portugal, como parte dessa mudança aparente na política colonial. “Nos anos 1950, futebolistas como Peyroteo e Águas chegaram à seleção portuguesa, e Óscar, Fernando Mendonça e Eduardo Santos, mesmo sem terem entrado na seleção, afirmaram-se em Portugal. Nos anos 1960 foi a vez de Chipenda, Jacinto João, Inguila e Diniz” (GONÇALVES, 2010, p. 140).

Todavia, na contramão do discurso pautado pelo “luso-tropicalismo”, em certa medida, o âmbito do futebol oferecia também espaço para resistência à política colonial e para luta pela futura independência de Angola. Um caso típico de tal atuação, apresentado por Marcelo Bittencourt, é o do Botafogo, cuja sede era

¹ Gilberto Freyre, a well-known Brazilian sociologist, coined the concept of Luso-tropicalism after traveling through the Portuguese colonies in the early 1950s, by invitation of Portugal’s overseas minister. His basic claim was that the Portuguese were defined by their “inclination, missing in other more expansionist Europeans, for living, loving, bearing and rearing children in the tropics, socializing with tropical women, men and values, rather than simply exploiting the men, wiping out the values, or raping the women in the lands they conquered”.

localizada em área periférica de Luanda, marcadamente habitada por locais: “É assim que o Botafogo vai se transformando em um local de encontro, de discussão política e até mesmo, para alguns de seus adeptos, em local de conscientização política e trabalho clandestino” (BITTENCOURT, 2010, p. 115). Ao lado do Botafogo, fechado em 1961 por ordem do governo colonial, o Clube Atlético de Luanda, fundado em 1924, seria rotulado, nos anos 1960, através do viés colonialista como “clube dos terroristas”, “pelo fato de por ele terem passado alguns dos futuros dirigentes da luta anticolonial” (BITTENCOURT, 2010, p. 105).

Por sua vez, o período de transição entre o fim do domínio português e a independência produziu mudanças profundas no cenário esportivo angolano, em especial no âmbito do futebol:

A retirada, em 1975, de dirigentes, técnicos e atletas, conduziu ao abandono de instalações e paralisação seguida de desaparecimento dos clubes onde a presença portuguesa era largamente majoritária. Resistiriam clubes com maioria de dirigentes e atletas angolanos ou clubes com alguns dirigentes angolanos e bastantes praticantes nacionais. Nos casos em que se tratava de clubes filiais de portugueses, procedeu-se a mudança de nome (por orientação governamental). Sem esperar por essa orientação, o Portugal de Benguela rebatizou-se de Nacional (GONÇALVES, 2010, p. 145).

Todavia, segundo Jonuel Gonçalves (2010, p. 145-146), “no ano de 1975 e começo de 1976, a atividade desportiva organizada quase não existia a nível local e não existia de forma alguma a nível nacional. A razão era a situação de guerra que atingiu fortemente tanto as cidades como as zonas rurais”. Neste ponto, cabe uma informação importante sobre as disputas nacionais. O campeonato nacional de futebol em Angola, mais conhecido por Girabola ZAP, organizado pela Federação Angolana de Futebol, foi interrompido entre os anos de 1975 e 1979.

Aliás, o termo “Girabola”, segundo o jornalista Betumeleano Ferrão, remonta ao ano de 1972 e teria sido cunhado pelo jornalista e radialista esportivo Rui Carvalho como substitutivo ao nome oficial da competição, denominada de “Campeonato do Estado Ultramarino de Angola”, disputado de 1941 a 1975, e que também fora designado anteriormente como “Campeonato Provincial de Angola”. Assim, o termo “Girabola” tornou-se “uma forma sutil de protesto anticolonial” (FERRÃO, 2011).

Cabe ressaltar também que um decreto baixado pela Secretária de Estado da Educação Física e Desportos (SEEDF) em janeiro de 1980 determinou que todos os clubes, cujos nomes remontassem à era colonial, mudassem de denominação. Atendendo a tal decreto, o Sporting de Luanda alterou o seu nome para Leões de Luanda, o Benfica do Huambo assumiu a designação de Mambrôa, enquanto o Benfica do Lubango adotou o nome Chela, segundo Betumeleão Ferrão (2011), “numa clara alusão [às] serras da cidade”.

No processo de reestruturação esportiva do país, em 1979, foi criada a Federação Angolana de Futebol (FAF), filiada à FIFA em 1980. Segundo Jonuel Gonçalves, de início, seis equipes têm se destacado das demais:

Ao mesmo tempo, afirmaram-se os clubes com mais suporte financeiro e/ou administrativo: o Primeiro d’Agosto, clube das [F]orças [A]rmadas pelas vantagens que oferecia aos jovens em idade militar, vantagens apreciáveis se nos lembrarmos que o país estava em guerra; o Petro Atlético, graças ao patrocínio e importantes investimentos da Sonangol, maior empresa produtiva de Angola; o Primeiro de Maio de Benguela, enquanto a empresa África Têxtil teve força; o Sagrada Esperança do Dundo, clube ligado à companhia diamantífera; o Inter Clube, pertencente à polícia e o ASA, dependente da companhia aérea TAAG (GONÇALVES, 2010, p. 147).

Nos cenários continental e mundial, o futebol angolano também tem se feito presente, tanto pela participação de clubes na Liga dos Campeões da CAF (Confederação Africana de Futebol), quanto pela única participação da seleção nacional, até o presente momento, na fase final da Copa do Mundo de 2006, na Alemanha, quando os “Palancas Negras” foram eliminados na fase de grupos, contabilizando dois empates e uma derrota (GONÇALVES, 2010, p. 156).

Além disso, Angola sediou a Copa Africana de Nações em 2010. Todavia, um incidente marcaria negativamente o torneio: o ônibus da delegação de Togo foi atacado pelo grupo separatista Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) ao cruzar a fronteira entre o Congo e a província angolana de Cabinda, com três mortos – o motorista, o assistente técnico e o assessor de imprensa – e vários feridos. De acordo com Richard Giulianotti, o governo togolês insistiu que a seleção regressasse ao país, o que teve consequências inesperadas e incompreensíveis diante do ocorrido: “Para a indignação tanto no Togo como em grande parte do mundo do futebol, o órgão diretivo do futebol africano banuiu o Togo dos dois próximos campeonatos, alegando interferência política de seu governo.” (GIULIANOTTI, 2010, p. 27).

Voltando ao Girabola, em sua versão atual, o campeonato é disputado por 16 equipes. A atual temporada – 2019/2020 –, em disputa, é liderada pelo Atlético Petróleos de Luanda, seguido do Clube Desportivo 1º de Agosto, último campeão do torneio, que são as principais agremiações de futebol no país. A seguir, versaremos sobre os hinos oficiais do Petro de Luanda e do 1º de Agosto.

Hino do Atlético Petróleos de Luanda, de Angola

A título de análise de hinos de clubes do futebol angolano, selecionamos os hinos oficiais de dois clubes muito populares: o

Atlético Petróleos de Luanda e, respectivamente, o Clube Desportivo 1º de Agosto, igualmente da capital angolana.

O Atlético Petróleos de Luanda, comumente chamado de Petro de Luanda, foi fundado em 14 de janeiro de 1980. De acordo com Sidney Barbosa da Silva e Rafael de Paula da Silva, as origens do clube seriam as seguintes: “A instituição Atlético de Luanda em associação com o então Sport Luanda e Benfica deu origem ao Atlético Petróleo de Luanda, o que lhe permitiu ter instalações desportivas compatíveis com as aspirações preconizadas pelo novo clube formado” (SILVA; SILVA, 2018). E uma das prerrogativas que teriam levado à sua criação teria sido o objetivo de “responder a estratégia da companhia petrolífera nacional no que tange a sua integração com a comunidade, contribuindo para o engrandecimento do desporto nacional, pondo ao seu serviço a sua capacidade organizativa e financeira” (SILVA; SILVA, 2018).

A grandeza do Petro de Luanda no cenário futebolístico angolano é atestada pelo elevado número de títulos conquistados nos seus 40 anos de existência.² O Petro disputa seus jogos no Estádio 11 de Novembro, em Luanda, com capacidade para 50 mil torcedores. Atualmente, conta com 22 jogadores em seu plantel principal, sendo 19 angolanos e três brasileiros. A comissão técnica também conta com brasileiros, a começar pelo atual treinador, Beto Bianchi (SILVA; SILVA, 2018).

Como costuma ocorrer em estudos dessa natureza, não foi possível encontrar o nome do compositor e o ano de criação do hino oficial do Atlético Petróleos de Luanda, apenas sua letra e melodia, disponíveis no canal *Youtube*:

² Quinze vezes campeão do Girabola, patrocinado pela Federação Angolana de Futebol (FAF), nos anos de 1979, 1984, 86, 87, 88, 89, 1990, 93, 94, 95, 97, 2000, 01 e 08; seis vezes campeão da SuperTaça de Angola nos anos de 1987, 88, 1993, 94, 2002 e 2013. Além disso, o clube participou em seis edições da Liga dos Campeões da Confederação Africana de Futebol (CAF), nos anos de 1998, 2001, 02, 04, 07 e 09, foi finalista da Copa da CAF em 1997, contabilizando, ainda, três participações na Taça das Confederações da CAF em 2004, 06 e 08, e quatro participações na Taça Africana dos Vencedores em 1992, 93, 99 e 2003 (SILVA; SILVA, 2018).

Na hora da verdade
Ninguém segurou o Petro
Com toda a sinceridade

Ninguém segurou o Petro

Na hora da verdade
Ninguém segurou o Petro
Com toda a sinceridade

Ninguém segurou o Petro

Em Angola, o Petro é campeão
E lá fora, vamos fazer um figurão
Em Angola, o Petro é campeão

E lá fora, vamos fazer um figurão.

Petro Atlético de Luanda
No Girabola é quem comanda
Petro Atlético de Luanda

No Girabola é quem comanda

Na hora da verdade
Ninguém segurou o Petro
Com toda a sinceridade

Ninguém segurou o Petro

Na hora da verdade
Ninguém segurou o Petro
Com toda a sinceridade
Ninguém segurou o Petro.

(HINO..., [198-?])

Como pode ser observado, em termos formais, trata-se de uma letra bem simples, composta por seis estrofes, sendo quatro delas a repetição do refrão. Cada estrofe é formada por quatro versos com rimas cruzadas a-b-a-b, sendo que duas estrofes se compõem da sequência de dois dísticos.

O mesmo quadro se revela em relação ao conteúdo. O aspecto mais relevante parece recair sobre a espacialização, enquanto elemento épico, que determina a posição do clube no cenário do futebol angolano e africano, atestada pelos seguintes versos: “Em Angola, o Petro é campeão/ E lá fora, vamos fazer um figurão.” À Angola opõe-se, pois, o “lá fora” – o continente africano e, de modo mais amplo, o mundo globalizado do futebol. Além disso, o verso que apresenta uma das designações do clube – “Petro Atlético de Luanda” –, automaticamente, faz menção à capital do país. Assim, a letra do hino evidencia uma espacialização em três âmbitos: local (Luanda), nacional (Angola) e internacional (“lá fora”).

Outro aspecto relevante no hino oficial do Atlético Petróleos de Luanda, por assim dizer, é um desdobramento da própria espacialização, parte integrante de seus elementos épicos: as conquistas do Petro. Isto se evidencia nos versos “Petro Atlético de Luanda/ No Girabola é quem comanda”. De fato, o Petro “comanda” o Girabola, pelo menos, até o presente momento, pois contabiliza 15 títulos dessa competição contra 13 de seu concorrente direto, o Clube Desportivo 1º de Agosto.

Por fim, um último aspecto a ser destacado no hino oficial do Atlético Petróleos de Luanda diz respeito à enunciação poética. Este surge marcadamente no texto apenas no verso “E lá fora, vamos fazer um figurão”. Trata-se, pois, de um sujeito que representa a coletividade de torcedores, os “adeptos”, movida por um “espírito clânico”, de que nos fala o historiador Hilário Franco Júnior (2007, p. 213), pautado pela identidade clubística. Em seus símbolos e uniformes, as cores predominantes são o amarelo e o azul.

Hino do Clube Desportivo 1º de Agosto, de Angola

O Clube Desportivo 1º de Agosto foi fundado em 1977 e possui alguns apelidos: Militares, Pri, Rubro Negro, D'Agosto, Glorioso. Assim como o Petro de Luanda, o Clube Desportivo 1º de Agosto disputa seus jogos como mandante no Estádio 11 de Novembro, em Luanda, com capacidade para 50 mil torcedores. O apelido de “Militares”, por exemplo, se deve ao fato de o clube ter sido o primeiro a ser fundado no período pós-independência, em 1º de agosto de 1977, por iniciativa do Comité Desportivo Nacional Militar (CODENM) e pelo programa de desenvolvimento do esporte levado a cabo pelas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Desde sua fundação, o clube tem como seu principal patrocinador as Forças Armadas Angolanas (COMO NASCEU..., 2019). Um de seus primeiros sócios, aliás, foi António Agostinho Neto (1922-1979), médico, escritor e político, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que se tornou, em 1975, o primeiro presidente da República de Angola (VISENTINI, 2012, p. 61-63).

Em seus símbolos e uniformes principais, as cores predominantes são as cores rubro-negras. Ao todo, o 1º de Agosto sagrou-se 13 vezes campeão do Girabola, 6 vezes da Taça de Angola e 10 vezes da SuperTaça de Angola.³

Assim como ocorreu no caso do hino oficial do Petro de Luanda, também não foi possível encontrar informações mais precisas sobre o ano e a autoria da composição do hino oficial do Clube Desportivo 1º de Agosto, cuja letra é a seguinte:

Nasceu na conquista pela história
Nosso Clube Desportivo de glória

³ O clube conquistou 13 vezes o Girabola, nos anos de 1979, 1980, 81, 1991, 92, 96, 98, 99, 2006, 2016, 17, 18 e 19, 6 vezes a Taça de Angola, nos anos de 1984, 1990, 91, 2006, 09 e 2019, e 10 vezes a SuperTaça de Angola, nos anos de 1991, 92, 97, 98, 99, 2000, 07, 2010, 17 e 19 (SALA..., 2019).

Uma academia para o futuro em formação
Se consagra glorioso e campeão

1º de Agosto, fruto que dá gosto
Com honra, em derrotas ou vitórias
D'Agosto nosso clube do coração
Pela força em claque é o orgulho da nação

1º de Agosto, unido e glorioso
Onde o adepto é fonte de fervor
D'Agosto nosso clube campeão
Pela força em claque é o orgulho da nação

D'Agosto força
D'Agosto sempre
Honra o nosso clube campeão

D'Agosto força
D'Agosto sempre
O compromisso de um clube com a nação

D'Agosto força
D'Agosto sempre
Honra o nosso clube campeão

D'Agosto força
D'Agosto sempre
Uma academia e o futuro em formação!!!

(HINO..., [197-?])

Em termos formais, a letra do hino oficial do 1º de Agosto é composta por sete estrofes, sendo as três primeiras compostas por quatro versos e as quatro últimas, por três versos cada. Nas quadras, predominam as rimas paralelas a-a-b-b. Tal hino

apresenta um grau maior de elaboração em seus elementos líricos, se comparado à letra do hino do Petróleos de Luanda.

O mesmo grau elevado pode ser constatado em relação ao conteúdo, pois os versos evidenciam diversos aspectos que auxiliam na construção do *ethos* clubístico a partir de elementos épicos: a história de luta do país por sua independência, em que o clube surge como “fruto que dá gosto”; as virtudes que lhe são atribuídas – glória, união, honra e força; o caráter militar do clube como uma “academia” que contribui para a “formação”. Dessa forma, o clube figuraria como “o orgulho da nação”, “nosso clube do coração”, um clube que tem um “compromisso [...] com a nação”, que “Se consagra glorioso e campeão” e seria “Uma academia para o futuro em formação”.

Além disso, a enunciação poética em primeira pessoa se faz presente apenas no uso do pronome possessivo na primeira pessoa do plural, nos versos “Nosso clube desportivo de glória”, “D’Agosto nosso clube do coração” e “Honra o nosso clube campeão”. Todavia, ao contrário da letra do hino do Petro de Luanda, a espacialização é pouco marcada e adquire dimensões nacionais, no emprego do termo “nação” nos versos “Pela força em claque é o orgulho da nação” e “O compromisso de um clube com a nação”.

Com relação a elementos dramáticos, ausentes na letra do hino do Petro de Luanda, a letra do hino do Clube Desportivo 1º de Agosto evidencia certos sentimentos, como afetividade e fervor, marcados nos versos “D’Agosto nosso clube do coração” e “Onde o adepto é fonte de fervor”. Aliás, os torcedores do clube – os “adeptos” – são conhecidos como “Caragós”. E, em seus símbolos e uniformes principais, predominam as cores da bandeira de Angola, vermelho e preto. Por isso, o clube também é chamado de rubro-negro, suas camisas possuem listras verticais alternadas rubro-negras, com meias e calções pretos.

Quanto aos “Caragós”, cabe ressaltar que estes são conhecidos pelo modo aguerrido e performático como torcem pelo 1º de Agosto. Segundo Carlos Calongo (2012),

dona de uma forma peculiar de apoiar à sua equipa, consubstanciada na execução de instrumentos musicais como o batoque, cornetas, apitos e outros tantos, que têm fôlego para louvar ao “senhor” chamado 1º de Agosto, a claque do clube militar merece a minha ovação pela sua persistência no apoio à equipa. Entre as razões que me levam a ser desta opinião, está uma canção da referida claque, na qual se ouve, em ritmo contagiante, que “Perder ou ganhar, somos do D’Agosto”.

Portanto, assim como o hino oficial contém o verso “D’Agosto sempre”, o verso do canto dos torcedores, citado por Carlos Calongo, alude à fidelidade clubística, mais um elemento dramático presente no cancionário de futebol. E isso, segundo esse autor, resultaria de uma associação discursiva entre a fidelidade militar e desportiva:

Logo, sendo mais largos na análise do fenómeno, podemos compreender que no citado refrão estão contidos elementos de fidelidade ao clube, tal como se acha escrito numa das bandeiras dos militares do Rio Seco, em que os adeptos são chamados “Os eternos fiéis”. Esta eterna fidelidade, contra todas as opiniões menos abonatórias, promove uma vénia de excelência pela forma de estar no desporto (CALONGO, 2012).

Em certo sentido, aliás, pode-se entender o fato de o 1º de Agosto, fundado em 1977, ser associado a militares devido tanto à luta pela independência de Angola, quanto a figuras proeminentes do MPLA entre seus fundadores, e também por ter havido, em um dado momento da história do futebol no país, a associação entre clubismo e militarismo no período colonial. Isso é atestado pelo seguinte argumento de Jonuel Gonçalves (2010, p. 134): “a

íntima ligação dos principais clubes a empresas e a setores ou situações militares, tanto nas últimas décadas coloniais como nas pós-coloniais”. Se o Petros se caracteriza pela associação empresarial com o ramo petrolífero, o 1º de Agosto figura como o “Clube Central” das Forças Armadas Angolanas.

Ainda segundo Gonçalves (2010, p. 143), o “aspecto de alto relevo na relação da guerra dos anos 1960 e começo de 1970 era a forte presença de militares nas equipes de todas as modalidades desportivas, tanto angolanos (abrangidos pela mobilização militar obrigatória), como portugueses”. E isso se refletiria também após o término da guerra e a proclamação da independência: “os militares envolvidos em competições de topo se beneficiavam de quase isenção de tarefas no [E]xército fazendo deles virtuais profissionais, situação que se verifica de novo no período pós-colonial” (GONÇALVES, 2010, p. 413). E isso evidencia a relevância de procedimentos de “leitura” da sociedade angolana a partir do esporte: “O esporte em Angola foi sempre um dos reveladores do contexto político social do país” (GONÇALVES, 2010, p. 138).

Futebol em Moçambique: um panorama

Em Moçambique, assim como em Angola, e grande parte da África, segundo Nuno Domingos (2013, 2014, 2015), pesquisador português crucial para a compreensão do desenvolvimento histórico do desporto moçambicano, o futebol foi transmitido ao longo do século XX pela ação de diversos agentes com interesses bem diversificados:

nasceu na sequência do esforço missionário, no interior do qual visava a educação, a disciplina e a integração comunitária; foi incentivado pela dinâmica associativa dos colonos, caracterizada por uma ativa componente esportiva; beneficiou dos fluxos migratórios, de que o movimento maciço de trabalhadores moçambicanos para a África do Sul

e para a Rodésia é um exemplo evidente; desenvolveu-se pela própria dinâmica econômica, impulsionada, sobretudo a partir da transição para o século XX, pelo crescimento dos meios de transporte, originando uma maior mobilidade dos indivíduos (DOMINGOS, 2015, p. 21).

Além, é claro, dos interesses de empresas privadas, a exemplo do Atlético Petróleos de Luanda, ligado à companhia de exploração petrolífera, em Angola, caso já mencionado, e dos clubes, em Moçambique, ligados ao Estado por meio da empresa dos caminhos-de-ferro, caso da criação do Clube Ferroviário nas províncias de Maputo, Sofala e Nampula, em 1924. Este momento foi crucial para a expansão do futebol moçambicano, que agregou a esse esporte certa singularidade tanto na forma de jogar, manifesta no estilo de jogo, que “será sempre o resultado da dialética entre a racionalização e a influência da dinâmica das estruturas locais” (DOMINGOS, 2015, p. 23),⁴ como nas práticas do torcer, manifestadas no tópicos a seguir sobre os cânticos dos torcedores do Clube de Desportos da Costa do Sol.

A rigor, em linhas gerais, segundo Nuno Domingos, no seminal livro sobre a história do futebol moçambicano, *As linguagens do futebol em Moçambique: colonialismo e cultura popular* (2015),⁵ o futebol nesse país “foi adotado desde as primeiras décadas do século XX, difundindo-se progressivamente entre a população colona e entre os africanos” (DOMINGOS, 2015, p. 81), residentes, respectivamente, na zona central (na baixa da cidade) e na zona periférica de Lourenço Marques, capital de Moçambique, desde 1897.

⁴ Nuno Domingos (2015, p. 23) bem nos adverte de que “o exercício de contextualização é útil para evitar alguma mitificação de ‘estilos indígenas’, ou estilos ‘nacionais’, ou mesmo para atenuar possíveis utilizações substancialistas do conceito de ‘crioulização’”.

⁵ Publicado no Brasil, pela editora 7Letras, na excepcional coleção Visão de Campo, coordenada pelos historiadores Bernardo Buarque de Hollanda (FGV) e Victor Andrade de Melo (UFRJ).

A criação dos primeiros clubes de futebol em Moçambique, assim como em Angola, remonta às três primeiras décadas do século XX, dentre eles figuram o Sport Clube Português, em 1905, o Grupo Lusitano, em 1910, o Grupo Desportivo Francisco Lázaro e o Club Internacional de Futebol, em 1912, e o 1º de Maio, em 1917 (DOMINGOS, 2015, p. 81-82). Na década seguinte, foram fundados três dos grandes clubes laurentinos, os quais ainda estão em franca atividade: o Sporting Clube de Lourenço Marques, fundado em 1920 como filial do Sporting de Portugal (1906), hoje, Clube de Desportos do Maxaquene, que, diga-se de passagem, comemorará o seu centenário na divisão de acesso do campeonato moçambicano, devido à fraquíssima campanha no campeonato de 2019; o Grupo Desportivo de Lourenço Marques, criado em 1921, ligado ao Sport Lisboa e Benfica (1904), renomeado Grupo Desportivo de Maputo; e o já mencionado Ferroviário de Maputo, cuja alcunha era Clube Ferroviário de Moçambique. Vale destacar que, segundo o pesquisador moçambicano Aurélio Rocha, em “Desporto, sociedade e construções identitárias em Moçambique”, a alteração dos nomes das agremiações foi uma imposição do Estado, logo após a independência, proclamada em 1975, especialmente aos clubes “que eram filiais ou tinham qualquer vínculo a clubes portugueses” (ROCHA, 2013, p. 219). Esses clubes eram os “que possuíam maior suporte administrativo-financeiro, e também político, que ficaram vinculados a grandes empresas ou instituições públicas” (ROCHA, 2013, p. 219). Neste momento histórico, Lourenço Marques passou a se chamar Maputo, seguindo a tendência do país de romper com certa memória colonialista.

Assim, a expansão do futebol se deu muito a partir das criações desses clubes, bem como da criação das federações que organizariam as competições. Entretanto, de um lado, estruturaram-se os clubes dos colonos, compostos de atletas brancos, em torno da Associação de Foot-ball da Província de Moçambique.

Foi criada em 1923, ligada à União Portuguesa de Futebol, e rebatizada, em 1926, de Associação de Futebol de Lourenço Marques (AFML), que pretendia implementar, difundir e zelar pelas regras do jogo, conforme a Internacional Board. Já os jogadores negros, por influência sul-africana, fundaram, em 1924, a Associação de Futebol Africana (AFA), período importante do associativismo africano, que contava com mais de 10 grupos desportivos, dentre eles o Luso-Africana, o Vasco da Gama, o João Albasini e o Beira-Mar (DOMINGOS, 2015, p. 86). Afinal, o jogo da bola era demasiado complexo para a comunidade autóctone, pois para o capitão do Exército português, Ismael Mário Jorge, no início dos anos 1930, “os esportes passíveis de serem transmitidos aos indígenas eram aqueles que implicavam o emprego de ‘meios naturais’: marcha, corrida, saltos, escalada, levantamentos, lançamentos, luta e natação” (DOMINGOS, 2015, p. 25).⁶

Essa visão pejorativa dos africanos era reverberada pela própria imprensa, que os caracterizava como “incivilizados”. Segundo Matheus Serva Pereira (2013, p. 48), a imprensa destacava “determinados aspectos em detrimento de outros, os impressos analisados produziram uma leitura valorativa de uma suposta incapacidade dos ‘indígenas’ de sobreviverem em harmonia dentro de um espaço urbano demarcado por locais europeizados”.⁷

A partir daí, também às margens das instituições, a expansão do futebol se deu de forma muito rápida e por todo o país, jogado nas ruas e nos bairros, majoritariamente pelos homens, vale a pena apontar. Dentre outros fatores, segundo Nuno Domingos, o aumento de interesse pelo futebol ocorre simultaneamente

⁶ Em raros momentos, alguns pouquíssimos jogadores negros conseguiam disputar campeonatos pelas duas confederações, com o “estatuto de assimilados”, a exemplo do craque Mário Coluna, filho de português com uma africana (DOMINGOS, 2015, p. 66).

⁷ Para maiores detalhes sobre o assunto, conferir o capítulo “‘Beijo a mais, miolos a menos...’: representação, repressão e lazer dos grupos africanos subalternos nas páginas da imprensa de Lourenço Marques (1890-1910)” (PEREIRA, 2013, p. 37-61).

com o aumento da cobertura por parte da imprensa. Os jornais vão alimentar a popularização do jogo, trazendo notoriedade a equipes e jogadores. Não sendo apropriado falar [ainda] de profissionalização, será correto afirmar que a popularização deu lugar a uma maior competitividade e a uma paulatina especialização funcional no interior das equipes (DOMINGOS, 2015, p. 29).

Entretanto, a primeira competição nacional organizada pela AFLM, o Campeonato Colonial de Moçambique, mais próximo dos moldes de uma copa, iniciou-se somente nos anos 1950, perfazendo 18 edições entre 1955 e 1974, com o Ferroviário de Maputo abocanhando oito títulos. Já nessa competição, destaca-se o abrandamento da participação de jogadores negros, caso do extraordinário defensor Hilário da Conceição, “primeiro não branco a jogar no Sporting de Lourenço Marques” (DOMINGOS, 2015, p. 14).⁸ A partir de 1959, “já no contexto da deriva ideológica lusotropicalista do regime, e em nome do fim da discriminação racial, a administração local em Lourenço Marques decide abolir a AFA, integrando os seus jogadores no campeonato da terceira divisão da AFLM” (DOMINGOS, 2015, p. 88). Ou seja, a própria organização do campeonato pela associação já sinalizava o interesse de Portugal de incorporar jogadores das suas colônias, sobretudo Angola e Moçambique, casos dos jogadores Mário Coluna, Eusébio, Vicente Lucas e do próprio Hilário, todos integrantes da extraordinária seleção portuguesa que conquistou o terceiro lugar na Copa do Mundo de 1966, eliminando, inclusive, a seleção brasileira pelo placar de 3 a 1, com dois gols de Eusébio e um de Simões, vale lembrar.

Contaminados pelos bons resultados no mundial, no dia 30 de junho de 1968, foi inaugurado o Estádio Salazar, em Lourenço Marques, hoje Estádio da Machava, com o jogo entre Portugal e

⁸ Para um maior aprofundamento neste assunto, conferir o capítulo “Dos subúrbios da Lourenço Marques colonial aos campos de futebol da metrópole, uma entrevista com Hilário Rosário da Conceição” (DOMINGOS, 2015, p. 119-142).

Brasil. Por parte dos brasileiros, a peleja soava como uma revanche da última derrota na Copa da Inglaterra. Para os portugueses era mais um capítulo das estratégias de ocupação dos espaços laurentinos, que parte dos presentes assistia com complacência e orgulho de poder ver os contrerrôneos ídolos no estádio “maior e mais belo de toda a África” (RODRIGUES, 1968, p. 4).⁹

Poucos anos mais tarde, o Estádio Salazar, “símbolo maior, no domínio desportivo, da presença portuguesa em Moçambique”, foi o palco maior da independência, “maior invenção humana dos moçambicanos” (ROCHA, 2013, p. 214-15).

Com uma capacidade para albergar mais de 30 mil pessoas sentadas, o estádio tornou-se pequeno para o mar humano que a ele acorreu nessa noite de 24 de junho de 1975, que nem a chuva torrencial fez arredar até que a mágica palavra fosse pronunciada e a bandeira do novo país estivesse completamente hasteada quando foram dadas a zero hora do ansiado dia 25 de junho (ROCHA, 2013, p. 215).

Inclusive, segundo Aurélio Rocha, um dos eventos com que se comemorou “a independência do país foi, naturalmente, um jogo de futebol, realizado no estádio de Pemba”, no Norte do país, no dia seguinte à proclamação, “que opôs a primeira seleção moçambicana à sua congênere da Tanzânia, Moçambique venceu por 3 a 2” (ROCHA, 2013, p. 215), demonstrando a centralidade do futebol como agregador de multidões, com forte conotação política.

No entanto, esse mágico cenário de otimismo não se reverberou no país e no esporte por muito tempo, nem mesmo a partir da fundação da Federação Moçambicana de Futebol, em 1976, e da criação do campeonato de futebol do recém-criado país,

⁹ Para maiores detalhes sobre as motivações desse jogo por parte dos brasileiros, sobretudo por parte de três cronistas do *Jornal dos Sports*, Nelson Rodrigues, Álvaro do Nascimento e Jocelyn Brasil, conferir o artigo “‘Tudo em família com a Paz do Senhor’: certa vez, no Estádio Salazar” (CORNELSEN, 2018, p. 126-138).

disputado até os dias de hoje, pois o que se viu foi o grande êxodo dos portugueses, como no caso angolano. A saída de dirigentes, técnicos e atletas se traduziu “no abandono de muitas das instalações e na redução das atividades dos clubes, [...] deixando antever grandes expectativas dos novos governantes” (ROCHA, 2013, p. 215). O período que se seguiu foi de escassez de praticamente tudo, devido à instalação da Guerra Civil Moçambicana, conhecida ainda como a Guerra dos Dezesesseis Anos, porque durou até 1992, precisamente no dia 04 de outubro, quando foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, entre os presidentes da república, Joaquim Chissano, pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e o da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), Afonso Dhlakama. Assim, segundo Aurélio Rocha, para além do campeonato regular de futebol,

entre 1975 e 1985, o desporto resumia-se a ações episódicas e improvisadas de um pequeno número de atividades, de iniciativa de alguns clubes, em que se destacam pequenos torneios comemorativos de datas festivas e um ou outro jogo entre equipas com alguma atividade. A nível internacional, o desempenho das equipas e dos clubes foi caracterizado por altos e baixos, apresentando um quadro francamente negativo em termos de resultados. Para se avaliar o percurso penoso do desporto moçambicano, basta mencionar que, em dez anos de independência, Moçambique não conseguiu fazer-se representar em nenhuma grande competição de qualquer modalidade desportiva. Num cenário em que se tornava difícil, se não mesmo inviável, a prática desportiva, era inevitável que acontecesse a diminuição do nível do desporto (ROCHA, 2013, p. 218).

Do ponto de vista político-esportivo, além do isolado fenômeno Maria de Lurdes Mutola, “conhecida como a maior corredora feminina dos 800 metros de todos os tempos” (CALDEIRA,

2013),¹⁰ com apoio também do Estado, o momento mais expressivo de Moçambique foi a organização da 10ª edição dos Jogos Pan-Africanos, realizada em Maputo, em 2011, com cerimônia de abertura e encerramento no recém-inaugurado Estádio Nacional do Zimpeto, com capacidade para cerca de 40 mil espectadores, onde, atualmente, joga a seleção moçambicana, popularmente conhecida por “Os Mambas”.

Voltando ao campeonato nacional de futebol moçambicano, o Moçambola, atualmente, é regulado pela Liga Moçambicana de Futebol (LMF), associação com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, criada em 2002, com sede em Maputo, com o intuito de administrar o campeonato nacional, disputado no sistema de pontos corridos, em dois turnos. A temporada de 2019 foi disputada por 16 equipes e a de 2020 contará com apenas 14 equipes. A seguir, abordaremos algumas particularidades dos hinos e cânticos do futebol moçambicano.

Cânticos de futebol em Moçambique: “É Costa do Sol”

O Costa do Sol foi fundado em 15 de outubro de 1955. Inicialmente, segundo dados do site oficial do clube, como uma agremiação filiada ao Benfica de Portugal, batizada à época de Sport Lourenço Marques e Benfica. No entanto, após a independência de Moçambique, o clube modificou sua alcunha para Sport Maputo e Benfica e a partir de 1978, definitivamente, passou a se chamar Clube de Desporto da Costa do Sol (O NOSSO..., 2020). Esse é o nome do bairro, à beira-mar, onde ficam situados a sede e o campo do clube, em Maputo, com capacidade para 10 mil espectadores. As suas cores são amarela e azul, derivadas do escudo cujas imagens representadas são o sol, o mar e o céu, ao

¹⁰ Apoiada pelo governo moçambicano, entre outros títulos, Mutola ganhou a medalha de bronze e de ouro nos 800 metros, respectivamente, nos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996, e de Sidney, em 2000.

fundo, além do pássaro, símbolo maior do clube, sobrevoando em primeiro plano. Por isso, a comunidade auriceleste é apelidada de “Canarinho”. Seu uniforme lembra-nos o da seleção brasileira.

A grandeza do Costa do Sol no cenário futebolístico moçambicano é atestada pelo elevado número de campeonatos ao longo de seus 65 anos de história, sendo “o clube com mais títulos conquistados desde a independência nacional” (O NOS-SO..., 2020),¹¹ com 10 títulos do Moçambola, 13 títulos da Taça de Moçambique e 10 títulos da Supertaça de Moçambique. É o único clube tetracampeão nacional. Em 1993, ganhou todos os troféus que disputou.

Em relação ao futebol africano, a representação do Costa do Sol é inexpressiva, pois poucas vezes disputou a fase de grupos da Liga dos Campeões do continente, fase na qual sobressaem países relativamente mais estruturados no mercado do futebol, como Egito, Marrocos e Tunísia, o que não se reflete do mesmo modo na Copa Africana de Nações, cujas principais seleções são Egito, Camarões, Gana e Nigéria.

Com relação propriamente aos hinos de clubes de futebol em Moçambique, como ainda costuma ocorrer em estudos dessa natureza, não foi possível encontrá-los em nossas buscas pela internet (sites dos clubes e de estudos acadêmicos, bibliotecas virtuais, *Youtube* etc.). Para tanto, modificamos a metodologia e partimos para uma pesquisa de caráter etnográfico em busca de melhor compreender como se dá a presença/manifestação da música no futebol moçambicano.¹²

¹¹ O Costa do Sol conquistou os 10 títulos do Moçambola nos anos de 1979, 1980, 1991, 92, 93, 94, 99/2000, 01, 07 e 2019; os 13 títulos da Taça de Moçambique em 1980, 83, 88, 1992, 93, 95, 97, 99, 2000, 02, 07, 2017 e 18 e os 10 títulos da Supertaça de Moçambique nos anos de 1993, 94, 96, 99/2000, 00/01, 02, 03, 08, 2018 e 19.

¹² Esta pesquisa foi realizada entre 25 de agosto a 04 de dezembro de 2019, em Maputo, como parte do projeto intitulado “Cânticos de torcida do futebol moçambicano”, desenvolvido no âmbito do Leitorado na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Transcrição e tradução (primeira versão): Maria Clotilde Guirruogo – atriz, diretora e professora de teatro, formada pela UEM.



Imagem: Campo do Costa do Sol.

Fonte: Site oficial do Costa do Sol.

Para isso, os contornos iniciais desta pesquisa se restringiram a realizar curtas entrevistas a adeptos canarinhos no campo do Costa do Sol. O jogo escolhido foi o clássico maputense Costa do Sol x LD Maputo, pelo Moçambola, no dia 25 de agosto de 2019. A agremiação auriceleste foi escolhida por ser um dos clubes de maior apelo popular do país, ao lado do Ferroviário de Maputo, e, naquela altura, ostentava a liderança do campeonato, situação que se manteria até o final. O principal objetivo foi procurar saber sobre a existência ou não do hino oficial do clube, ocasião na qual certificamos de que nenhum dos torcedores sabe qualquer informação sobre o assunto. Assim, acatando a mesma lógica da mudança de nomes pela qual passaram os clubes após a independência moçambicana, com a intenção de apagar certas marcas portuguesas da história do país que se emancipara, podemos aventar a hipótese de que se algum dia o hino do Costa do Sol foi criado igualmente foi deixado de lado, pois não faz parte da atual memória dos adeptos e do clube. Embora o hino da agremiação não circule entre os torcedores, ainda não podemos afirmar a sua inexistência embasados apenas nessas entrevistas.

Assim, numa segunda etapa desta pesquisa, traçamos o plano de acompanhar os cinco últimos jogos do Costa do Sol pelo Moçambola de 2019,¹³ com o objetivo de gravar os cantos entoados pelos torcedores e, na medida do possível, realizar mais entrevistas e apontamentos acerca das impressões para esta breve análise.

Das partidas acompanhadas, o Costa do Sol venceu todas e a metade delas de goleada, emplacando também o artilheiro do campeonato, o camaronês Eva Nga, com 24 tentos. Motivados pela possibilidade de superar o maior desjejum de título nacional, porque desde 2007 não conquistavam o campeonato, os torcedores canarinhos foram frequentes e muito festivos ao longo da temporada.

A respeito do comportamento dos torcedores, Hilário Franco Júnior, em *A dança dos deuses*, assegura que

seguir determinado clube é acreditar, mesmo contra as evidências racionais, que ele vá vencer. Como o futebol é jogo de muitos erros (sessenta passes errados numa partida é algo comum no Brasil) e pouca pontuação (mais de três gols em uma partida não é frequente), mantém o torcedor em constante expectativa. Impotente na arquibancada, o adepto de um clube crê que sua fé e seu estímulo possam colaborar para que seus ídolos levem a divindade comum à vitória (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 292).

Acompanhamos de perto o único grupo de adeptos, autodenominado de “Claque do Costa do Sol”, que se assemelha, à primeira vista, aos frequentadores de torcidas organizadas brasileiras.

¹³ A pesquisa compreendeu seis partidas no campo do Costa do Sol nos dias 25 ago. (Costa do Sol 1 a 0 LD Maputo), 22 set. (Costa do Sol 4 a 1 Incomati), 29 set. (Costa do Sol 1 a 0 Desportivo Maputo), 19 out. (Costa do Sol 2 a 1 ENH Vilankulo), 24 nov. (Costa do Sol 4 a 0 Textil do Pungue) e 04 dez. (Costa do Sol 4 a 2 UD Songo). As partidas em Moçambique são realizadas por volta das 15h, raramente à noite, com exceção dos jogos da seleção, geralmente, realizados à noite, no atual Estádio do Zimpeto.

Esses torcedores espontaneamente se filiam a esse grupo, criando uma identidade em comum à volta do clube, inclusive, usam um crachá que discrimina essa distinção no campo. Inclusive, organizam-se para irem aos jogos na casa dos adversários, na região metropolitana. Afinal,

toda partida é rito, como indica a própria origem da palavra, vinda do sânscrito *rita*, “ordem”, “regra”, “ritmo”, isto é, conjunto de atos representativos que se supõe estabelecer ou recuperar certa ordenação cósmica ou humana. Com efeito, toda partida de futebol é constituída por gestualidades [...] e sonoridades (apito, exclamações, gritos, advertências, palmas, vaias, cânticos etc.) próprias que possuem significâncias para todos os envolvidos (FRANCO JÚNIOR, 2007, p. 270).

Especificamente em relação às performances da torcida do Costa do Sol nos jogos em casa, é bastante curioso observar a sua movimentação. Eles vestem a camisa do clube e se posicionam juntos para tocar, cantar e dançar, em pé praticamente o tempo inteiro, visando a estimular o time. Os instrumentos tocados pelos entusiastas, homens jovens em sua maioria, são a xipalapala, mais conhecida no Brasil por vuvuzela, que ganhou forte exposição da mídia na Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, e o atabaque, feito por eles mesmos em couro, tocado com varetas de madeira, algumas sem qualquer acabamento.

Os cânticos em sua grande maioria são entoados em xichangana, principal língua de origem africana falada na parte Sul de Moçambique, e que em Maputo está misturada com o xironga, o português e outras línguas. Raramente cantam uma música inteira na língua colona, nessa língua é evocado apenas o nome do clube “Yooo, yo yo yo yo yo / É Costa do Sol / Yooo, yo yo yo yo yo / É Costa do Sol”, em variados momentos da partida, e bradado o verso “Ganha moral, ganha moral”, com o intuito de não deixar que o clube fique abatido logo após o time sofrer um gol.

A maioria dos cânticos é composta pelos membros da claque, sobretudo por Reginaldo, com quem conversamos algumas vezes, e outros são extraídos do cancionero popular, preservando toda riquíssima tradição oral do país, como “Salani/Adeus”, que entoado pelos torcedores teria um sentido semelhante ao do cântico brasileiro “Está chegando a hora”:

Adeus
 Adeus
 Adeus
 Adeus
 Adeus meus irmãos
 Voltaremos a nos ver
 Se o Senhor quiser.¹⁴

Gravamos, transcrevemos e traduzimos cerca de 20 cânticos. Grande parte deles nos remete ao sentido de pertencimento, certo espírito clânico advindo da relação do torcer com rituais no contexto do futebol africano, o qual Richard Giulianotti aborda brevemente no livro *Sociologia do futebol* (2018), com o enfoque voltado para países de língua inglesa na África, mas que, acreditamos, aplica-se também ao caso de Moçambique, como este cântico que exalta as virtudes do grupo para derrotar o adversário.

Nós
 Nós
 Somos os gigantes
 Cortamos as árvores grandes
 As pequenas caem por si só.¹⁵

Ou no trecho do cântico a seguir que, de maneira evidente, aponta para um sincretismo entre o discurso religioso de matriz judaica cristã e, ao mesmo tempo, de ritos tribais. Trata-se de

¹⁴ Salani / Salani / Salani / Salani / Salanini vha makwezu / Hita tlela hi vhonana / Koko hosi yi svilavha.

¹⁵ Hina / Hina / Hi magandaganda / Yo tsema a misinha leyi kulu / Leyi tsongo yoti wela.

um cântico de invocação a Jeová e ao espírito, mas não se refere, necessariamente, ao Espírito Santo do discurso cristão.

Desça, Jeová
Desça, desça para a Terra
Desça para a Terra
Desça, Jeová
Nosso Pai

Os seus filhos, te chamaram
Oh te chamaram
Te chamaram
Nosso pai

Ah! Jesus, amém
Amém
Oh! envie espírito
Envie, envie espírito, envie
Oh! envie espírito
Envie, envie espírito, envie
Oh! envie espírito
Envie, envie espírito, envie.¹⁶

Por fim, um cântico que representa a força do símbolo maior do Costa do Sol, o astro rei que aquece o estádio, trazendo energia e ânimo para os jogadores e os torcedores.

Oooh! Hoje vai aquecer
Aproxima
Aproxima
Aproxima
Oooh! Hoje vai aquecer.¹⁷

¹⁶ Xika Yehováh / Xika, xika Misavheni / Xika Misavheni / Xika Yehováh / Tatana wa hina // A vhana vha wena, vhayo ku vhitana / Oooh vhayo ku vhitana / Vhayo ku vhitana / Tatana wa hina // Aaaah Yésu, amem / Amem / Ohhhh rhumela móyó / Rhumela, rhumela móyó, rhumela / Oooh rhumela móyó / Rhumela, rhumela moyó, rhumela / Oooh rhumela móyó / Rhumeela, rhumela móyó, rhumela.

¹⁷ Namutla kuta hisa / Tsunekela / Tsunekela / Tsunekela / Oooh Namutla kuta hisa.

Ao ouvir os torcedores entoar esse cântico, mais se parecem regulados por um sentido de animismo em relação à natureza, como se o elemento solar fosse dotado de alma/espírito, e que este poderia influenciar no devir, corroborando, assim, a ideia enunciada aqui de que a atuação dos torcedores durante o espetáculo futebolístico, por vezes, é mesmo um grande ritual, pautado também por aspectos míticos e religiosos, no qual a música é preponderante.

Hinos e cânticos de futebol em Moçambique e Angola – continuidades e discontinuidades

Pesquisar letras de hinos e de cânticos de futebol continua sendo um verdadeiro desafio. Em geral, a falta de fontes fidedignas e que contenham informações precisas sobre tais hinos e cânticos, seja em relação à origem da composição e aos compositores, obstaculiza tal trabalho.

No caso específico dos hinos e cânticos de clubes de Angola e, respectivamente, de Moçambique, constatamos que esse quadro é ainda mais complexo, o que demanda procedimentos que auxiliem no sentido de suprir a falta de fontes. Uma saída, sem dúvida, é o estudo etnográfico, tanto a partir de entrevistas com adeptos dos clubes, quanto a partir da vivência de partidas nas arquibancadas.

Diante disso, foram apresentados os resultados parciais de pesquisa em andamento, a ser ampliada e, igualmente, aprofundada, no sentido de permitir que seja apresentado um quadro que aponte para continuidades e discontinuidades, em termos identitários, em relação à construção simbólica das agremiações antes e depois do processo de independência de Angola e Moçambique. E, conforme foi demonstrado, no caso de Moçambique, isso passa também por questões da língua, em que cânticos são entoados não em português, mas sim em dialeto local.

Embora as letras de hinos e cânticos de futebol em Angola possam apresentar alguns termos oriundos de dialetos locais, percebe-se uma presença maior de composições entoadas em português. E, diferindo dos cânticos do futebol em Moçambique, há menos referências a aspectos oriundos do discurso religioso. São alguns traços distintivos encontrados até o momento, que permitem refletir sobre processos colonizatórios e sobre descontinuidades na construção identitária. Sem dúvida, mais uma vez, o futebol se presta à função de chave de leitura para as sociedades, seja pelo viés da cultura, seja pela riqueza da arte de vibrar e de expressar identidades.

Referências

- BITTENCOURT, M. Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola. In: MELO, V. A.; BITTENCOURT, M.; NASCIMENTO, A. (org.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 101-132.
- CALDEIRA, R. A. *Maria de Lurdes Mutola*. Maputo: Plural Editores, 2013. (Coleção Personalidades Moçambicanas).
- CALONGO, C. Eles merecem mais. *Jornal dos Desportos*, 15 nov. 2012. Disponível em: http://jornaldosdesportos.sapo.ao/19/0/eles_merecem_mais. Acesso em: 13 jan. 2020.
- CARDÃO, M. A Star is Born: Eusébio, Football, and Ideology in the Late Portuguese Empire. *The International Journal of the History of Sport*, 02 jan. 2019. Disponível em: doi.org/10.1080/09523367.2018.1534829. Acesso em: 05 jan. 2020.
- COMO NASCEU o nosso clube. Clube Desportivo 1º Agosto (site oficial). 2019. Disponível em: www.primeiroagosto.com/index.php/o-clube/historia. Acesso em: 07 jan. 2020.
- CORNELSEN, E. L. Literatura, música e futebol: um olhar transdisciplinar. In: HOLANDA, S. A. O. et al. (org.). *Amazônia, cultura, linguagens*. Curitiba: CRV, 2011. p. 129-154.

CORNELSEN, E. L. Futebol, música e literatura: uma análise dos hinos dos clubes esportivos brasileiros. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 66, n. 2, jun. 2014a.

CORNELSEN, E. L. Hinos de futebol em Portugal: dos hinos marciais aos populares. *Em Tese*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 106-121, jan./jun. 2014b.

CORNELSEN, E. L. “Tudo em família com a Paz do Senhor”: certa vez, no Estádio Salazar. *FuLiA / UFMG*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 126-138, 2018.

DOMINGOS, N. O campo de desportivização imperial português. In: NASCIMENTO, A. et al. (org.). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 81-107.

DOMINGOS, N. Das relações entre escrita e performance: o futebol em Moçambique colonial. *Projeto História*, São Paulo, n. 49, 2014.

DOMINGOS, N. *As linguagens do futebol em Moçambique: colonialismo e cultura popular*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

FERRÃO, B. Girabola resiste ao tempo. *Jornal dos Desportos*, 11 mar. 2011. Disponível em: jornaldosdesportos.sapo.ao/23/0/girabola_resiste_ao_tempo. Acesso em: 14 jan. 2020.

FRANCO JÚNIOR, H. *A dança dos deuses: futebol, cultura, sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIULIANOTTI, R. O esporte no continente africano: panorama. In: MELO, V. A.; BITTENCOURT, M.; NASCIMENTO, A. (org.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 13-35.

GIULIANOTTI, R. *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2018.

GONÇALVES, J. Esporte em Angola: do ultra colonialismo à independência. In: MELO, V. A.; BITTENCOURT, M.; NASCIMENTO, A. (org.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 133-158.

HINO oficial do Atlético Petróleos de Luanda. [198-?]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ovm1d8evkiY>. Acesso em: 07 jan. 2020.

HINO oficial do Clube Desportivo 1º de Agosto. [197-?]. Disponível em: www.primeiroagosto.com/index.php/modalidades/item/4312-aprenda-a-cantar-o-hino-clube-desportivo-1%C2%BA-de-agosto. Acesso em: 07 jan. 2020.

MARZANO, A. Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda. In: MELO, V. A.; BITTENCOURT, M.; NASCIMENTO, A. (org.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 71-99.

NASCIMENTO, F.; MARZANO, A. O esporte nos países africanos de língua portuguesa: um campo a desbravar. *Tempo*, Niterói, v. 19, n. 34, p. 1-10, jan./jun. 2013.

O NOSSO clube. Clube de Desportos da Costa do Sol (site oficial). 2020. Disponível em: www.costadosol.co.mz/. Acesso em: 28 jan. 2020.

PEREIRA, M. S. “Beijo a mais, miolos a menos...”: representação, repressão e lazer dos grupos africanos subalternos nas páginas da imprensa de Lourenço Marques (1890-1910). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 37-61.

PÍNDARO. *As odes olímpicas de Píndaro*. ed. bilíngue, trad. Glória Braga Onelley e Shirley Peçanha. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

ROCHA, A. Desporto, sociedade e construções identitárias em Moçambique: uma abordagem prospectiva. In: NASCIMENTO, A. et al. (org.). *Esporte e lazer na África: novos olhares*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. p. 213-240.

RODRIGUES, Á. N. (Zé de São Januário). Tudo em família na Paz do Senhor. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, n. 12247, p. 4, 1968.

SALA de troféus. Clube Desportivo 1º Agosto (site oficial). 2019. Disponível em: www.primeiroagosto.com/index.php/o-clube/palmares. Acesso em: 07 jan. 2020.

SILVA, S. B.; SILVA, R. P. História do Petro Atlético de Luanda. *Campeões do Futebol* (blog), 18 abr. 2018. Disponível em: www.campeoesdofutebol.com.br/petro_atletico.html. Acesso em: 13 jan. 2020.

VIDACS, B. O esporte e os estudos africanos. In: MELO, V. A.; BITTENCOURT, M.; NASCIMENTO, A. (org.). *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 37-69.

VISENTINI, P. F. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SOBRE OS AUTORES

Amine Ait-Chaalal

Professor da Université Catholique de Louvain (UCL), Bélgica. Doutor em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela mesma universidade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Mundo Árabe Contemporâneo (GERMAC). Tem atuação acadêmica em políticas de segurança, reforma política, democracia e governança e políticas da União Europeia no Mediterrâneo.

Aracy Alves Martins

Professora associada aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Educação pela mesma universidade, com período sanduíche no Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), França. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Letramento Literário (GPELL). Tem atuação acadêmica em formação de leitores, leitura literária, formação de professores, manuais escolares, tensões entre línguas e relações raciais.

Augusto José Fazenda

Professor associado do Instituto Superior de Ciências de Educação do Cuanza Sul da Universidade Katyavala Bwila (UKB), Angola. Doutor em Ciências Pedagógicas pela Universidade de Holguín, Cuba. Tem atuação acadêmica em didática da geografia, educação ambiental no processo docente educativo e gestão de resíduos sólidos urbanos.

Aziz Tuffi Saliba

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Direito pela mesma universidade. Diretor de Relações Internacionais da UFMG. Presidente do Ramo Brasileiro da International Law Association. Vice-diretor da Faculdade de Direito da UFMG (2014-2018). Tem atuação acadêmica em direito internacional público e relações internacionais, bilaterais e multilaterais.

Bruno Theodoro Luciano

Doutor em Ciência Política e Estudos Internacionais pela University of Birmingham, Reino Unido, com bolsa de doutorado pleno no exterior pela CAPES. Pesquisador Jovem Talento no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp e PUC-SP).

Dawisson Belém Lopes

Professor associado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Diretor adjunto de Relações Internacionais da UFMG. Foi professor visitante da Université Catholique de Louvain (UCL), Bélgica. Tem atuação acadêmica em política externa e instituições internacionais.

Elcio Loureiro Cornelsen

Professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Germanística pela Freie Universität Berlin (FU-Berlin), Alemanha. Membro do Núcleo Walter Benjamin (UFMG) e do Núcleo de Estudos sobre Literatura e Guerra (UFMG), entre outros. Tem atuação acadêmica em teoria literária, literatura alemã, língua alemã, análise do discurso e cinema.

Felix Kaputu

Professor residente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Literatura Inglesa e Literatura Comparada pela Université de Lubumbashi, na República Democrática do Congo. Doutor em Antropologia pela Universiteit Gent e em Estudos Interdisciplinares pela Vrije Universiteit Brussel, ambas na Bélgica. Ensinou em vários países e desenvolve suas pesquisas e escritos nas áreas de seus estudos.

Fidèle Mwepu Kalenga

Professor-pesquisador do Departamento de Letras e Civilização Inglesas da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Université de Lubumbashi (UniLu), Congo. Doutorando pela mesma universidade. Tem atuação acadêmica em ecocriticismo africano, estudos pós-coloniais e identidade cultural africana.

Francisca Izabel Pereira Maciel

Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Educação pela mesma universidade. Coordenadora do grupo de pesquisa Alfabetização no Brasil: O Estado do Conhecimento. Membro do Comitê Gestor do Centro de Estudos Africanos da UFMG (2018-2020). Tem atuação acadêmica em alfabetização, leitura e escrita de crianças, jovens e adultos e história da leitura, da escrita e dos métodos de alfabetização.

Geane Carvalho Alzamora

Professora associada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio doutoral na Universität Kassel (Uni-Kassel), Alemanha. Fez estágio pós-doutoral pela Universitat Pompeu Fabra (UPF), Espanha. Colíder do Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermídia (NucCon). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq, Processo: 311474/2019-5).

Gustavo Cerqueira Guimarães

Leitor pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), atuando como professor de literatura na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou pesquisa pós-doutoral em Estudos Literários pela mesma universidade. É editor, preparador de textos e curador do periódico *FuLIA*, da UFMG. Tem atuação acadêmica em literatura brasileira, literaturas africanas em língua portuguesa, teoria da literatura e edição.

Haroldo Ramanzini Junior

Professor Associado de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio pós-doutoral pela Harvard University, Estados Unidos. Tem atuação acadêmica em política externa brasileira, instituições internacionais, regionalismo e Cooperação Sul-Sul.

Jane Alexandre Mutsuque

Docente do Departamento de Ciências Sociais, Curso de Ciências da Comunicação da Universidade Zambeze, Moçambique. Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Membro do Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermédia (NucCon). Tem atuação acadêmica em língua portuguesa, literatura de expressão portuguesa e educação transmídia.

Kátia Regis

Professora associada da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA. Tem atuação acadêmica em ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, currículo e políticas curriculares.

Marcos Antônio Alexandre

Professor titular da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Estudos Literários pela mesma universidade. Coordenador do Centro de Estudos Africanos da UFMG. Coeditor da *Aletria: Revista de Estudos Literários*. Tem atuação acadêmica em literaturas hispânicas, performances, rituais afro-brasileiros, teatro negro e teatro latino-americano.

Maria Auxiliadora Figueiredo

Diplomata de carreira. Pós-graduada em Relações Internacionais pela Sociedad de Estudios Internacionales (SEI), Espanha. Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em Minas Gerais. Embaixadora do Brasil junto à Costa do Marfim (2008-2012) e à Malásia (2012-2014). Tem atuação acadêmica em diplomacia, África e prevenção de conflitos.

Nilma Lino Gomes

Professora titular emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (2013-2014). Tem atuação acadêmica em diversidade, cultura e educação, relações étnico-raciais e educação, formação de professores e diversidade étnico-racial.

Pedro Andrade Matos

Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior Dom Helder Câmara (ESDHC). Doutor em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Comentarista no programa Visão África da rádio Educativa da UFMG (2011-2013). Tem atuação acadêmica em cooperação internacional, desenvolvimento sustentável e estudos africanos.

Samson Ajayi

Mestre em Administração de Negócios e Gestão de Marketing pela Ahmadu Bello University (ABU), Nigéria, e em Administração de Negócios e Gestão Estratégica & Finanças pelo American College of Greece (ACG), Grécia. Membro do Chartered Management Institute (CMI). Tem atuação acadêmica em modernização dos canais de varejo, comportamento do consumidor e comunicação de marca.